

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**Filipe Augusto Xavier Lima**

**AS MÚLTIPLAS FACES DO DESENVOLVIMENTO RURAL:  
COMPREENDENDO AS EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO  
AGROECOLÓGICA NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CRUZ DA BAIXA  
VERDE E DE SÃO LOURENÇO DA MATA, PE**

**Santa Maria, RS  
2016**

**Filipe Augusto Xavier Lima**

**AS MÚLTIPLAS FACES DO DESENVOLVIMENTO RURAL: COMPREENDENDO  
AS EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NOS MUNICÍPIOS DE  
SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE E DE SÃO LOURENÇO DA MATA, PE**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Wizniewsky

**Santa Maria, RS  
2016**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lima, Filipe Augusto Xavier

AS MÚLTIPLAS FACES DO DESENVOLVIMENTO RURAL:  
COMPREENDENDO AS EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA  
NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE E DE SÃO  
LOURENÇO DA MATA, PE / Filipe Augusto Xavier Lima.-2016.  
202 p.; 30cm

Orientador: José Geraldo Wizniewsky  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-  
Graduação em Extensão Rural, RS, 2016

1. Agricultura familiar 2. Agroecologia 3.  
Desenvolvimento rural sustentável 4. Extensão rural 5.  
Transição agroecológica I. Wizniewsky, José Geraldo II.  
Título.

**Filipe Augusto Xavier Lima**

**AS MÚLTIPLAS FACES DO DESENVOLVIMENTO RURAL: COMPREENDENDO  
AS EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NOS MUNICÍPIOS DE  
SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE E DE SÃO LOURENÇO DA MATA, PE**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Extensão Rural**.

**Aprovado em 08 de janeiro de 2016:**

---

**José Geraldo Wizniewsky, Dr. (UFSM)  
(Presidente/Orientador)**

---

**Clayton Hillig, Dr. (UFSM)**

---

**Gisele Martins Guimarães, Dra. (UFSM)**

---

**Cláudio Becker, Dr. (UERGS)**

---

**Cléia dos Santos Moraes, Dra. (SETREM)**

**Santa Maria, RS  
2016**

## Agradecimentos

Com o término de mais uma etapa, gostaria de expressar, com algumas palavras, a minha gratidão a todos que contribuíram nessa jornada.

Agradeço à minha pequena família, pelo suporte e auxílio em todos os momentos em que precisei, especialmente à minha mãe, Risalva, maior responsável para que eu e meu irmão Diogo pudéssemos construir nossos projetos de vida.

À Letícia Vargas, pelo companheirismo, dedicação e colaboração em todas as fases desta tese.

Ao meu orientador, José Geraldo, pelo compromisso, seriedade, atenção e valiosa contribuição na elaboração deste trabalho. Aproveito a oportunidade para agradecer também pelo incentivo para a realização do meu estágio de doutorado na Espanha.

Aos docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR), especialmente aqueles que compõem a minha turma do ano de 2012, na qual um importante vínculo de amizade foi construído, formando um afinado grupo para todas as ocasiões, dentro e fora da universidade.

Agradeço aos professores da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Francisco Roberto Caporal, Jorge Luiz Schirmer de Mattos, Jorge Roberto Tavares de Lima e Marcos Antonio Bezerra Figueiredo, pelo apoio, conselhos e articulações para o meu estágio de doutorado sanduíche no exterior, no *Máster en Agroecología: un Enfoque para la Sustentabilidad Rural*, na Universidad Internacional de Andalucía (UNIA-España), e no Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC), na Universidad de Córdoba (UCO-España).

Ao professor David Gallar Hernández, do Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC), da Universidad de Córdoba (UCO-España), que me recebeu e supervisionou durante o estágio de doutorado sanduíche na Espanha. Agradeço ainda aos companheiros da turma de 2014 do *Máster en Agroecología: un Enfoque para la Sustentabilidad Rural*, pela calorosa acolhida e amigável convivência.

Um agradecimento especial à Tatiane Almeida Netto e ao Rodrigo Gisler Maciel, pelo auxílio na elaboração dos mapas e gráficos presentes neste trabalho. Aos amigos Henrique Ferreira Farias Toledo, pelas belas imagens capturadas nas duas experiências analisadas nesta tese, e Gerlúcio Moura Bezerra de Souza, pela sua disponibilidade e ajuda durante toda a pesquisa de campo no município de Santa Cruz da Baixa Verde.

Dedico um agradecimento formal à Capes, que me concedeu bolsa no período entre março de 2012 e outubro de 2015.

Finalmente, agradeço aos agricultores familiares da Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu) e do assentamento Chico Mendes III, pela colaboração e paciência ao repassar informações sobre sua forma de vida.

## RESUMO

### AS MÚLTIPLAS FACES DO DESENVOLVIMENTO RURAL: COMPREENDENDO AS EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE E DE SÃO LOURENÇO DA MATA, PE

AUTOR: FILIPE AUGUSTO XAVIER LIMA  
ORIENTADOR: JOSÉ GERALDO WIZNIEWSKY

Desde a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) de 2004, observa-se que as políticas de extensão rural subsequentes apresentam ambiguidades, distorções e fragilidades, tanto de ordem teórica, quanto metodológica, no que se refere às abordagens sobre a Agroecologia e as estratégias de desenvolvimento rural sustentável, fato que pode causar prejuízos e incertezas para as ações dos extensionistas e junto aos agricultores familiares, público priorizado pelas políticas de assistência técnica e extensão rural (Ater). Diante da importância do tema, a pesquisa parte da seguinte pergunta: de que forma a Agroecologia vem sendo incorporada às dinâmicas de desenvolvimento rural, considerando as diferentes situações socioeconômicas, produtivas, ambientais e de organização associativa presentes nas estratégias e experiências dos agricultores familiares? O trabalho tem como principal objetivo analisar como essas diferentes situações influenciam o desenvolvimento rural. Para isso, elegeu-se como base da pesquisa uma análise comparativa entre dois casos específicos no estado de Pernambuco: um grupo de agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde, que vivenciaram, ainda na década de 1990, um processo de transição agroecológica, e um grupo de agricultores assentados de programa oficial de reforma agrária no município de São Lourenço da Mata, que participaram de um processo de transição agroecológica iniciado no final dos anos 2000. No âmbito dos recursos metodológicos, a tese pautou-se no modelo misto, que permite a integração entre os enfoques qualitativo e quantitativo, seguindo algumas etapas complementares, como, por exemplo, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudo de caso, observação direta, levantamento e tratamento dos dados. A abordagem comparativa, entre os dois casos em estudo, permitiu observar a participação dos atores na construção de fatores qualitativos que compõem a sustentabilidade das estratégias e experiências de desenvolvimento rural orientadas pela Agroecologia. Também foi possível perceber que, tanto quanto a escolha de estratégias adequadas para o desenvolvimento rural sustentável, a capacidade de readaptá-las em face das mudanças de cenário e de aprender com as experiências alheias são determinantes, no longo prazo, para o sucesso desse tipo de iniciativa. Entendendo que a transição agroecológica está permanentemente sujeita a reorientações, a pesquisa demonstra de que maneira atores e redes sociais podem influenciar o desenvolvimento rural; que é possível identificar fatores que qualitativamente produzem diferenças entre casos concretos; e que tais fatores podem levar a dinâmicas mais ou menos sustentáveis no tempo. A importância da pesquisa está justificada na possibilidade de contribuir para a compreensão das relações existentes entre os agricultores familiares de base agroecológica e outros atores sociais, revelando particularidades do desenvolvimento rural. Além disso, uma análise que confronte as particularidades de estratégias de desenvolvimento rural em contextos locais diferentes, assim como as suas consequências, pode contribuir para o aprimoramento das políticas de assistência técnica e extensão rural voltadas aos agricultores familiares.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Agroecologia. Desenvolvimento rural sustentável. Extensão rural. Transição agroecológica.

## ABSTRACT

### THE MULTIPLE FACES OF THE RURAL DEVELOPMENT: UNDERSTANDING THE TRANSITION AGROECOLOGICAL EXPERIENCES IN THE CITIES OF SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE AND SÃO LOURENÇO DA MATA, PE

AUTHOR: FILIPE AUGUSTO XAVIER LIMA  
ADVISOR: JOSÉ GERALDO WIZNIEWSKY

Since the development of Technical Assistance and Rural Extension National Policy (Pnater) in 2004, it can be observed that subsequent extension policies shows both theoretical and methodological ambiguities, distortions and weaknesses, with regard to Agroecological approaches and sustainable rural development strategies, which might lead to damages and uncertainties regarding extension actions, as well as among family farmers, public that benefits from technical assistance and public extension politics. Given the importance of this theme, the research poses the following question: how Agroecology has been incorporated to rural development dynamics, respecting a wide range of socioeconomic, productive and environmental situations, as well as associative organizations, which shape strategies and experience of family farmers? The work aims to analyze how different situations influence rural development. Respecting this, the research consists on a comparative analysis between two specific cases from Pernambuco state: a family farmers group from Santa Cruz da BaixaVerde which experienced an agroecological transition process in 1990s, and a group of farmers settled through agrarian reform at São Lourenço da Mata, which participated of an agroecological transition process, starting in the late 2000s. With regard to methodological resources, the thesis will be guided in the mixed model, which enables integration between qualitative and quantitative approaches, following some additional steps, such as literature, documentary research, case study, direct observation, survey and data processing. The comparative approach between two case studies, enabled the observation of actor's participation on construction of qualitative factors which compound sustainability of rural development strategies and experiences driven by Agroecology. Moreover, it was clear that such as the selection of appropriate strategies for sustainable rural development, also the ability to readapt itto scenery changes and to learn from others' experiences are crucial in the long run, regarding the success of this kind of initiative. Considering that agroecological transition is permanently subjected to re-orientations, this research shows how actors and social networks can influence rural development; and which factors might lead to qualitative differences among individual cases; and which factors may lead to more or less sustainable dynamics in a time spam. The importance of this research is justified by the possibility of enabling the comprehension of relationship between family farmers in agroecological and other social stakeholders, revealing singularities of rural development. In addition, an analysis that confronts particularities of rural development strategies in different local contexts, as well as its consequences, might contribute to the improvement of technical assistance and rural extension policies towards family farmers.

**Keywords:** Family farming. Agroecology. Sustainable rural development. Rural extension. Agroecological transition.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de Pernambuco, com destaque para Santa Cruz da Baixa Verde.....	64
Figura 2 – Sede da Adessu Baixa Verde.....	67
Figura 3 – Beneficiamento de produtos na Adessu/Coopcafa.....	70
Figura 4 – Feira Agroecológica de Serra Talhada .....	72
Figura 5 – Unidade municipal do IPA em Santa Cruz da Baixa Verde .....	73
Figura 6 – Mapa de Pernambuco, com destaque para São Lourenço da Mata.....	75
Figura 7 – Reinauguração da Feira Agroecológica Chico Mendes III, em Recife.....	83
Figura 8 – a) Grupo de agricultores de Santa Cruz da Baixa Verde; e b) Agricultores do assentamento Chico Mendes III.....	88
Figura 9 – Cadastro das unidades de produção dos agricultores do assentamento Chico Mendes III.....	91
Figura 10 – Entrevistas com agricultores da Adessu e do assentamento Chico Mendes III.....	94
Figura 11 – Fluxograma da coleta de dados.....	96
Figura 12 – Perspectivas que convergem no estudo de casos, articuladas e interpretadas pelo pesquisador.....	97
Figura 13 – Sexo dos entrevistados.....	99
Figura 14 – Idade dos entrevistados do assentamento Chico Mendes III.....	100
Figura 15 – Idade dos entrevistados da Adessu.....	101
Figura 16 – Número de pessoas na família.....	102
Figura 17 – Escolaridade dos entrevistados.....	102
Figura 18 – Renda total do núcleo familiar dos entrevistados do assentamento Chico Mendes III.....	103
Figura 19 – Renda total do núcleo familiar dos entrevistados da Adessu.....	104
Figura 20 – Renda agrícola do núcleo familiar dos entrevistados do assentamento Chico Mendes III.....	105
Figura 21 – Renda agrícola do núcleo familiar dos entrevistados da Adessu.....	106
Figura 22 – Renda não agrícola do núcleo familiar dos entrevistados do assentamento Chico Mendes III.....	107
Figura 23 – Renda não agrícola do núcleo familiar dos entrevistados da Adessu.....	108



Figura 24 – Atividade produtiva agrícola.....	108
Figura 25 – Tipo de residência dos entrevistados.....	109
Figura 26 – Tipo de assistência técnica dos entrevistados.....	110
Figura 27 – Instituições responsáveis pela assistência técnica.....	110
Figura 28 – Frequência dos serviços de Ater prestados pelas instituições responsáveis pela assistência técnica.....	111
Figura 29 – Benfeitorias nas propriedades.....	111
Figura 30 – Prestação de serviços fora da UPA.....	112
Figura 31 – Contratação de mão de obra nas propriedades.....	112
Figura 32 – Restrições ambientais nas propriedades.....	113
Figura 33 – Destino dos produtos comercializados.....	114
Figura 34 – Periodicidade da comercialização.....	114
Figura 35 – Escada da participação.....	154

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – O processo de transição agroecológica.....	117
Quadro 2 – Os atores envolvidos e seu padrão de interação.....	143

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AAD - Agricultores da Adessu
- ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
- Abong - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
- ACM - Agricultores assentados do Chico Mendes III
- Adagro - Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco
- Adessu - Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde
- ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
- ASA - Articulação no Semiárido Brasileiro
- Anater - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- Ater - Assistência técnica e extensão rural
- ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro
- AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia
- CAC - Camponês a Camponês
- Ceasa/PE - Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco
- Cecor - Centro de Educação Comunitária Rural
- Celpe - Companhia Energética de Pernambuco
- Cese - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
- CMDRSs - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
- Cnater - Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural
- CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- Conab - Companhia Nacional de Abastecimento
- Coopcafa - Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar Agroecológica
- DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
- Dater - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
- DED - *Deutscher Entwicklungsdienst*/ Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social
- Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- Fast - Feira Agroecológica de Serra Talhada
- FCAD - Fontes-chave ligadas a Adessu

FCCM - Fontes-chave ligadas ao assentamento

ha - hectares

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Agrônômico de Pernambuco

KNH - *Kindernothilfe*

Mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIP - Manejo integrado de pragas

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NAC - Núcleo de Agroecologia e Campesinato

OCS - Organização de controle social

ONGs - Organizações não governamentais

Opac - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PIB - Produto interno bruto

Planapo - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Pnae - Programa Nacional de Alimentação Escolar

Pnater- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Pnater - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

Pnapo - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNB - Produto nacional bruto

PPGExR - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronater - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

Rede Ater/NE - Rede de Assessoria Técnica e Extensão Rural do Nordeste

RMR - Região Metropolitana de Recife

SAFs - Sistemas agroflorestais

Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SisOrg - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

Sober - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural

SPG - Sistema Participativo de Garantia

SPSS - Pacote Estatístico para Ciências Sociais

UEAs - Unidades de experimentação agroecológica

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UPAs - Unidades de produção agropecuária

## LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA FONTES-CHAVE DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA SERRA DA BAIXA VERDE.....	182
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA FONTES-CHAVE DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III.....	184
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS AGRICULTORES DA ADESSU E DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III.....	186
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA LEVANTAMENTOS DE DADOS DOS AGRICULTORES DA ADESSU E DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III.....	188
APÊNDICE E – PRODUTOS DE BASE ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA DA ADESSU/COOPCAFA.....	197
APÊNDICE F – MORADIAS DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III.....	198
APÊNDICE G – SISTEMAS PRODUTIVOS DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III.....	199
APÊNDICE H – PESQUISA DE CAMPO NO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III.....	200
APÊNDICE I – ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III.....	201
APÊNDICE J – PROPRIEDADE DE AGRICULTORA DA ADESSU.....	202

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	17
Questões de pesquisa.....	22
Objetivo geral.....	22
Objetivos específicos.....	23
Premissas da pesquisa.....	23
Marco teórico.....	24
Plano da obra.....	27
<b>CAPÍTULO 1 - TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO: DE UMA NOÇÃO “PROBLEMA” AO QUALIFICATIVO RURAL.....</b>	29
1.1 Emergência e antecedentes históricos da ideia de desenvolvimento: crise e crítica de um conceito construído na modernidade.....	29
1.2 A busca contemporânea por atribuições de sentido à ideia de desenvolvimento.....	32
1.3 A perspectiva do desenvolvimento e os territórios rurais.....	40
<b>CAPÍTULO 2 - AGROECOLOGIA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: ELEMENTOS TEÓRICOS.....</b>	47
2.1 Dimensões da Agroecologia e a sua construção como um paradigma científico.....	47
2.2 As relações da Agroecologia e a agricultura sustentável e suas aplicações em agroecossistemas sustentáveis.....	51
2.3 As aplicações da Agroecologia em dinâmicas de desenvolvimento rural.....	53
2.4 Transição agroecológica: limites e potencialidades de um processo de mudança social e produtiva.....	56
<b>CAPÍTULO 3 - OS MUNICÍPIOS E AS EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DOS AGRICULTORES DA ADESSU E DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III....</b>	63
3.1 Interação entre atores locais: o caso de Santa Cruz da Baixa Verde.....	63
3.2 A luta pela terra e o apoio da universidade: o caso do assentamento Chico Mendes III.....	74
<b>CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	85
4.1 Construindo o processo de investigação: enfoques e etapas da pesquisa.....	85
4.2 A pesquisa empírica: descrição das técnicas de coleta e análise dos dados.....	88
<b>CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	99
<b>SEÇÃO 1: O DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES NATURAIS E SOCIOECONÔMICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES ENVOLVIDOS NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA.....</b>	99
<b>SEÇÃO 2: CARACTERIZANDO OS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA.....</b>	117
Parceria entre atores locais e o surgimento do associativismo agroecológico para o fortalecimento da agricultura familiar em Santa Cruz da Baixa Verde.....	118
Protagonismo externo ao assentamento, orientação do MST e ênfase na inclusão da Agroecologia em São Lourenço da Mata.....	129
<b>SEÇÃO 3: CARACTERIZANDO AS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES ENVOLVIDOS E SEU PADRÃO DE INTERAÇÃO.....</b>	143
Redes complementares de conhecimento e relações cooperativas em Santa Cruz da Baixa Verde.....	144
Agricultores sem autossuficiência e relações de dependência em São Lourenço da Mata...	148
<b>SEÇÃO 4: AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E A</b>	

<b>INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA.....</b>	<b>157</b>
Apoio de atores locais e a formação de técnicos para prestar assistência aos associados da Adessu.....	157
Extensão rural universitária e a introdução do método Camponês a Camponês para minimizar a ausência dos serviços de Ater no assentamento Chico Mendes III.....	161
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>167</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>171</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>181</b>





## INTRODUÇÃO

Esta tese procura abordar estratégias e experiências de desenvolvimento rural, especificando casos em que os princípios da Agroecologia aparecem como o eixo orientador das ações de mediação voltadas aos agricultores familiares. Trata-se de um tema que, na história recente das políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro, vem recebendo cada vez mais atenção da comunidade acadêmica, das esferas governamental e não governamental e de outros segmentos da sociedade civil, ligados de alguma forma às discussões sobre a sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento rural e suas decorrências no Brasil.

Tais discussões têm sido estimuladas, principalmente, no âmbito dos serviços oficiais de assistência técnica e extensão rural (Ater) do país e suas políticas mais contemporâneas. Nesse sentido, merece destaque a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) de 2004, que se alicerçou na relação entre agricultura familiar, Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável e direcionou os serviços de Ater em uma perspectiva de apoio às comunidades rurais para a elaboração de novas estratégias de desenvolvimento rural, particularizando as unidades de produção da agricultura familiar.

Os pressupostos da Agroecologia foram incorporados à Pnater em decorrência de uma reflexão aprofundada sobre os impactos socioambientais e econômicos causados pelos modelos de desenvolvimento rural historicamente implementados no Brasil. Na tentativa de responder ao desafio de oferecer uma extensão rural pública e de qualidade, que englobasse, além das demandas produtivas, as demandas ambientais e sociais para as populações rurais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) destacou como objetivo geral da Pnater de 2004 o estímulo e apoio a iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, envolvendo atividades agrícolas e não agrícolas, tendo como meta o fortalecimento da agricultura familiar e incorporando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações (BRASIL, 2004, p. 9).

No início de 2010, o país passou a contar com a primeira Lei de Ater, a qual instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) (BRASIL, 2010). Entretanto, paradoxalmente, a referida lei, de nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que seria a forma de estruturar legalmente os serviços de Ater, rompe com a preocupação central da Pnater de

2004, ao desconsiderar os aspectos relacionados à Agroecologia presentes na política. Isso porque, embora os objetivos e princípios dos dois documentos se apresentem de forma semelhante em alguns pontos, nota-se que, diferentemente do que ocorre com a Pnater de 2004, a lei de 2010 não faz referência nenhuma aos princípios da Agroecologia como eixo orientador de suas ações, optando, apenas, em utilizar a expressão “agricultura de base ecológica”, como está presente em um dos seus artigos, para o enfoque preferencial ao desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis.

Para Caporal (2011), o que ocorreu, diante dos aspectos da lei de 2010, caracteriza-se ou como retrocesso com respeito ao que vinha acontecendo a partir da Pnater de 2004, isto é, a possibilidade de promover o desenvolvimento rural sustentável e o apoio a processos de transição agroecológica para o estabelecimento de estilos de agriculturas sustentáveis, baseadas nos princípios da Agroecologia; ou como futuro problema para a ação extensionista e para suas entidades. O autor justifica que, na elaboração da Lei nº 12.188, os gestores menosprezaram a participação dos setores interessados e houve a exclusão da Agroecologia na política pública de extensão rural.<sup>1</sup>

No ano de 2012, foi realizada a 1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural (Cnater), com a temática Ater para a agricultura familiar e reforma agrária e o desenvolvimento sustentável do Brasil rural. A 1ª Cnater teve por finalidade propor diretrizes, prioridades e estratégias para o Pronater, tendo como referência a Pnater e em atendimento à Lei nº 12.188 e suas regulamentações. O que é importante destacar, no documento da 1ª Cnater, é que a Agroecologia é reincorporada ao discurso governamental, fazendo-se presente, inclusive, nas proposições relacionadas aos cinco eixos temáticos do documento: Ater e desenvolvimento rural sustentável; Ater para a diversidade da agricultura familiar e a redução das desigualdades; Ater e políticas públicas; Gestão, financiamento, demanda e oferta dos serviços de Ater; e Metodologias de Ater – abordagens de extensão rural.

Também em 2012, por meio do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), “com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica [...]” (BRASIL, 2012, p. 1). São apresentados, ainda, nesse decreto, os conceitos de “produção de base agroecológica” e

---

<sup>1</sup> Para uma exposição das mudanças de caráter técnico-burocrático, que, entre outras coisas, excluiu a Agroecologia do texto da política de Ater, e uma melhor compreensão das principais transformações ocorridas em decorrência da substituição da Pnater de 2004 pela Lei Federal nº 12.188, consultar o artigo completo de Caporal (2011), intitulado “Lei de Ater: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas”.

de “transição agroecológica”.<sup>2</sup> Frente a isso, parece haver uma preocupação da política em delimitar, por meio de diretrizes, instrumentos, conteúdos e competências, as características relacionadas à Agroecologia e as diferentes manifestações de agricultura sustentável.

Na sequência, para execução e operacionalização da Pnapo, cria-se o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que também se caracteriza como uma política pública do Governo Federal para ampliar e efetivar ações para o desenvolvimento rural sustentável.

Mais recentemente, em julho de 2013, durante o 51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), um intenso debate foi realizado a respeito da proposta para a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). O painel intitulado *Novos desafios e oportunidades para a extensão rural no Brasil* contou com a participação de representantes do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Dater/MDA), da Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA), da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), de docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGExR/UFSM), entre outros participantes.

O cerne da discussão esteve nos possíveis desdobramentos da institucionalização de uma agência nacional para coordenar a Ater e a pesquisa, aumentando o número de agricultores que acessam tecnologias no campo e credenciando entidades que executarão os serviços de Ater. A partir disso, fez-se um resgate sobre a reconstrução dos serviços de Ater no país, principalmente a partir de 2003, citando a significativa melhoria nos recursos e na contratação de pessoal; na formação de agentes de Ater; na promoção do acesso a inovação; no incentivo a pesquisa, mediante o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); na criação da lei de Ater; na realização da Cnater; na criação de uma lei destinada à agricultura familiar;<sup>3</sup> no fortalecimento de políticas públicas –

---

<sup>2</sup> Para fins do Decreto nº 7.794, entende-se por: a) produção de base agroecológica – aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação; e b) transição agroecológica – processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica.

<sup>3</sup> Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

crédito, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) etc.; e, por fim, no projeto de lei da Anater.

O debate discutiu ainda questões sobre a crise da extensão rural, a extensão rural no pluralismo institucional e a descentralização dos serviços de Ater. Foram tecidas críticas ao modelo clássico de se fazer extensão, isto é, aquele que tenta adaptar o agricultor à tecnologia, reforçando a necessidade de superar o difusionismo como estratégia para a extensão rural. Particularmente no que diz respeito à Anater, e com base na análise do material disponível sobre a sua criação, constata-se que a agência é apoiada na transferência tecnológica, o que é insuficiente para a superação das crises institucional e metodológica da extensão rural. Além disso, outros fatores ainda precisam ser mais bem esclarecidos na proposta da Anater, como, por exemplo, o papel a ser desempenhado pelo MDA na agência e uma melhor definição de quem será o público-alvo beneficiado por seus serviços. Ainda assim, apesar dos entraves evidenciados, a Anater destaca, entre a sua atuação prioritária para as primeiras chamadas, propostas para a Agroecologia e produção orgânica.

Desse modo, essa breve retrospectiva acerca das recentes políticas públicas de Ater evidencia o problema de pesquisa e a razão deste estudo: de que forma a Agroecologia vem sendo incorporada às dinâmicas de desenvolvimento rural, considerando as diferentes situações socioeconômicas, produtivas, ambientais e de organização associativa presentes nas estratégias e experiências dos agricultores familiares? Parte-se dessa questão como ponto de partida porque, desde a criação da Pnater em 2004, observa-se que as políticas de extensão rural subsequentes apresentam ambiguidades, distorções e fragilidades, tanto de ordem teórica quanto metodológica, no que se refere às abordagens sobre a Agroecologia e às estratégias de desenvolvimento rural sustentável, fato que pode causar prejuízos e incertezas para as ações dos extensionistas e junto aos agricultores familiares, público priorizado pelas políticas de Ater.

O fato é que, paralelamente às políticas preconizadas pela esfera governamental, nos últimos anos, no Brasil, cada vez mais agricultores familiares vêm desenvolvendo estratégias e experiências de desenvolvimento rural pautadas nos princípios da Agroecologia. Muitas dessas estratégias e experiências recebem o apoio de associações e cooperativas agrícolas; sindicatos rurais; organizações não governamentais (ONGs) que trabalham na promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável; organizações governamentais; institutos de pesquisa que atuam no âmbito das Ciências Agrárias; universidades e seus projetos de pesquisa e extensão; órgãos de fomento à pesquisa científica e tecnológica; entre

outros atores. Além disso, é possível reconhecer que existe também o incentivo advindo de outras políticas públicas voltadas aos agricultores familiares, como é o caso da linha especial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Pronaf Agroecologia, orientado para o financiamento de projetos de investimento de sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos.

Apesar de um interesse crescente na Agroecologia e na utilização dos seus princípios para orientar estratégias e experiências de desenvolvimento rural, é surpreendente que poucos estudos tenham sido efetivamente conduzidos sobre o assunto, especialmente a partir das perspectivas dos agricultores familiares e suas distintas realidades. A pesquisa sobre Agroecologia e transição agroecológica é especialmente escassa em algumas regiões do Brasil, onde poucos estudos têm se concentrado na maneira como diferentes situações socioeconômicas, produtivas, ambientais e de organização associativa de agricultores familiares influenciam o desenvolvimento rural, deixando de revelar, com efeito, importantes fatores que contribuem para o êxito ou insucesso das estratégias e experiências pautadas na Agroecologia e desenvolvidas pelos agricultores familiares.

Por esse motivo, nesta tese, realiza-se um estudo comparativo a partir de dois municípios do estado de Pernambuco: Santa Cruz da Baixa Verde, na mesorregião do Sertão, e São Lourenço da Mata, localizado na Região Metropolitana de Recife (RMR). Trata-se de dois espaços regionais de tamanho pequeno a médio. Voltados anteriormente para a agricultura pautada no monocultivo da cana-de-açúcar, ambos os municípios concentram, atualmente, experiências de desenvolvimento rural em processo de transição agroecológica, as quais se desenvolveram, no primeiro caso, ainda na década de 1990 e, no segundo caso, em meados dos anos 2000. A pesquisa tem como base dois estudos de caso específicos, em que o “universo empírico” (atores sociais) são os agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde, ligados à Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu), e os agricultores familiares do assentamento de reforma agrária Chico Mendes III, em São Lourenço da Mata.

Sujeitos aos mesmos efeitos de um modelo de agricultura de caráter predatório para as populações rurais menos favorecidas, os processos de transição agroecológica desses dois municípios foram motivados, contudo, por combinações particulares de estratégias de desenvolvimento rural e por contextos locais significativamente diferentes. Nos dois casos, o crescimento verificado nos últimos anos no número de agricultores que adotam os princípios da Agroecologia em suas unidades de produção agropecuária (UPAs) é considerável e, por

isso mesmo, eles oferecem uma valiosa oportunidade para analisar os efeitos de configurações socioeconômicas, produtivas, ambientais e de organização associativa distintas sobre o desenvolvimento rural, especialmente sobre a qualidade e sustentabilidade dessa dinâmica.

Um estudo das experiências de desenvolvimento rural pautadas na Agroecologia, e estabelecidas em configurações particulares de grupos de agricultores familiares, torna-se importante por várias razões. Em primeiro lugar, entender as relações existentes entre os agricultores familiares que se orientam pelos princípios da Agroecologia e outros atores locais pode ajudar a revelar particularidades do desenvolvimento rural e auxiliar os grupos envolvidos a avaliarem suas estratégias. Em segundo lugar, uma análise que confronte as particularidades de estratégias de desenvolvimento rural em contextos locais diferentes, assim como as suas consequências, pode servir como uma contribuição para o aprimoramento das políticas de Ater voltadas aos agricultores familiares. Em terceiro lugar, os pesquisadores têm estudado, com certa frequência, experiências de transição agroecológica que refletem situações específicas, mas seus resultados podem ter sido implicitamente generalizados em algumas situações.

### **Questões de pesquisa**

Dizer apenas que Santa Cruz da Baixa Verde e São Lourenço da Mata concentram importantes experiências de desenvolvimento rural alicerçadas pela Agroecologia não é suficiente. Cabe observar: 1) Como isso vem acontecendo? 2) Quem são os atores envolvidos? 3) Como ocorrem as interações entre eles? Enfim, 4) Quais as diferenças entre as experiências em termos qualitativos?

### **Objetivo geral**

Analisar, avaliar e compreender como diferentes situações socioeconômicas, produtivas, ambientais e de organização associativa entre agricultores familiares influenciam o desenvolvimento rural, tendo como referências empíricas as experiências de transição

agroecológica dos agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde associados à Adessu e dos agricultores familiares do assentamento de reforma agrária Chico Mendes III, localizado no município de São Lourenço da Mata.

### **Objetivos específicos**

- Elaborar um diagnóstico que permita fazer um levantamento das condições naturais e socioeconômicas dos agricultores familiares da Adessu e do assentamento Chico Mendes III envolvidos com o processo de transição agroecológica, evidenciando semelhanças e diferenças entre as duas experiências;
- Identificar os padrões de interação entre os atores e o caráter específico que eles imprimem na dinâmica de desenvolvimento rural vivenciada pelos agricultores da Adessu e do assentamento Chico Mendes III;
- Compreender, no âmbito da relação entre Agroecologia e extensão rural, as dificuldades e potencialidades das estratégias e experiências dos agricultores familiares da Adessu e do assentamento Chico Mendes III;
- Caracterizar as consequências do processo de transição agroecológica sobre o desenvolvimento rural, verificando as mudanças ocorridas nas UPAs dos agricultores da Adessu e do assentamento Chico Mendes III;
- Descrever as ações de extensão rural voltadas à agricultura sustentável, desenvolvidas por instituições que apoiam os agricultores de base agroecológica da Adessu e do assentamento Chico Mendes III.

### **Premissas da pesquisa**

A premissa central desta pesquisa é a de que diferentes tipos de interação entre agricultores familiares e outros atores locais (organizações governamentais e não governamentais, agentes financeiros, associações e sindicatos, instituições de ensino e pesquisa etc.) não só influenciam diretamente a construção das experiências de



desenvolvimento rural, como também levam a resultados variados em termos da transformação socioeconômica de um dado espaço (qualidade) e de sua duração no tempo (sustentabilidade).

Parte-se também do pressuposto de que, em se evidenciando, na pesquisa, estratégias orientadas pela Agroecologia associadas a outros elementos (acesso a terra, mercados, capacidade de inovação, serviços de Ater, disponibilidade de crédito, organização associativa entre agricultores, pluriatividade, entre outros fatores), maiores são as chances de êxito – econômico, produtivo e organizacional – da reprodução da agricultura familiar de base agroecológica e das suas experiências de desenvolvimento rural.

### **Marco teórico**

Uma vez formulado o problema de estudo, os objetivos e as questões de pesquisa, este trabalho associa-se a uma teoria ou a uma perspectiva teórica ou de referência, para sustentar teoricamente o estudo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006). Para Richardson et al. (2012), a construção do marco teórico ou quadro referencial é fundamental em uma pesquisa, pois é o momento em que o pesquisador decide e apresenta a corrente epistemológica que orientará o trabalho que pretende realizar. Trata-se de uma teoria de base, envolvendo as premissas ou pressupostos teóricos sobre os quais o pesquisador fundamentará sua interpretação (MARCONI; LAKATOS, 2010). Desse modo, a elaboração do marco teórico desta pesquisa está voltada para uma definição conceitual e os objetivos da Agroecologia, da sustentabilidade, do desenvolvimento rural sustentável e da transição agroecológica.

A Agroecologia pode ser entendida como uma ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias baseados na aplicação da Ecologia, para o estudo, desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura sustentáveis, nas suas diversas manifestações ou denominações (ALTIERI, 2012). Dentro dessa linha de pensamento, os autores Caporal e Costabeber (2007b, p. 11) também reconhecem “a Agroecologia como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis”.

Na visão de Gliessman (2009, p. 12), o enfoque agroecológico pode ser definido como “a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo de agroecossistemas sustentáveis”, partindo da agricultura tradicional local integrada ao conhecimento e métodos ecológicos modernos, configurando-se, com efeito, em uma nova abordagem da agricultura e do desenvolvimento agrícola. “A Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável.” (GLIESSMAN, 2009, p. 56). Além disso, como ressalta o autor, ela valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, admite a socialização desse conhecimento e direciona sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade.

Sevilla Guzmán (1999), por sua vez, apresenta um conceito que destaca, além dos aspectos ecológicos, uma participação social coletiva como alternativa para se enfrentar o atual modelo de industrialização dos recursos naturais e os efeitos da globalização econômica na sociedade. Na opinião deste autor, a Agroecologia pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas ao atual modelo civilizatório de uso dos recursos naturais, mediante proposta de desenvolvimento participativo a partir do âmbito da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuem para encarar a crise ecológica e social e, com isso, enfrentar o neoliberalismo e a globalização econômica (SEVILLA GUZMÁN, 1999, p. 2).

O termo “sustentabilidade”, tão presente nos conceitos de Agroecologia, é compreendido nesta pesquisa como uma noção que, como enfatiza Morey (1997), tem duas vertentes principais, uma voltada ao ambiente físico natural e outra referida ao ambiente socioeconômico, sendo que uma gestão só pode ser considerada sustentável se respeitar a ambos. O argumento deste autor é de que, na teoria, não se pode dissociar a sustentabilidade físico-natural da socioeconômica, pois, os dois tipos de ambiente seriam subsistemas de um sistema global e a sustentabilidade total seria mais que a soma das duas partes.

Em adição, Rivas (1997) aponta três condições para que o desenvolvimento sustentável se converta em uma alternativa viável: o progresso científico, que continua sendo importante porque a sustentabilidade necessita de estudos e métodos para o uso de energia, materiais renováveis etc.; uma tecnologia social, que se faz necessária para sair dos círculos viciosos do comportamento atual; e uma nova estrutura de tomada de decisões, que integre fatores socioeconômicos e ambientais na definição das políticas e nos esquemas de planejamento e gestão.

Nessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento rural sustentável, gerado a partir da Agroecologia, baseia-se no descobrimento, sistematização, análise e potencialização dos elementos de resistência locais das comunidades rurais ao processo de modernização homogeneizador da agricultura, para, através deles, desenhar, de forma participativa, esquemas de desenvolvimento definidos a partir da sua própria identidade local e seu ecossistema. Para isso, os planos de desenvolvimento rural sustentável devem considerar os seguintes elementos em sua elaboração: integralização entre agricultura, pecuária e silvicultura para um melhor aproveitamento dos recursos existentes; harmonia e equilíbrio entre o crescimento econômico e a qualidade do meio ambiente; autonomia de gestão e controle para os habitantes locais; redução das externalidades negativas nas atividades produtivas; criação, manutenção e fortalecimento dos circuitos curtos de produção; utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais; e pluriatividade, seletividade e complementariedade de rendas (GUZMÁN CASADO; GONZÁLES DE MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 2000).

A respeito da transição agroecológica, Caporal e Costabeber (2007a, 2007b) afirmam que ela pode ser definida como um processo gradual de mudança, que ocorre ao longo do tempo, nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como objetivo a passagem de um sistema de produção convencional a outro sistema de produção que incorpore princípios, métodos e tecnologias de base ecológica. Para Costabeber (1998, p. 39), a transição agroecológica também pode ser definida como “a passagem do modelo produtivista convencional a formas de produção mais evolucionadas desde o ponto de vista da conservação dos recursos naturais e, conseqüentemente, mais sustentáveis no médio e longo prazos”. Ainda de acordo com Costabeber (1998), a característica principal desse processo de mudança seria a “ecologização” da agricultura, que passa a assumir considerações de caráter ambiental e biofísico, além de um papel ativo na determinação das práticas agrícolas.

Portanto, a partir desse marco teórico, espera-se ter construído o quadro referencial para embasar as etapas subseqüentes desta pesquisa, principalmente aquelas voltadas à análise e interpretação dos resultados obtidos, haja vista as múltiplas facetas que envolvem um processo de transição agroecológica e seus desdobramentos sobre o desenvolvimento rural.

## **Plano da obra**

A tese está dividida em cinco capítulos, além das seções da introdução e das considerações finais. Nos dois capítulos iniciais, procurou-se elaborar uma revisão de literatura sobre as temáticas empregadas na pesquisa, no intuito de construir um percurso teórico-metodológico consistente para as etapas a serem desenvolvidas na sequência do trabalho. Desse modo, no capítulo 1, são abordados os aspectos ligados diretamente às teorias de desenvolvimento e suas implicações no meio rural. Buscou-se apresentar uma breve trajetória sobre a emergência e os antecedentes históricos da ideia de desenvolvimento, a busca contemporânea por atribuições de sentido à ideia de desenvolvimento, a perspectiva do desenvolvimento e os territórios rurais, o rural como qualificativo do desenvolvimento e os sentidos para o desenvolvimento rural contemporâneo.

Posteriormente, no capítulo 2, são situados os aspectos teóricos relacionados à Agroecologia e à transição agroecológica, incluindo conteúdos sobre as dimensões da Agroecologia, a construção do paradigma científico agroecológico, as relações da Agroecologia e a agricultura sustentável, e as aplicações da Agroecologia em agroecossistemas sustentáveis e em dinâmicas de desenvolvimento rural.

O terceiro capítulo expõe as experiências de desenvolvimento rural dos agricultores da Adessu e do assentamento Chico Mendes III, situando os processos de transição agroecológica desenvolvidos pelos dois grupos. Também é apresentada, nesse capítulo, uma breve caracterização dos municípios de Santa Cruz da Baixa Verde e de São Lourenço da Mata.

No capítulo 4, reservado aos aspectos metodológicos da pesquisa, é apresentado o tipo de pesquisa escolhida para nortear os rumos da investigação. Também nesse capítulo é demonstrado como ocorreu a pesquisa empírica, descrevendo-se as técnicas de coleta e análise de dados.

No capítulo 5, dos resultados e discussão, procurou-se, com base nas questões estabelecidas com o problema de pesquisa, contemplar os objetivos propostos nesta tese.

Por fim, nas considerações finais, são destacados os principais pontos discutidos na tese.



## **CAPÍTULO 1 – TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO: DE UMA NOÇÃO “PROBLEMA” AO QUALIFICATIVO RURAL**

O desenvolvimento, de uma maneira geral, é situado como uma noção histórica. É visto como um progresso estabelecido pela modernidade ou, ainda, uma tentativa de controlar os benefícios que tal progresso proporciona. A ideia de desenvolvimento permanece atual, isto é, não entrou em desuso, apesar de crises e críticas sofridas desde a sua emergência e seus antecedentes históricos. Permanece atual porque constrói novas perspectivas frente às demandas contemporâneas, numa busca permanente por atribuições de sentido que permitam a sua própria renovação. É disso que trata este primeiro capítulo, de apresentar uma breve retrospectiva da trajetória da ideia de desenvolvimento, discutindo suas possíveis implicações para os territórios rurais.

### **1.1 Emergência e antecedentes históricos da ideia de desenvolvimento: crise e crítica de um conceito construído na modernidade**

O desenvolvimento, na opinião de Beltrão (1965), não é apenas um fato histórico, e sim um processo, um movimento que está presente em diversos contextos e que prossegue na linha do tempo. Não é fácil precisar a criação da noção ou dos padrões de desenvolvimento, mas o autor considera que os primeiros processos de desenvolvimento estão vinculados à transformação tecnológica vivenciada na segunda metade do século XVII na Inglaterra, denominada de Revolução Industrial (BELTRÃO, 1965). Esse período foi precedido de uma revolução técnico-científica, na qual ocorreu uma transformação na produção e no trabalho, tendo em vista o aumento do lucro e da produtividade.

Beltrão (1965) ainda apresenta um conceito de desenvolvimento pautado unicamente no seu aspecto econômico, fator mais relevante para as formulações da época de seus escritos. Segundo o autor, o desenvolvimento seria um “processo inédito e irreversível de mudança social, através do qual se instaura numa região um mecanismo endógeno de crescimento econômico cumulativo e diferenciado” (BELTRÃO, 1965, p. 116). Em contrapartida, apesar

de considerar o desenvolvimento um fenômeno predominantemente tecnológico-econômico, o autor procurou situar, ainda que de forma incipiente, coordenadas sociológicas desse processo, destacando alguns fatores não econômicos, como, por exemplo, os padrões ecológico-profissional, demográfico-familiar e ideológico-profissional.

Esteva (2000), ao caracterizar a dimensão conceitual do termo “desenvolvimento”, sugere que foi no discurso de posse do presidente norte-americano Harry S. Truman, no final da década de 1940, que o mundo conheceu uma nova era – a do desenvolvimento. Isso porque os Estados Unidos, que já eram considerados uma potência produtiva e econômica, tinham entre seus objetivos consolidar sua hegemonia e torná-la permanente diante do mundo. Assim, o presidente Truman, ao utilizar a palavra “subdesenvolvida” para referir-se às áreas que necessitavam de avanços científicos e de progresso industrial, deu um novo significado ao desenvolvimento, criando um símbolo que indicava a supremacia norte-americana (ESTEVA, 2000).

Entretanto, como sublinha o próprio Esteva (2000), o conceito de desenvolvimento, após o discurso de Truman, sofreu a transformação mais equivocada de toda a sua história, sendo reduzido a crescimento econômico ou, ainda, a um simples aumento da renda *per capita* nas áreas economicamente subdesenvolvidas.<sup>4</sup> O fato é que o desenvolvimento não consegue se desvincular das palavras com as quais foi criado, como, por exemplo, crescimento, progresso, evolução e maturação. Desse modo, a palavra sempre apresenta um sentido de mudança favorável, do inferior ao superior, do pior para o melhor, ou seja, indica que existe um progresso na direção de uma meta desejável (ESTEVA, 2000).

Os autores Cowen e Shenton (1996) argumentam que, entre suas várias definições e graus de complexidade, o desenvolvimento é entendido como um processo capaz de aumentar a capacidade de escolha das pessoas, de melhorar a participação e os processos democráticos, permitindo a inserção de públicos excluídos, historicamente, do próprio processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, é entendido como um meio para estimular as metas de uma nação, promovendo o crescimento econômico, a equidade e a autossuficiência nacional (COWEN; SHENTON, 1996).

---

<sup>4</sup> É importante ressaltar, como bem destaca Furtado (1996), que captar a natureza do subdesenvolvimento não é tarefa fácil, pois muitas são as suas dimensões e as que são mais visíveis nem sempre são as mais significativas. De qualquer forma, ainda de acordo com o autor, “o parâmetro para medi-lo é o grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso ao arsenal de bens finais que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderno” (FURTADO, 1996, p. 17).

Em Morin (1984), encontra-se uma crítica voltada à noção de desenvolvimento, especialmente aquela que prevaleceu nas décadas de 1950 e 1960. De acordo com esse autor, o desenvolvimento é uma noção obscura, incerta, mitológica e pobre, na medida em que:

Impôs-se como noção-chave, ao mesmo tempo evidente, empírica (mensurável pelos indícios de crescimento da produção industrial e da elevação do nível de vida), rica (significando só por si ao mesmo tempo crescimento, bem-estar, progresso da sociedade e do indivíduo). (MORIN, 1984, p. 345).

Sendo assim, Morin (1984) alega que a originalidade do desenvolvimento socioeconômico está na capacidade de criar uma grande expectativa para a construção de um futuro inédito, via o progresso tecnológico, que através da industrialização mensurava o desenvolvimento de maneira quantitativa, sendo que o crescimento dessa natureza levaria ao desenvolvimento qualitativo. Porém, delimitar o desenvolvimento social e humano nesses termos não é tarefa simples, pois, na medida em que se medem os avanços da sociedade por modelos exclusivamente econômicos, desconsideram-se, com efeito, aspectos fundamentais do desenvolvimento social, como, por exemplo, regressões, perdas e destruições (MORIN, 1984).

A partir disso, o que se viu na década de 1960 foi a noção de desenvolvimento entrar em crise, pois a tentativa de integrar harmoniosamente as noções de crescimento, bem-estar, liberdade, felicidade, equilíbrio etc. tornou-se problemática, gerando um antagonismo entre as nações (MORIN, 1984). Surgia ali, na visão de Morin (1984), a crise da civilização, em que o crescimento exponencial situado como desenvolvimento resultou no mal-estar das pessoas, insatisfação, solidão, sofrimentos, destruições e até mesmo no questionamento da ideia de felicidade.

Morin (1984) esclarece que as soluções para tal situação só podem ser construídas a partir de uma nova consciência (no pensamento e na ação) e de inovações provenientes do próprio inconsciente do corpo social. Para tanto, seriam necessárias duas ações: reformular e reestruturar o conceito de desenvolvimento, não mais o subordinando ao crescimento, mas, ao contrário, subordinando o crescimento ao desenvolvimento; e pensar os problemas do desenvolvimento como todos os problemas humanos e sociais, ao nível reflexivo dos conceitos de segunda ordem, implicando, por conseguinte, uma recorrência do objeto (o desenvolvimento) para o sujeito (homem, sociedade), o que traria como novo conceito-chave o autodesenvolvimento (MORIN, 1984).



Do ponto de vista de Souza (1996), ao longo de todo o século XX, houve uma enorme lacuna de alternativas analíticas verdadeiramente radicais ao desenvolvimento visto como modernização, industrialização, urbanização ou, ainda, ocidentalização.<sup>5</sup> Isso porque as propostas de desenvolvimento que surgiram ao longo do século passado jamais apresentaram uma alternativa real ao capitalismo nem à sua premissa funcional, o crescimento. O que se percebe é que o conceito de desenvolvimento não é unívoco, tampouco se esgota na ideia de desenvolvimento econômico, que se resume na junção de crescimento (identificado através do Produto Interno Bruto [PIB], do Produto Nacional Bruto [PNB] ou da renda nacional *per capita*) com modernização tecnológica. Por isso, tomar o desenvolvimento econômico como sinônimo de desenvolvimento é, com efeito, uma impropriedade, porque, se aquele está ligado ao fato de uma sociedade conseguir produzir bens em maior quantidade, de melhor qualidade e com mais eficiência, ele concerne a meios, e não a fins (SOUZA, 1997).

Não é à toa que, em meados dos anos 1970, principalmente, constatou-se que crescimento e modernização não eram uma garantia de maior justiça social. Souza (1997) coloca que, posteriormente, outras abordagens surgiram em contraposição à noção de desenvolvimento dominante, como os enfoques da satisfação das necessidades básicas, do desenvolvimento de baixo para cima, do ecodesenvolvimento, do desenvolvimento endógeno, entre outros, mas que, mesmo assim, não foram capazes de fazer objeção ao modelo civilizatório capitalista. De tal modo, é por meio dessa breve retrospectiva, que assume a noção de desenvolvimento como problema, que se torna fundamental resgatar alguns elementos da sua trajetória, mesmo que de forma pouco aprofundada, o que possibilita acompanhar as suas recentes transformações, partindo das demandas contemporâneas.

## **1.2 A busca contemporânea por atribuições de sentido à ideia de desenvolvimento**

A constatação mais exaustiva acerca da ideia de desenvolvimento, desde a sua emergência, é a de que ela pressupõe mudança, uma transformação positiva, desejada ou desejável. Também, é possível reconhecer que, depois das crises enfrentadas por uma noção

---

<sup>5</sup> Souza (1996, p. 5) explicita seus pressupostos afirmando que “o solo cultural onde a ideia de desenvolvimento se enraíza é, por excelência, a modernidade, que por sua vez é uma cria dessa entidade histórico-geográfica chamada Ocidente”.

tão limitada, tornou-se necessária uma busca contemporânea por atribuições de sentido ao desenvolvimento, construídas e fortalecidas por meio de novas críticas, envolvendo embates ideológicos, científicos, socioeconômicos e culturais.

Nessa perspectiva, Souza (1996) adverte que clamar por desenvolvimento, independente do ângulo em que isso aconteça, só é possível no seio de uma cultura que busque realmente a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como um valor social. Isso porque, ainda de acordo com o autor, o desenvolvimento evidencia-se como um processo de aperfeiçoamento (gradativo ou através de bruscas rupturas) das condições gerais de viver em sociedade, em nome de uma maior felicidade individual e coletiva. O princípio-chave em que se assenta esse processo é a autonomia, que, por ser de natureza ética e política, não é capaz de definir um conceito de desenvolvimento, mas, em contrapartida, propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as particularidades de sua cultura, o conteúdo concreto (sempre mutável) do desenvolvimento, isto é, as prioridades, os meios e as estratégias (SOUZA, 1996). Frente a isso, a dimensão espacial passa a ganhar ênfase nas reflexões sobre o desenvolvimento, pois:

A autonomia, enquanto um princípio ético e político norteador do desenvolvimento, reclama uma 'espacialização'. O espaço, produto social, é um suporte para a vida em sociedade e, ao mesmo tempo, um condicionador dos projetos humanos; um referencial simbólico, afetivo e, também, para a organização política; uma arena de luta; uma fonte de recursos (sendo a própria localização geográfica, que é algo essencialmente relacional, um recurso a ser aproveitado). A autonomia de uma coletividade traz subentendida uma territorialidade autônoma. Ou seja, a gestão autônoma, por parte da coletividade em questão, dos recursos conduzidos em seu território, que é o espaço por ela controlado e influenciado. Por isso o desenvolvimento é, necessariamente, socioespacial, ou seja, da sociedade e do espaço. (SOUZA, 1996, p. 11).

Maluf (2000) também faz menção ao espaço socialmente construído citando como exemplo os territórios (o comunitário, o local e o regional), que se tornaram referências indispensáveis quando se trata de formular propostas de desenvolvimento, seja sob a ótica da descentralização, seja numa perspectiva mais verticalizada. O autor considera que é possível e desejável que a busca da melhoria da qualidade de vida inclua estratégias de desenvolvimento econômico, definidas e implementadas em nível local e regional, as quais estimulam a participação das comunidades envolvidas. A questão é que deve haver um esforço para reconhecer a distinta natureza das questões correspondentes aos diferentes níveis e, a partir disso, entender como elas se inter-relacionam (MALUF, 2000).

Souza (1997) aborda o desenvolvimento para além da ideologia e do mito, argumentando que o seu conteúdo (o fim, no sentido de meta aceita ou acordada entre os membros de uma sociedade) deve estar atrelado a cada universo cultural e social particular, sendo, logo, em um nível de detalhe que se preste à operacionalização, variável, plural. Souza (1997) ainda expõe, em um plano de elevada abstração, uma formulação filosófica do desenvolvimento, que deseja evitar a visão instrumental-economicista, conservadora, etnocêntrica e historicista da ideologia do desenvolvimento hegemônica:

Um movimento (sem fim – ou seja, sem ‘estágio final’ ou mesmo direção concreta predeterminados ou previsíveis e que não poderá jamais ser declarado como ‘acabado’ – e sujeito a retrocessos) em cuja esteira uma sociedade torna-se mais justa e aceitável para seus membros. (SOUZA, 1997, p. 19).

É essencial ultrapassar a ideia de desenvolvimento etnocêntrica, conservadora, economicista e historicista. Como referenda o próprio Souza (1997), é possível, com base na ideia de autonomia, escapar da concepção de desenvolvimento enquanto algo exógeno, trazido ou imposto de fora, culturalmente externo e de consequências não raro nefastas. Porém, para que o conceito de desenvolvimento se renove, possua concretude e operacionalidade, é imprescindível não subestimar o espaço social como dimensão de análise, haja vista que a própria sociedade só é concreta com o espaço, sobre o espaço e no espaço (SOUZA, 1997).

Sachs (1995) se associa à corrente de que crescimento e desenvolvimento não são sinônimos, lembrando que, enquanto persistirem enormes disparidades sociais, o crescimento permanecerá uma condição necessária do desenvolvimento, embora de modo algum suficiente, cujos aspectos distributivos e qualitativos não podem ser negligenciados. O autor reforça seu pensamento alegando que “é um erro dizer que os exorbitantes custos sociais e ecológicos de certas formas de crescimento econômico constituem os danos inelutáveis do progresso” (SACHS, 1995, p. 32).

Referindo-se à ciência e à tecnologia a serviço do desenvolvimento social, Sachs (1995) afirma que a técnica constitui uma variável-chave para a harmonização das políticas sociais, econômicas e ambientais. O autor diz que a agricultura pode assumir papel motor no desenvolvimento, pelo menos em certos países da Ásia, África e América Latina, com a condição de concentrarem-se em culturas que necessitam de muita mão de obra e de

praticarem manejo cuidadoso dos solos, dos micronutrientes e da água, com a ajuda de tecnologias vinculadas a conhecimentos científicos. Um complemento a tal estratégia consiste em explorar a biodiversidade e diversidade cultural para encontrar novos recursos e gerenciá-los de forma socialmente útil e ecologicamente prudente, de modo que seja aumentada, em base duradora, a capacidade dos ecossistemas, pressupondo que se recorra simultaneamente aos conhecimentos acumulados pelas populações, assim como às conquistas da ciência moderna (SACHS, 1995).

De acordo com Sen (1988), situar o conceito de desenvolvimento não se dá de modo simplório, já que os diversos problemas subjacentes ao conceito tornaram-se mais claros ao longo dos anos, com base em discussões conceituais, bem como a partir de percepções que emergem do trabalho empírico. Na medida em que esses problemas se tornaram mais claros, algo de importante foi realmente alcançado, e o desaparecimento da impetuosidade que caracterizou o início do desenvolvimento econômico não precisa ser visto exclusivamente como uma perda (SEN, 1988).

Sen (2010) tenta demonstrar que o desenvolvimento pode ser visto como um processo que permite a expansão das liberdades reais das pessoas. O desenvolvimento, ao focalizar nas liberdades humanas, certamente contrasta com visões mais restritas, como as que identificam o desenvolvimento como crescimento do PNB, aumento das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social (SEN, 2010). O autor não nega que o crescimento do PNB ou das rendas individuais pode ser importante para expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade, mas ressalta que as liberdades dependem de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (acesso a educação e saúde, por exemplo) e os direitos civis. Igualmente, a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir para expandir a liberdade humana, mas também dependem de outras influências (SEN, 2010).

Para Sen (2010), o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes que limitam a liberdade das pessoas: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Como se vê, no pensamento desse autor, a liberdade é central para o processo de desenvolvimento, atentando-se particularmente para a expansão das capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam. São duas as razões existentes para a importância da liberdade individual no conceito de desenvolvimento: a avaliatória, em que a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se ocorreu aumento

das liberdades das pessoas; e a eficácia, em que a realização do desenvolvimento depende totalmente da livre condição de agente (aquele que age e ocasiona mudanças, participando de ações econômicas, sociais e políticas) das pessoas (SEN, 2010).

Tucker (1996), ao apresentar uma perspectiva cultural para o desenvolvimento, explica que esse processo não pode ser tido como apropriado sem a consideração da cultura, uma vez que a cultura tem essencialmente a ver com o controle do povo sobre os seus destinos e sobre a sua capacidade de nomear o mundo de uma forma que reflita cada experiência particular. Sem isso, desenvolvimento é simplesmente um processo global de engenharia social através do qual o econômica e militarmente mais poderoso controla, domina e molda a vida de outras pessoas para seus fins. Quando as crenças das pessoas, as ideais, os significados, os sentimentos e a sua cultura não são levados em consideração e respeitados, não se pode falar em desenvolvimento humano (TUCKER, 1996).

É evidente que o desenvolvimento é mais do que uma simples transferência econômica, política e tecnológica de uma parte do mundo chamada de “desenvolvida” para outras regiões chamadas de “subdesenvolvidas”. Argumenta-se que, do ponto de vista cultural, deve-se considerar os valores, ideais, crenças, identidade e sentimentos das pessoas, além da maneira como elas observam o mundo e seu lugar nele e o que é significativo para elas, pois o desenvolvimento é um conceito que tem um contexto histórico-social, isto é, cada população cria uma noção diferente a seu respeito (TUCKER, 1996).

Pietersen (1995) entende que o discurso que relaciona cultura e desenvolvimento é inicialmente preocupado com a cultura local. Ele explica que a primeira dimensão cultural do desenvolvimento é o nível local, sendo a cultura nacional o próximo item na linha de prioridades, seguido pela cultura dos planejadores. O discurso que vincula cultura ao desenvolvimento implora, fortemente, por um desenvolvimento alternativo com base na cultura local. Qualquer estratégia de desenvolvimento deve ser baseada na cultura, mesmo porque não é possível operar fora da cultura. No desenvolvimento, a cultura é discutida principalmente em relação ao econômico, em vez do desenvolvimento político ou social, que reflete a ordem de prioridades da cultura no desenvolvimento (PIETERSEN, 1995).

Fortalecer a autonomia cultural e o direito de cada indivíduo ser quem é e ter a capacidade de construir seus próprios projetos de vida é, decerto, reconhecer a necessidade de ser diferente, para construir uma identidade, que, do mesmo modo, é uma tarefa difícil, que exige um trabalho persistente entre as comunidades, tendo sua heterogeneidade como um ponto de partida (ESCOBAR, 1995). Escobar (1995) destaca ainda a importância do papel

dos movimentos de base popular (aqueles opositores ao desenvolvimento convencional, que pertencem às novas formas de ação coletiva e mobilização social que caracterizaram principalmente a década de 1980), o conhecimento local e o poder popular na transformação do desenvolvimento. O autor aponta que a resistência ao desenvolvimento, enquanto modelo imposto de fora, foi uma das maneiras com que grupos do “Terceiro Mundo” tentaram construir novas identidades, utilizando métodos mais flexíveis, modestos e móveis, com base em articulações táticas decorrentes de condições e práticas da vida diária. Nessas medidas, essas lutas eram fundamentalmente de cunho cultural (ESCOBAR, 1995).

A desconstrução do desenvolvimento, juntamente com as etnografias locais, pode ser um elemento importante para um novo tipo de visibilidade e audibilidade de formas diferenciadas de cultura (ESCOBAR, 1995). Grupos populares em muitas partes do “Terceiro Mundo” parecem viver um dilema: presos entre as estratégias de desenvolvimento convencionais que persistem e a abertura de espaços na esteira do capital ecológico e de discursos sobre a pluralidade cultural, a biodiversidade e a etnia. Alguns desses grupos respondem na tentativa de criar visões inéditas de si e do mundo à sua volta, onde suas estratégias de organização começam a girar cada vez mais em torno de dois princípios: o da defesa da diferença cultural, não de forma estática, mas como uma força transformada e transformadora; e o da valorização das necessidades econômicas e oportunidades em termos que não são estritamente aqueles de lucro e de mercado. A defesa do local como um pré-requisito para se envolver com o global, a crítica da própria situação do grupo, valores e práticas como forma de esclarecer e fortalecer a identidade, a oposição ao desenvolvimento da modernização e a formulação de visões e propostas concretas no contexto das limitações existentes parecem ser os principais elementos para a construção coletiva de alternativas que esses grupos parecem estar perseguindo (ESCOBAR, 1995).

Nas palavras de Arocena (2002), o crescimento quantitativo (econômico) que produziu integração social nos países desenvolvidos hoje produz uma progressiva exclusão de setores cada vez mais amplos da população, o que desencadeou consequências consideráveis sobre o corpo social. Produziu a ruptura de certo consenso alimentado pelo crescimento, e voltaram à cena os debates sobre a evolução do capitalismo. Tudo isso tem levado a questionar a noção e os modos de desenvolvimento, isso porque já não se aceita facilmente a ideia de um caminho único e progressivo no marco de um horizonte sem limites. Hoje estão plantadas importantes perguntas sobre a pertinência das formas que até pouco tempo se haviam considerado as únicas (AROCENA, 2002).

Nessa nova visão frente à problemática do desenvolvimento, as tendências à descentralização e à valorização da iniciativa local têm ganhado uma força especial. Nesse sentido, Arocena (2002) recomenda que seja necessário imaginar outras formas de desenvolvimento que superem qualitativamente as formas anteriores. Esse esforço para construir um desenvolvimento alternativo tem desembocado em múltiplas propostas, tais como desenvolvimento de escala humana, desenvolvimento de base, ecodesenvolvimento, desenvolvimento autossustentável, desenvolvimento autocentrado etc. (AROCENA, 2002). São diferentes propostas, mas que têm em comum a tentativa de superação das formas que tomou o desenvolvimento na segunda metade do século passado.

Froehlich (1999) pondera que a crítica à concepção dominante de desenvolvimento, aquele baseado na industrialização, urbanização e burocratização, fez com que seus efeitos indesejados ficassem em evidência: degradação ambiental, concentração urbana, desertificação rural e fracasso nas tentativas de reduzir as desigualdades socioeconômicas. O autor também reconhece que, no âmbito da vasta produção literária que se tem elaborado na tentativa de superar a trajetória desenvolvimentista transcorrida, há uma produtiva adjetivação do desenvolvimento: integrado, endógeno, sustentável, durável, regional, local, rural etc. A exemplo de outros autores, reforça a importância que vem sendo dada ao espaço nesse processo:

O 'espaço' parece vir ganhando maior magnitude nas preocupações sobre o desenvolvimento, até então hegemônico pela dimensão do 'tempo', verdadeira obsessão da Modernidade, que se traduzia na ânsia pelo futuro e pela fé no Progresso. Porém, se o processo de modernização tendeu a pôr em primeiro plano a projeção para o futuro - a categoria do 'tempo', hoje se volta a pensar mais no 'espaço'- concretamente como território: o local, o regional, etc., desde um dado grupo social que, partindo de suas próprias características, trata de encarar a contemporaneidade. (FROEHLICH, 1999, p. 2).

A esse respeito, Guerreiro (1996 apud FROEHLICH, 1999) esclarece que atualmente se busca a passagem para um paradigma territorial em que a localidade passa a converter-se em suporte para uma sociedade formada por atores que se relacionam entre si, que têm disposição para atuar frente aos problemas a resolver, que contam com recursos e que podem e devem participar em seu próprio desenvolvimento. O localismo, assim resignado, “teria plenas condições de impulsionar o desenvolvimento, logrando alcançar, via descentralização, maior democratização social, participação popular, justiça social, vitalidade econômica e, por fim, redundar em desenvolvimento regional” (YÁNEZ, 1998 apud FROEHLICH, 1999, p. 3).

Pode-se dizer que essas recentes tentativas de elaborar novas concepções de estratégias de desenvolvimento formam parte do debate que está tendo lugar nos últimos anos em torno da noção de desenvolvimento local e dos novos enfoques sobre o desenvolvimento rural, que aparecem frequentemente associados com outras formas de desenvolvimento, como, por exemplo, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento autocentrado, desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento, como já situado anteriormente. Mais que uma nova estratégia bem definida, diferenciada e articulada, trata-se da exploração e busca de novas orientações para avançar ou aprofundar o desenvolvimento de certas zonas de países que, paradoxalmente, já não têm alcançado um conjunto apreciável de bem-estar através de um modelo de crescimento com o qual essas novas orientações querem contrastar (YRUELA; GUERRERO, 1994).

Segundo Yruela e Guerrero (1994), nos processos de desenvolvimento local e rural, em primeiro lugar, deve-se recuperar aquelas atividades produtivas que foram abandonadas e hoje podem voltar a ser fonte de riqueza, criando também outras novas atividades que permitam o aproveitamento das oportunidades que usam as novas tecnologias, a reorganização dos processos produtivos, as mudanças na demanda, a melhoria das comunicações de todo tipo e o acesso a novos mercados. Em segundo lugar, descobrir essas possibilidades não só nos lugares onde havia acumulado experiência empresarial e laboral suficiente, que pudera estar desaproveitada na atualidade pela erosão provocada por processos de desindustrialização, mas também em outras áreas territoriais. Em terceiro lugar, tratar de identificar, estimular e apoiar os atores capazes de levar a cabo as atividades. Em quarto lugar, mobilizar esse conjunto de fatores no contexto local, isto é, aplicando as estratégias de atuação a um âmbito de dimensão e características apropriadas para poder levar a cabo essa mobilização, através de processos de intervenção econômica e social, com certas garantias de viabilidade (YRUELA; GUERRERO, 1994).

Feita essa revisão inicial sobre a emergência, os antecedentes históricos e a busca contemporânea por atribuições de sentido à ideia de desenvolvimento, será discutido, no último tópico deste primeiro capítulo, a ideia de desenvolvimento e os territórios rurais, trazendo elementos que possam elucidar o rural como qualificativo do desenvolvimento e os novos sentidos que vêm sendo atribuídos para o desenvolvimento rural contemporâneo.



### 1.3 A perspectiva do desenvolvimento e os territórios rurais

Contemporaneamente, nas concepções de desenvolvimento, o meio rural tem um importante papel, e a sua função de fornecimento de matérias-primas e mão de obra para o crescimento econômico é cada vez menos essencial, frente aos próprios atributos territoriais que definem a ruralidade e que oferecem perspectivas otimistas ao desenvolvimento. São eles: certa relação com a natureza, onde a biodiversidade e a paisagem natural aparecem como trunfos e não como obstáculos ao desenvolvimento; certa relação com as cidades, de onde vem boa parte das rendas das populações rurais; e certa relação dos habitantes entre si, definida pela economia da proximidade e por um conjunto de laços sociais que valorizam relações diretas de interconhecimento (ABRAMOVAY, 2009).

Como enfatiza Abramovay (2009), o desenvolvimento rural não se reduz ao crescimento agrícola, por mais que isso seja relevante. Entender os fatores que levam determinadas regiões a se tornarem mais dinâmicas do que outras não é simples, mas pesquisas revelam que isso está relacionado a uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas. Na opinião de Abramovay (2009), o mais importante não são as vantagens competitivas oferecidas por atributos naturais, de localização ou setoriais, e sim o fenômeno da proximidade social, que possibilita uma forma de coordenação entre os atores, capaz de fortalecer o conjunto do ambiente em que atuam e, com efeito, de convertê-lo em pilar para empreendimentos inovadores.

Trata-se de um tipo de situação que sugere relações diretas entre os atores e que, em torno do desenvolvimento rural, fez com que emergissem duas correntes de pensamento, sendo a primeira aquela que enfatiza a dimensão territorial do desenvolvimento, estudando a montagem de redes, das convenções e das instituições que permitem ações cooperativas – capazes de enriquecer o tecido social de certa localidade. É justamente nesse processo de enriquecimento que está a segunda corrente, chamada de capital social, e que leva em consideração as particularidades da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para melhorar a eficiência da sociedade, facilitando suas ações coordenadas (ABRAMOVAY, 2009).

Em outra publicação, Abramovay (2007) afirma que a noção de território favorece o avanço nos estudos das regiões rurais pelo menos em quatro dimensões: 1) a noção de

território recomenda que se abandone um horizonte unicamente setorial, que considera a agricultura como o único setor e os agricultores como os únicos atores que importam nas regiões rurais; 2) a noção de território impede a confusão entre crescimento econômico e desenvolvimento, pois sua abordagem exige, além de fatores relacionados à renda, a análise das instituições em torno das quais se organiza a interação social localizada; 3) o estudo empírico dos atores e de suas organizações torna-se absolutamente crucial para compreender situações localizadas; e 4) o território deposita ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva e, conseqüentemente, na relação entre sistemas sociais e ecológicos.

O enfoque territorial do desenvolvimento, voltado para a América Latina, recebeu uma definição mais precisa nas palavras de Schejtman e Berdegué (2003 apud SUMPSI, 2007, p. 65): “o desenvolvimento territorial rural se define como um processo de transformação produtiva e institucional em um espaço rural determinado, cujo fim é reduzir a pobreza rural”. Entretanto, para Sumpsi (2007), é lento o avanço da práxis do desenvolvimento territorial no continente latino-americano, emperrado por alguns problemas à espera de solução, a saber: os critérios para a definição operativa de territórios rurais; os arranjos institucionais público e privado; a organização local para promover e gerir o desenvolvimento dos territórios; a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento; os instrumentos econômicos para promover o desenvolvimento territorial rural; os sistemas de financiamento rural; os incentivos para garantir a coordenação horizontal; e os mecanismos para garantir a coordenação vertical.

Sumpsi (2007) ainda assinala que deve existir um mínimo de condições necessárias para o êxito de programas de desenvolvimento territorial rural, entre elas condições do território (características comuns no território, como tipo de produção, situação do mercado, nível de comunicações, presença de recursos naturais etc.), condições institucionais (existência de um processo de descentralização e existência de organizações de produtores), condições produtivas (recursos naturais e potencial produtivo) e condições do programa (duração e continuidade dos projetos de desenvolvimento territorial rural).

Para que o enfoque territorial do desenvolvimento rural possa ser uma realidade, há que se superar importantes desafios: o desenvolvimento territorial rural está centrado na diversificação produtiva e requer apoio tanto técnico como financeiro; a falta de experiência das autoridades locais em iniciativas produtivas e no desenvolvimento rural; a dificuldade por parte da maioria dos atores (sejam eles privados, sejam públicos) para mudar de uma visão

setorial a outra territorial da competitividade; a dificuldade de construir organizações locais para promover o desenvolvimento rural, que identifiquem as melhores oportunidades econômicas e os eixos de desenvolvimento prioritários do território; a dificuldade de mobilização de certos atores rurais; as dificuldades para a delimitação dos territórios; e a dificuldade para encontrar entidades adequadas para levar adiante os programas de desenvolvimento territorial rural (SUMPSI, 2007).

Abramovay (2009) corrobora o que afirma Sumpsi (2007) e lista sete desafios para o desenvolvimento rural no Brasil: 1) a mudança do ambiente educacional existente no meio rural brasileiro, que, por sua tradição histórica, dissocia trabalho do conhecimento; 2) a elaboração de projetos de desenvolvimento capazes de extrapolar um único setor profissional, valorizando os atributos da região; 3) o fato de, na maioria dos casos, o município ser uma unidade administrativa pouco adequada para gerir a rede de relações necessária ao desenvolvimento territorial; 4) a organização de iniciativas que materializem uma dinâmica territorial, como as feiras de produtores, pois aptidões locais podem formar novos laços de confiança e cooperação entre setores econômicos; 5) a criação de novos mercados que ponham em destaque as capacidades regionais do território; 6) a participação efetiva das faculdades e universidades na formação de redes territoriais, contribuindo com as dinâmicas organizativas locais; e 7) a construção de uma nova visão do que significa o meio rural, para que se formem redes territoriais densas e diversificadas, permitindo um enfoque territorial sobre o processo de desenvolvimento.

Levando-se em consideração que a construção dos territórios rurais pressupõe a existência de uma proximidade de atores, é importante destacar que:

Todas as questões relacionadas ao desenvolvimento agrícola e rural (terra, água, crédito, etc.) surgem claramente quando se faz um bom diagnóstico que indique a necessidade de soluções específicas para cada região e para cada tipo de agente econômico. Trata-se, portanto, de ter um zoneamento agro eco sócio econômico das principais áreas com potencial para o desenvolvimento da agricultura familiar no país e de evitar lançar políticas homogêneas para todos, que atendem apenas a objetivos sociais, mas, não solucionam o problema do desenvolvimento rural. (GUANZIROLI, 2008, p. 11).

Guanziroli (2008) argumenta que o planejamento das ações de desenvolvimento no meio rural deve ser efetuado e gerenciado localmente, pelas comunidades e pelos governos locais, já que essas serão as pessoas afetadas pelas decisões tomadas e as responsáveis, provavelmente, por implantá-las. Para isso, o planejamento do desenvolvimento deve

reconhecer que a sociedade local é heterogênea e que os diferentes atores locais têm interesses diferentes, que precisam se expressar dentro de um espaço de negociação, em que são definidas as prioridades para a comunidade, o município e a região (GUANZIROLI, 2008).

Foco direto de interesse desta tese, o conceito de desenvolvimento rural, como descrito por Navarro (2001), alterou-se ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social impõe às famílias e às atividades rurais. Diante disso, o desenvolvimento rural pode ser entendido tanto sob a ótica dos programas já realizados pelo Estado (em seus diferentes níveis), visando alterar facetas do desenvolvimento do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos, como também via a elaboração de uma ação prática para um período futuro (com diversas metodologias para tal estratégia, bem como um amplo debate sobre seus objetivos e prioridades principais) (NAVARRO, 2001).

Uma abordagem para o desenvolvimento rural, embora voltada para países desenvolvidos, é trabalhada por Ellis (2001, 2002, 1998 apud SCHNEIDER, 2003, p. 5), em que se privilegiam as estratégias de sobrevivência familiares e a diversificação dos modos de vida rurais, demonstrando que as ações e iniciativas que geram melhorias nas condições de vida dessas populações e que ampliam suas perspectivas de garantir sua reprodução social e econômica estão, na maioria das vezes, nas suas próprias localidades e territórios onde vivem. A diversificação não implica tão somente o aumento das possibilidades de obtenção de ingressos (rendas agrícolas, não agrícolas, entre outras), mas constitui, sobretudo, uma situação em que a reprodução social, econômica e cultural é garantida através da combinação de um repertório variado de ações, iniciativas e estratégias (SCHNEIDER, 2003). Eis o sentido teórico de desenvolvimento rural atribuído por Ellis (2000, p. 25; 2001, p. 443 apud SCHNEIDER, 2003, p. 5): “um conjunto de ações e práticas que visam reduzir a pobreza em áreas rurais, visando estimular um processo de participação que empodera (*empowerment*) os habitantes rurais tornando-os capazes de definir e controlar suas prioridades para a mudança”.

No dizer de Van der Ploeg et al. (2000 apud KAGEYAMA, 2004, p. 384), está em curso um novo paradigma, o do desenvolvimento rural, no qual se incluem a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais. Esse paradigma implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas;

tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo (VAN DER PLOEG et al., 2000 apud KAGEYAMA, 2004).

Kageyama (2004), em sua análise, extrai da literatura recente sobre o tema e suas abordagens um conjunto de elementos que favorecem ou compõem o desenvolvimento rural: a integração mercantil com cidades da própria região; a combinação de uma agricultura familiar consolidada com um processo de urbanização e industrialização endógeno e descentralizado, gerando um mercado local de consumo de produtos diversificados e fornecimento de matérias-primas e mão de obra rural para a indústria; a pluriatividade das famílias rurais, que melhora a renda da população e evita o êxodo rural; a diversidade das fontes de renda, que permite certa autonomia e menor instabilidade financeira; os programas de geração de emprego e melhoria da qualidade de vida; e a existência de recursos territoriais que permitam produzir para mercados específicos.

Uma interessante trajetória do desenvolvimento rural ao longo do tempo está presente no trabalho de Ellis e Biggs (2001 apud CONTERATO; FILLIPI, 2009, p. 40). Esses autores constataram que, nos anos 1950, o desenvolvimento rural esteve fortemente atrelado às políticas de modernização, com base em modelos dualistas que diferenciavam os agricultores entre modernos e atrasados. Nos anos 1960, prevaleceu o debate sobre a modernização da agricultura e a transferência de tecnologia por via da Revolução Verde. Na década de 1970, intensificaram-se as políticas agrícolas, com intensa adoção de tecnologias pelos agricultores, através da proposta de um desenvolvimento rural integrado com uma forte participação das entidades de extensão rural. Durante os anos de 1980, com a crise do Estado desenvolvimentista, ganham ênfase as políticas de alívio à pobreza rural, que se estenderam também entre os anos 1990 (ELLIS; BIGGS, 2001 apud CONTERATO; FILLIPI, 2009).

Dentro dessa linha, Conterato e Fillipi (2009) avaliam que a passagem do século XX para o século XXI marcou um momento histórico nessa problemática, devido à introdução de novas temáticas, como as questões ambientais, as questões de gênero, da combinação de atividades agrícolas com outras não agrícolas, do empreendedorismo e da inovação, do papel das instituições, das redes agroalimentares, entre outras. Isso permitiu tratar tais mudanças visando a um novo padrão de desenvolvimento rural, menos ancorado apenas na produção agropecuária do que aquele observado ao longo das últimas décadas, quando o rural era compreendido como sinônimo exclusivo de agrícola (CONTERATO; FILLIPI, 2009). Em outras palavras, o desenvolvimento rural deve ser visto como um processo que envolve

múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental (KAGEYAMA, 2008).

Schneider (2010) coloca que alguns fatores decisivos contribuíram para a emergência do debate recente sobre o desenvolvimento rural no Brasil, ganhando projeção, escala e legitimidade. O primeiro, e mais importante, está relacionado às discussões em torno da agricultura familiar e do reconhecimento do seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira; o segundo fator resultou da crescente influência e ação do Estado no meio rural, tanto através das políticas para a agricultura familiar como das ações voltadas à reforma agrária, segurança alimentar etc.; o terceiro fator refere-se às transformações no âmbito político e ideológico de setores das elites agrárias, antes contrárias às mudanças, particularmente no apoio às políticas sociais e na questão da reforma agrária; o quarto e último fator está relacionado ao tema da sustentabilidade ambiental, que parte das severas críticas ao modelo agrícola da Revolução Verde, impulsionadas após a metade da década de 1980 (SCHNEIDER, 2010).

É ainda nos meados dos anos 1980 que, nessa busca de sentidos para o desenvolvimento rural contemporâneo, surge a expressão “desenvolvimento rural sustentável”, a partir da difusão da expressão já consolidada, “desenvolvimento sustentável”. Na visão de Navarro (2001), o componente “sustentável” do termo indica a necessidade de as estratégias de desenvolvimento rural incorporarem uma apropriada compreensão das dimensões ambientais, embora seja possível adicionar outros significados à noção de sustentabilidade (política, social, institucional, entre outros).

A noção de desenvolvimento rural sustentável, para Moseley (2003 apud KAGEYAMA, 2008, p. 119), deve ser construída sobre a ideia de conservação de capital, que aparece sob quatro formas: o capital ambiental (estoque e fluxos de matéria e energia, ecossistemas, recursos físicos), o capital humano (habilidades dos indivíduos para desempenhar trabalhos produtivos, incluindo sua capacidade física, motivações e atitudes), o capital social (estruturas sociais, instituições de todos os tipos, redes informais, sistemas e direitos de propriedade) e o capital construído (instrumentos, máquinas, construções, infraestrutura).

A incorporação efetiva das questões da sustentabilidade ao processo de desenvolvimento rural é entendida por Altieri e Maserà (2009) como uma tarefa complexa, que precisa de ações definitivas em nível local, nacional e internacional, além de mudanças nas tecnologias, estratégias econômicas e processos sociopolíticos. Para os autores, o

principal desafio é o planejamento e a promoção de estratégias que ressaltem os métodos e procedimentos para se atingir o desenvolvimento sustentável em termos sociais e ambientais, caracterizados pela satisfação das necessidades humanas, justa distribuição de terras, melhoria na qualidade de vida e aumento da autoconfiança regional.

Especificamente a respeito da agricultura, Altieri e Maserà (2009) afirmam que essas ações devem visar: ao aumento das terras produtivas e da produtividade do trabalho, para contemplar as necessidades alimentares e melhorar a renda do homem rural; à introdução de uma racionalidade ecológica em todo o processo produtivo; à coordenação de políticas (agrícolas e ambientais), na tentativa de incluir os recursos naturais nos programas de desenvolvimento; e à promoção da autonomia das comunidades locais, para que ocorra uma participação efetiva de seus membros na elaboração de políticas voltadas às mudanças técnicas e aos investimentos econômicos e sociais nas áreas rurais.

São ações que, em maior ou menor grau, fazem-se presentes nas estratégias e experiências de desenvolvimento rural orientadas pelos princípios da Agroecologia, permitindo a valorização do conhecimento dos agricultores locais sobre o ambiente, sobre seus recursos naturais e sobre os processos ecológicos à sua volta. Esse é, sem dúvida, um aspecto que adquiriu um novo significado dentro dessa busca contemporânea de sentidos para o desenvolvimento rural. No próximo capítulo, serão apresentados os aspectos teóricos relacionados à Agroecologia e à transição agroecológica, bem como será aprofundada a discussão sobre as aplicações da Agroecologia em dinâmicas de desenvolvimento rural.

## **CAPÍTULO 2 – AGROECOLOGIA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: ELEMENTOS TEÓRICOS**

Este é um capítulo ponte entre o anterior e os próximos. No anterior, tratou-se da ideia de desenvolvimento, focando naquela que originalmente se desenvolveu como sinônimo de crescimento econômico e que entrou em crise ao longo dos anos. Abordou-se, igualmente, a sua aplicação enquanto discurso ideológico, ou seja, a busca contemporânea de atribuições de sentidos do desenvolvimento, as suas implicações sobre os territórios rurais e os sentidos para o desenvolvimento rural contemporâneo. A perspectiva a ser considerada neste capítulo da tese, em termos de tópicos abordados, atenta para as dimensões da Agroecologia e a sua consolidação enquanto paradigma científico, assim como as relações da Agroecologia e a agricultura sustentável, as aplicações da Agroecologia em agroecossistemas sustentáveis e em dinâmicas de desenvolvimento rural. A última parte do capítulo traz elementos sobre a transição agroecológica.

### **2.1 Dimensões da Agroecologia e a sua construção como um paradigma científico**

Cada vez mais, a Agroecologia vem sendo reconhecida como um campo de conhecimento científico que agrega os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo (ALTIERI 2009; GLIESSMAN, 2009). Isso porque, na opinião de Altieri (2009), ela fornece os instrumentos metodológicos necessários para que a participação da comunidade se torne a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento.

De acordo com Almeida (2003), a principal proposta da Agroecologia seria a de se alcançar uma nova forma de desenvolvimento, que se apoia na diversidade social dos sistemas agrícolas, especialmente daqueles que mais se assemelham ao sistema camponês de produção. Apesar de ser considerada uma noção nova, observa-se que “a Agroecologia está cada vez mais presente nos debates sociais atuais, pela frequente associação às noções de agricultura e



desenvolvimento sustentáveis, tendo uma incidência em espaços geográficos e sociais bem circunscritos” (ALMEIDA, 2003, p. 5).

Em essência, a literatura especializada admite que a Agroecologia venha se constituindo em um novo paradigma científico<sup>6</sup> que servirá para inspirar estilos de desenvolvimento rural em todo o mundo, apresentando-se como campo de conhecimento integrador de diferentes disciplinas científicas, sendo atribuída como sua principal característica a capacidade de se nutrir dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores, extensionistas e demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno local em suas ações (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006). De fato, o enfoque agroecológico é mais sensível às complexidades dos sistemas agrícolas locais, já que nele os critérios de desempenho incluem não só um aumento na produtividade, mas também propriedades como sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação de recursos e equidade (ALTIERI, 2009).

Enquanto paradigma científico emergente, atribui-se à Agroecologia a capacidade de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental e da crise agrícola-ecológica presentes em nossa época (ALTIERI, 2009; CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006), o que, segundo Altieri (2009), torna-se possível porque a Agroecologia fornece as bases metodológicas para a compreensão tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam.

No Brasil, segundo Schmitt (2009), a Agroecologia passou a se afirmar como uma referência conceitual e metodológica sobretudo a partir da década de 1990, quando a incorporação dessa abordagem por uma parcela significativa das organizações da sociedade civil, ligadas às formas alternativas de agricultura, foi precedida por diversas críticas e contestações aos impactos sociais e ambientais gerados pela modernização conservadora da agricultura brasileira. A abordagem agroecológica, inclusive, passou a fazer parte das propostas e reivindicações da maioria dos grandes movimentos sociais do campo, seja como elemento estruturador de suas ações, seja como um campo de inovação que deve ser exercido pelos movimentos e apoiado pelas políticas públicas (GOMES DE ALMEIDA, 2009).

---

<sup>6</sup> No dizer de Kuhn (1991, p. 13), “os paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

Tais discussões, como observam Petersen, Dal Soglio e Caporal (2009), têm se refletido no âmbito do ensino nas universidades e órgãos de pesquisa e extensão, revelando, segundo esses autores, a existência de sinais de mudança na academia diante dos efeitos negativos da modernização agrícola sobre a sociedade e a natureza. Esse fato vem contribuindo para que a Agroecologia venha ganhando cada vez mais espaço para a afirmação de um desenvolvimento rural menos predatório, através de um uso mais sustentável das terras e do meio ambiente (BALESTRO; SAUER, 2009).

Balem e Silveira (2002) apontam que a Agroecologia se contrapõe em todas as frentes ao ideal de desenvolvimento centrado na acumulação de capital e exploração irracional dos recursos naturais, sendo atribuídas aos seus princípios as condições ideais para a superação de um modelo de desenvolvimento ultrapassado. Nesse sentido, Tavares de Lima e Figueiredo (2005) argumentam que a Agroecologia se pauta em uma nova postura e vem sendo apontada como capaz de atender a uma nova proposta pedagógica, de forma multidisciplinar, propondo-se a trabalhar o ambiente de modo sustentável, respeitando os conhecimentos dos diversos atores envolvidos. Os estudiosos do assunto admitem que a Agroecologia seja capaz também de permitir a construção e socialização de novos conhecimentos a partir da interação de saberes entre os diferentes atores locais (BURG, 2006).

Theodoro, Duarte e Rocha (2009) afirmam que a Agroecologia representa uma nova abordagem de agricultura e do desenvolvimento agrícola, pois tem suas práticas fundamentadas no conhecimento tradicional local da agricultura, aliadas a conhecimentos e métodos ecológicos “modernos”. Isso significa dizer que a Agroecologia não restringe suas práticas tão somente ao modo rústico e artesanal de produzir alimentos e criar animais, ou seja, ela também é adepta de algumas tecnologias “modernas”, sendo que estas, impreterivelmente, devem estar apropriadas à realidade de cada agricultor. Costabeber (2004) acrescenta que, além dos princípios da Ecologia, outras diversas áreas de conhecimento, como a Agronomia, Sociologia, Antropologia, Comunicação e Economia Ecológica, estão presentes no enfoque agroecológico e que somente através de uma constante interação entre elas é possível tornar os agroecossistemas mais sustentáveis ao longo do tempo.

Além disso, Saldanha, Antongiovanni e Scarim (2009) destacam que a Agroecologia é capaz de promover o resgate das tradições da produção de alimentos saudáveis, principalmente por permitir a realização de antigas práticas agrícolas que foram esquecidas ou abandonadas durante o período da modernização da agricultura, que visou somente à adoção de tecnologias que privilegiavam o uso de insumos industriais externos às propriedades rurais.

Assim como é caracterizada pelo MDA, a Agroecologia se coloca na contramão dos modelos concebidos sob a inspiração de pacotes tecnológicos contidos na “Revolução Verde”, ao admitir que os princípios agroecológicos sejam traduzidos em níveis locais ou regionais e transformados em tecnologias específicas para os agricultores (BRASIL, s.d.).

O que se discute, hoje, é que uma das principais inovações propostas pelo enfoque agroecológico em relação às Ciências Agrárias convencionais é o reconhecimento da existência de racionalidades ecológicas nos modos camponeses de produção (PETERSEN; DAL SOGLIO; CAPORAL, 2009). Nessa mesma linha de análise, e tendo como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional, Costa Gomes (2004) apresenta uma síntese das principais diferenças entre a proposta científica da Agroecologia e a ciência convencional, diante de um processo de construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural:

Ao contrário da ciência convencional, a ciência agroecológica não sacraliza o método científico. Na ciência agroecológica, adotamos a perspectiva pluralista como estratégia metodológica, articulando métodos e técnicas das ciências naturais e das ciências sociais. Ao contrário da ciência convencional, na Agroecologia não interessa apenas a maximização dos fatores, representada por índices crescentes de produtividade. Interessa-nos a otimização dos agroecossistemas para atender aos princípios de uma relação mais harmônica entre sociedade e natureza [...]. Na perspectiva da ciência agroecológica, estão incluídos temas, como inclusão social, protagonismo dos atores sociais, princípios éticos e a solidariedade. (COSTA GOMES, 2004, p. 22).

Costa Gomes (2004) ainda assinala que o desafio da ciência agroecológica está exatamente na articulação entre os conhecimentos científicos e os saberes cotidianos. Diante de tal desafio, nos dizeres de Caporal e Costabeber (2007a), a Agroecologia seria capaz de apresentar consideráveis contribuições para a agricultura familiar, sobretudo em propriedades pouco tecnificadas, onde as tecnologias da “Revolução Verde” não foram adotadas ou tiveram pouco impacto. Isso porque, pelo fato de a agricultura familiar possuir uma série de características intrínsecas, que a diferenciam de outras formas de ocupações agrárias, como a existência do policultivo, de diferentes escalas de produção, mas, principalmente, pela sua forma própria de exploração agrícola e de organização social, ela é apontada como o segmento com as condições mais adequadas para a implantação do modelo de produção agroecológica (COSTABEBER, 1998).

Costabeber e Moyano (2000) reforçam que, durante a consolidação de novas formas de agricultura mais respeitosas ao meio ambiente, vivenciada pelo segmento da agricultura

familiar, é de fundamental importância compreender o enfoque multidimensional desse processo de mudança, no qual estão presentes a dimensão econômica (luta contra a estagnação e marginalização econômica), a dimensão social (luta contra a exclusão social e a qualidade de vida) e a dimensão ambiental (luta contra a degradação ambiental e a perda da capacidade produtiva do agroecossistema). Por isso, durante a transição agroecológica, essas três dimensões devem estar articuladas entre si e em constante adaptação e retroalimentação, como alegam os autores.

Dessa forma, o paradigma científico da Agroecologia vem se constituindo numa referência para os estudos do desenvolvimento rural, especialmente quando integra a perspectiva da sustentabilidade.

## **2.2 As relações da Agroecologia e a agricultura sustentável e suas aplicações em agroecossistemas sustentáveis**

De maneira geral, a concepção de agricultura sustentável está fortemente ligada aos efeitos negativos provocados pelo modelo da agricultura convencional, fato que fez com que muitos agricultores e pesquisadores, sobretudo a partir dos anos 1980, passassem a repensar as práticas, os objetivos e as consequências de tal modelo. Com efeito, a prioridade para muitos atores do meio rural passou a ser conciliar a produção, a conservação ambiental e a viabilidade econômica da agricultura (EHLERS, 2008).

Dessa forma, o conceito de agricultura sustentável surge como resposta ao declínio que a “agricultura moderna” vem provocando na qualidade da base de recursos naturais (ALTIERI, 2012). Ehlers (2008) utiliza-se da argumentação de que, em quase todas as definições existentes para a agricultura sustentável, a noção de sustentabilidade presente no termo está associada aos seguintes critérios: manutenção a longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola, mínimo de impactos ao meio ambiente, retornos adequados aos produtores, otimização da produção das culturas com o mínimo de insumos químicos, satisfação das necessidades humanas de alimentos e atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais. Paulus e Schlindwein (2001) também listam alguns dos pressupostos que vêm sendo apontados para que a agricultura seja qualificada como

sustentável, tais como ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa, humana e adaptável.

Nessa perspectiva, Altieri (2009) lembra que somente uma compreensão mais profunda da ecologia humana dos sistemas agrícolas é capaz de levar a medidas coerentes com uma agricultura realmente sustentável. Para Leff (2002), isso é passível de acontecer com o enfoque agroecológico, uma vez que a Agroecologia incorpora o funcionamento ecológico necessário para uma agricultura sustentável. Além disso, acrescenta este autor, ela agrupa princípios de equidade na produção, de maneira que suas práticas permitam um acesso democrático aos meios de vida.

Um fator importante implícito no conceito de agricultura sustentável é a valorização das comunidades rurais em seus aspectos sociais, humanos e culturais. O reconhecimento desse último aspecto, isto é, o da diversidade cultural presente no campo, além de contribuir para uma definição de agricultura sustentável, permite uma reflexão sobre o próprio significado de agricultura, para além de uma ciência (PAULUS; SCHLINDWEIN, 2001). Sobre a relação entre agricultura sustentável e Agroecologia, Leff (2002) expressa como isso vem se configurando:

Os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população. Estes saberes e estas práticas não se unificam em torno de uma ciência: as condições históricas de sua produção estão articuladas em diferentes níveis de produção teórica e de ação política, que abrem o caminho para a aplicação de seus métodos e para a implementação de suas propostas. Os saberes agroecológicos se forjam na interface entre as cosmovisões, teorias e práticas. A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a autossustentabilidade e a segurança alimentar das comunidades rurais. (LEFF, 2002, p. 37).

Sob essa visão, Costa Neto (1999) esclarece que, na agricultura sustentável, o agroecossistema é considerado como um todo, procurando prever as possíveis consequências da adoção de determinadas práticas. No âmbito ecológico, ela parte da grande diversificação, através da policultura ou das culturas de rotação, além de buscar associar a produção animal à vegetal. Na esfera socioeconômica, a agricultura sustentável apresenta como características a possibilidade de um retorno econômico a médio e longo prazo, com elevado objetivo social; baixa relação capital/homem; elevada eficiência energética; além de produzir alimentos de alto valor biológico e sem resíduos químicos (COSTA NETO, 1999).

Nos agroecossistemas, a Agroecologia utiliza como primeiro princípio a preservação e ampliação da sua biodiversidade, para atingir autorregulação e biodiversidade (ALTIERI, 2009). Em uma perspectiva de manejo, o objetivo da Agroecologia é proporcionar ambientes equilibrados, rendimentos sustentáveis, fertilidade do solo resultante de processos biológicos e regulação natural de “pragas” por meio do desenho dos agroecossistemas diversificados e do uso de tecnologia de baixos insumos externos (GLIESSMAN, 2009).

Outro aspecto que vem sendo destacado na literatura diz respeito às especificidades de técnicas ecológicas, que não tentam modificar ou transformar de forma radical os ecossistemas camponeses, mas tratam de identificar elementos de manejo que, uma vez incorporados, conduzem a uma melhoria da unidade de produção (ALTIERI, 2009). Isso porque a Agroecologia pressupõe o uso de tecnologias alternativas e heterogêneas, com adequação às características locais e à cultura das populações e comunidades rurais que vivem numa determinada região ou ecossistema e que irão manejá-las (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006).

Como se pode perceber, a corrente agroecológica é bem abrangente e sugere a consolidação dos processos de manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis, numa perspectiva de análise sistêmica e multidimensional (CAPORAL; COSTABEBER, 2007b). Os autores complementam que, diferentemente de procedimentos agrícolas que se orientam exclusivamente pelo mercado e pela expectativa de um bom desempenho econômico, as práticas de agriculturas sustentáveis se apoiam na ideia de justiça social e de proteção ambiental, contribuindo, assim, mais eficazmente para o desenvolvimento rural.

### **2.3 As aplicações da Agroecologia em dinâmicas de desenvolvimento rural**

Conforme discutido na literatura especializada, as propostas de desenvolvimento rural sustentável, pautadas nos princípios da Agroecologia, devem levar em consideração, além da degradação ao meio ambiente, os níveis de pobreza rural, pois, para que as estratégias de desenvolvimento rural possam se tornar eficazes, é necessário que haja um elo entre as questões tecnológicas, econômicas e principalmente as sociais, para o enfrentamento da crise ambiental e da miséria rural que persistem no mundo em desenvolvimento (ALTIERI, 2009). A esse respeito, Sevilla Guzmán (2005) comenta que:

Essas novas estratégias de ação devem garantir o incremento da biodiversidade, no que se refere às formas de relação com os recursos naturais. Elas devem atender não somente à utilização dos mesmos, mas também à sua conservação, empregando, para isso, tecnologias que respeitem o meio ambiente e, além disso, permitam a abertura de espaços na administração, para garantir a participação local. Em suma, a Agroecologia como desenvolvimento rural sustentável, consiste na busca do local para, partindo daí, recriar a heterogeneidade do mundo rural por meio de formas de ação social coletivas. (SEVILLA GUZMÁN, 2005, p. 131).

Para promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da Agroecologia, merecem destaque, nesta discussão, as ações de Ater e os processos educativos e participativos que se está buscando consolidar no Brasil nos últimos anos, visando ao fortalecimento da agricultura familiar. Isso ficou mais evidente, notadamente, depois da criação da Pnater de 2004, mesmo que essa política não tenha sido consolidada ou estruturada pelas políticas subsequentes, como já situado no início deste trabalho.

Ainda assim, é pertinente resgatar que as propostas para os serviços de Ater incluíram, na época, ações renovadas e democráticas, em que se levou em consideração a diversidade ambiental do meio rural, o entendimento dos agroecossistemas como unidade de análise e em que se respeitaram os diferentes grupos sociais, tendo seus saberes e conhecimentos como pontos de partida para qualquer ato de intervenção (BRASIL, 2004).

Para alcançar tais proposições, a Pnater retomou a necessidade de outra postura institucional e um novo profissionalismo por parte dos extensionistas, para que estes desempenhassem o papel de facilitadores no processo de transição agroecológica, através do uso de metodologias participativas, do resgate de conhecimentos populares e do estímulo ao uso sustentável dos recursos locais, contribuindo, assim, para o desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2004). As palavras abaixo retomam um pouco das proposições da Pnater de 2004:

A Pnater estabelece a necessidade de adoção dos princípios da Agroecologia e suas bases epistemológicas, para o desenho de agroecossistemas sustentáveis e para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável [...]. Desta forma, poderia ser dito que o enfoque metodológico e tecnológico, que está proposto na Pnater, requer a implementação de uma extensão rural agroecológica ou ecossocial. (CAPORAL, 2006, p. 12).

Na tentativa de destacar os requisitos estabelecidos pela Pnater de 2004, Caporal (2006) define esse tipo de extensão rural agroecológica como sendo:

Um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação-participante, que permita o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os levem a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo. (CAPORAL, 2006, p. 12).

Merecem destaque igualmente, nessa busca de construção do desenvolvimento rural sustentável norteado pela Agroecologia, as ONGs voltadas para a problemática rural e agrícola, principalmente nos países em vias de desenvolvimento, onde existe a necessidade de se combater a pobreza no setor rural e se recuperar os recursos básicos das pequenas propriedades. Essas ONGs têm buscado novas estratégias de desenvolvimento rural, pautadas em uma abordagem de baixo para cima e utilizando os recursos já disponíveis: população local, suas necessidades e aspirações, seu conhecimento agrícola e recursos naturais existentes (ALTIERI; MASERA, 2009). Analisando programas agroecológicos promovidos por ONGs em diferentes partes do mundo, Altieri (2009) considera que essas organizações em muito podem contribuir para o desenvolvimento dos sistemas produtivos dos agricultores.

Algumas ONGs envolvidas em programas de desenvolvimento rural demonstraram uma capacidade única de compreender a natureza específica e diferenciada da pequena produção, promovendo experiências bem-sucedidas na geração e transferência de tecnologias camponesas. Um elemento-chave tem sido o desenvolvimento de novos métodos agrícolas baseados em princípios agroecológicos, que se assemelham ao processo de produção camponês. Esta abordagem distingue-se daquela da Revolução Verde não apenas tecnicamente, ao reforçar o emprego de tecnologias de baixo uso de insumos, mas também por critérios socioeconômicos, no que tange às culturas afetadas, beneficiários, necessidades de pesquisa e participação local. (ALTIERI, 2009, p. 41).

Para Altieri (1987 apud ALMEIDA, 2009), as organizações não governamentais que atuam no meio rural possuem características particulares que as distinguem de diversas outras, entre as quais se destacam: uma preocupação para que a transferência de tecnologias seja (socialmente) apropriada à realidade de cada produtor, o incentivo ao resgate de práticas agrícolas tradicionais, o entendimento da sua lógica e a promoção de atividades de intercâmbio de conhecimento entre agricultores. Ao lado disso, tratam as questões do



desenvolvimento rural e agrícola como processos sociais, permitindo que os agricultores envolvidos nesses processos tenham consciência de sua condição e se sintam capazes de enfrentar os desafios.

#### **2.4 Transição agroecológica: limites e potencialidades de um processo de mudança social e produtiva**

O processo de mudança de uma agricultura convencional para modelos alternativos, orgânicos ou agroecológicos vem sendo chamado de conversão ou transição, abrangendo aspectos agrônômicos, educativos, culturais, econômicos e sociais (KHATOUNIAN, 2001). A expressão “transição agroecológica” tem sido atualmente utilizada como “chave de leitura no estudo das interações que se estabelecem entre processos sociais e processos ecológicos na coprodução do desenvolvimento rural” (SCHMITT, 2009, p. 177).

Do ponto de vista semântico, o termo “transição” pode designar a “ação e efeito de passar de um modo de ser ou estar a outro distinto” (COSTABEBER; MOYANO, 2000, p. 2). Ainda de acordo com Costabeber e Moyano (2000), isso remete à ideia mesma de processo, ou seja, um curso de ação que se manifesta na realidade concreta, a partir de uma complexa configuração de causas (passadas, presentes ou futuras) e que sempre há de provocar consequências e efeitos, previsíveis ou não, na nova situação que se estabelece.

Na visão de Caporal (2009), a transição promove um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, têm como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção e de outros sistemas degradantes do meio ambiente a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. O autor destaca que, por se tratar de um processo social, ou seja, por depender da ação humana, a transição agroecológica implica não somente a busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, mas uma mudança nas atitudes e valores dos atores envolvidos, seja nas suas relações sociais, seja nas suas atitudes com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais.

Caporal (2009) também chama a atenção para a complexidade tanto tecnológica como metodológica e organizacional que envolve o processo de transição agroecológica. Dessa forma, não é fácil, nem rápida, a transição de agricultores convencionais para agroecológicos,

pois, como citado anteriormente, a transição agroecológica propõe processos de mudança social que implicam o reconhecimento de um saber próprio relacionado à produção agroecológica e a todo um procedimento de implementação de um processo produtivo em novas bases teórico-metodológicas. Além disso, requer soluções específicas para cada região particular, pois cada agroecossistema possui características ambientais, sociais, econômicas e culturais particulares, as quais precisam ser devidamente respeitadas (SCHENKEL et al., 2004). Os autores sublinham ainda que, nesses processos, além dos aspectos técnicos e econômicos, estão presentes outras dimensões, de ordem social, política, ecológica, ética e cultural em constante movimento e conflito.

Shenckel et al. (2004, p. 11) também admitem que a transição agroecológica é “constituída de processos de mudança social e, como tal, não comporta visões unidirecionais e estáticas da realidade”. Para Costabeber e Moyano (2000), enquanto processo de mudança social, a transição pode resultar de estratégias de diversos atores e grupos sociais, surgidas pelo confronto de interesses distintos e contraditórios. Trata-se, para Schmitt (2009), de um processo conflitivo e com vários níveis de mudança socioambiental, em que a ação humana ocupa um lugar central.

Nesse processo, Balestro e Sauer (2009) entendem que não há meia transição e tampouco a questão ambiental pode ser tratada como uma variável como outra qualquer a ser levada em conta no processo da produção material. Eis a razão pela qual se admite que “a transição implica a passagem de um processo de reprodução social totalmente insustentável no longo prazo para outro que não carregue o fardo das tendências destrutivas do nosso tempo” (MESZÁROS, 2007 apud BALESTRO; SAUER, 2009, p. 8).

Para Balestro e Sauer (2009), a transição agroecológica propõe mudanças nos principais circuitos de produção e consumo de alimentos, atingindo diretamente a soberania e segurança alimentar. Nesse sentido, o aperto econômico provocado pelos gastos excessivos com insumos externos e pela diminuição nos lucros dos produtores, além do esgotamento do paradigma da “Revolução Verde”, pode ser uma grande motivação para a transição agroecológica entre os agricultores (BALESTRO; SAUER, 2009). Aliás, Altieri (2009) adverte que muitos agricultores podem não adotar os sistemas alternativos se não enxergarem uma boa perspectiva financeira, seja através do aumento da produção, seja através da redução dos custos da produção. O autor explica que a adoção de diferentes posturas dependerá, primeiramente, da percepção do agricultor acerca dos benefícios a curto e médio prazo da agricultura sustentável.

Costabeber (1998), em sua discussão sobre a perspectiva agroecológica, identifica na transição um caráter multidisciplinar pautado nas necessidades e potencialidades locais, devendo o agricultor exercer o papel de sujeito ativo na determinação e construção de opções futuras. Argumenta, ainda, sobre a necessidade de buscar políticas públicas de pesquisa e de extensão para o que ele chama de “agroecologização”.

A cartilha do MDA intitulada *Agroecologia: base científica para uma Agricultura Sustentável*, por sua vez, define a transição agroecológica como sendo a passagem da maneira convencional de produzir com agrotóxicos e outros contaminantes para novas maneiras de fazer agricultura, com tecnologias de base ecológica (BRASIL, s.d.). Tal proposta vai além dos aspectos técnicos de produção, incluindo todo um complexo de relações que se estabelecem com o meio ambiente, assim como as relações formadas entre as pessoas.

Lampkin (1990 apud ALTIERI, 2009) ressalta que a conversão dos sistemas de cultivo baseados em monoculturas para sistemas agroecológicos de baixo uso de insumos não se dá somente com a retirada dos insumos externos. Diz ainda ser imprescindível que ocorra uma substituição compensatória ou manejo alternativo, além da necessidade de um conhecimento ecológico substancial para orientar a sucessão dos fluxos necessários à manutenção das produções em um sistema integrado de baixo uso de insumos.

A conversão para um manejo de baixo uso de insumos externos, segundo Altieri (2009), é um processo de transição caracterizado por quatro etapas distintas, consistindo de: retirada progressiva de produtos químicos; uso eficaz de insumos, através de uma racionalização e melhoramento da eficiência no uso de agroquímicos, por meio do manejo integrado de pragas (MIP) e manejo integrado de nutrientes; substituição de insumos, utilizando tecnologias alternativas e de baixo consumo de energia; e replanejamento do sistema agrícola diversificado, visando otimizar a integração plantação/animal.

Durante as quatro etapas, o manejo é orientado de maneira a assegurar os seguintes processos: aumento da biodiversidade no solo em sua superfície; aumento da produção de biomassa e matéria orgânica no solo; decréscimo de resíduos dos agrotóxicos e da perda de nutrientes e componentes da água; estabelecimento de relações funcionais entre os variados componentes da propriedade; uso eficiente dos recursos naturais do local; e planejamento das sucessões de plantios e combinações entre animais/plantações (ALTIERI, 2009).

De forma semelhante, Gliessman (2009) considera que podem ser distinguidos três níveis fundamentais no processo de transição para agroecossistemas sustentáveis: o incremento da eficiência das práticas convencionais para diminuir o uso e consumo de *inputs*

caros, escassos e nocivos ao meio ambiente; a substituição de *inputs* e práticas convencionais por práticas alternativas; e o redesenho do agroecossistema, para que funcione com base em um novo conjunto de processos ecológicos.

O processo de conversão pode ser complexo, na medida em que exige mudanças nas práticas de campo, na gestão da unidade de produção agrícola em seu cotidiano, no planejamento, *marketing* e filosofia (GLIESSMAN, 2009). Além disso, como analisa Altieri (2009), o processo de conversão leva tempo, variando de um a cinco anos, dependendo do nível de artificialização ou degradação em que se encontra o sistema original.

Gliessman (2009) acrescenta que o tempo necessário para completar o processo de conversão depende muito do tipo de cultura ou culturas produzidas, das condições ecológicas locais e da história anterior de manejo de insumos. Segundo o autor, para culturas anuais de ciclo curto, o prazo de conversão pode ser de três anos; para culturas perenes e sistemas de produção animal, provavelmente o período de tempo é de, no mínimo, cinco anos ou mais.

Para Gliessman (2009), o processo geral de transformação deve seguir, como linhas orientadoras, os seguintes princípios: mover-se para um manejo baseado na reciclagem de nutrientes; utilizar fontes renováveis de energia; eliminar o uso de insumos sintéticos não renováveis provenientes de fora da propriedade; quando necessário, acrescentar materiais ao sistema produtivo, usando os que ocorrem naturalmente; manejar “pragas”, doenças e ervas adventícias, em vez de eliminá-las; restaurar as interações biológicas que podem ocorrer naturalmente na propriedade; estabelecer combinações mais apropriadas entre padrões de cultivo, potencial produtivo e as limitações físicas da paisagem agrícola; realizar uma estratégia de adaptação que não prejudique o potencial biológico e genético das espécies de plantas agrícolas e animais às condições ecológicas da unidade produtiva, em vez de modificá-la para satisfazer às necessidades das culturas e animais; valorizar ao máximo a saúde geral do ecossistema; enfatizar a conservação do solo, água, energia e recursos biológicos; e incorporar a ideia de sustentabilidade a longo prazo no desenho e manejo geral do agroecossistema. O autor ainda observa que a ênfase dada a cada um desses princípios poderá variar, mas todos eles podem contribuir significativamente para o processo de conversão.

Com relação às dificuldades concretas enfrentadas pelos agricultores no processo de transição agroecológica, Altieri (2009) observa que, em alguns casos, é comum a queda na produção durante o período inicial da conversão. Nessa perspectiva, Dabbert e Madden (1986 apud SCHMITT, 2009, p.190) sinalizam que a renda de uma unidade produtiva durante o

processo de transição seria afetada por cinco diferentes tipos de efeitos, nos quais se incluem: as alterações provocadas pela introdução de novos sistemas de cultivo e pelas mudanças ocorridas nos regimes de rotação de culturas; o efeito da transição biológica, quer dizer, as perdas em produtividade que ocorrem até que a fertilidade do solo e os mecanismos de controle natural de “pragas” e doenças sejam retomados no nível do sistema; o efeito aprendizagem, ou seja, as perdas em produtividade que podem ocorrer pela falta de experiência ou de informação dos agricultores em relação aos métodos de agricultura orgânica; o efeito estabilização, obtido a partir da superação dos limites biológicos e gerenciais enfrentados pelos agricultores.

Apesar de, frequentemente, os produtores terem uma pequena redução no rendimento e no lucro nos dois primeiros anos do período de transição, a maioria daqueles que persistem nesse processo, ao final, é recompensada por benefícios tanto econômicos como ecológicos, devido à conversão (GLIESSMAN, 2009). Parte do sucesso da transição agroecológica, de acordo com Lampkin (1990 apud ALTIERI, 2009), depende da capacidade do produtor em ajustar a sua economia e sua propriedade a um novo padrão de produção, dotado de um conjunto próprio de insumos e custos de manejo, acomodando-se, ao mesmo tempo, a sistemas diferenciados de mercados e preços.

As estratégias desenvolvidas pelos produtores rurais no processo de reestruturação de seus sistemas produtivos foram descritas por Hill e MacRae (1995 apud SCHMITT, 2009, p.190), a partir de diferentes estágios de conversão. Para esses autores, primeiramente, ocorre o estágio da eficiência, em que se busca um melhor desempenho dentro do próprio sistema convencional, por meio de uma redução do consumo ou do desperdício de recursos escassos, incluindo os agrotóxicos, os fertilizantes químicos, a água e o próprio solo. Num segundo estágio, denominado estágio de substituição, os insumos prejudiciais à saúde do homem e dos ecossistemas seriam substituídos por produtos ou métodos com menor potencial de degradação ao meio ambiente. No terceiro e último estágio, ainda de acordo com esses autores, o sistema produtivo seria totalmente redesenhado e manejado a partir de princípios ecológicos. Nessa passagem de estágios, reconhece-se, geralmente, o prejuízo causado pelo sistema convencional, tanto em termos produtivos e ambientais como em termos financeiros.

Na concepção de Guterrez (2006), esse processo encontra dificuldades, principalmente pelos seguintes motivos: a terra utilizada para a agricultura está contaminada por adubos químicos e pelo uso intensivo de venenos; as sementes modificadas pelas multinacionais são totalmente dependentes de insumos químicos e substituí-las completamente é um processo

complexo e necessita de tempo; o meio ambiente, especialmente o solo, está desequilibrado, e as “pragas” e doenças estão fora de controle; os agricultores não possuem recursos financeiros suficientes para arcar com a passagem de uma agricultura convencional para outra sustentável, bancando possíveis prejuízos; a indisponibilidade de conhecimento bastante que possa dar suporte e garantir o enfrentamento de problemas e desafios surgidos no dia a dia; e a falta de assistência técnica e pesquisa suficiente na área agroecológica para acompanhar todos os agricultores que iniciam o processo de transição.

Apesar disso, é possível reconhecer que existe uma motivação crescente para os agricultores realizarem a transição agroecológica. A motivação, de acordo com Gliessman (2009), é influenciada por um conjunto de aspectos socioeconômicos e ambientais, tais como: o custo crescente da energia; o baixo lucro proporcionado por algumas práticas agrícolas convencionais; o desenvolvimento de novas práticas que são vistas como opções viáveis; o aumento da consciência ambiental por parte dos consumidores, produtores e legisladores; e a consistência dos novos mercados para produtos agrícolas cultivados e processados de forma alternativa.

Na mesma linha de pensamento, Tavares de Lima e Figueiredo (2005) afirmam que a existência de novos mercados em que se obtenha uma melhor remuneração é um fator estimulante para os agricultores, no que diz respeito às suas decisões em aderir a sistemas de produção mais sustentáveis. Os autores destacam, ainda, que os setores sociais urbanos desempenham papel fundamental na formação desses novos mercados, pois a consciência sobre os riscos de consumo de produtos oriundos da agricultura convencional fez com que uma parcela significativa da população aderisse a uma alimentação mais saudável.

A literatura também destaca que os incentivos e/ou subsídios podem ser necessários para alguns agricultores no processo de transição, na medida em que esperam seus sistemas produtivos gerarem os possíveis ganhos pressupostos no processo de conversão. Ademais, espera-se que a conversão leve a uma bonificação sobre o valor da produção, resultando em um aumento substancial na renda líquida da propriedade, mesmo havendo a necessidade de mão de obra extra para se adequar à nova realidade. Não sendo obtida essa bonificação, o resultado pode ser uma redução significativa na renda líquida da propriedade (ALTIERI, 2009).

Contudo, como já sublinhado por Gliessman (2009), a conversão para um manejo do agroecossistema implica uma série de mudanças na ecologia dos sistemas. É a partir de tais mudanças que é possível identificar o nível de “ecologização” atingido por sistemas

produtivos onde predomina uma agricultura convencional e modernizada (SCHMITT, 2009). A mensuração e o monitoramento dessas mudanças durante o período de conversão auxiliam, inclusive, o produtor a avaliar o sucesso do processo de conversão e proporcionam, por conseguinte, um quadro de referência para determinar as exigências e os indicadores de sustentabilidade (GLIESSMAN, 2009).

Para fazer da transição agroecológica um processo que traga impactos positivos ao desenvolvimento rural, faz-se necessária, para Görden e Vivian (s.d. apud GUTERREZ, 2006), uma metodologia pautada em nove aspectos: 1) planejar as ações envolvendo a comunidade, direcionando as discussões para a Agroecologia e os agroecossistemas, em que a articulação das dimensões econômica, política, tecnológica, social, cultural e ambiental deve estar presente; 2) planejar as ações de forma participativa, gerando corresponsabilidades entre os agricultores, suas organizações e seus assessores; 3) levar em consideração a complexidade e o dinamismo de cada sistema de produção, assim como os limites ambientais em que se desenvolvem; 4) estabelecer uma articulação entre os movimentos sociais com parcerias estratégicas, como instituições de assistência técnica, ensino e pesquisa; 5) considerar as particularidades relativas às questões de etnia, gênero, geração e diferentes condições socioeconômicas das populações rurais; 6) estimular a democratização dos processos de decisão, em que ocorra a participação de cada membro das famílias na gestão da unidade familiar e nas estratégias de desenvolvimento das comunidades; 7) estimular a participação de jovens e mulheres, que deve ser central em todo o processo de transição, considerando suas especificidades socioculturais; 8) apoiar iniciativas educacionais apropriadas para a agricultura camponesa; 9) para garantir que a metodologia ocorra de forma participativa, considerar a experiência de cada pessoa envolvida no processo, estabelecendo uma estreita relação entre a teoria e a prática. Tal relação propiciará uma construção coletiva de saberes, através do intercâmbio de conhecimentos de experiências exitosas, capazes de permitir, inclusive, que agricultores e técnicos possam aprender uns com os outros.

Alguns desses aspectos descritos acima poderão ser observados nas experiências de transição agroecológica dos agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde vinculados à Adessu e dos agricultores familiares do assentamento de reforma agrária Chico Mendes III, localizado no município de São Lourenço da Mata, como será visto adiante.

## **CAPÍTULO 3 – OS MUNICÍPIOS E AS EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DOS AGRICULTORES DA ADESSU E DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III**

Os dois municípios em estudo experimentaram significativos processos de transição agroecológica, graças, em boa medida, aos esforços empregados por atores sociais na constituição de estratégias e experiências de desenvolvimento rural. Este capítulo tem como finalidade caracterizar os municípios de Santa Cruz da Baixa Verde e de São Lourenço da Mata, situando ainda os processos de transição agroecológica empreendidos pelos agricultores familiares ligados à Adessu e ao assentamento Chico Mendes III.

### **3.1 Interação entre atores locais: o caso de Santa Cruz da Baixa Verde**

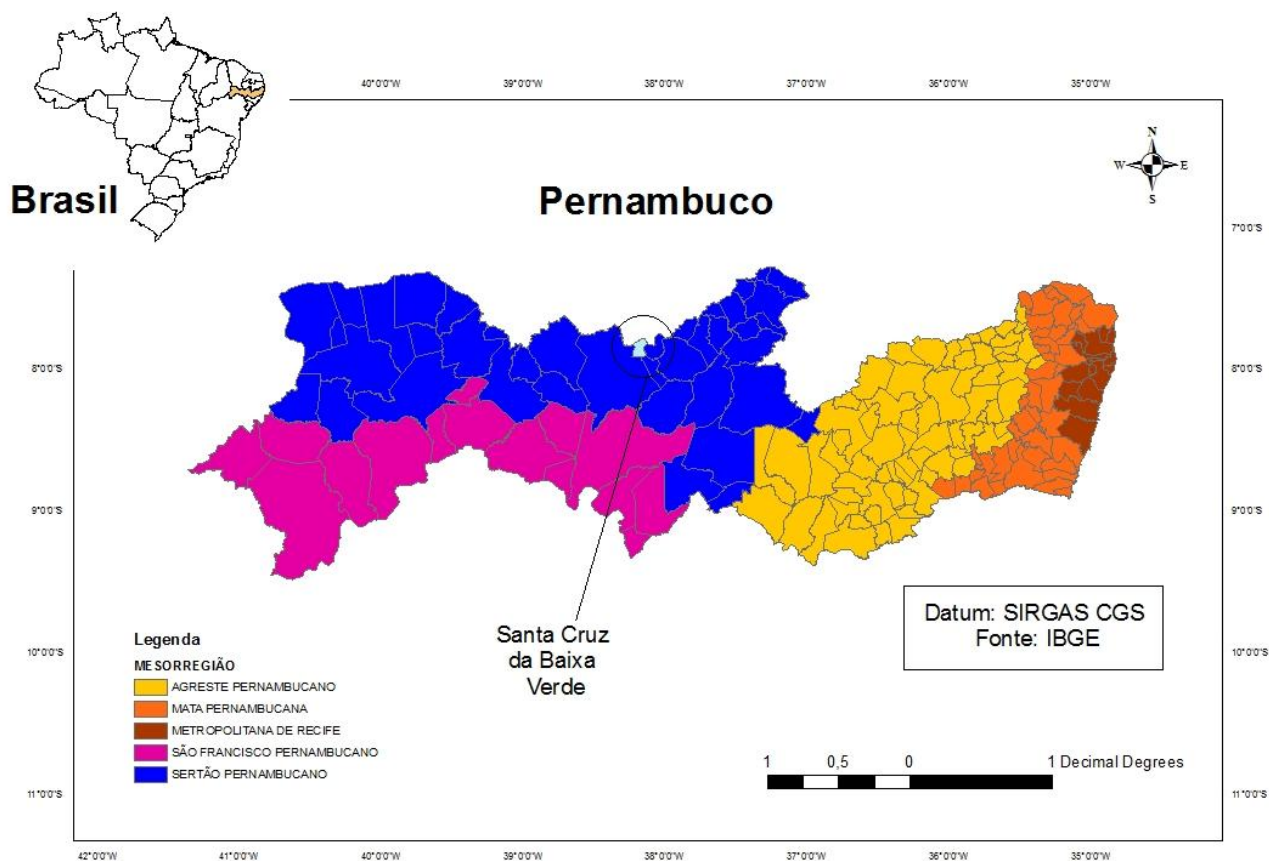
O município de Santa Cruz da Baixa Verde (Figura 1) possui uma área de 90,8 km<sup>2</sup> e está localizado na mesorregião do Sertão Pernambucano<sup>7</sup> e na microrregião do Pajeú, porção norte do estado de Pernambuco, limitando-se geograficamente, ao norte, com o estado da Paraíba, ao sul com os municípios de Calumbi e Serra Talhada, a leste com Triunfo e a oeste com Serra Talhada novamente. Pertence à bacia do Rio Pajeú, tendo uma temperatura média anual de 21,9°C, e sua vegetação predominante é a floresta Subcaducifólia (IBGE, 2010).

---

<sup>7</sup> O Sertão compreende mais de 60% do estado e se encontra em uma área de clima quente e semiárido. A área semiárida de Pernambuco apresenta precipitações anuais iguais ou inferiores a 800 mm. As áreas mais secas têm uma média de chuvas de 400 mm/ano e situam-se no Vale do São Francisco e no Sertão do Pajeú (ANDRADE, 2003).



Figura 1 – Mapa de Pernambuco, com destaque para Santa Cruz da Baixa Verde



Fonte: elaborada pelo autor (2014), a partir de dados do IBGE (2013).

Santa Cruz da Baixa Verde apresenta, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), uma população total residente de 12.240 habitantes, dos quais aproximadamente 55% estão inseridos no meio rural. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, o município possui 1.329 estabelecimentos familiares, que ocupam uma área de 6.318 ha. Ao mesmo tempo, os dados revelam que existem 138 estabelecimentos não familiares no município, ocupando 15.407 ha.

A agropecuária desempenha um importante papel na economia do município. Sua área rural apresenta uma atividade agrícola muito diversificada, onde se destaca a criação de aves, bovinos, caprinos, ovinos e suínos. Com relação ao plantio, predomina a produção de cana-de-açúcar, milho, feijão, mandioca, banana, goiaba, laranja, café e tomate, em pequenas áreas. Segundo Andrade et al. (2009), os cultivos de maior ocorrência na região são o feijão (*Vigna unguiculata*) e o milho (*Zea mays*), por se tratar de produtos típicos do autoconsumo familiar.

Entretanto, é possível reconhecer que a cana-de-açúcar é a principal cultura de Santa Cruz da Baixa Verde, tanto que o município é conhecido como a “Capital da Rapadura”, dado o seu desempenho produtivo na fabricação desse produto.

Informações do IBGE (2010) revelaram que a importância da produção de cana-de-açúcar vem aumentando cada vez mais em Pernambuco, gerando anualmente uma renda de cerca de 800 mil reais e uma quantidade produzida de 20 mil toneladas no estado, trazendo melhoria na qualidade e renda da população local. No entanto, nos últimos anos, os produtores de cana-de-açúcar de Santa Cruz da Baixa Verde estão sofrendo com a queda na produção – 80% em alguns casos –, ocasionada pela forte estiagem que castiga a região, levando ao fechamento de muitos engenhos, devido à falta da matéria-prima responsável pela principal atividade econômica do município. Além disso, com os moinhos dos engenhos parados, vários trabalhadores rurais perderam seus empregos, o que prejudicou muitas famílias que tinham na produção de rapadura a sua principal fonte de renda.

A situação atual da produção de cana-de-açúcar em Santa Cruz da Baixa Verde é um bom exemplo da dependência no monocultivo, das fragilidades na consolidação do sistema empresarial no campo, mas, principalmente, dos efeitos nefastos de um modelo agrícola convencional e excludente, característico da modernização da agricultura, sobre as populações rurais menos favorecidas. Andrade (2011), ao situar o capitalismo e a evolução recente da agricultura nordestina, considera que as implicações ecológicas e sociais evidenciadas na região são decorrentes do modelo econômico brasileiro, que foi construído visando ao desenvolvimento do capitalismo via destruição dos modos de produção pré-capitalistas presentes no campo, como modelos de produção dependentes, o que agravou a situação agrária e levou a situação ambiental a um severo estado de crise.

Ainda de acordo com Andrade (2011), o fato de existirem duas formas de exploração agrícola antagônicas bem definidas no Nordeste, isto é, uma visando à produção para exportação e outra visando à produção para o abastecimento da propriedade familiar rural e da região, foi provocando um desequilíbrio na dinâmica da agricultura. Esse desequilíbrio acarretou a expansão das atividades capitalistas, a exemplo da própria agroindústria canavieira, substituindo áreas antes desocupadas ou voltadas para o mercado interno, o que enriqueceu grupos dominantes, dedicados a culturas de exportação, e desapropriou e empobreceu grupos de agricultores descapitalizados, que tinham sua produção voltada para o mercado local. Outras situações evidenciadas foram o êxodo rural e o crescimento desordenado das cidades, além do processo migratório rural-rural, das áreas de ocupação

tradicional para aquelas em ocupação onde os migrantes pobres se estabelecem como posseiros, cultivando lavouras comerciais e de autoconsumo, como o milho, o feijão e a mandioca (ANDRADE, 2011).

Em pesquisa realizada em Santa Cruz da Baixa Verde, Lima (2011) constatou que o monocultivo da cana-de-açúcar foi o principal responsável pelos danos causados à agricultura local. A exploração da mão de obra, as pressões sobre as terras produtivas, os impactos ambientais provocados por desmatamentos e queimadas, o uso de adubos químicos e agrotóxicos, a mecanização pesada e o uso de variedades melhoradas constituem alguns dos exemplos da atuação da modernização da agricultura no município. Essas foram algumas das circunstâncias que levaram alguns agricultores de Santa Cruz da Baixa Verde a praticar outro tipo de agricultura, baseado no enfoque agroecológico.

Para fazer frente aos manejos tradicionais associados à cana-de-açúcar, esses agricultores participaram de um processo de transição agroecológica que contou, inicialmente, com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Triunfo (município que é vizinho de Santa Cruz da Baixa Verde e que conta com uma população total de 15.006 habitantes [IBGE, 2010]), do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (*Deutscher Entwicklungsdienst – DED*)<sup>8</sup> e do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, durante a década de 1990. Os agricultores tinham, entre seus objetivos: desenvolver atividades agrícolas que gerassem renda e preservassem o meio ambiente, promover a organização associativa dos agricultores, trabalhar o processo de beneficiamento e comercialização da produção e incentivar a integração de jovens e mulheres ao trabalho. Dentro do processo de transição, foi fundada, no ano de 1996, a Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu) (Figura 2).

---

<sup>8</sup> Trata-se de uma instituição de cooperação internacional do Governo Alemão, fundada em 1963, cujo objetivo principal é fortalecer, em parceria com entidades nacionais, a capacidade das populações para melhorar suas condições de vida, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Figura 2 – Sede da Adessu Baixa Verde



Fonte: pesquisa de campo (2014).

A Adessu iniciou sua trajetória com 12 famílias associadas e com o objetivo de desenvolver atividades agrícolas que gerassem renda e preservassem o meio ambiente. A promoção da organização dos agricultores em torno do beneficiamento e comercialização da produção e o incentivo à integração de jovens e mulheres ao trabalho estavam também entre os seus objetivos. No ano de 1998, a Adessu gerenciou seu primeiro projeto de implantação de sistemas agroflorestais, utilizando técnicas sustentáveis de manejo (ADESSU, 2003).

Para a realização do projeto de implantação de áreas agroflorestais em Santa Cruz da Baixa Verde, foram adquiridas estacas de plantas nativas e frutíferas, mudas de palma forrageira e construído um viveiro de 22 mil mudas de café, em parceria com a prefeitura do município. Essas ações resultaram na formação de um Banco Rotativo de Sementes e Mudanças. No ano de 1999, a Adessu administrou recursos destinados à construção de cisternas de placas, através do Programa Comunidade Solidária,<sup>9</sup> beneficiando famílias dos municípios de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde, entre elas 22 sócias da Adessu.

A partir desse projeto, foi iniciado o Fundo Rotativo de Cisternas, no qual cada família beneficiada se responsabilizava por repassar 50% do valor do material em 25 parcelas. Com isso, a instituição passou a gerenciar recursos da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), para a construção de cisternas de placas. A Adessu passou também a promover encontros sobre gerenciamento de recursos hídricos com as famílias beneficiárias, bem como

<sup>9</sup> Programa do Governo Federal que foi criado em 1995, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. O programa prosseguiu suas atividades construindo a estratégia governamental de combate à fome e à pobreza, mediante a coordenação das ações do Governo Federal e a formação de parceria com os estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade, observando os princípios de descentralização e solidariedade. Foi encerrado em dezembro de 2002, sendo substituído pelo Programa Fome Zero.

capacitação e discussões sobre a importância da preservação do meio ambiente e da participação das mulheres e jovens no processo produtivo (ADESSU, 2003).

Além dos sistemas agroflorestais, outras práticas com a orientação da Agroecologia também foram incorporadas, ao longo do tempo, pelos agricultores de Santa Cruz da Baixa Verde em suas propriedades, entre as quais destacam-se: policultivo; rotação de culturas; cultivos de cobertura; técnica da rochagem; pousio; uso de biofertilizantes; controle biológico de “pragas”; alimentação de bovinos e outros animais com base nos próprios recursos existentes na propriedade, com a utilização de resíduos culturais; reutilização da água em algumas fases do setor de produção; compostagem; adubação verde; seleção de sementes e produção de mudas; captação de água da chuva; coleta, transformação e reutilização das sobras de produção; e integração de bovinos e culturas. Essas práticas com a orientação da Agroecologia, ou formas de manejo listadas anteriormente, podem variar de propriedade para propriedade, dada a disponibilidade dos recursos econômicos e ecológicos que o agricultor possui, mas cada uma delas faz parte do processo de transição agroecológica desenvolvido pelos agricultores de Santa Cruz da Baixa Verde.

Atualmente, observa-se no município uma tendência de aumento do número de agricultores e das práticas com orientação da Agroecologia ali desenvolvidas, a exemplo do número de agricultores associados da Adessu, que passou de 12 para 45 desde a sua criação. Além disso, o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Serra da Baixa Verde,<sup>10</sup> que conta com a parceria do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, abrange um universo de mais de 200 famílias da região. Atribui-se esse crescimento aos estímulos dados pela prefeitura de Santa Cruz da Baixa Verde e de municípios vizinhos, que incentivam o abastecimento com base em produtos orgânicos e aqueles produzidos a partir da Agroecologia. Além disso, não se pode descartar a importância da política instituída pelos governos Federal e Estadual de compra dos produtos oriundos da agricultura familiar, através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para programas como o de Aquisição de Alimentos (PAA), que atende ao Fome Zero, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

---

<sup>10</sup> O Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Serra da Baixa Verde teve como principal desafio instalar uma agroindústria familiar, com o objetivo de fortalecer os processos produtivos e a geração de renda para as famílias envolvidas. Na agroindústria, destaca-se a produção de rapadura e de mel de engenho, produtos oriundos da cana-de-açúcar plantada em base agroecológica nos sítios dos agricultores familiares. Vale destacar que alguns agricultores vêm realizando, além da produção, o processamento de alimentos em sua propriedade. Para eles, a opção tem sido comercializar os seus produtos em feiras agroecológicas da região, melhorando o acesso à renda e fortalecendo a economia local.

Além de atuar dentro dos princípios da Agroecologia e na multiplicação dos sistemas agroflorestais, a Adessu trabalha buscando o melhoramento da produção dos agricultores associados, de maneira a agregar mais valor aos seus produtos. Para a realização de tais objetivos, identifica-se, na Adessu, toda uma dinâmica de práticas de cooperação no âmbito produtivo, ou seja, práticas que se constituem em estratégias de resistência ao processo de exclusão da unidade produtiva e que podem superar a marginalidade nos planos técnicos e econômicos dos agricultores.

Assim sendo, a Adessu, dentro dos princípios da Agroecologia, estimula a realização de práticas de produção sustentável, assim como incentiva a preservação dos recursos naturais, proporciona troca de experiência entre os agricultores, participa da organização de feiras agroecológicas, apoia a participação de jovens e mulheres, presta serviços de Ater, viabiliza condições de produção (máquinas, implementos, transporte e agroindústria) e busca a realização de cursos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Mais recentemente, em 2011, os associados da Adessu fundaram a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar Agroecológica (Coopcafa), com o objetivo de concretizar o controle sobre todo o processo produtivo, de transformação e de comercialização da produção orientada pela Agroecologia proveniente da agricultura familiar do município (Figura 3). Dessa maneira, as experiências iniciais de valorização da produção inspirada na Agroecologia dos agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde passaram a contribuir consideravelmente com a geração de renda do município. Podem ser considerados elementos-chave nesse processo a criação da Adessu e a sua articulação com outros atores locais (organizações governamentais e não governamentais, agentes financeiros, associações e sindicatos, instituições de ensino e pesquisa etc.), bem como a criação de feiras agroecológicas na região, com as quais os agricultores mantêm intensos fluxos de comercialização de seus produtos.

Figura 3 – Beneficiamento de produtos na Adessu/Coopcafa



Fonte: pesquisa de campo (2014).

A raiz para entender a experiência de transição agroecológica de Santa Cruz da Baixa Verde remonta a 1993, quando foi fundada a ONG Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, com sede em Recife, Pernambuco, mas que atua em diversas regiões do estado, concentrando seus trabalhos, especialmente, na multiplicação dos sistemas agroflorestais. Filiado à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), o Centro Sabiá apresenta, na sua missão, o desafio de interagir com os diversos setores da sociedade civil, na medida em que busca desenvolver trabalhos diferenciados com crianças, jovens, mulheres e homens presentes na agricultura familiar (CENTRO..., s.d.).

Na tentativa de cumprir tal missão, o Centro Sabiá concentra suas ações em seis eixos estratégicos: 1) fortalecimento de processos de produção da agricultura familiar para a transição agroecológica, contribuindo para a soberania, a segurança alimentar e nutricional, a melhoria do trabalho e renda das famílias agricultoras e o combate às desigualdades sociais de classe, gênero, raça e geração; 2) fortalecimento do trabalho com grupos de mulheres e comunidades quilombolas na perspectiva de gênero e geração de trabalho e renda; 3) participação da juventude, protagonizando ações agroecológicas e contribuindo para a melhoria da vida nas dimensões política, social e ambiental no campo; 4) participação efetiva nos espaços locais, regionais e nacionais na discussão e elaboração de políticas públicas para a agricultura familiar em redes e parcerias; 5) comunicação, promovendo a visibilidade institucional na perspectiva de uma agenda pública que fortaleça a agricultura familiar e a agroecologia; e 6) desenvolvimento institucional organizacional e de gestão fortalecidos a partir de valores sociais e políticos do trabalho (CENTRO..., s.d.). Além disso, essa ONG está

vinculada a algumas redes e articulações, entre as quais merecem destaque a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e a Rede de Assessoria Técnica e Extensão Rural do Nordeste (Rede Ater/NE).

As atividades do Centro Sabiá junto aos agricultores do município de Santa Cruz da Baixa Verde resultaram na criação da Adessu. A assessoria realizada pelo Centro Sabiá, ao longo dos anos, foi seguindo os objetivos de seus eixos estratégicos, prestando aos agricultores familiares e à Adessu ações que pudessem contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável.

A outra ONG que participa do processo de transição agroecológica dos agricultores familiares do município de Santa Cruz de Baixa Verde é o Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor), fundado em 1992, por agricultores e lideranças sindicais do Sertão de Pernambuco. O Cecor tem como objetivo principal desenvolver, implantar, sistematizar e difundir experiências, utilizando tecnologias adaptadas à região, para melhor convivência com o Semiárido (CECOR, s.d.).

A missão do Cecor é “incentivar e promover a construção e o fortalecimento de iniciativas sustentáveis de convivência com o Semiárido, voltadas para melhorar a vida dos agricultores familiares, tendo como base a Agroecologia” (CECOR, s.d.). Entre os eixos de trabalho propostos pelo Cecor para a implantação e consolidação de experiências baseadas em princípios da Agroecologia, envolvendo atividades que vão desde a produção até a comercialização, de forma adaptada à realidade da agricultura familiar, estão: 1) a convivência com o Semiárido, voltada para a intervenção dos sistemas produtivos (criação de animais, horticultura orgânica, implantação de sistemas agroflorestais etc.); 2) o acesso ao mercado, voltado para as ações de fortalecimento da comercialização de produtos agroecológicos por famílias agricultoras, associações locais e suas participações junto aos Conselhos de Desenvolvimento Municipais; e 3) questões de gênero e juventude, voltadas ao fortalecimento e à inclusão dos direitos através de uma abordagem transversal, buscando garantir a sua presença e participação nas ações desenvolvidas.

Em Santa Cruz da Baixa Verde, assim como em outros municípios situados nas suas proximidades, frequentemente acontecem feiras agroecológicas, visando à participação dos agricultores familiares de base ecológica no processo de comercialização de seus produtos. Entretanto, é a feira localizada no município de Serra Talhada que tem uma maior representatividade na vida dos agricultores familiares associados à Adessu. Isso porque a Feira Agroecológica de Serra Talhada (Fast) (Figura 4) tornou-se, nos últimos anos, um



importante espaço de comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar agroecológica da região, com repercussão direta sobre a renda das famílias.

Figura 4 – Feira Agroecológica de Serra Talhada



Fonte: pesquisa de campo (2014).

A Fast está localizada no município de Serra Talhada, a uma distância de 27 km do município de Santa Cruz da Baixa Verde, e acontece desde o ano de 2000, como uma das atividades comemorativas da Semana do Meio Ambiente (CENTRO..., 2006, p. 177). Fizeram parte da organização da feira, além do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, agricultores agroecológicos dos municípios de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde associados à Adessu e agricultores agroecológicos de Serra Talhada acompanhados pelo Cecor.

Na esfera governamental, no estado de Pernambuco, os serviços oficiais de Ater são de responsabilidade do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). A unidade municipal do IPA (Figura 5), em Santa Cruz da Baixa Verde, conta com um técnico extensionista e possui o cadastro de 532 famílias de agricultores. A propósito, alguns associados da Adessu envolvidos no processo de transição agroecológica já receberam ou recebem algum tipo de acompanhamento e assessoria do IPA, ainda que de forma esporádica. O processo de acompanhamento da transição agroecológica junto às famílias é feito por meio de visitas e reuniões para se comparar o que efetivamente mudou no cotidiano das famílias, após a adoção da Agroecologia, seja em termos sociais, ambientais, culturais e econômicos (LIMA, 2011).

Figura 5 – Unidade municipal do IPA em Santa Cruz da Baixa Verde



Fonte: pesquisa de campo (2014).

Portanto, a importância dos atores locais para o processo de transição agroecológica dos agricultores familiares da Adessu é de várias ordens, e identificá-las significa evidenciar alguns dos elementos que ainda hoje explicam seu dinamismo particular. As estratégias de desenvolvimento rural presentes no município de Santa Cruz da Baixa Verde combinam diversos fatores que, de maneira isolada, dificilmente seriam capazes de gerar o dinamismo atingido nos anos recentes. É a confluência desses fatores que explica como, no caso da Adessu, consolidou-se o que Costabeber (1998) chamou de formas de produção mais sustentáveis no médio e longo prazos. Isso porque as condições de “florescimento” das experiências de transição agroecológica do município foram se construindo paulatinamente ao longo do tempo, e por meio de ações cumulativas.

Constata-se em Santa Cruz da Baixa Verde que as forças mobilizadas em torno da ação estratégica de desenvolvimento rural sustentável eram fundamentalmente locais e suas motivações extrapolavam as de ordem estritamente econômica.<sup>11</sup> O enraizamento dessas forças aparentemente se transfere com êxito para o arranjo produtivo, fazendo com que hoje os agricultores familiares da Adessu identifiquem suas perspectivas de futuro com as do processo de transição agroecológica e da prática da agricultura sustentável.

### **3.2 A luta pela terra e o apoio da universidade: o caso do assentamento Chico Mendes III<sup>12</sup>**

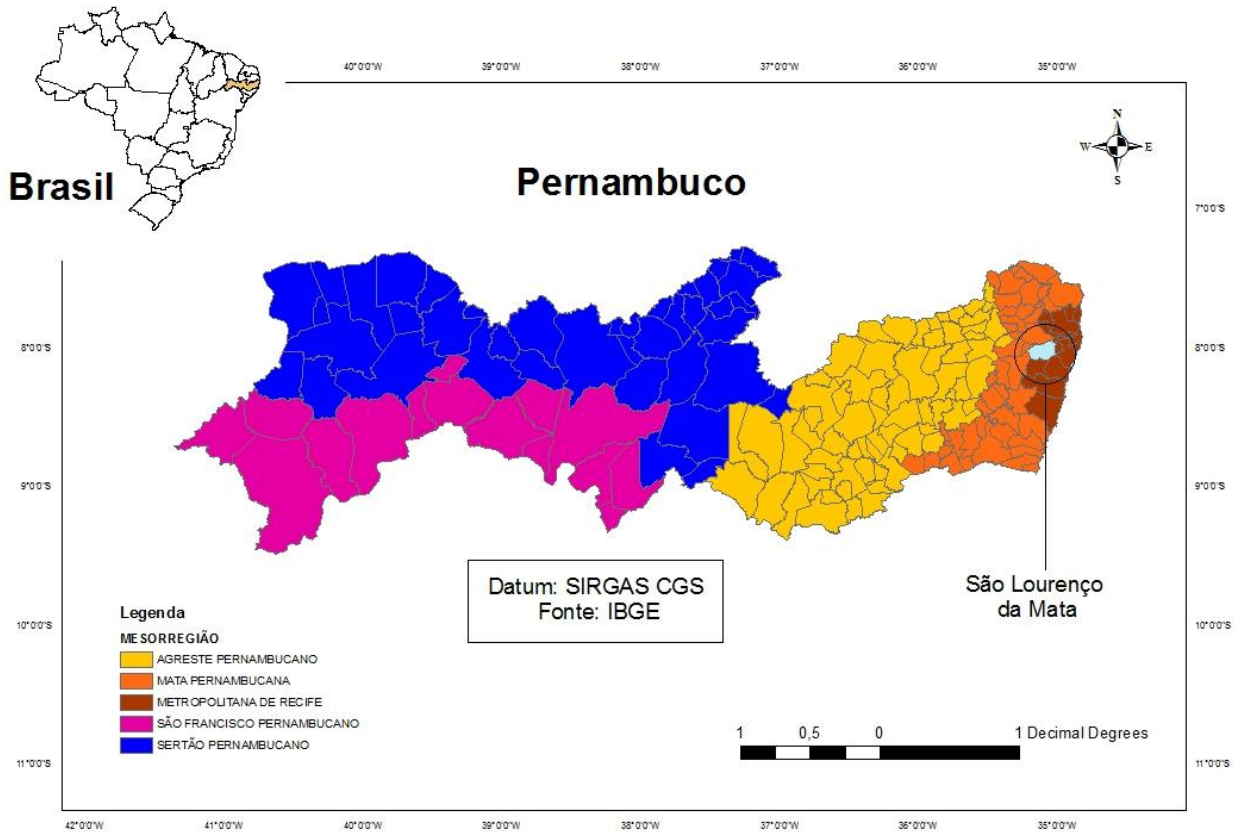
São Lourenço da Mata (Figura 6) é um município que tem uma extensão territorial de 262,106 km<sup>2</sup> e que está localizado na Região Metropolitana de Recife (RMR), limitando-se com as cidades de Paudalho, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Recife, Camaragibe, Vitória de Santo Antão e Chã de Alegria. O clima da cidade é do tipo tropical chuvoso, com verão seco. O período chuvoso começa no outono/inverno, tendo início em maio e término em agosto. Tem média anual de temperatura de 24,5°C e de precipitação de 1.300,9 mm. A vegetação predominante é do tipo floresta Subperenifólia, com partes de floresta Hipoxerófila (IBGE, 2013).

---

<sup>11</sup> Os agricultores familiares da Adessu buscavam mecanismos de enraizamento social que levassem a características qualitativamente distintas do mero crescimento econômico, mensuráveis tanto por suas decorrências presentes (distribuição e aproveitamento dos ganhos) como pela sua sustentação no longo prazo. Afinal, “a sociedade, um grupo ou um indivíduo dentro da sociedade, pode decidir apegar-se a uma atividade ou um bem por razões não econômicas – sociais, estéticas, morais ou políticas – mas isto de forma alguma altera a sua natureza antieconômica” (SCHUMACHER, 1981, p. 36).

<sup>12</sup> Para a contextualização da experiência de transição agroecológica dos agricultores do assentamento Chico Mendes III, foi realizada uma análise documental nos projetos de pesquisa, extensão e relatórios técnicos desenvolvidos pelo Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Assim, destaca-se que muitas das informações contidas neste tópico foram extraídas, principalmente, dos trabalhos de Mattos et al. (2010, 2011), ligados ao referido grupo de pesquisa.

Figura 6 – Mapa de Pernambuco, com destaque para São Lourenço da Mata



Fonte: elaborada pelo autor (2014), a partir de dados do IBGE (2013).

O setor de serviços é o mais representativo na economia do município, com o equivalente a mais de 60% do PIB. O setor industrial é o segundo mais importante e é o que vem apresentando maior crescimento nos últimos anos, juntamente com a prestação de serviços. O setor primário representa menos de 10% da economia, que tem a cana-de-açúcar como o principal produto da atividade. São Lourenço da Mata está localizado a 18 km de Recife e abriga, segundo dados do IBGE (2013), 102.895 habitantes, sendo que 92% residem na zona urbana e 8% na zona rural.

Os fatores que marcam o surgimento do processo de transição agroecológica em São Lourenço da Mata são bem mais circunscritos no tempo e também em relação aos atores envolvidos. Para uma melhor compreensão desses fatores, todavia, é preciso situar, ainda que de forma pouco aprofundada, o histórico da questão agrária na zona canavieira do Nordeste e algumas de suas implicações no estado de Pernambuco. Primeiramente, é válido ressaltar que

o processo de povoamento e ocupação da zona canavieira na região é bastante antigo e foi comandado pela implantação da *plantation* açucareira, caracterizada pela monocultura, baseada na escravidão e no latifúndio, em que o predomínio da cana foi uma constante ao longo da história socioeconômica da região (LEITE et al., 2004).

Sendo assim, Leite et al. (2004) consideram que existiram quatro grandes momentos do processo de produção e organização do espaço canavieiro nordestino, são eles: domínio dos engenhos (do início da colonização ao final do século XIX), efêmera experiência dos engenhos centrais (do final do século XIX ao início do século XX), domínio da usina de açúcar (do início do século XX à década de 1970) e expansão da crise do Proálcool (de 1975 aos dias atuais). Os autores ainda argumentam que, durante todo esse tempo, ocorreram mudanças significativas, seja nas relações sociais de produção, seja na intensidade da dominação da cana sobre o uso dos recursos, seja ainda na base técnica de produção. Mesmo com essas mudanças, pelo menos dois fatores permanecem inalterados desde a época da colonização: a pobreza da população trabalhadora rural e a elevada concentração da terra e do poder (LEITE et al., 2004).

A ampliação das desigualdades no meio rural nordestino intensificou-se principalmente nos anos 1970, no bojo da modernização conservadora, sendo alavancada no período entre 1975 e 1985, com a crise do petróleo e o surgimento do Proálcool. Nesse período, foram disponibilizados valores consideráveis para o setor canavieiro, via políticas fiscais e creditícias. Por esse meio, aconteceu uma expansão da atividade, com o aumento da área cultivada e a ampliação do parque industrial, bem como a ênfase na mecanização e no uso de agrotóxicos na produção. Esse processo foi acompanhado pela expropriação de pequenos produtores, que perderam suas terras, sendo obrigados ao trabalho assalariado e temporário, passando a residir nas periferias urbanas ou em agrovilas e vilarejos rurais, mas continuando a ter na lavoura canavieira a sua principal fonte de ocupação (LEITE et al., 2004).

Dito isso, volta-se a destacar o papel da principal atividade agrícola de Pernambuco, representada pela cana-de-açúcar e pela sua industrialização, visando à produção de açúcar, de álcool e, em menor escala, de aguardente. A produção de açúcar e de álcool é altamente controlada pelo Governo Federal, que autoriza a instalação de usinas e destilarias, estabelece cotas de produção, controla a exportação e distribuição no mercado interno, estabelecendo até os períodos de moagem da cana (ANDRADE, 1985).

Conforme discutido na literatura especializada, Pernambuco foi, durante décadas, o maior produtor de açúcar do país, o que contribuiu para o desenvolvimento das usinas e a proletarianização do trabalhador rural. Mesmo perdendo o posto de maior produtor de açúcar para outros estados, nos últimos anos, evidenciou-se um nítido processo de concentração industrial na zona canavieira pernambucana, onde usinas maiores se apropriaram das menores, como também ocorreu a aquisição de outras usinas pelas firmas proprietárias de grandes usinas, organizando e fortalecendo grupos econômicos que controlam o setor sucroalcooleiro. Isso fez com que a grande concentração fundiária se tornasse um dos mais graves problemas do Nordeste, sobretudo nas áreas de elevadas densidades demográficas, fato que tornou a região açucareira uma área de forte tensão social e de conflitos entre proprietários e assalariados (ANDRADE, 2011).

Nessa conjuntura, Andrade (2011) destaca que a luta pela terra, embora venha se desenvolvendo desde a época da colonização, vem se acentuando nos séculos XX e XXI, quando os trabalhadores rurais passaram a organizar de forma mais aguerrida e a exteriorizar, através da mídia, as suas reivindicações, ora pleiteando o acesso às políticas públicas, ora reivindicando a reforma agrária. Em análise sobre a intensidade da luta pela terra no Nordeste, o autor constata que o número de conflitos é elevado em Pernambuco, devido ao número de famílias envolvidas na questão agrária e por ser um estado muito populoso (ANDRADE, 2011).

No final dos anos 1980, com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos estados do Nordeste, os métodos de ação dos trabalhadores rurais foram absorvidos por outros agentes sociais. Com isso, na década de 1990, a organização de acampamentos e a realização de ocupações em propriedades não produtivas passaram também a ser apoiadas pelo movimento sindical e pela igreja. Desse modo, no âmbito da atuação do MST, as ocupações de terra, que eram pouco expressivas na região, tornaram-se o principal instrumento de luta para o enfretamento da crise pelos trabalhadores rurais (LEITE et al., 2004).

Localizado no município de São Lourenço da Mata, o Engenho São João foi ocupado pela primeira vez em 2004. O engenho fez parte do complexo da Usina Tiúma, falida e improdutiva há mais de vinte anos, mas, com a revalorização da cana-de-açúcar para a

produção de etanol, o Grupo Votorantim,<sup>13</sup> proprietário da usina, voltou a ter interesse na área. O grupo entrou, então, com recurso de reintegração de posse e se recusava a receber as notificações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), impedindo a vistoria da área.

Em julho de 2005, as quinhentas famílias que viviam no acampamento há cerca de um ano e meio sofreram um violento despejo que destruiu todas as casas e lavouras. O acampamento foi cercado por policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar de Pernambuco. A imprensa, parlamentares e representantes de entidades de direitos humanos foram impedidos de entrar na área.

Apesar do trauma causado pela violência do despejo, em menos de um ano as famílias já estavam prontas para retornar à terra onde haviam morado e plantado. A área do Engenho São João foi ocupada novamente durante a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, em abril de 2006. Em agosto do mesmo ano, uma nova liminar de reintegração de posse ameaçou as famílias acampadas a mais um despejo. O acampamento foi novamente cercado por mais de quinhentos policiais da tropa de choque, mas a resistência das famílias, que se recusaram a sair de suas casas, e negociações entre os governos Estadual e Federal evitaram o despejo.

Desde então, as famílias viveram a insegurança de uma nova reintegração de posse. Grupos de direitos humanos lançaram uma campanha para pressionar o Grupo Votorantim a negociar a área com o Incra, mas a recusa da transnacional em negociar mantinha a ameaça constante de despejo. Porém, depois de cinco anos de muita luta e resistência do MST na RMR, em 14 de outubro de 2008 o Incra emitiu a posse da área do antigo Engenho São João, onde se localizava o acampamento Chico Mendes III, um símbolo da luta pela terra no estado de Pernambuco. Com a emissão de posse, 55 das quinhentas famílias acampadas foram, finalmente, assentadas numa área de 413,33 ha.

A maioria dos assentados do Chico Mendes III é composta de trabalhadores rurais ou filhos de trabalhadores rurais, oriundos do corte da cana-de-açúcar na RMR. Parte deles é de trabalhadores urbanos de São Lourenço da Mata e apenas alguns são, de fato, agricultores tradicionais que perderam suas terras ou as deixaram no sertão por conta da seca. O terreno do assentamento apresenta relevo de suave a ondulado com presença de áreas de várzeas

---

<sup>13</sup> Empresa brasileira que está presente nos seguintes segmentos: cimentos, metais, siderurgia, energia, celulose e agroindústria.

alagáveis no período de inverno e, principalmente, áreas de morro, boa parte imprópria para a agricultura mecanizada. A textura do solo varia de arenosa a argilosa e encontra-se em processo de degradação. A área do assentamento apresenta uma mata de capoeira em processo de revegetação, mas ainda com predominância de capins braquiária e colonião, resultante da criação de animais no antigo Engenho São João. O assentamento é rico em nascentes de água e córregos, porém sem nenhuma proteção do entorno dessas fontes de água. Essa situação é semelhante à dos rios que cortam a área do assentamento, Tapacurá e Goitá, que apresentam apenas pequenos fragmentos de mata ciliar.

Dos assentados que produzem em Chico Mendes III, alguns ainda faziam, até pouco tempo, o uso de queimadas e agrotóxicos nas áreas de cultivo, que são geralmente itinerantes. Em geral, os sistemas produtivos se caracterizam por envolver preparo do solo com gradagem, semeadura manual, adubação com cama de galinha e capina manual. Em que pese o fato de a cada ano ocorrer a mudança da área de cultivo, ainda assim os assentados enfrentam alguns problemas fitossanitários em seus sistemas de produção, como, por exemplo, a podridão radicular na mandioca, ataque de lagarta-do-cartucho no milho, vaquinha no feijão e nematoides no inhame, com implicações negativas na produtividade desses cultivos.

Próximo às moradias, observa-se a presença de pequenos animais e grande variedade de espécies frutíferas, plantas medicinais e aromáticas, no entanto essa diversidade não se estende aos roçados de cultivo, onde predomina o cultivo do milho, do feijão, da mandioca e, mais recentemente, do inhame. Não obstante, poucos são os assentados que possuem recursos próprios para bancar o estabelecimento de roçados em áreas maiores e alcançar um volume de produção a ponto de gerar uma renda satisfatória.

Próximo à BR-408 e ao mercado consumidor, 3 km do distrito de Tiúma e 25 km do Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (Ceasa/PE), em Recife, o assentamento Chico Mendes III apresenta características de localização que são promissoras para a produção e comercialização de alimentos. Essa ideia se fortaleceu com a realização da Copa do Mundo de 2014, no Brasil, quando São Lourenço da Mata foi uma das cidades-sede escolhidas para os jogos. Com a construção do estádio e de inúmeros pontos de comércio, pousadas etc. a 10 km do assentamento, a expectativa é que ocorra uma demanda de alimentos e uma oportunidade atrativa para geração de renda aos assentados do Chico Mendes III.

Isso porque, nesse assentamento, há uma grande diversidade de cultivos, como alface, coentro, cenoura, quiabo, pepino, melancia, melão, jerimum, inhame da costa, batata-doce,



feijão de corda irrigado no verão (áreas próximas às nascentes), feijão mulatinho, milho, abacaxi, mandioca, cana-de-açúcar, mamão papaia, mamão caiana, uva, banana, araçá, acerola, goiaba, laranja, manga, pinha, caju, azeitona, cajá e jaca. Também se criam bois, cabras, cavalos, porcos, galinhas, patos, peixes (tilápia, carpa, tambaqui), galinhas de angola etc. Essa diversidade de cultivos ocorre ao redor das moradias, lembrando quintais agroflorestais ou sítios típicos de fundo de engenhos da cana-de-açúcar. Contudo, essa produção em pequena escala é incapaz de garantir alimentação e renda suficientes e condições dignas às famílias assentadas. Daí a existência de outros sistemas de produção envolvendo consórcio de milho com feijão, fava e jerimum e cultivos, predominantemente, com mandioca, milho, feijão e inhame.

Como dito anteriormente, a produção agropecuária no assentamento Chico Mendes III é diversificada, porém em pequena quantidade. A pouca renda familiar advém do período de colheita com a venda de milho, feijão e mandioca e, em alguns casos, da aposentadoria. A degradação do solo, a baixa produtividade, a ocorrência de “pragas” nos cultivos do milho, do feijão e da mandioca têm resultado em baixa produção de alimentos e de renda para as famílias. Isso está obrigando os moradores do assentamento Chico Mendes III a buscar novas alternativas de fazer agricultura, menos danosas ao meio ambiente, para a recuperação da fertilidade do solo e da vegetação do local.

A partir dessa realidade, em 2009, o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC), vinculado ao Departamento de Educação da UFRPE, iniciou o projeto de pesquisa intitulado *Transição agroecológica no assentamento Potozi – PE*, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o intuito de auxiliar o processo de transição no assentamento por meio de diagnósticos, reuniões, capacitações, intercâmbios, unidades de experimentação agroecológica (UEAs) etc.<sup>14</sup>

No início do projeto, várias visitas foram realizadas junto a agricultores e também a “feiras agroecológicas” de Pernambuco, com a intenção de sensibilizar os assentados para as vantagens da agricultura sustentável. Uma UEA, denominada de roçado de estudo, foi implantada no assentamento, envolvendo experiências com diferentes sistemas de cultivos diversificados, escolhidos pelos próprios assentados, a saber: agrofloresta, horta orgânica de hortaliças e de plantas medicinais, policultivos com milho, feijão, mandioca e adubos verdes,

---

<sup>14</sup> Inicialmente, o projeto era voltado para o assentamento Potozi, localizado no município do Cabo de Santo Agostinho, mas, devido à inviabilidade do trabalho na localidade, o projeto foi direcionado para o assentamento Chico Mendes III.

viveiro de mudas florestais e *mix* de adubos verdes. O roçado e as reuniões de estudo constituíram-se num verdadeiro espaço de experiência e troca de conhecimento entre os assentados e os pesquisadores envolvidos no projeto. Apesar disso, por mais intenso que tenha sido o acompanhamento das atividades pela equipe técnica, o esforço foi limitado em se tratando de uma transição agroecológica que envolveu famílias que até pouco tempo não haviam ouvido falar em Agroecologia.

Frente a isso, tornou-se cada vez mais necessário o processo de diálogo entre os pesquisadores e os assentados, no sentido de afinar o discurso sobre os conceitos, os princípios, os métodos e as práticas inerentes ao processo de transição agroecológica. Na tentativa de responder a esse desafio, outros trabalhos de pesquisa e extensão do NAC foram sendo direcionados para o assentamento, a exemplo do projeto *Camponês a Camponês: uma metodologia para a transição agroecológica no assentamento Chico Mendez III – PE*, que teve como objetivos aprofundar o processo de transição agroecológica participativa no assentamento por intermédio da metodologia Camponês a Camponês (CAC) e contribuir, através da pesquisa-ação, para o fortalecimento das famílias camponesas no que concerne à sua produção e reprodução, na busca da soberania alimentar e autonomia das famílias assentadas.<sup>15</sup>

A proposta de definir uma estratégia de longo prazo para a transição agroecológica no assentamento Chico Mendes III implicou dar às famílias assentadas subsídios e condições adequadas em termos técnicos e materiais, com vistas à sua sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural. Todavia, mesmo ocorrendo avanços significativos em prol do desenvolvimento desencadeados pelo projeto de transição agroecológica, ainda existem desafios colocados para além da questão produtiva, pois os assentados não contam com nenhuma orientação técnica, uma vez que os serviços de Ater não estão disponíveis para os agricultores do Chico Mendes III, sejam eles oferecidos pelas esferas governamental ou não governamental, o que pode se tornar um entrave para a continuidade do processo de transição agroecológica no assentamento. Essa situação, inclusive, foi uma das razões para a implantação de um projeto que abordasse a metodologia CAC, na expectativa de superar esse

---

<sup>15</sup> Na metodologia CAC, tenta-se promover a Agroecologia e superar as dificuldades ocasionadas, sobretudo, pelo número de técnicos permitido pelo orçamento das instituições que prestam os serviços de Ater. Nesse processo de construção e socialização do conhecimento agroecológico, os protagonistas são o camponês e a camponesa, e não os técnicos extensionistas. Pode ser considerado um processo dinamizador, na medida em que adota seu próprio ritmo e é capaz de alcançar mais resultados do que a assistência dos técnicos, além de ter mais a ver com os processos sociais do que com as tecnologias (MACHÍN SOSA et al., 2012).

obstáculo, pelo menos em parte, já que os próprios assentados estariam envolvidos no processo de transição e à frente dele.

Com base em critérios definidos coletivamente, foi escolhido um assentado de cada um dos cinco grupos de 11 famílias presentes no assentamento, que recebeu acompanhamento e formação para se tornar um agricultor-experimentador-multiplicador de acordo com os princípios da Agroecologia. Essas famílias tinham que dispor de 1,0 ha para a implantação de uma unidade de referência agroecológica, que compreendeu uma área experimental por núcleo de família, destinada à replicação das experiências do roçado de estudo. Em contrapartida, os assentados receberam condições materiais (bomba e material de irrigação, adubo, semente, análise do solo e da água, barraca para comercialização etc.) para implantar os sistemas de produção testados no roçado de estudo, tais como: horta de hortaliças e plantas medicinais, viveiro de mudas, agrofloresta, canteiro de flores, adubos verdes e policultivos.

Os agricultores-experimentadores-multiplicadores receberam também acompanhamento dos bolsistas (agricultores-experimentadores-multiplicadores, com comprovada experiência agroecológica), uma vez por semana, e da equipe de professores/pesquisadores do projeto, sendo um a cada mês ou bimestre. Outras funções dos agricultores-experimentadores-multiplicadores foram a de formar outros agricultores-experimentadores no assentamento, sob a orientação dos bolsistas e da equipe de professores/pesquisadores, bem como organizar intercâmbios e mutirões com os outros assentados-experimentadores no âmbito das unidades de referência agroecológica.

Os produtos resultantes da produção nas unidades de referência agroecológica passaram a ser comercializados em circuitos curtos,<sup>16</sup> como em barracas instaladas às margens da rodovia BR-408, e na Feira Agroecológica Chico Mendes, criada em 2011 e com o funcionamento nas sextas-feiras, próximo à UFRPE, e aos sábados, no próprio município de São Lourenço da Mata. Em cada localidade, a feira conta com cinco barracas para a comercialização, onde os assentados que participam levam os seus produtos para comercializar, como também os produtos de outros agricultores do assentamento Chico Mendes III. A feira traz alguma repercussão na renda das famílias, entretanto, mais recentemente, problemas como a falta de produtos, provocada por adversidades climáticas, mas, especialmente, a falta de uma assessoria direta no processo de comercialização de produtos cultivados com a orientação da Agroecologia, comprometeram a sua continuidade,

---

<sup>16</sup> O caminho mais curto realizado pelo produto corresponde ao circuito curto de comercialização, no qual o produtor vende diretamente seus produtos ao consumidor final.

tanto que a feira realizada próxima à universidade ficou alguns meses sem atividade, sendo reinaugurada em março de 2014 (Figura 7).

Figura 7 – Reinauguração da Feira Agroecológica Chico Mendes III, em Recife



Fonte: pesquisa de campo (2014).

Diante do exposto até o momento, não se tem a intenção de criar uma polêmica sobre a eficácia da transição agroecológica em diferentes contextos, mas apenas chamar a atenção para o fato de que, no caso do assentamento Chico Mendes III, as condições que permitiram o surgimento do processo de transição agroecológica têm menos a ver com fatores endógenos à história do município e das famílias, e mais com oportunidades geradas pelo apoio da UFRPE – a decisão de criar um projeto voltado à transição agroecológica partiu da universidade em um contexto de importantes transformações das políticas públicas da extensão rural no país. Até a criação oficial do projeto de apoio à transição agroecológica, o assentamento não possuía iniciativas dessa natureza. Sendo assim, o elemento propriamente mobilizador não tem raízes locais; ao contrário, as iniciativas vieram praticamente todas de fora.

Na sequência deste trabalho, no capítulo reservado à metodologia, será feita uma descrição do tipo de pesquisa escolhido para nortear os rumos da investigação, assim como serão apresentados os recursos metodológicos utilizados na tese.



## **CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **4.1 Construindo o processo de investigação: enfoques e etapas da pesquisa**

Do ponto de vista metodológico, a tese se baseou no modelo misto, o qual permite a integração entre os enfoques qualitativo e quantitativo, isto é, ambos se combinam durante todo o processo de pesquisa ou, pelo menos, em algumas de suas etapas, contemplando as vantagens de cada um dos enfoques (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006). Trata-se de um tipo de pesquisa que, na opinião de Creswell (2010), pode obter mais êxito com a combinação das abordagens qualitativa e quantitativa do que a utilização de cada uma das formas de maneira isolada, proporcionando, com efeito, uma maior compreensão dos problemas de pesquisa. Oliveira (2012, p. 39) corrobora esse pensamento e afirma que “combinar técnicas de análise quantitativa com técnicas de análise qualitativa proporciona maior nível de credibilidade e validade aos resultados da pesquisa, evitando-se, assim, o reducionismo por uma só opção de análise”.

A combinação de dados dos tipos qualitativo e quantitativo pode ocorrer em distintos estágios de uma pesquisa: na coleta, na análise, na interpretação dos dados ou nas três fases (CRESWELL, 2010). O que é importante compreender é que a opção por uma pesquisa de métodos mistos requer uma atenção especial, com alguns pressupostos bem definidos. Dentro dessa perspectiva, Creswell (2010) apresenta algumas possibilidades e recomendações para pesquisas dessa natureza, são elas: os dois bancos de dados (qualitativos e quantitativos) podem ser mantidos separados, porém conectados; o pesquisador pode coletar os dados quantitativos e qualitativos concomitantemente e integrar ou, então, fundir os dois bancos de dados, transformando os temas qualitativos em contagens, e comparar essas contagens com dados quantitativos descritivos; a combinação integra os dois bancos de dados, fundindo os dados quantitativos aos dados qualitativos; e o pesquisador pode incorporar uma forma secundária de dados dentro de um estudo mais amplo, obtendo informações diferentes daquelas presentes no banco de dados principal.

Referindo-se particularmente ao enfoque qualitativo, Sampieri, Collado e Lucio (2006) destacam que, em geral, ele é utilizado para descobrir, refinar ou aperfeiçoar as

questões de pesquisa, podendo ou não provar hipóteses em seus processos de interpretação. Ainda de acordo com esses autores, o enfoque qualitativo busca compreender o fenômeno de estudo em seu ambiente usual, ou seja, como as pessoas vivem, a forma como elas se comportam e atuam, o que pensam, quais são suas atitudes etc. (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006). No dizer de Richardson (2012), os estudos que empregam uma abordagem qualitativa podem, entre outras coisas, descrever a complexidade de determinado problema, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais e entender as particularidades do comportamento dos indivíduos. Como descrito por Groulx (2012), isso só é possível porque a pesquisa qualitativa introduz um novo sentido dos problemas, na medida em que enfatiza a compreensão dos significados e força a repensar o estudo segundo as especificidades socioculturais dos meios de vida dos grupos pesquisados.

Desse modo, é importante destacar que os elementos qualitativos que se buscou caracterizar e compreender não são, somente, os resultados das diversas estratégias reprodutivas adotadas pelos agricultores familiares da Adessu e do assentamento Chico Mendes III, mas sim de uma interação mútua entre suas experiências agroecológicas e suas diferentes situações socioeconômicas, produtivas, ambientais e de organização associativa, de um lado, e a própria dinâmica de desenvolvimento rural, de outro. Os padrões de interação entre os agricultores familiares de base agroecológica e outros atores locais e o caráter específico que eles imprimem no desenvolvimento rural constituem, assim, o eixo deste processo de investigação.

Para a elaboração deste trabalho, foi realizado um conjunto de etapas complementares, sendo a primeira a pesquisa bibliográfica sobre Agroecologia, transição agroecológica e teorias de desenvolvimento, focando nos sentidos atribuídos ao desenvolvimento rural sustentável, a partir de fontes primárias, como livros, artigos de periódicos, revistas científicas etc. A pesquisa bibliográfica seguiu as orientações de Marconi e Lakatos (2010), que esclarecem que essa fase não é apenas uma repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mas é um momento que propicia o exame de um tema sob um novo enfoque ou abordagem, o que pode gerar conclusões inovadoras. As autoras também explicam que ela serve, como primeiro passo, para saber o estado atual do problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais opiniões predominam sobre o assunto. Como segundo passo, a pesquisa bibliográfica permite que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, assim como auxilia na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Na segunda etapa do trabalho, foi feita uma pesquisa documental, tendo como fontes os relatórios das instituições envolvidas na transição agroecológica dos agricultores familiares da Adessu e do assentamento Chico Mendes III, com o objetivo de conhecer e detalhar as suas ações e a participação que cada uma exerce nas experiências em questão. Isso permitiu o mapeamento da evolução das práticas com a orientação da Agroecologia e da trajetória dos serviços de Ater realizados nos casos apreciados, por meio de um recorte histórico desde a fundação da Adessu, no ano de 1996, até os dias atuais (2015). O mesmo recorte histórico foi realizado no assentamento Chico Mendes III, desde que o NAC da UFRPE iniciou o projeto de promoção e implementação da transição agroecológica no assentamento, em 2009.

É importante destacar que uma das principais características apontadas pela literatura a respeito da abordagem sobre os documentos é que, nesse método, perguntas predeterminadas não são direcionadas para as fontes, mas o material pesquisado é que conduz a pesquisa (DUFFY, 2008). Kelly (s.d. apud CELLARD, 2010) também considera que a análise documental pode ser de suma importância em uma pesquisa, principalmente por se tratar de um método de coleta de dados capaz de reduzir qualquer tipo de influência a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador sobre o seu objeto de estudo. O documento também permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, pois ele é insubstituível, seja para qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, seja como único testemunho de atividades particulares ocorridas em um passado recente (CELLARD, 2010), favorecendo, inclusive, o processo de observação, de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas etc. (TREMBLAY, 1968 apud CELLARD, 2010).

A propósito, os dados coletados, a maneira de obtê-los, a amostragem e outros componentes de pesquisa podem ser classificados em estudos exploratórios, descritivos, correlacionais e explicativos, como descrito por Sampieri, Collado e Lucio (2006). Possivelmente, esta tese inclui elementos de mais de um desses quatro tipos de estudo. Isso porque a pesquisa se inicia como exploratória, buscando examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado e do qual se tem muitas dúvidas. Além disso, a revisão de literatura revela que há ideias vagamente relacionadas com o problema de estudo, o que justifica uma pesquisa sobre alguns temas e objetos com base em novas perspectivas.

A pesquisa passa a ser descritiva no momento em que busca descrever situações, acontecimentos e feitos. “Os estudos descritivos procuram especificar as propriedades, as características e os perfis importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro



fenômeno que se submeta a análise.” (DANHKE, 1989 apud SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 101). Enquanto estudo correlacional, avalia a relação entre dois ou mais conceitos, categorias ou variáveis em determinado contexto. Termina como estudo explicativo, porque vai além da descrição de conceitos ou fenômenos, quer dizer, tenta responder às causas dos acontecimentos e compreender por que ocorre um fenômeno e em quais condições ou por que duas ou mais variáveis estão relacionadas.

#### 4.2 A pesquisa empírica: descrição das técnicas de coleta e análise dos dados

Para dar suporte empírico à proposta metodológica delineada, elegeu-se como base desta pesquisa uma análise comparativa entre dois casos específicos: um grupo de agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde, que vivenciaram, ainda na década de 1990, um processo de transição agroecológica, e um grupo de agricultores assentados no município de São Lourenço da Mata, que participaram de um processo de transição agroecológica iniciado no final dos anos 2000 (Figura 8).

Figura 8 – a) Grupo de agricultores de Santa Cruz da Baixa Verde; e b) Agricultores do Assentamento Chico Mendes III



Fonte: pesquisa de campo (2014).

Os critérios de seleção dessas duas experiências foram estipulados com base, primeiramente, nas características do processo de transição agroecológica de cada realidade: ausência/presença de atores<sup>17</sup>, bem como outros elementos importantes na alavancagem do desenvolvimento rural (o acesso a terra, a mercados, capacidade de inovação, serviços de Ater, disponibilidade de crédito, organização associativa entre agricultores, pluriatividade, entre outros fatores). Em segundo lugar, procurou-se privilegiar espaços regionais de dimensões limitadas, com o propósito de melhor controlar as variantes qualitativas envolvidas.

Os estudos de caso são indicados, como observa Bell (2008), tanto para acompanhar e proporcionar mais detalhes a um levantamento como para identificar questões-chaves que necessitam de mais pesquisa. A autora admite também que, apesar dos problemas e/ou desvantagens presentes no estudo de caso, especialmente no que se refere à generalização dos resultados obtidos e à possibilidade de que a unidade escolhida para a investigação seja bastante atípica em relação às muitas da sua espécie, esse tipo de abordagem se torna fundamental a pesquisadores individuais, especialmente pela possibilidade de se estudar um determinado problema com maior profundidade (BELL, 2008).

Como referenda Yin (2010), o método do estudo de caso permite a retenção de características holísticas e significativas dos eventos da vida real, a exemplo do comportamento de pequenos grupos. Ao mesmo tempo, o estudo de caso distingue-se de outros métodos por ter a capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências, como documentos, artefatos, entrevistas e observações. Nesse sentido, pode ser entendido como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (YIN, 2010, p. 39).

Na terceira etapa do trabalho, agora no âmbito da pesquisa empírica, foram realizadas visitas aos agricultores dos municípios de Santa Cruz da Baixa Verde e de São Lourenço da Mata, para observação direta da rotina dos trabalhos de produção e comercialização ali

---

<sup>17</sup> Ao se falar de atores, termo amplamente utilizado neste trabalho, incorpora-se um significado que muito se aproxima daquele proposto por Schneider e Gazolla (2011), para quem os atores sociais podem ser desde agricultores individuais, grupos ou coletivos sociais. Esses autores explanam que ser ator não é um atributo inerente, mas uma condição social que se conquista por meio de relações e interações sociais à medida que os indivíduos ou grupos adquirem e/ou constroem agência, que consiste no desenvolvimento e mobilização de recursos, capacidades e formulação de estratégias que permitem “fazer diferente” em face de situações contingentes e estruturais. Nesse sentido, os atores são sujeitos sociais ativos, dotados de capacidade de agência, o que lhes permite agir e reagir em face de situações adversas ou de um contexto hostil (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2011, p. 12).

desenvolvidos. Do ponto de vista científico, Marconi e Lakatos (2010) citam as seguintes vantagens da observação: possibilita meios diretos e satisfatórios para estudar uma ampla variedade de fenômenos; exige menos do observador do que as outras técnicas; permite a coleta de dados sobre um conjunto de atitudes comportamentais típicas; depende menos da introspecção ou da reflexão; e permite a evidência de dados não contemplados pelo roteiro de entrevistas ou questionários.

A observação direta foi realizada com a finalidade de descrever cinco elementos principais a serem observados: o local (descrição do lugar, dos objetos, do ambiente), os participantes (suas funções, características etc.), as finalidades das atividades desenvolvidas e os objetivos dos participantes (razões formais ou oficiais de sua presença nesse local, outros motivos etc.), a ação (gestos, discursos, interações etc.) e a duração e a frequência (história do grupo, frequência da ação etc.) (JACCOUD; MAYER, 2012).

Enquanto técnica de pesquisa, Gil (2010) coloca que a observação pode adotar pelo menos três modalidades: espontânea, sistemática e participante. Nesta tese, foram assumidas apenas as duas primeiras. Na observação espontânea, o pesquisador, mesmo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa os fatos que aí ocorrem. É indicada para a fase da pesquisa exploratória, já que favorece a aproximação do pesquisador com o fenômeno pesquisado. A observação sistemática, por sua vez, é adequada para estudos de caso descritivos, em que o pesquisador sabe quais aspectos da comunidade, da organização ou do grupo são significativos para alcançar os objetivos pretendidos (GIL, 2010).

Nesse momento de entrada em campo, os primeiros acessos ao assentamento Chico Mendes III ocorreram por intermédio e apoio de um dos professores ligados ao NAC, que coordena atividades de pesquisa desenvolvidas na localidade. No dia 27 de maio de 2014, após conhecer a presidente da Associação dos Agricultores Rurais do Assentamento Chico Mendes III e outras lideranças locais, aconteceu um encontro na sede do assentamento com, aproximadamente, vinte assentados.

Na ocasião, estava programada a realização do cadastro da unidade de produção vinculada à organização de controle local, para o posterior credenciamento em uma

organização de controle social (OCS),<sup>18</sup> no intuito de que os agricultores pudessem fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Pode-se dizer que esse primeiro momento permitiu o contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado, oportunizando, ainda, uma participação concreta nas atividades que estavam programadas para o dia, como demonstra a Figura 9.

Figura 9 – Cadastro das unidades de produção dos agricultores



Fonte: pesquisa de campo (2014).

Na mesma semana, no dia 29 de maio, acompanhou-se também uma assembleia realizada na sede do assentamento, com 17 agricultores. Nesse segundo momento, foi apresentado aos assentados um documento intitulado “Legislação sobre produção, comercialização e processamento de produtos na agricultura orgânica”. Foram explicados os

<sup>18</sup> A OCS é um dos três mecanismos de certificação que permitem ao produtor orgânico fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Trata-se de uma exceção aberta pela legislação brasileira na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar. Exige-se, porém, o credenciamento numa OCS cadastrada em órgão fiscalizador oficial. A OCS é definida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) como grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Mapa, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade. Os produtores ligados às OCS não podem colocar o selo federal do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) em seus produtos, uma vez que este mecanismo de controle não compõe o SisOrg. Sua identificação se dá através da Declaração de Cadastro, que deve estar em local visível no ponto de comercialização. É permitida, apenas, a venda direta de seus produtos ao consumidor, à merenda escolar (através do Pnae) ou à Conab (PAA). Os outros dois mecanismos de certificação são a Certificação por Auditoria, em que a concessão do selo SisOrg é feita por uma certificadora pública ou privada credenciada no Mapa. O organismo de avaliação da conformidade obedece a procedimentos e critérios reconhecidos internacionalmente, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira; e o Sistema Participativo de Garantia (SPG), que se caracteriza pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Para estar legal, um SPG deve possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) legalmente constituído, que responderá pela emissão do SisOrg (BRASIL, 2007).

aspectos mais importantes de cada instrumento de lei presente no documento, e os assentados apresentaram suas dúvidas sobre pontos específicos, esclarecidos pelo professor presente. Além disso, foram escolhidos pelos próprios assentados dois coordenadores da OCS Chico Mendes.

No caso dos agricultores de Santa Cruz da Baixa Verde, o ingresso ao local foi facilitado mediante o auxílio de um dos membros da Adessu, que também foi presidente da associação no final da década de 1990. Esse intermediário informou o atual presidente sobre a pesquisa e propôs a apresentação de suas etapas e objetivos aos demais associados. Com isso, no dia 19 de outubro de 2014, na reunião realizada na sede da associação, no município de Triunfo, foram explicitadas todas as informações junto aos agricultores familiares presentes na ocasião. Nessa data, estava programada a prestação de contas das verbas oriundas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e orientações sobre a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Esse momento contou, ainda, com a participação do extensionista do IPA que atua nessa região e que também dispôs um importante apoio à logística deste estudo.

A partir dessa inserção inicial nas duas realidades, a observação direta tornou-se um procedimento frequente para a coleta de dados, ocorrendo nas UPAs dos agricultores de base agroecológica ligados à Adessu e ao assentamento Chico Mendes III, nas feiras agroecológicas onde são comercializados os produtos e nos locais onde os agricultores costumam se reunir. Os principais instrumentos de trabalho nessa etapa foram o diário de campo e a máquina fotográfica, e se procurou escrever todas as informações que não fariam parte do material formal de entrevistas, além de registrar, por meio de imagens, algumas situações significativas para o trabalho. A observação ainda tentou apreciar o trabalho desenvolvido pelas instituições que apoiam os agricultores na transição agroecológica. Por esse meio, acredita-se que foi possível começar a identificar os padrões de interação entre os atores que participam das experiências e as dificuldades e potencialidades das estratégias de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares.

Por fim, na quarta etapa, foi delineado o levantamento de dados, primeiramente a partir de entrevistas direcionadas a fontes-chave de informação, que, segundo Rojas Soriano (2004), são aqueles informantes que possuem experiências e conhecimentos relevantes sobre o tema em estudo ou que estão, na sua comunidade ou no seu grupo social, em posição (econômica, social ou cultural) de fornecer dados que outras pessoas desconhecem total ou parcialmente. Ainda de acordo com Rojas Soriano (2004), as fontes-chaves podem ser representantes formais ou informais de grupos sociais, de maneira que suas opiniões reflitam

o modo de sentir da comunidade em que vivem. Além disso, podem ser escolhidas pessoas externas à comunidade, que, por sua atividade ou situação social, estejam em estreito contato com ela. Dito isso, foram considerados fontes-chave neste estudo os agricultores que vivenciaram os processos de transição agroecológica desde o início de sua implementação, alguns dos ex-presidentes e o atual presidente da Adessu, agricultores-experimentadores-multiplicadores do assentamento Chico Mendes III, extensionistas locais, membros das ONGs e professores e estagiários da UFRPE ligados ao NAC.<sup>19</sup>

A entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema. Quanto ao conteúdo das entrevistas, Selltiz (1965 apud MARCONI; LAKATOS, 2010) apresenta seis tipos de objetivos, a saber: averiguação dos fatos, determinação das opiniões sobre os fatos, determinação de sentimentos, descoberta de planos de ação, conduta atual ou do passado e motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas. Sobre o recurso da entrevista de tipo qualitativo, Poupart (2012) alega que três argumentos se destacam entre os pesquisadores para a sua utilização:

O primeiro é de ordem epistemológica: a entrevista do tipo qualitativo seria necessária, uma vez que uma exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais é considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais. O segundo tipo de argumento é de ordem ética e política: a entrevista de tipo qualitativo parece necessária, porque ela abriria a possibilidade de compreender internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais. Destacam-se, por fim, os argumentos metodológicos: a entrevista de tipo qualitativo se imporia entre as ‘ferramentas de informação’ capazes de elucidar as realidades sociais, mas, principalmente, como instrumento privilegiado de acesso às experiências dos atores. (POUPART, 2012, p. 216).

Reconhecendo o valor desse instrumento de pesquisa, as entrevistas voltadas às fontes-chave estavam fundamentadas em um roteiro de entrevista estruturada (Apêndices A e B), por pautas e tópicos, em que o informante pôde discorrer livremente sobre os diversos itens determinados. Nesse tipo de entrevista, como caracteriza Triviños (2012), o entrevistado, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal situado pelo investigador, começa a participar do conteúdo da pesquisa.

---

<sup>19</sup> A seleção desses fontes-chave teve o objetivo de obter uma maior compreensão dos processos de transição agroecológica em análise, buscando a caracterização agroecológica e socioeconômica das experiências, a sua evolução no tempo e a caracterização e tipologia dos produtores envolvidos. Esses informantes foram escolhidos pelos seus vínculos históricos com os dois casos e pela presença em diversas categorias sociais. Os fontes-chave ainda teriam importante papel na indicação (amostra intencionalizada) dos agricultores familiares com UPAs representativas a serem entrevistados na sequência do trabalho de campo, levando-se em consideração as características estruturais das unidades, o funcionamento dos sistemas de produção, a trajetória histórica das unidades e os objetivos dos produtores e suas famílias.

Na sequência, as entrevistas com base em um roteiro estruturado (Apêndice C) se estenderam aos agricultores associados à Adessu e aos representantes de cada família assentada no Chico Mendes III. Em adição, para esses agricultores e representantes das famílias assentadas, foram aplicadas enquetes, usando o questionário para levantamento de dados (Apêndice D). Essa técnica consiste em colher informações da “amostra”, como dados gerais, opiniões ou respostas a perguntas formuladas sobre os indicadores que se pretende sondar por esse meio. “A informação colhida poderá ser usada para uma análise quantitativa, a fim de identificar e conhecer a magnitude dos problemas inferidos ou conhecidos de maneira parcial ou imprecisa. Também é utilizada em análises de correlação para provar hipóteses descritivas.” (ROJAS SORIANO, 2004, p. 157).

As entrevistas foram realizadas de forma individualizada, tal como preconiza essa técnica de investigação (Figura 10). Os agricultores familiares ligados à Adessu e ao assentamento Chico Mendes III foram escolhidos com o apoio das fontes-chave dos casos em questão, que, por sua vez, foram selecionadas em função do seu conhecimento sobre as experiências de transição agroecológica dos dois grupos. É importante destacar que, antes da realização das entrevistas com os informantes, foi feita uma breve exposição dos objetivos da tese de doutorado, assim como o tratamento que seria dado às informações prestadas. Desse modo, todos aprovaram e permitiram que se efetuassem as entrevistas e se dispuseram a dar todo o apoio necessário, inclusive a prestar informações complementares.

Figura 10 – Entrevistas com agricultores da Adessu e do Assentamento Chico Mendes III



Fonte: pesquisa de campo (2014).

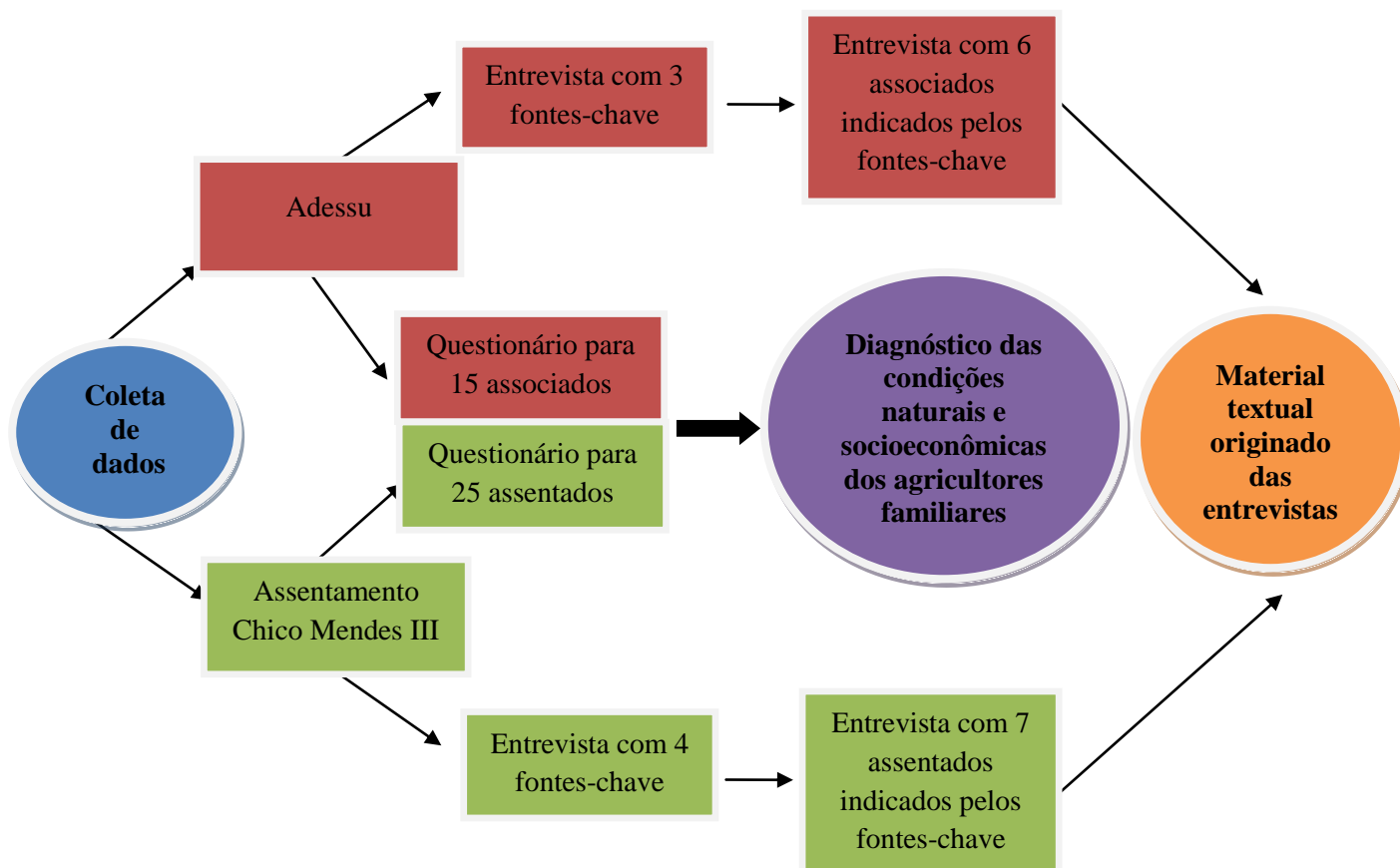
Com a realização do trabalho de campo, na experiência da Adessu foram entrevistados três fontes-chave (um extensionista do IPA, um ex-presidente da associação e um jovem “difusor em Agroecologia”). Do lado do assentamento, foram ouvidos quatro fontes-chave (um técnico-administrativo e três estagiários da UFRPE ligados aos projetos do NAC).<sup>20</sup> As entrevistas seguiram para seis agricultores associados à Adessu e para sete representantes das famílias assentadas (Apêndice C), mas convergindo sobre os mesmos temas. Para a elaboração do diagnóstico das condições naturais e socioeconômicas dos agricultores familiares abrangidos nas duas realidades, 15 agricultores da Adessu e 25 assentados compuseram a amostra das enquetes aplicadas (Apêndice D). Para se chegar a essas quantidades de entrevistados nos casos apreciados, foram ponderadas as seguintes especificidades: 15 foi o número de associados da Adessu que residiam no município de Santa Cruz da Baixa Verde e frequentavam regularmente as reuniões do grupo no período delimitado para o levantamento de dados; e, no assentamento Chico Mendes III, as 25 famílias assentadas foram indicadas pelos fontes-chave como aquelas que estavam efetivamente comprometidas com a transição agroecológica em curso. O fluxograma a seguir (Figura 11) é um arcabouço do itinerário de todas as entrevistas realizadas.

---

<sup>20</sup> A substituição ou alteração das pessoas que iriam compor o quadro dos fontes-chave se deu devido à dificuldade de localização ou indisponibilidade de tempo nos períodos propostos para o levantamento de dados. Assim mesmo, em vez de serem arranjadas as entrevistas estruturadas (Apêndices A e B), foi possível colher informações por meio de conversas informais com lideranças locais e agricultores-experimentadores-multiplicadores do assentamento Chico Mendes III, além de professores da UFRPE ligados ao NAC.



Figura 11 – Fluxograma da coleta de dados

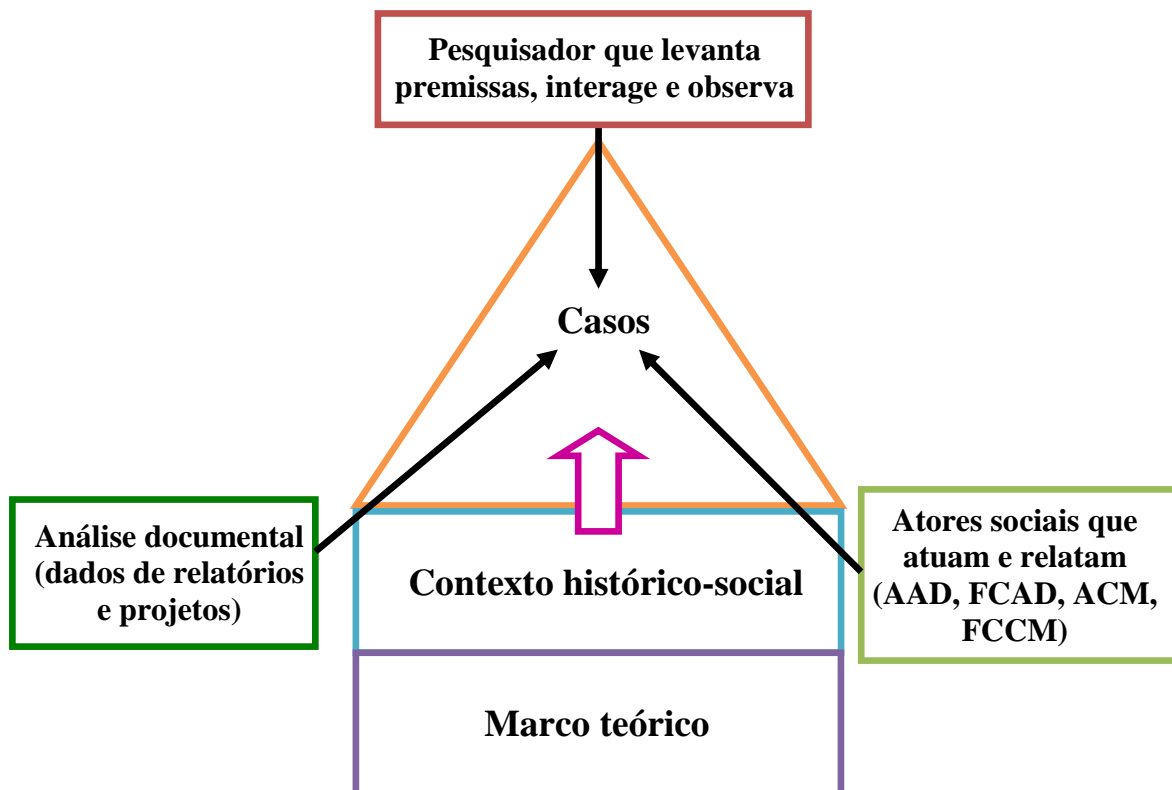


Fonte: elaborada pelo autor (2015).

Todas as entrevistas foram gravadas e, depois de transcritas, formaram um documento, a partir do qual foram retiradas as principais falas dos discursos dos agricultores e das fontes-chave. Para a transformação dos discursos dos entrevistados em textos formais presentes nesta tese, e com o objetivo de manter o anonimato de cada informante, foram utilizadas siglas seguidas de um número. Então, os agricultores da Adessu foram denominados de AAD, as fontes-chave ligadas à Adessu foram denominadas de FCAD, os agricultores assentados do Chico Mendes III foram denominados de ACM e as fontes-chave ligadas ao assentamento, de FCCM. No que diz respeito à transformação do discurso dos entrevistados em textos formais, procurou-se deixá-lo o mais fiel possível às ideias e argumentações das pessoas ouvidas. A intenção foi registrar a voz dos principais protagonistas da presente pesquisa sem deformações. Procurou-se comprovar seus discursos, na medida do possível, por meio de alguns registros escritos e constatações derivadas da observação direta.

Essa etapa da pesquisa teve como referência algumas considerações metodológicas presentes na tese intitulada *Los asentamientos de reforma agraria y la perspectiva de agricultura sostenible: los casos de Hulha Negra y Piratini, Rio Grande do Sul, Brasil*. O autor deste trabalho, Wizniewsky (2001), construiu uma triangulação comparativa a partir dos testemunhos dos agentes sociais envolvidos em sua pesquisa, confrontando a perspectiva de observadores externos com alguns dados registrados disponíveis e com observações presenciais feitas no seu trabalho de campo. Na presente tese, fez-se uma adaptação dessa triangulação de perspectivas e observação/registro (Figura 12), o que gerou um pluralismo metodológico integrador na investigação.

Figura 12 – Perspectivas que convergem no estudo de casos, articuladas e interpretadas pelo pesquisador



Fonte: adaptada de Wizniewsky (2001).

Nesse momento, a pesquisa passa ao seu enfoque quantitativo, utilizado para responder às questões de pesquisa e testar hipóteses estabelecidas previamente, e se apoia na medição numérica, na contagem e na análise estatística para estabelecer com exatidão padrões de comportamento (SAMPIERI; COLLADO, LUCIO, 2006). Conforme ressalta Richardson

(2012), o enfoque quantitativo significa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, permitindo, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências. Outro ensinamento de Richardson (2012) é que o enfoque é geralmente indicado para os estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como para os estudos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos.

O tratamento dos dados coletados pela enquete aconteceu através da utilização do Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS), que é um *software* que permite realizar cálculos complexos e visualizar seus resultados de forma simples e autoexplicativa. Com as informações de natureza numérica coletadas, buscou-se classificar, ordenar ou medir as variáveis para apresentar estatísticas, comparar os dois grupos de agricultores ou estabelecer associações entre eles.

A representação dos dados se deu por meio de tabelas, quadros e gráficos. Como consta em Marconi e Lakatos (2010), tabelas ou quadros são considerados um método estatístico sistemático que apresenta os dados em colunas verticais ou fileiras horizontais, obedecendo à classificação dos objetos ou materiais da pesquisa. As autoras observam, ainda, que a importância na construção desses elementos, além de auxiliar na apresentação dos dados, está em ajudar o pesquisador na distinção de diferenças, semelhanças e relações, por meio da clareza e destaque que a distribuição lógica e a apresentação gráfica oferecem às classificações. Já os gráficos, que podem ser informativos ou analíticos, objetivam dar ao público ou ao investigador um conhecimento da situação real e atual do problema estudado, como também fornecer elementos de interpretação, cálculos, inferências e previsões (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Assim, a partir da descrição dos elementos metodológicos utilizados, e uma vez manipulados os dados, o próximo passo foi a análise e interpretação dos resultados obtidos. Na análise, buscou-se evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores, para que se pudesse responder às questões colocadas nesta pesquisa. Na interpretação, procurou-se dar um significado mais amplo às respostas encontradas, referentes às informações empíricas colhidas nas duas experiências agroecológicas apresentadas neste estudo. Esses são aspectos discutidos no próximo capítulo da tese, a seguir.

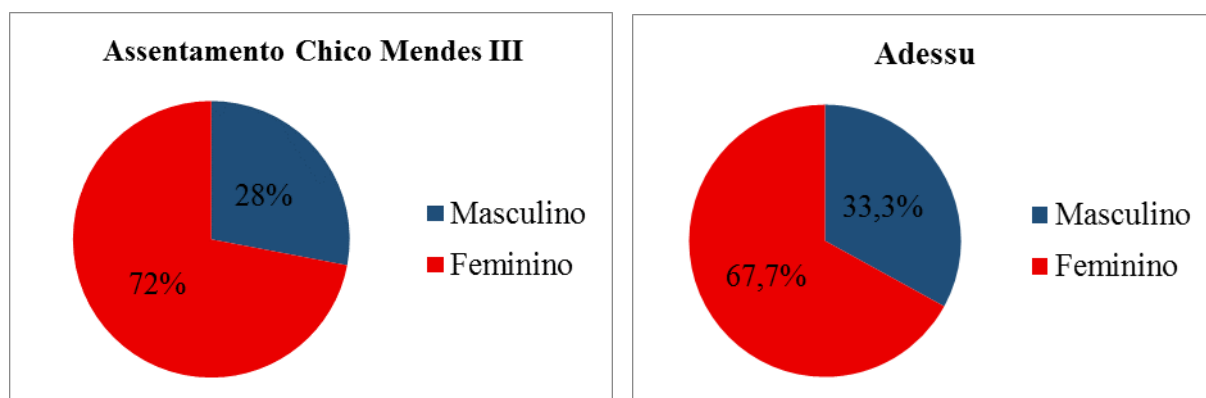
## CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

### SEÇÃO 1: O DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES NATURAIS E SOCIOECONÔMICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES ENVOLVIDOS NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Além dos padrões de interação entre os agricultores familiares da Adessu e do assentamento Chico Mendes III com outros atores locais, divididos por temáticas – que serão devidamente discutidos nas seções posteriores –, apresenta-se, nesta primeira seção, um diagnóstico dos agricultores envolvidos com o processo de transição agroecológica de seus municípios, evidenciando semelhanças e diferenças entre as duas experiências.

Como se pode observar na figura 13, os dois casos analisados têm, na sua maioria, as mulheres à frente das experiências de transição agroecológica. Tanto na Adessu como no assentamento Chico Mendes III, são elas que participam de forma mais ativa nos espaços políticos e de discussão, tais como conselhos, sindicatos e fóruns, e, além de desempenharem as tarefas domésticas e produtivas nos seus núcleos familiares, também se mostram mais abertas ao diálogo e mais interessadas nos cursos, intercâmbios e outras atividades oferecidas pelas organizações presentes em cada localidade.

Figura 13 – Sexo dos entrevistados

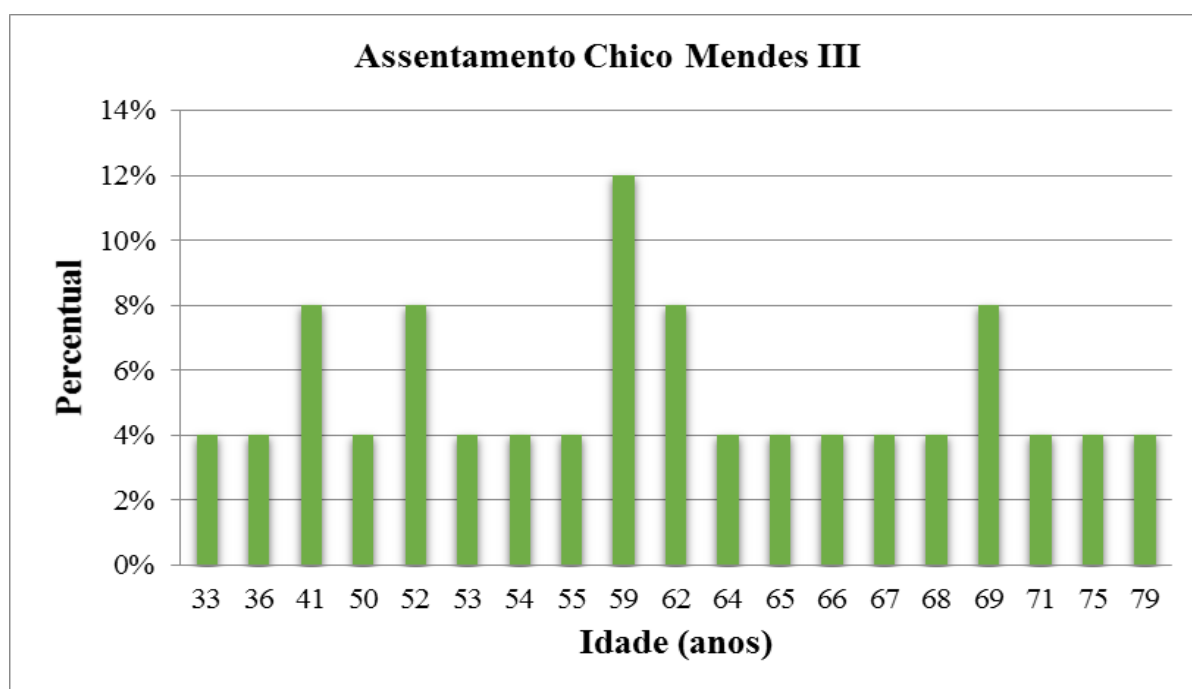


Fonte: elaborada pelo autor (2015).

Em relação à idade dos entrevistados, nota-se, com a Figura 14, que a média do Chico Mendes III é de 58 anos e que, nas moradias do assentamento, prevalecem os idosos como chefes das famílias e há pouca presença dos jovens nos núcleos familiares. O entrevistado de menor idade tem 33 anos, e o mais velho, 79 anos. A falta de estrutura em serviços básicos no

assentamento, como água e energia, por exemplo, tem feito com que crianças e adolescentes, filhos dos agricultores, sejam enviados para outras localidades, para viver com algum parente dos assentados que estejam em melhores condições de ajudar na criação desses jovens. Os entrevistados alegam que, além da falta de instituições de ensino próximas ao assentamento, a busca por emprego é outro fator que impulsiona a evasão dos jovens para outros locais, assim como a visão de que a vida no assentamento e na agricultura requer um trabalho penoso e com pouco retorno econômico.

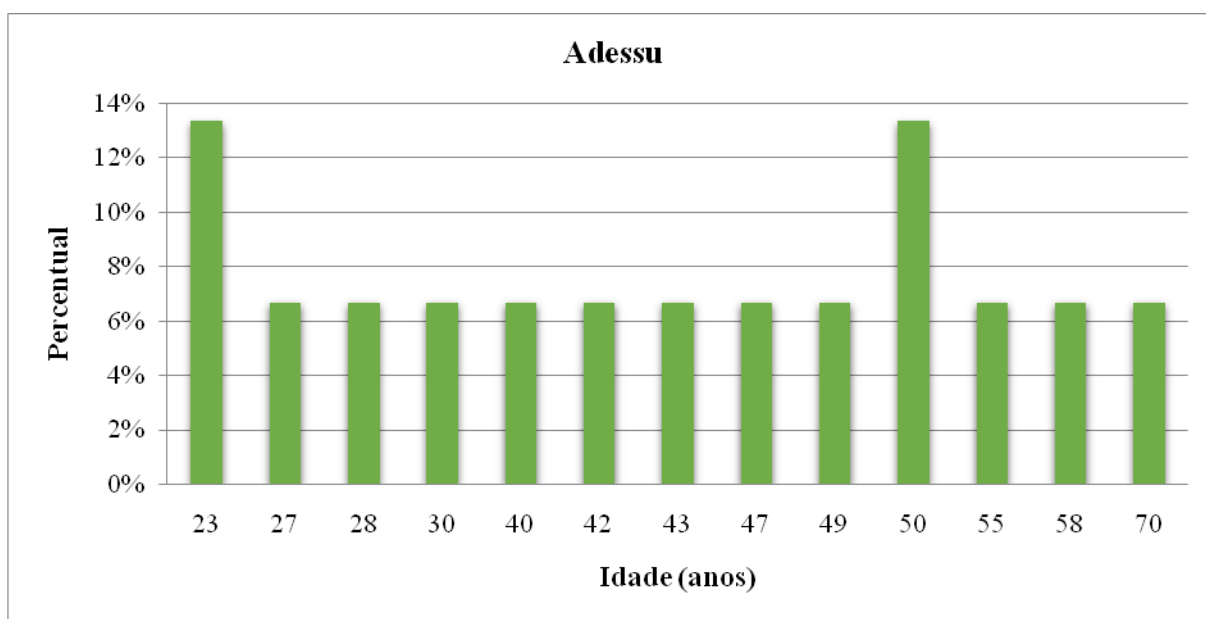
Figura 14 – Idade dos entrevistados do assentamento Chico Mendes III



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

Do lado dos entrevistados da Adessu, a média de idade é mais baixa, ficando em torno de 42 anos. Isso pode ser atribuído a todo o acompanhamento e trabalho formativo diferenciado que a associação oferece aos jovens filhos dos associados, com projetos de educação ambiental ou aqueles voltados para a inserção dos jovens na agricultura. Com essas iniciativas para fortalecer a sucessão na agricultura familiar, os filhos dos sócios da Adessu têm optado em dar continuidade às práticas agroecológicas nas UPAs das suas famílias. A maior parte dos representantes das famílias tem idade inferior aos 30 anos, como mostra a figura 15, e aqueles que são ainda adolescentes já vêm atuando como jovens “difusores em Agroecologia”, junto aos agricultores envolvidos nos projetos da associação.

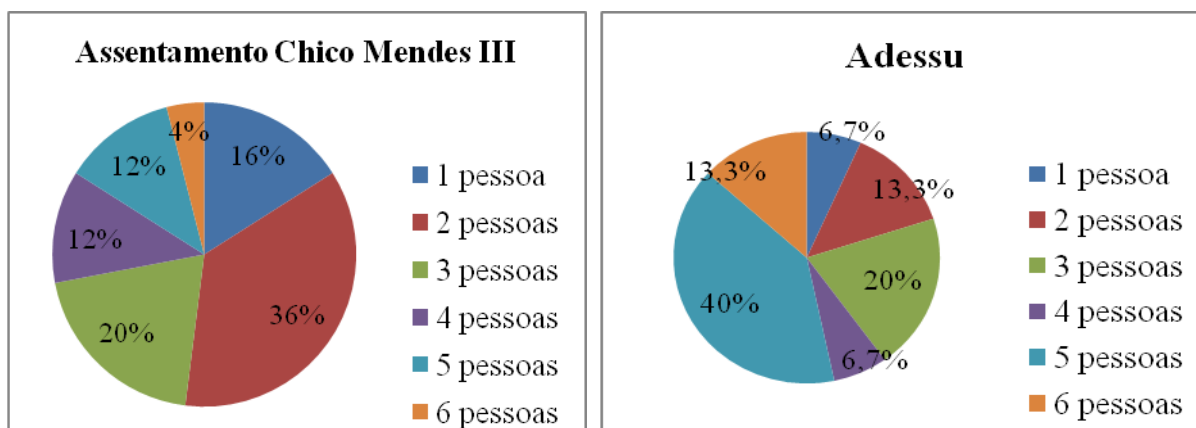
Figura 15 – Idade dos entrevistados da Adessu



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

Quanto aos estabelecimentos, no assentamento Chico Mendes III, 36% dos entrevistados têm somente duas pessoas na família, representados geralmente por um casal de idosos. Outros 20% têm três pessoas na família, seguidos de 16% que residem sozinhos e pela soma conjunta de 28% para aquelas propriedades que contam com quatro a seis pessoas no núcleo familiar. Na Adessu, como se constata na figura 16, mais de 50% das propriedades têm cinco ou seis pessoas na família, sendo que quase todos os seus membros estão inseridos na agricultura, mesmo que de forma indireta, desempenhando tarefas secundárias ou dividindo seu tempo com as atividades não agrícolas realizadas fora da propriedade. São 20% para as famílias que têm três pessoas, 13,3% para os núcleos com duas pessoas e apenas 6,7% representam os agricultores que residem sozinhos.

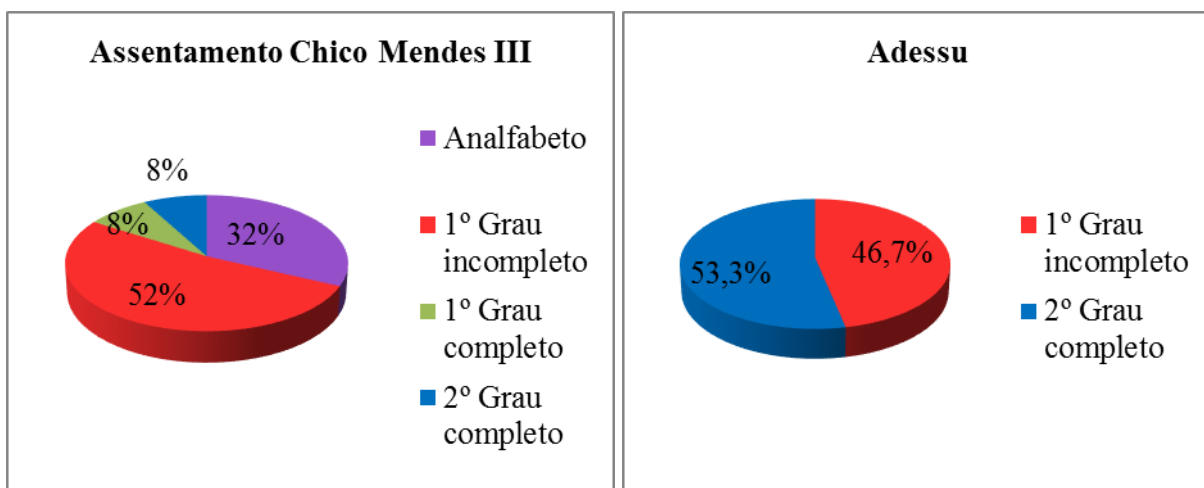
Figura 16 – Número de pessoas na família



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

Sobre o nível de escolaridade, os números da figura 17 revelam que 52% dos agricultores familiares do assentamento não concluíram o 1º Grau, 32% são analfabetos, 8% têm o 2º Grau incompleto e também 8% terminaram o 2º Grau. Dos representantes da Adessu, não existem casos de analfabetismo, eles estão divididos entre os que possuem o 1º Grau incompleto e aqueles que acabaram o 2º Grau de ensino.

Figura 17 – Escolaridade dos entrevistados

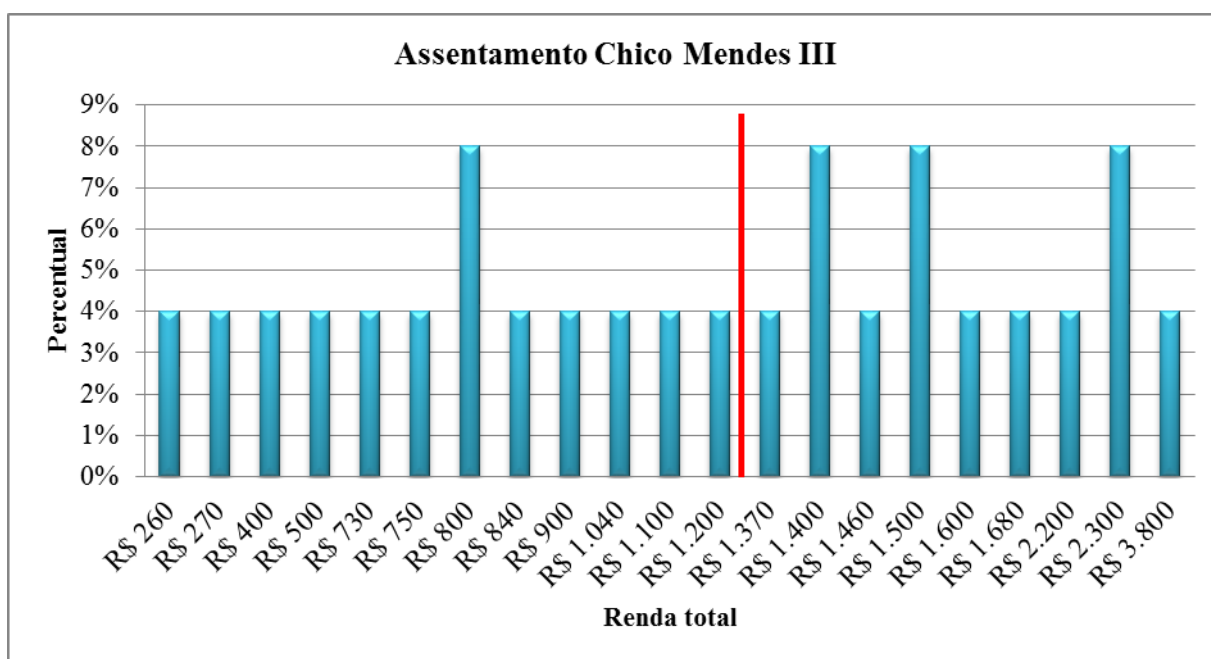


Fonte: elaborada pelo autor (2015).

A renda mensal total por estabelecimento é muito diferente entre os núcleos familiares dos agricultores ouvidos nesta pesquisa. É importante ressaltar que, para se chegar aos valores obtidos que compõem a renda total dessas famílias, levou-se em consideração o somatório da renda agrícola com a renda proveniente de outras fontes, como aposentadoria, pensão, programas sociais (Bolsa Família), atividades não agrícolas etc. Sendo assim, é possível

perceber, por meio da figura 18, que a renda total dos agricultores do assentamento varia entre R\$ 260,00 e R\$ 3.800,00, o que gera uma renda total média de pouco mais de R\$ 1.200,00 por família. A grande variação entre as rendas dos núcleos se deve ao fato de algumas famílias serem mais numerosas que as outras, como também pelo dinheiro advindo especialmente de aposentadorias ou da inserção das pessoas em empregos fora do assentamento, para complementar a renda mensal total do núcleo.

Figura 18 – Renda total do núcleo familiar dos entrevistados do assentamento Chico Mendes III

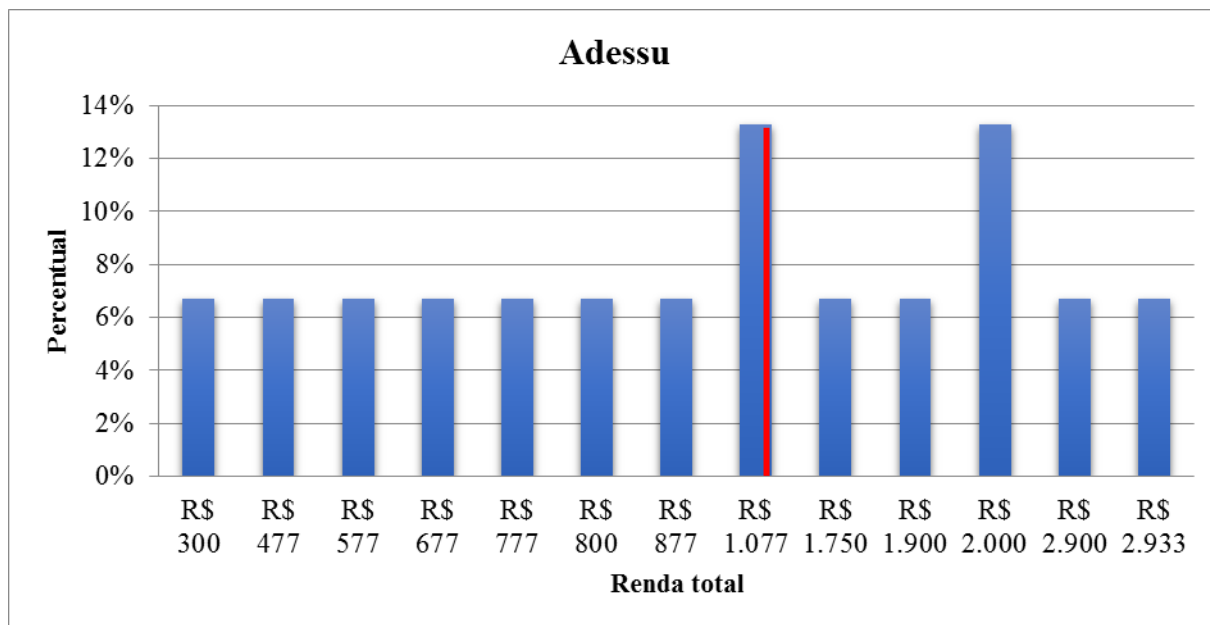


Fonte: elaborada pelo autor (2015).

Na Adessu, os valores variam entre R\$ 300,00 e R\$ 2.933,00 (Figura 19), sendo a renda total média de R\$ 1.341,86.



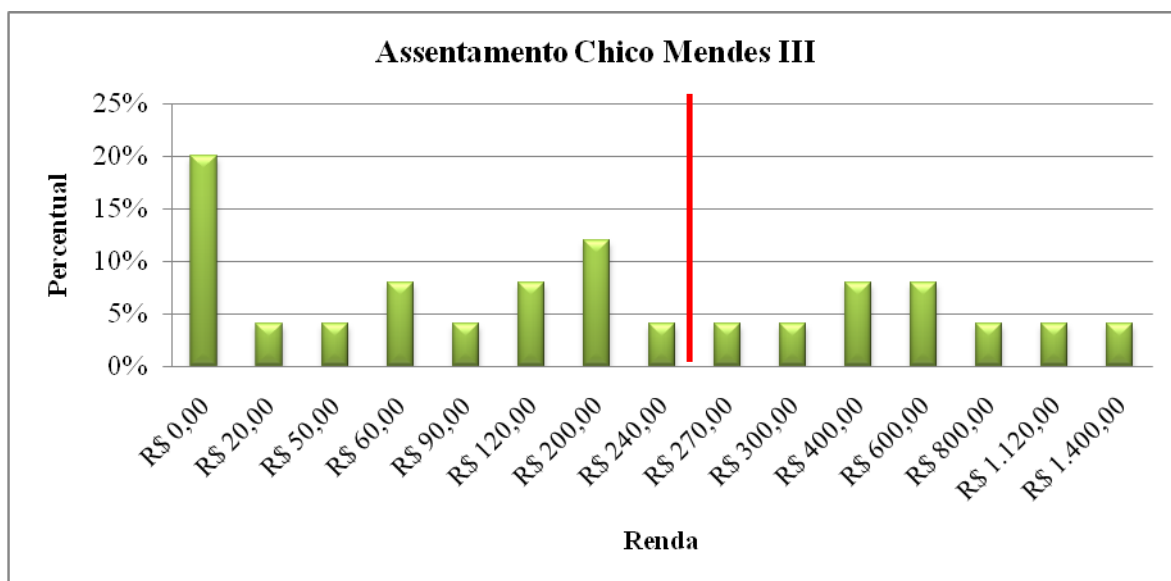
Figura 19 – Renda total do núcleo familiar dos entrevistados da Adessu



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

Quando levada em consideração unicamente a renda agrícola dos assentados, novamente existe uma diferença considerável entre os núcleos, embora a média final seja baixa, ficando em R\$ 290,00 por mês (Figura 20). Isso pode ser atribuído tanto ao melhor desempenho produtivo de algumas UPAs, em relação a outras do próprio assentamento, como também às distintas estratégias de comercialização adotadas por cada família. Isso significa dizer que os agricultores que não estão vinculados a nenhuma feira agroecológica estão mais propensos a apresentar um decréscimo na sua renda agrícola total. Por outro lado, aqueles que estão ligados a alguma feira agroecológica vêm conseguindo obter uma melhoria na renda familiar. Também ocorrem situações em que os agricultores comercializam seus produtos em duas feiras ao mesmo tempo, tanto na agroecológica como na convencional, ou, ainda, nas margens das estradas ou entregando nas residências de clientes já conhecidos.

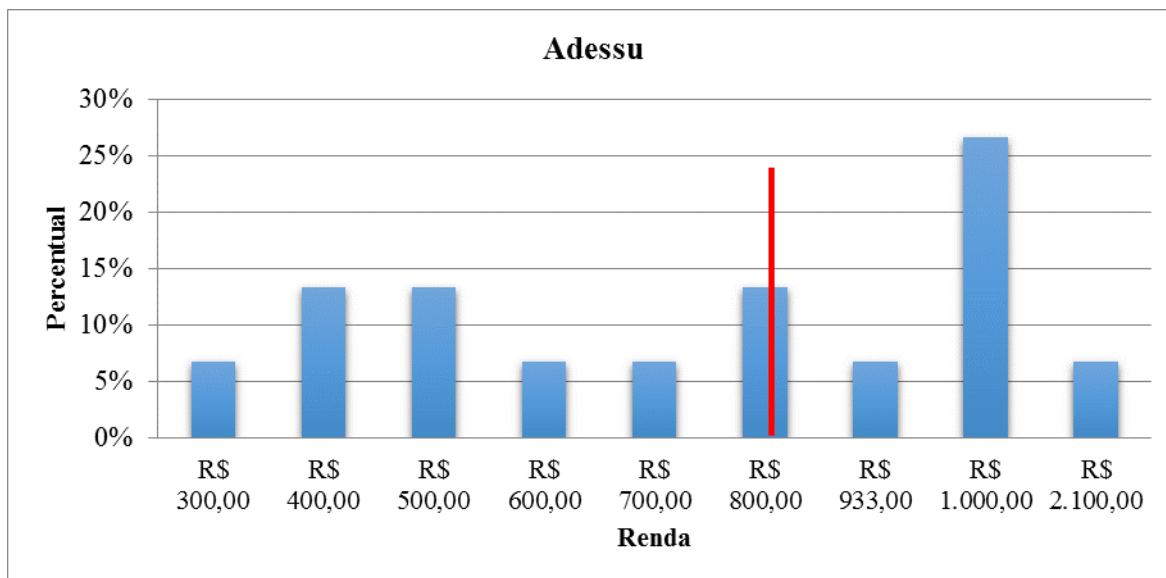
Figura 20 – Renda agrícola do núcleo familiar dos entrevistados do assentamento Chico Mendes III



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

A renda agrícola dos agricultores ligados à Adessu é maior, e a média final é de R\$ 802,00 mensais por família (Figura 21). Esse melhor desempenho na renda agrícola total tem duas razões principais. A primeira é que os associados da Adessu escoam seus produtos em canais curtos de comercialização já consolidados, como as feiras agroecológicas locais, que existem há certo tempo na região e contam com uma clientela fiel, disposta a pagar pelo valor acrescido aos produtos de base ecológica. A segunda e principal razão para a alavancagem na renda agrícola total dos associados é a venda direta dos seus produtos para programas governamentais, como o PAA e o Pnae, que significa um retorno financeiro garantido para os agricultores familiares.

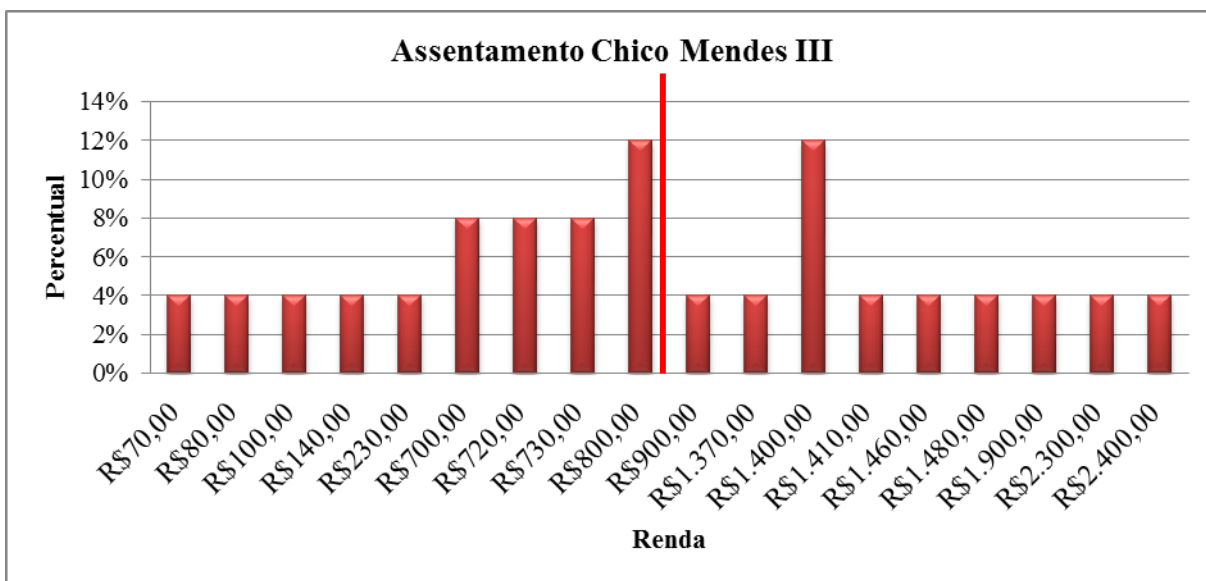
Figura 21 – Renda agrícola do núcleo familiar dos entrevistados da Adessu



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

No que se refere à renda não agrícola por núcleo familiar, pode-se afirmar que, no assentamento, ela é a responsável direta pelo sustento das famílias, mesmo que, na maioria dos casos, essa renda seja oriunda basicamente da aposentadoria ou do Bolsa Família. Sobre isso, o interessante é notar que a renda média não agrícola é de aproximadamente R\$ 989,00 (Figura 22) e que é isso que vem garantindo a reprodução social dos agricultores do Chico Mendes III, e não a sua renda agrícola, que ainda está aquém das possibilidades permitidas pelo processo de transição agroecológica em curso.

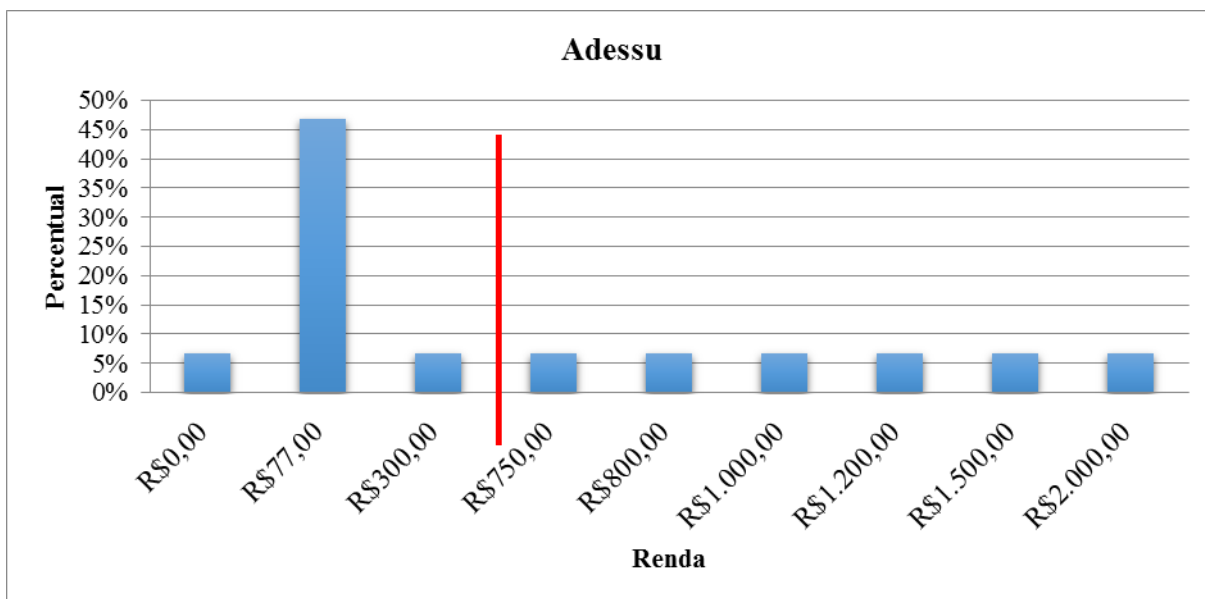
Figura 22 – Renda não agrícola do núcleo familiar dos entrevistados do assentamento Chico Mendes III



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

Na experiência da Adessu, essa média da renda não agrícola é de R\$ 539,26 (Figura 23), inferior à do assentamento. Provavelmente, isso acontece pela menor incidência de aposentados, pois se trata de agricultores com média de idade mais jovem quando comparada à do caso do Chico Mendes III. Paralelamente, parte desses agricultores vem conseguindo garantir a sua reprodução socioeconômica exclusivamente a partir da agricultura, não havendo a necessidade de complementariedade de renda através das atividades não agrícolas.

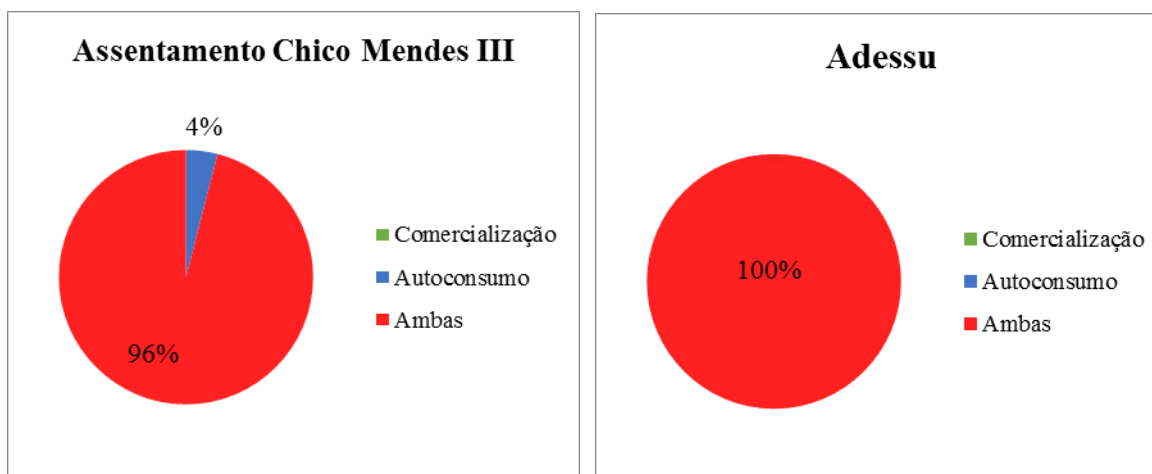
Figura 23 – Renda não agrícola do núcleo familiar dos entrevistados da Adessu



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

A figura 24, a seguir, indica a finalidade da atividade produtiva dos agricultores que responderam ao questionário para levantamento de dados. Em resumo, praticamente todos os entrevistados vêm produzindo simultaneamente tanto para o autoconsumo da família como para a comercialização dos seus produtos pelos canais disponíveis, com exceção de alguns assentados, que totalizam 4% do seu grupo.

Figura 24 – Atividade produtiva agrícola

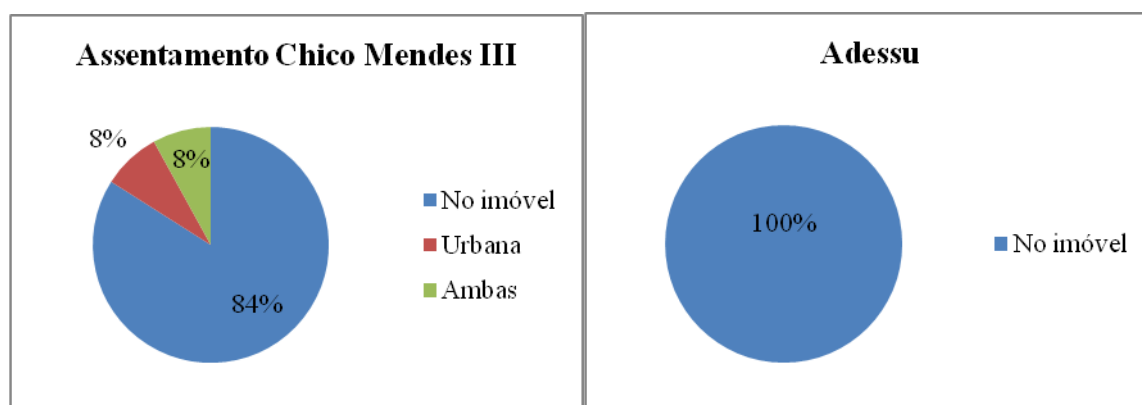


Fonte: elaborada pelo autor (2015).

Buscou-se coletar informações a respeito da residência dos agricultores familiares, sendo possível identificar, na figura 25, que 16% dos assentados não residem em tempo

integral no Chico Mendes III. Em outras palavras, esses agricultores mantêm o bom funcionamento dos seus sistemas produtivos agroecológicos, realizando frequentemente as práticas agrícolas corriqueiras em suas UPAs, desde a fase do plantio até a colheita, mas eles moram em outras localidades, inclusive no meio urbano. Durante as entrevistas, esses agricultores que não ficam no assentamento em tempo integral alegaram que não se consideram em condições de viver ainda naquela realidade e que preferem esperar a demarcação oficial dos lotes, para, depois, retornarem em definitivo.

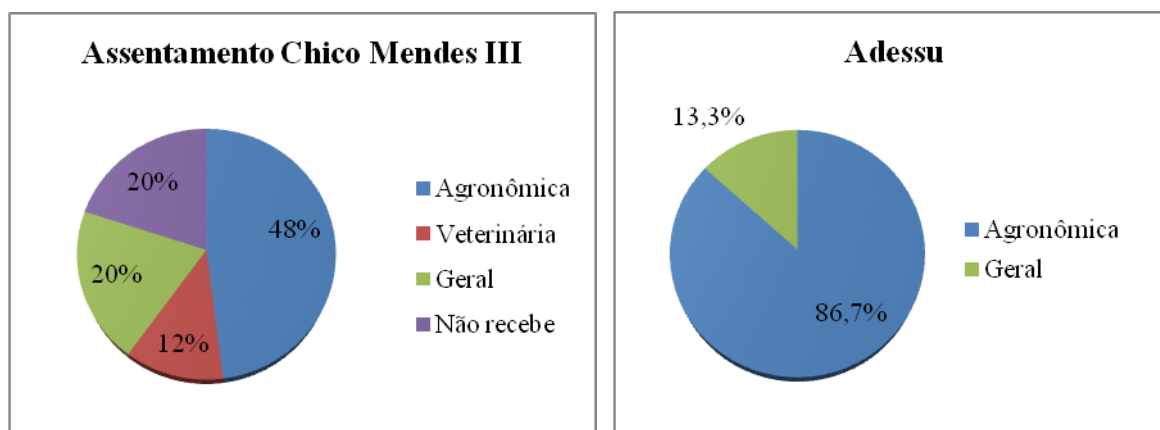
Figura 25 – Tipo de residência dos entrevistados



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

No que concerne aos serviços de Ater prestados aos agricultores familiares dos dois casos em questão, a análise mostra que pelo menos 20% dos assentados entrevistados não recebem nenhum tipo de assessoria em suas UPAs (Figura 26). O motivo, segundo relatos, é que as ações de Ater são voltadas para os agricultores que estão mais engajados nos projetos da UFRPE ou enviam constantemente seus produtos para as feiras agroecológicas.

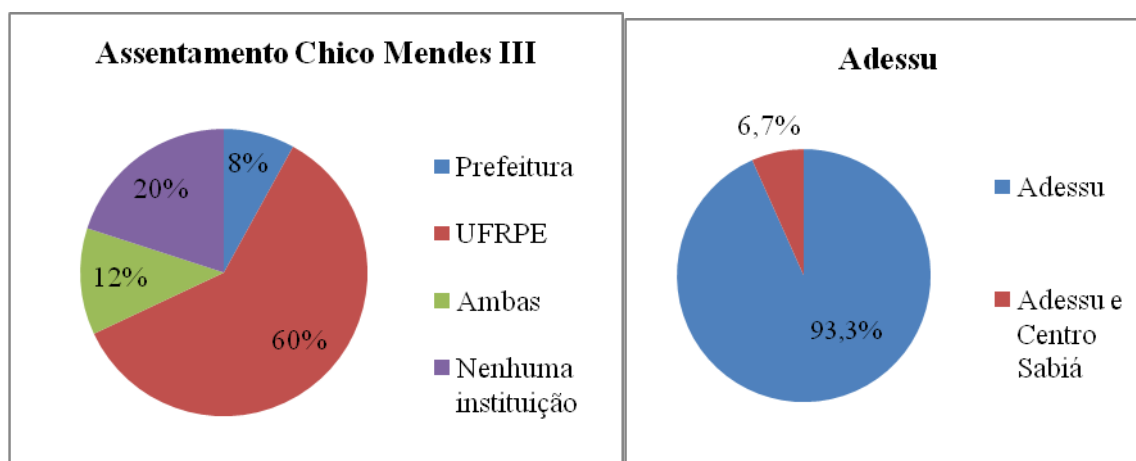
Figura 26 – Tipo de assistência técnica dos entrevistados



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

A UFRPE, aliás, é a instituição que mais aparece nas respostas dos entrevistados quando questionados sobre as principais instituições responsáveis pelos serviços de Ater, seguida pela Prefeitura Municipal (Figura 27). No caso da Adessu, 93,3% citam a associação como a principal responsável pelas ações em suas propriedades, e uma minoria reconhece a atuação do Centro Sabiá nesse trabalho de Ater.

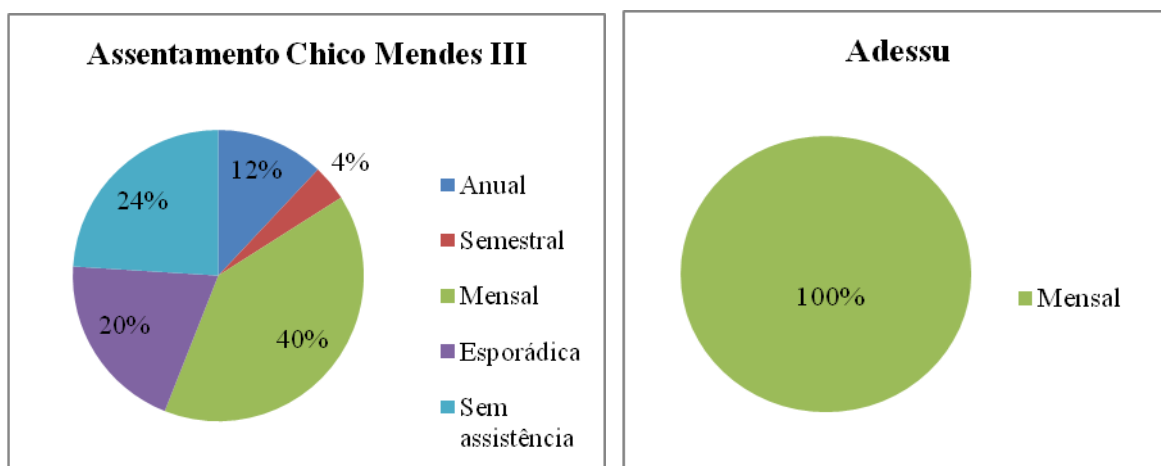
Figura 27 – Instituições responsáveis pela assistência técnica



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

A frequência dos serviços de Ater é mensal entre todos os agricultores da Adessu, enquanto, no assentamento Chico Mendes III, 40% recebem a visita mensal de alguém vinculado a qualquer projeto da UFRPE em sua propriedade; 20% disseram ser esporádica essa visita, 12% anual, 24% estão sem assistência e 4% declaram ser semestral a presença de algum técnico em sua área produtiva (Figura 28).

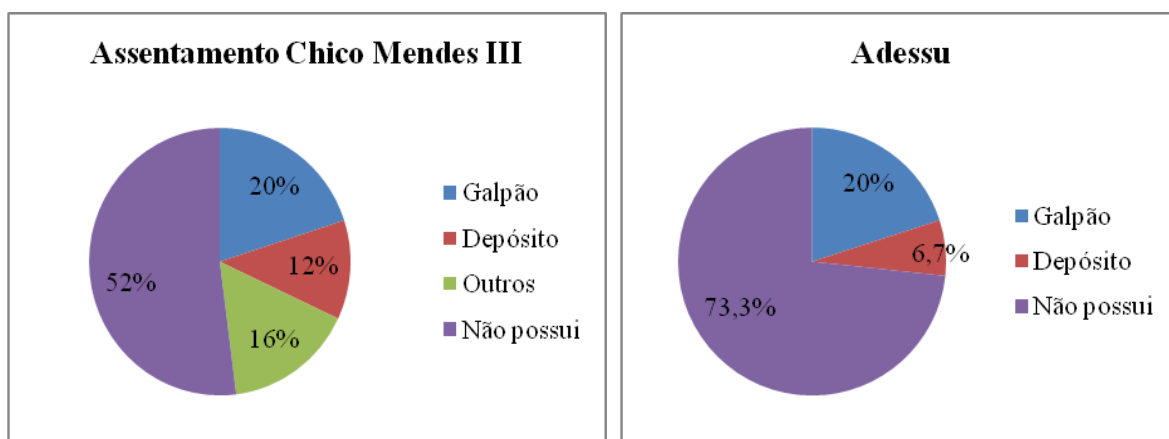
Figura 28 – Frequência dos serviços de Ater prestados pelas instituições responsáveis pela assistência técnica



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

Em que pesem as benfeitorias construídas nas propriedades dos entrevistados, elas se limitam a galpões e depósitos, como demonstra a figura 29, abaixo.

Figura 29 – Benfeitorias nas propriedades



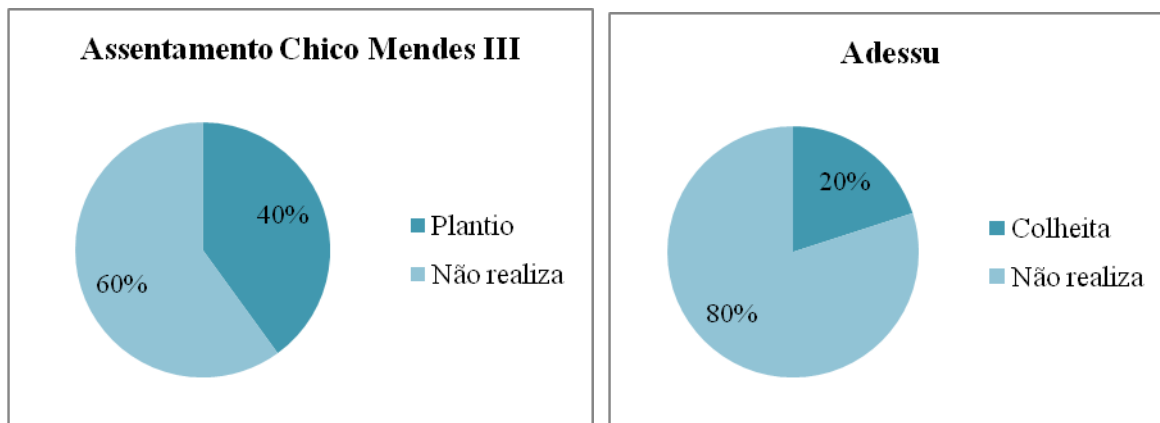
Fonte: elaborada pelo autor (2015).

A prestação de serviços fora das UPAs está mais presente entre os assentados, sendo que 40% deles vendem sua força de trabalho na etapa do plantio das culturas ou fora do assentamento, em usinas de cana-de-açúcar vizinhas ou em outros estabelecimentos familiares locais. Essa é uma estratégia comum adotada para o acréscimo da renda nos núcleos familiares do Chico Mendes III, a que aqueles indivíduos que não possuem nenhum benefício social, aposentadoria ou não conseguem garantir o seu próprio sustento e da sua família pelo



rendimento das atividades agrícolas precisam recorrer. Do mesmo modo, 20% dos agricultores da Adessu afirmaram vender a sua mão de obra, porém na fase da colheita (Figura 30).

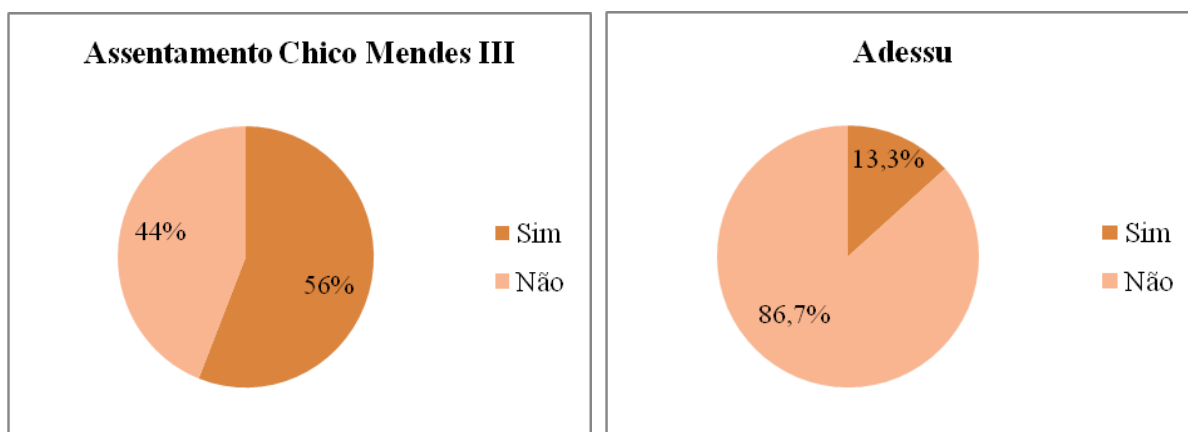
Figura 30 – Prestação de serviços fora da UPA



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

A contratação de mão de obra foi outro ponto levantado no questionário, e os resultados indicam que 44% dos agricultores do Chico Mendes III têm recorrido ao auxílio de outras pessoas em determinadas etapas da produção agroecológica em suas UPAs. Como mais da metade dos estabelecimentos do assentamento é composta por uma ou duas pessoas (casal de idosos), essa contratação se faz necessária quando as atividades são mais intensivas em esforço físico. Na Adessu, onde as famílias são mais numerosas e seus membros mais envolvidos nas atividades agropecuárias, esse percentual é de apenas 13,3% (Figura 31).

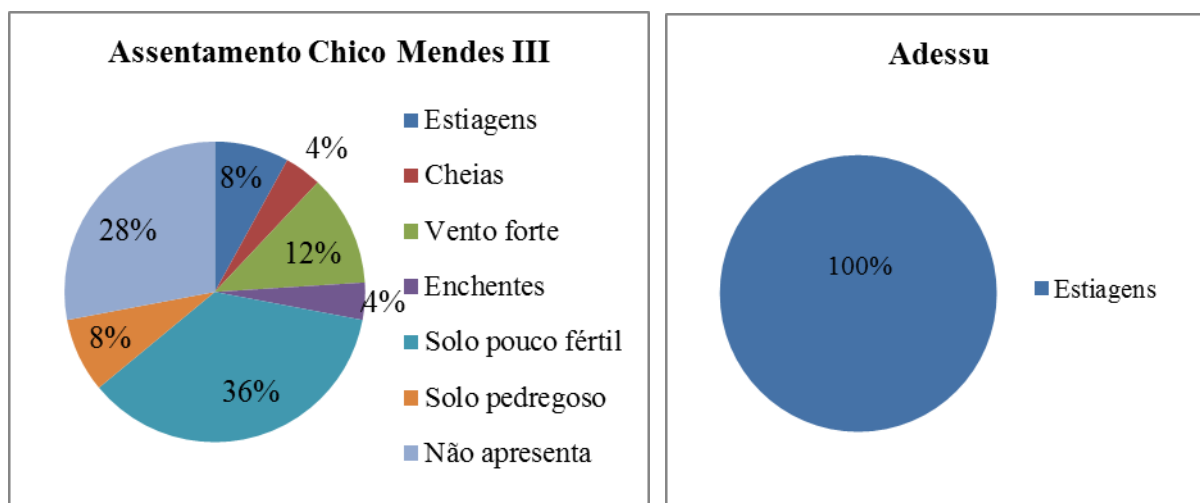
Figura 31 – Contratação de mão de obra nas propriedades



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

Com a figura 32, adiante, procurou-se apresentar as principais restrições ambientais enfrentadas pelos dois grupos. No assentamento, existe um conjunto mais complexo dessas restrições, merecendo destaque a baixa fertilidade do solo, apontada por 36% dos informantes como o principal problema da sua área. Em Santa Cruz da Baixa Verde, os longos períodos de seca continuam sendo a grande preocupação dos agricultores ligados à Adessu.

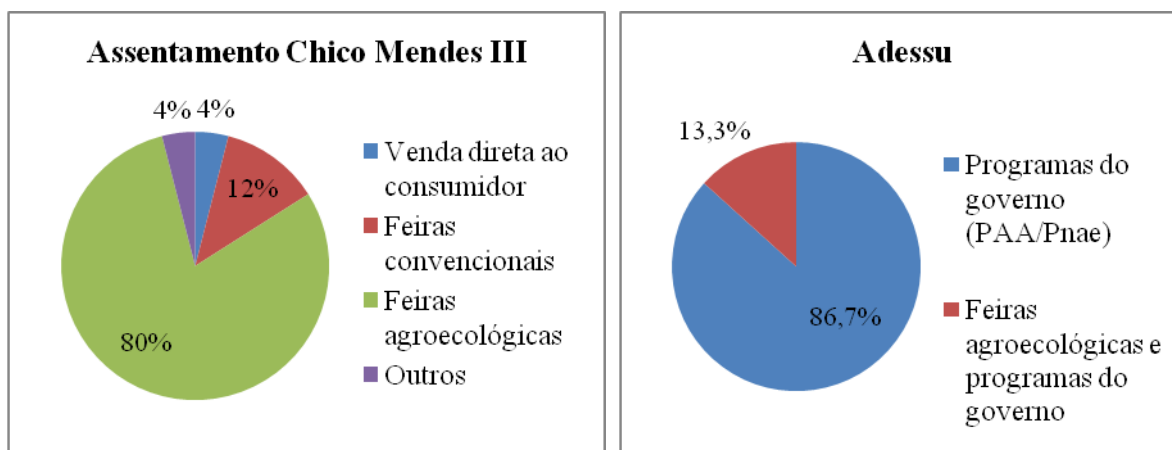
Figura 32 – Restrições ambientais nas propriedades



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

O destino dos produtos comercializados é um grande diferencial nas duas experiências, com repercussão direta na renda total das famílias agricultoras. Como exposto na figura 33, 80% dos assentados estão inseridos nas feiras agroecológicas criadas no âmbito do processo de transição agroecológica, 12% frequentam as feiras convencionais, 4% comercializam seus produtos diretamente com os consumidores e também 4% adotam outras estratégias de comercialização. Entre os entrevistados da Adessu, 86,7% vêm comercializando seus produtos concomitantemente nas feiras agroecológicas e via programas governamentais.

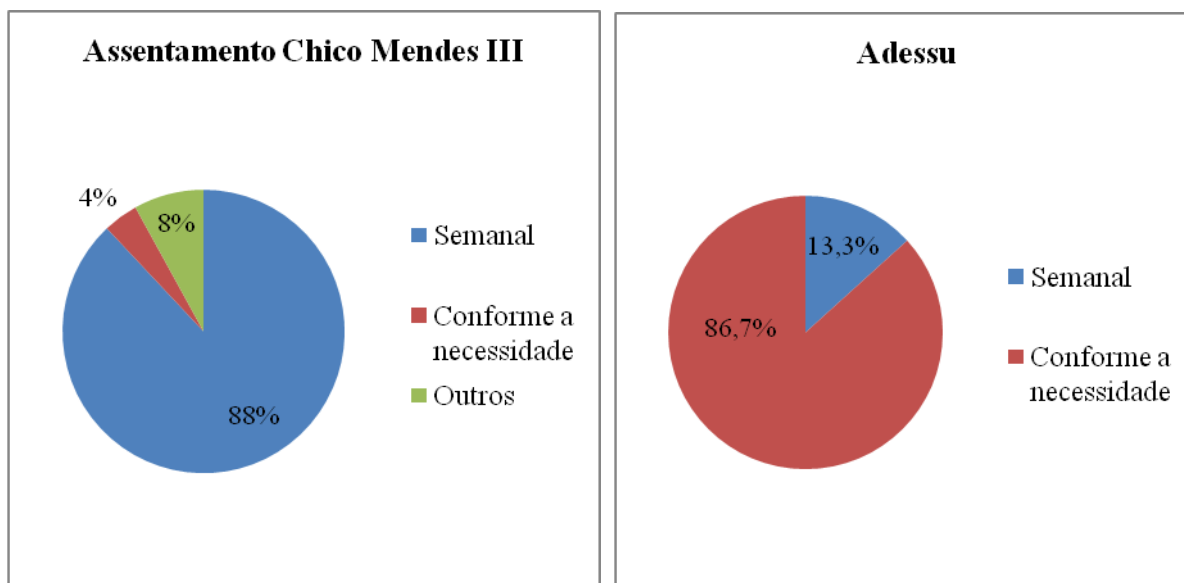
Figura 33 – Destino dos produtos comercializados



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

A periodicidade com que os agricultores familiares comercializam seus produtos é expressa na figura 34.

Figura 34 – Periodicidade da comercialização



Fonte: elaborada pelo autor (2015).

Em suma, nesta primeira seção, puderam ser vistas as semelhanças e diferenças entre os dois grupos de agricultores envolvidos nos processos de transição agroecológica, por meio da elaboração de um diagnóstico abrangendo dados socioeconômicos e produtivos das duas realidades, de várias ordens. Na continuação, será explicado como foram reunidos e analisados os elementos originados das entrevistas, de forma que permitissem tecer uma

profícua discussão, subdividida nas três próximas seções deste capítulo, destinado ainda aos resultados e discussão.



## CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

### SEÇÃO 2: CARACTERIZANDO OS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Com o intuito de traduzir os elementos empíricos dos casos em uma linguagem mais sistematizada e, com isso, conferir um grau de universalidade aos achados desta pesquisa, recorreu-se a um exercício de esquematização apresentado por meio da análise qualitativa de conteúdo do material textual originado das entrevistas e pela categorização temática, definindo sobre o que se tratam os dados em análise.

Os padrões de interação entre os agricultores familiares da Adessu e do assentamento Chico Mendes III com outros atores locais foram organizados com base nas premissas e objetivos desta tese, o que originou quatro temáticas principais a serem discutidas neste quinto capítulo: a) o processo de transição agroecológica; b) os atores envolvidos e seu padrão de interação; c) as ações de Ater desenvolvidas na experiência; e d) a influência das políticas públicas no processo de transição. Dentro de cada temática, foram identificadas dimensões específicas das interações capazes de interferir no processo de transição agroecológica dos dois casos, permitindo relacionar os tipos de interação dos atores com fatores qualitativos que compõem o desenvolvimento rural.

A primeira temática, a do processo de transição agroecológica, contém quatro dimensões, como mostra o quadro 1.

Quadro 1 – O processo de transição agroecológica

<b>Dimensão</b>	<b>Adessu</b>	<b>Assentamento Chico Mendes III</b>
1) Principais incentivos e motivações	Conhecimento tradicional familiar; Saúde e meio ambiente; Efeitos negativos da agricultura convencional; Apoio da Adessu e instituições parceiras.	Saúde e meio ambiente; Apoio de atores (Incra/MST e UFRPE).
2) Mudanças identificadas	Hábitos alimentares; Inserção em novos mercados e canais de comercialização; Inclusão de jovens; Aumento na produção;	Hábitos alimentares; Construção do conhecimento agroecológico; Aumento e diversificação da produção;

	Resgate de práticas tradicionais; Diversificação da produção; Valorização dos recursos naturais; Organização social.	Criação e inserção em novos canais de comercialização; Melhor aproveitamento dos recursos naturais.
3) Dificuldades evidenciadas	“Pragas”; Estiagem; Resistência dos agricultores; Questões burocráticas; Falta de infraestrutura para o beneficiamento dos produtos.	Falta de estrutura e serviços básicos no assentamento; Ausência dos serviços de Ater e acesso ao crédito; Conflitos e falta de organização; Aumento do trabalho e falta de mão de obra familiar; “Pragas” e doenças; Transporte dos produtos até os canais curtos de comercialização.
4) Vantagens destacadas	Melhoria na saúde; Aumento na procura e facilidade na comercialização dos produtos; Acréscimo na renda; Organização social; Acesso às políticas públicas.	Melhoria na saúde; Aumento na procura dos produtos; Conhecimento agroecológico; Geração de renda; Localização geográfica; Apoio institucional da UFRPE; Criação de canais curtos de comercialização.

Fonte: elaborado pelo autor (2015).

Tendo como referência esse quadro, nos próximos tópicos, apresentam-se as características dos processos de transição agroecológica em Santa Cruz da Baixa Verde e em São Lourenço da Mata.

### **Parceria entre atores locais e o surgimento do associativismo agroecológico para o fortalecimento da agricultura familiar em Santa Cruz da Baixa Verde**

Um traço marcante na trajetória do processo de transição agroecológica dos agricultores da Adessu é a participação contínua de outros atores locais. As primeiras parcerias a se formar em Santa Cruz da Baixa Verde, ainda na década de 1990, resultaram de

iniciativas de agricultores convencionais que vinham enfrentando os efeitos negativos de um modelo de agricultura capitalista e excludente, pautado, sobretudo, no monocultivo da cana-de-açúcar. A exploração da mão de obra e a falta de perspectiva socioeconômica que garantisse a reprodução da agricultura familiar foram alguns dos fatores que levaram esses agricultores a se envolver na proposta de transição agroecológica, como relata um dos fontes-chave, contando suas próprias dificuldades enfrentadas na época:

*Muitos agricultores iam para os centros urbanos trabalhar de ajudante geral. Porque a gente sem estudo não tem profissão. Muitos se marginalizaram e outros voltaram, que nem eu, também. Eu passei dois anos no Mato Grosso e seis meses em Minas, e saí justamente por conta disso, aqui não dava condições. Trabalhei na agricultura e em restaurante, retornei com o propósito de não ter que voltar mais para outra região, e eu cheguei no momento que o grupo que ficou estava discutindo a fundação da Adessu e eu me reintegrei ao grupo e estou aqui até hoje. Esses agricultores que fundaram a Adessu eram bem diversificados: tinham os mais velhos aposentados, a maioria de jovens, um percentual de mulheres. Tinham uns que trabalhavam nos engenhos no verão, para poder ganhar dinheiro e no inverno plantavam cana também, plantava milho, feijão. Eu sei que todos estavam envolvidos na atividade agrícola, só que a atividade não estava respondendo financeiramente, por isso que fomos atrás de outra forma de trabalhar, que fosse sustentável, que gerasse renda e preservasse o meio ambiente para as gerações futuras. (FCAD1, 2014).*

Naquele momento, ficou evidente a importância que teriam os atores locais para o processo de transição agroecológica dos agricultores do município, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Triunfo, que construiu a parceria com outros atores sociais e buscou novos projetos que pudessem fortalecer a experiência dos agricultores envolvidos, o que culminou na criação da Adessu.

Como descrito por Schmitt (2011), a costura de redes<sup>21</sup>, mobilizando relações, recursos e significados, é capaz de promover a interconexão entre distintas realidades e formas de conhecimento, ultrapassando domínios institucionais específicos e conectando uma diversidade de interesses. Para a autora, “é na confluência entre essas múltiplas realidades, e

<sup>21</sup> Inspirado pelos achados da chamada Nova Sociologia Econômica, este estudo se apropria da teoria da rede social, de Mark Granovetter e seus colaboradores, para compreender as relações entre os atores, identificar os seus padrões de interação e o caráter específico que eles imprimem na dinâmica de desenvolvimento rural vivenciada pelos agricultores da Adessu e do assentamento Chico Mendes III. A rede social pode ser definida como um conjunto de nós ou atores (pessoas ou organizações) ligados por relações sociais ou laços de um tipo especificado (CASTILLA et al., 2000, p. 219). As redes também podem ser entendidas como um conjunto regular de contratos ou conexões sociais entre indivíduos ou grupos. Essas são palavras de Granovetter e Swedberg (2011), para esclarecer que uma ação econômica é socialmente localizada e não pode ser explicada pelas motivações individuais, quer dizer, ela está enraizada em redes de relações pessoais, porque se expressa em interação com outras pessoas.



através de processos de luta, negociação e acomodação, em diferentes campos de batalha, que se constrói o desenvolvimento” (SCHMITT, 2011, p. 92). Essa fase inicial de construção de redes<sup>22</sup> é também detalhada na fala do fonte-chave FCAD1, que revela ainda em que contexto surgiu a Adessu, os resultados dos seus projetos iniciais, sua maneira de atuar e como se deu o envolvimento dos agricultores.

*Dentro do grupo ligado ao sindicato, a gente sentiu a necessidade de fazer algo relacionado à agricultura e relacionado à renda também, para fixar o jovem no campo. Foi aí que a gente criou uma equipe de agricultura, apoiada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Triunfo, e começou a se discutir os impactos causados pela agricultura convencional e vieram as propostas de mudança, só que a gente não tinha muito apoio. O sindicato conseguiu um projeto com o DED, uma cooperação alemã e veio uma técnica da Alemanha, que passou cinco anos com a gente e deu uma estrutura a essa equipe de agricultura. Aí a partir daí, quando foi terminando o contrato, a gente já estava bastante envolvido e conhecedor das técnicas de produção, aí a gente fundou a Adessu. E a Adessu veio justamente para quebrar esse paradigma da agricultura convencional e tradicional. Então, a partir de 1996, a gente entrou com esse novo paradigma que é a Agrofloresta e estamos até hoje. Aí foi um incentivo maior, porque a gente conseguiu outros projetos, com a Suíça, para implantar sistemas agroflorestais. E os primeiros projetos foram dando resultados e as pessoas foram se entregando nesse movimento. Hoje, a gente acompanha diretamente uma equipe de quase 50 associados, mais 250 famílias que é do projeto, que trabalha educação ambiental com as crianças, que é também da Alemanha, KNH. E hoje, tem um público muito grande dessas práticas, então a transição se deu por aí: com o envolvimento dos jovens e esses jovens já estão adultos, e os filhos deles já estão começando a se envolver. (FCAD1, 2014).*

O apoio advindo desses projetos pioneiros parece ter sido decisivo para ajudar a moldar o consenso futuro na Adessu, não apenas sobre a importância de desenvolver uma agricultura sustentável, como também para as virtudes da agricultura familiar local. O reconhecimento ao estímulo dado e a valorização da produção agrícola familiar estão presentes no discurso de alguns associados entrevistados, como no da agricultora AAD3, que descreve como era sua dinâmica produtiva e cita alguns entraves vivenciados, antes da opção por outro tipo de agricultura.

*Em 1993 eu plantava uma horta pequenininha, carregava água na cabeça. Aí teve um tempo que eu fiquei parada, mas meu esposo ficou plantando e vendendo aos*

<sup>22</sup> Em outra perspectiva investigativa, as redes são tidas como instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise à suplantação do espaço e invalidação do tempo (CASTELLS, 2008, p. 566). Nos caminhos percorridos por Castells (2008), as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.

*atravessadores. Tinha um senhor lá no sítio que já era envolvido na associação Adessu, eu não tinha conhecimento, mas ele passou a experiência pra mim, e eu continuei fazendo as coisas orgânicas, embora tenha sido uma luta, uma guerra, porque o povo mandava meu marido botar adubo, passar o veneno. A gente até discutia em casa, eu dizia não bota não. Eu dizia: o senhor da Adessu e do sindicato tá acompanhando a gente, eu não quero que bote veneno aqui. Eu tinha uma área orgânica, como eu tenho hoje em dia. Eu recebi muda no início, recebi uns folhetos também. Mas as mudas eram pouquinhas, eu comprei também.* (AAD3, 2014).

Além dos incentivos dados pelos primeiros projetos da Adessu, alguns agricultores também destacam a influência da família na opção por um novo modelo de agricultura. Isso fica evidenciado no discurso de uma das agricultoras associadas, que disse: *“Planto assim devido à minha mãe, que a gente nasceu e cresceu dentro da agricultura e a gente nunca usou veneno. Eu fui incentivada por ela, que tem hortalíça, fruta, ovelha, porco, feijão, milho, andu.”* (AAD1, 2014). De mesma opinião, outra agricultora volta a destacar a importância do conhecimento agroecológico familiar, passado entre as gerações de agricultores: *“Eu já conhecia a produção agroecológica porque foi passando de mãe pra gente, pra meus irmãos. E isso é importante para o meio ambiente, pra terra e pra gente, pro nosso consumo e também fornecer algumas coisas de qualidade para as outras pessoas.”* (AAD5, 2014). Outras questões importantes elencadas pelos agricultores dizem respeito à saúde e ao meio ambiente, temas presentes nos trabalhos da Adessu e exemplificados no depoimento a seguir:

*Desde os 13 anos de idade, quando eu comecei a participar da Adessu, comecei a ver os trabalhos, comecei a gostar do incentivo para se trabalhar de forma agroecológica e, nisso, a gente começou a trabalhar junto com a família, pensando mais na questão da saúde e do meio ambiente [...]. A gente começou a se preocupar com a questão do nosso clima, aí com o incentivo da Adessu, que disse que a forma correta de trabalhar ajudaria o clima e o meio ambiente, a gente começou a trabalhar em nossa comunidade.* (AAD4, 2014).

A adesão de novos agricultores à proposta agroecológica da Adessu foi evoluindo ao longo dos anos, fruto de um esforço conjunto entre a associação e as instituições parceiras atuantes no município de Santa Cruz da Baixa Verde. Costabeber, Garrido e Moyano (2000) utilizam-se da argumentação de que os agricultores que ingressam em propostas de agricultura de base ecológica sentem a necessidade de articulação de seus interesses particulares mediante estratégias de ações coletivas. Tais ações partem da própria perseverança dos agricultores em aperfeiçoar seu trabalho e procurar os instrumentos e apoios para dar continuidade aos seus projetos de agricultura sustentável. Então, o processo de ação

social coletiva se transforma no propulsor da transição agroecológica, podendo resultar no alcance de objetivos econômicos, sociais e ambientais que assegurem a continuidade da “ecologização” da agricultura (COSTABEBER; GARRIDO; MOYANO, 2000).

Dito isso, por meio de metodologias participativas construídas junto aos associados, foi possível socializar os princípios da Agroecologia e práticas da agricultura sustentável para os novos agricultores que vinham ingressando na associação, o que significou um elemento motivador para o grupo, como descreve o informante FCAD2:

*Alguns agricultores, através de um intercâmbio, viram as vantagens de se trabalhar de forma agroecológica. Começou com doze agricultores e começaram a difundir nas suas propriedades, viram que dava certo e depois levaram também para outras localidades. Um dos fatores que motivou mais foi a agrofloresta, porque antes os agricultores acreditavam que a monocultura era mais eficiente. Com essa proposta da agrofloresta, viram que podiam produzir mais de um alimento em apenas um local, daí começou a fortalecer essa iniciativa. (FCAD2, 2014).*

A partir do apoio da Adessu e do envolvimento cada vez maior dos agricultores associados, outras mudanças puderam ser identificadas na vida de suas famílias, como, por exemplo, a inserção dos jovens na agricultura, reduzindo, com isso, uma tendência ao êxodo rural, e uma maior oferta de alimentos de qualidade, tanto para os consumidores locais como para as próprias famílias dos agricultores associados. A entrevistada AAD3 explica o que significaram essas mudanças na sua família:

*A vida era muito sofrida antes, agora melhorou muito, melhorou até a minha saúde. Teve uma mudança, a gente bota alimento na mesa de qualidade, vende produto de qualidade e a gente se sente feliz com isso. Eu tenho cinco filhos, três rapazes e uma filha solteira e outra casada, e eu já tenho meus filhos envolvidos na agricultura orgânica e agroecológica. Eu vivia muito triste porque eles foram para São Paulo para trabalhar, teve um que passou cinco anos, veio em casa só para passear e voltou, por conta que aqui não tinha trabalho. Isso mudou muito, meus filhos hoje estão envolvidos na horta, comigo trabalhando e eu me sinto feliz com isso. Voltaram de São Paulo, tão tudo em casa. (AAD3, 2014).*

Cabe mencionar, sobre essa questão, os estudos que reconhecem o jovem na nova mentalidade rural, sugerindo que permanecer no campo ou retornar para ele não significa necessariamente uma frustração ou atraso para o jovem, mas pode ser resultado de uma escolha motivada pelo desejo de manter um padrão de vida que se torna viável pela possibilidade de morar com a família, próximo de amigos e parentes, compartilhando os mesmos códigos e valores, mas também ter acesso a determinados bens materiais e simbólicos

que, até pouco tempo, só estavam disponíveis nas grandes cidades (CARNEIRO, 2007). Mais ainda, os jovens filhos dos agricultores que permanecem no meio rural vêm assumindo um protagonismo<sup>23</sup> importante na experiência da Adessu, como sugere o fonte-chave FCAD1:

*As pessoas que estão envolvidas têm uma qualidade de vida melhor, têm uma consciência da questão ambiental, do respeito com a natureza, com os seres humanos e com as gerações futuras. As famílias estão se envolvendo mais no processo, hoje a gente tem uma equipe de sete “difusores”, que foram crianças e receberam as primeiras atividades de educação ambiental pela KNH, passaram por um processo de formação e agora são “difusores em Agroecologia”, e estão aí atuando e prestando assessoria junto aos agricultores, e isso é uma coisa muito boa. Você ver que a direção da Adessu é toda de jovens, e esses jovens foram formados todos lá. Isso é um avanço, aumentou a conscientização dentro das famílias e o envolvimento. Hoje quem participa não é só mais a mulher, é o jovem, o pai, a família toda. (FCAD1, 2014).*

Cumprir com eficiência esse papel é o desafio que experimentam os jovens que carregam uma tradição que aprenderam, pois, fora as dificuldades enfrentadas para a reprodução social do patrimônio familiar – em que, na maior parte dos casos, só se pode contar com a mão de obra que possuem na propriedade –, novas funções são demandadas pela sociedade aos agricultores, como a incorporação de atividades não agrícolas, a preservação dos recursos ambientais e dos ecossistemas, a disponibilidade de água com qualidade, a segurança alimentar e a produção agroecológica, o agroturismo e a agroindustrialização em pequena escala de alimentos, as alternativas bioenergéticas, entre outros (STROPASOLAS, 2007). Por certo, como adiciona também Stropasolas (2007, p. 285), “os jovens podem ser protagonistas no processo de viabilização dessas novas funções para o espaço rural, desde que esse novo papel seja devidamente valorizado pela sociedade”.

Além da inclusão de jovens e da melhoria na oferta de alimentos de qualidade, é possível reconhecer, ainda, que o processo de transição agroecológica dos agricultores da Adessu resgatou algumas práticas tradicionais, antes esquecidas. Isso pode ser constatado nas palavras da associada AAD4 (2014), que diz: “*A família agora, todo mundo participa. Quando a gente chega da rua, compra uma muda, uma fruta diferente, todo mundo tem o*

---

<sup>23</sup> Esse protagonismo juvenil assumido na experiência da Adessu, mas principalmente no bojo dos movimentos sociais rurais ou em organizações de juventude, vem sendo caracterizado por Castro et al. (2009) como um processo de consolidação de um ator político: a juventude. Os espaços de negociação conquistados por esse ator político nos últimos anos fizeram com que jovem da roça, juventude rural, juventude camponesa e juventude da agricultura familiar se tornassem categorias aglutinadoras de atuação política. Todavia, a autenticação desse ator político implica, obrigatoriamente, ressignificações nas noções de campo e cidade e de identidades sociais como campesinato e agricultura familiar, em uma disputa por classificações, mas também pelo aumento do campo de probabilidades para o jovem que quer permanecer no campo (CASTRO et al., 2009).

*hábito de guardar a semente para a gente replantar.”* No que concerne particularmente aos aspectos produtivos, a agricultora AAD6 (2014) comenta que sua produção aumentou, devido ao aprendizado adquirido a partir de cursos oferecidos na própria sede da Adessu. Ela considera que essas mudanças se refletem no acréscimo da sua renda, pois, ao mesmo tempo que vem evitando a figura do atravessador na comercialização, beneficia produtos que antes se perdiam:

*A produção aumentou, porque eu aprendi a fazer o aproveitamento de tudo, né? Porque as frutas, antigamente, a gente jogava fora. Antigamente, vamos falar sério, o atravessador que nós chama hoje, eles compravam aquelas coisas que eles queriam, escolhidas, e o que acontecia? A gente perdia tudo, né. A gente não sabia o valor de nada, e hoje a gente aproveita, é polpa, é casca, é tudo o que você quiser aproveitar, né. Hoje você planta mandioca e aproveita tudo, é bolo, é a massa pura, a massa de fazer o beiju, a gente não sabia trabalhar e hoje nós tamo sabendo, então, depois que eu entrei na Adessu, e a parceria aí com o Cecor, a coisa mudou pra mim, até na saúde. Eu entrei na Adessu, a gente trabalha mais para organizar, mas a produção é mais do que antigamente. Porque tinha tudo e a gente não sabia o que fazer com nada, aí depois nós aprendemos e aproveitamos tudo, então minha produção de roça aumentou mais, e o lucro. (AAD6, 2014).*

Um dos fontes-chave argumenta que o fato de os associados implantarem sistemas agroflorestais em suas UPAs resultou em uma mudança representativa em termos produtivos, especialmente por gerar uma maior diversificação na produção e a possibilidade de se inserir em outros canais de comercialização, com mais produtos a serem ofertados. O entrevistado ressalta, também, o esforço da Adessu para mobilizar as famílias agricultoras nas comunidades em que ela atua e o trabalho diferenciado voltado para os jovens, que se tornam “difusores em Agroecologia”.

*Uma das mudanças é que cada agricultor tem uma agrofloresta em sua propriedade. Na propriedade que não é associada, por exemplo, só tem a monocultura do milho. Na do associado, tem o milho, tem a fava, o feijão e várias outras culturas. Essa modificação é uma das vantagens. Além disso, a Adessu está sempre buscando novas oportunidades para toda a família em geral. Um exemplo é que todo ano ela forma cerca de quinze “difusores”, que é para difundir a história da Adessu e da Agroecologia. Esses “difusores” são jovens, que na maioria das vezes são filhos de agricultores, e isso é uma vantagem muito grande também [...]. A Adessu antes só alcançava 12 agricultores, hoje ela atua em 23 comunidades diretamente, e tem cerca de 45 associados e está levando vários conhecimentos para esses agricultores, onde eles podem dialogar todo dia qual a melhor maneira de produzir e comercializar seus produtos. Com o projeto da KNH ela trabalha diretamente com 230 famílias, mas indiretamente ela chega a 1.500 famílias, contando com os outros projetos. (FCAD2, 2014).*

O entrevistado expõe que, além da mudança na diversidade produtiva nas UPAs dos associados e do melhor aproveitamento dos recursos naturais, merece destaque a organização social presente na experiência da Adessu, bem como a questão financeira, que, segundo ele, sofreu uma transformação positiva, já que os agricultores passaram a acessar novos canais de comercialização, como os programas governamentais. Diz ele:

*Antes era uma produção limitada voltada para a monocultura, não tinha uma diversidade como se tem hoje. O próprio aproveitamento da água não era tão valorizado, a questão dos calçadões, cisternas de pedra, tem várias tecnologias que eles passaram a ter um acesso maior. Na questão financeira, a gente nota um aumento na renda principalmente pelos canais de comercialização que a Adessu favoreceu. E também tem o diferencial que é o trabalho com os jovens das famílias, que ocorre de forma paralela. Mudou principalmente a questão do conhecimento, no que diz respeito à organização social e principalmente à questão da comercialização, por eles estarem organizados, por eles terem essa visibilidade, por trabalharem com os princípios da Agroecologia, fica até melhor para estarem comercializando e acessando alguns canais, como o PAA e o Pnae, que são alguns canais que eles acessaram. (FCAD3, 2014).*

Apesar das mudanças positivas identificadas nas experiências dos sócios da Adessu, alguns agricultores familiares afirmam ter enfrentado problemas durante a transição agroecológica. Esses problemas estão relacionados basicamente ao longo período de estiagem que atingiu a região e às “pragas” e doenças na produção. Isso pôde ser constatado nas declarações a seguir:

*Eu tenho um pequeno sítio, teve aquele período dos dois anos de seca, aliás, já estamos na estiagem, né? Eu planto hortaliça e crio pequenos animais, galinhas, têm umas vaquinhas, tudo orgânico. Dá meio hectare no local que a gente planta. A couve criou um pulgão, mas com o remédio caseiro que a difusora da Adessu me ensinou, eu faço e boto e tá matando. E as vacas também, teve uma que criou carrapato e quase que morria, eu sem saber o que fizesse, aí eu liguei pra Adessu, o rapaz foi lá, a gente fez um remédio caseiro e ela tá boa. (AAD3, 2014).*

*A produção depende né, porque a gente precisa muito de água, a gente tem um poço amazonas, mas vem arrastando uma seca muito grande, então a produção deu uma caidinha, mas vamos esperar que venha chuva para aumentar a produção [...]. A gente sempre enfrenta “praga”, sim. Mais na parte da hortaliça, na época de lagarta, essas coisas. (AAD5, 2014).*

*Quando as formigas aparecem, eu já trago o galhinho de maniçoba, aí elas morrem ou vão embora. Com a falta de água, teve vez que eu vinha para essa feira e só conseguia tirar o dinheirinho do aluguel, da casa onde nós guarda as bancas. (AAD6, 2014).*

A entrevistada AAD4, por sua vez, situa outro tipo de dificuldade evidenciada na sua experiência particular. Para essa agricultora, como a transição agroecológica envolve pessoas e todo um processo de transformação, não apenas agrícola produtiva, mas também ideológica, o maior obstáculo foi a resistência da família, devido às transformações necessárias durante as etapas da conversão da sua UPA, passando de convencional para agroecológica. Para ela, “quando a gente muda radicalmente, sempre têm aquelas dificuldades iniciais, a questão da adaptação da família nesse trabalho, porque é totalmente diferente na transição, então tem essa dificuldade de aceitação do trabalho agroecológico” (AAD4, 2014). Um dos fontes-chave concorda com essa afirmação e recorda os obstáculos no início do processo de transição; em contrapartida, ele considera que a perseverança dos agricultores e das organizações envolvidas foi um fator decisivo para se superar a desconfiança e resistência inicial.

*A dificuldade maior para os agricultores é a questão da transformação, porque eles saem de uma agricultura convencional, onde se coloca veneno para controle de “pragas”, para controle de mato. Ai para eles acreditarem numa agricultura que não utiliza esse tipo de química é uma dificuldade muito grande, mas depois que eles veem que têm condições, que dá certo e acreditam numa melhor alimentação para suas famílias e para a comunidade, aí é uma vantagem muito grande, porque eles passam a se conscientizar e a conscientizarem outros agricultores também [...]. Foi muito difícil porque eram ideias novas, era um grupo recém-formado de agricultores, aí esses projetos visaram fortalecer essas opiniões deles, que era trabalhar de forma agroecológica, mas no início foi muito difícil porque não tinha uma organização 100%. Eles estavam em busca desse percentual, eles acreditaram no trabalho desses agricultores e hoje tá o que tá. Para superar, inicialmente, foi a perseverança, tanto os agricultores como as organizações não desistiram, acreditaram nesse trabalho da Agroecologia, e esse foi o principal motivo para que as dificuldades não atrapalhassem. (FCAD2, 2014).*

Somando a esses fatores, outro fonte-chave considera que a falta de infraestrutura para o beneficiamento da produção dos associados na própria sede da Adessu vem comprometendo o processo produtivo, acarretando a elevação do preço do produto final para cobrir os custos de produção, o que ocasiona, com efeito, a necessidade de se conquistar novos mercados consumidores. São palavras do informante FCAD1:

*E os entraves tem muito, né? Tem a infraestrutura para o beneficiamento, a gente não tem um bom capital de giro, não dá pra ficar muito tempo sem vender. E tem a questão dos custos de produção, que ainda é alto. Não tem estrada, as estradas que tem são ruins, aumenta o nosso custo de produção, aí a gente tem que elevar o preço do produto e não pode competir com o mercado local. A gente tem que partir para um mercado mais externo, porque o preço do nosso produto é maior para o mercado local, e se for vender do preço do produto convencional aqui, a gente*

*quebra, porque não tira os custos de produção. A gente tem que baratear esse custo de produção para tentar competir com o mercado local. (FCAD1, 2014).*

Sevilla Guzmán (2001) debate com propriedade esses elementos vinculados aos mercados e, ao apresentar alguns princípios para um plano de desenvolvimento sustentável de uma zona rural, baseado na Agroecologia, recomenda, entre outras coisas, a manutenção e potencialização dos mercados de circuitos curtos. Do ponto de vista do autor, é primeiramente pelos mercados locais que se adquire a experiência e controle necessários na busca por mercados regionais e mais amplos. Somente após o conhecimento da complexidade dos processos de intercâmbio nos mercados convencionais e do estabelecimento de mecanismos de defesa frente à estrutura de poder característica desses mercados é que se pode pensar na introdução dos produtos agroecológicos nos mercados de circuitos mais longos. O mais importante, sublinha Sevilla Guzmán (2001), é minimizar a dependência das comunidades rurais nos insumos externos e nas redes convencionais de comercialização.

Já para o entrevistado FCAD3 (2014), a dificuldade inicial identificada esteve ligada a questões de organização frente às exigências burocráticas, como, por exemplo, no acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), para que os associados pudessem acessar algumas políticas públicas voltadas ao meio rural. Além disso, em sua opinião, existia uma falta de reconhecimento ou de pertencimento por parte dos associados, quer dizer, enquanto grupo coletivo, mas isso foi sendo superado com os resultados conquistados.

*O que eu vejo de dificuldade é inicialmente, burocrática, na questão de formação, da documentação em si, de organizar quanto a isso, e principalmente os agricultores se verem como associação, se identificarem como sócios e participantes daquele grupo. Foram sendo superadas pelos resultados que foram aparecendo, talvez um ou outro tenha desistido, mas, a partir do momento que tem um grupo ali que consegue inclusive acessar algumas políticas públicas, que antes não eram acessadas por eles, de forma individual, ter acesso à distribuição de sementes, à garantia de safra, a um preparo de solo, a um crédito rural, a partir daí, como organização, quem estava de fora começou a observar que tinha um diferencial ali, né? (FCAD3, 2014).*

Todavia, mesmo com as limitações existentes em cada caso específico, os agricultores familiares da Adessu consideram vantajoso produzir com a orientação da Agroecologia, pois, além dos benefícios para o ambiente e para a saúde, já destacados em depoimentos anteriores, eles alegam que o produto oriundo da agricultura sustentável vem sendo mais fácil de se comercializar, quando comparado ao produto oriundo da agricultura convencional. Tal



alegação aparece de forma mais nítida nas palavras da agricultora AAD1 (2014), que disse: “*é melhor de vender e o povo procura mais. Eu vendo de porta em porta e já tenho meus clientes, quando chego aqui na feira eu vou entregar a eles*”. A associada AAD5 (2014) complementa: “*Você tá aí contribuindo para um meio ambiente mais limpo, traz saúde para a vida das pessoas e também saúde pra gente. Sem falar da renda, que é bem boa, ajuda muito. O lado financeiro ajuda muito.*” Sem dúvidas, esse acréscimo na renda dos agricultores é um fator a ser destacado na experiência de Santa Cruz da Baixa Verde, uma vez que isso vem motivando os associados, e “*cada vez que você produz e vende, dá incentivo de querer aumentar mais a produção*” (FCAD1, 2014).

Do ponto de vista do fonte-chave FCAD2, tornar-se um produtor agroecológico associado à Adessu ajudou a resolver um problema frequente na vida das famílias agricultoras do município, que é a presença dos intermediários. Segundo ele:

*Antes as famílias tinham um impasse muito grande com a presença dos atravessadores. Os agricultores produziam suas culturas anuais, frutíferas e vendiam a preços muito baixos. Depois passaram a se organizar na associativa, e isso foi uma das vantagens de se tornar um produtor agroecológico. (FCAD2, 2014).*

De fato, evitar os atravessadores foi uma importante conquista na experiência da Adessu, bem como aumentar a renda familiar advinda da inserção de produtos agroecológicos em um novo nicho de mercado, embora a verdadeira Agroecologia não possa ser reduzida unicamente a isso, haja vista que ela trata de ética e solidariedade, tanto na produção quanto no consumo, buscando o desenvolvimento endógeno local e a independência dos agricultores e não a sua subordinação àqueles que se consideram detentores do conhecimento e da tecnologia (GOMES; BORBA, 2004). Ainda que sejam aspectos relevantes, as vantagens não se esgotam nesses dois benefícios. Some-se a isso:

*A questão da falta da água e novas estratégias para aqui para o semiárido, a questão da educação, trabalhos com crianças e jovens, que passa pela família como um todo e termina se refletindo no próprio cuidado que eles têm com a terra. Tem a manutenção, manejo e conservação do solo, a questão da água, a produção e a diversidade dessa produção. Tem a inclusão de jovens, que é o carro-chefe da Adessu. Eles fazem um trabalho de acompanhamento desde crianças que fazem parte das famílias das comunidades, e se tem um acompanhamento mensal, que termina refletindo na formação dos jovens. (FCAD3, 2014).*

Complementando, o fonte-chave FCAD3 coloca como maior vantagem no processo de transição agroecológica dos agricultores da Adessu o nível de organização social atingido pela associação, que mais recentemente evoluiu para cooperativa, experiência até então única na região. Trata-se da Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar Orgânica Agroecológica (Coopcafa), que foi fundada em 2011 a partir da necessidade de os agricultores familiares da Adessu comercializarem sua produção de forma organizada, cumprindo a legislação e exercendo o cooperativismo e a economia solidária. Para isso, o grupo de cooperados está cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) como Organização de Controle Social (OCS), recebendo assessoria da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) e do Centro Sabiá, além de contar com a parceria de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRSs).

Nesse tempo de atuação da Coopcafa, o grupo de cooperados garantiu o registro da instituição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), inscrição estadual e municipal, implantação do sistema para emissão de nota fiscal eletrônica e banco de dados da produção dos cooperados. Também houve uma melhoria na apresentação dos produtos, com uma rotulagem adequada que identifica o produto de base orgânica e agroecológica (Apêndice E). A partir do ano de 2012, foram executados os primeiros contratos com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) nos municípios de Triunfo, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada e Custódia, o que foi mantido nos anos seguintes, ampliando a quantidade de vendas e atingindo também outros consumidores da região.

### **Protagonismo externo ao assentamento, orientação do MST e ênfase na inclusão da Agroecologia em São Lourenço da Mata**

No caso de São Lourenço da Mata, estavam ausentes praticamente todos os elementos que colaboraram para o desenvolvimento relativamente endógeno e gradual do processo de transição agroecológica observado em Santa Cruz da Baixa Verde. A rigor, os atores que desempenharam papel relevante no assentamento Chico Mendes III não têm os fortes vínculos observados no município sertanejo. Segundo um dos fontes-chave entrevistados, a forma de

viabilizar a experiência surge a partir da demanda do MST, com a criação de novos assentamentos em Pernambuco e a orientação de se trabalhar numa perspectiva de agricultura de base ecológica com as famílias assentadas, dentro dos princípios da Agroecologia (FCCM1, 2014). Para isso, ainda segundo esse mesmo fonte-chave, a UFRPE foi procurada para dar esse suporte através de projetos e programas de pesquisa e extensão na localidade. Outro fonte-chave lembra que o projeto pioneiro da UFRPE para a transição agroecológica no Chico Mendes III, inicialmente, era voltado para outro assentamento, em outra região do estado, mas, por razões que ele não soube explicar, foi direcionado para São Lourenço da Mata. Ele ainda caracteriza, em síntese, como se deu a participação da universidade na iniciativa e o quanto isso foi significativo para os assentados:

*O projeto original era para outro assentamento. Só que, por questões à parte, foi preciso mudar de local, e a direção do MST sugeriu o Chico Mendes III. Daí aconteceu uma reunião com as lideranças do assentamento para apresentação do projeto. Depois, teve outra reunião com as famílias assentadas e elas decidiram desenvolver o projeto. A UFRPE atuou como orientadora do processo. É quem dava o suporte que os agricultores precisavam para a realização das ações. Eu entendo que, com isso, os assentados passaram a ter uma motivação maior para trabalharem no próprio assentamento, passaram a estarem mais presentes no dia a dia do assentamento. E isso melhorou até a autoestima deles. (FCCM2, 2014).*

O informante FCCM3 é mais um que destaca a participação da UFRPE na experiência, porém ele recorda que, ainda durante a fase de acampamento, os trabalhadores acampados já discutiam a necessidade de se organizar e a possibilidade de implementar um cultivo orgânico na área. “Isso partiu deles, muitos ainda adubavam quimicamente e outros usavam inseticidas químicos também. Depois, com a pressão do MST, com a capacitação da universidade, viram que era promissor, viram a necessidade de aderir a essa transição.” (FCCM3, 2014). O que viria depois é descrito abaixo:

*A universidade, através do projeto inicial com o professor, deu um pontapé inicial importante, quando estava confirmado pelo Incra a ocupação. Mudou de acampamento para assentamento. O projeto deu a confirmação de que trabalhar quimicamente não era promissor e sustentável. O professor, juntamente com os bolsistas, deu essa consolidação. Iniciou o trabalho com hortaliças, distribuição de sementes pra fazer os canteiros, a parte de irrigação. Até dezembro de 2013 não tinha energia elétrica ali, aí a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) fez a instalação a partir do Governo Federal. Aí começaram a melhorar as condições deles, que até então eram precárias. A universidade confirmou que tinha que trabalhar orgânico. A partir do que já tinha lá: esterco de gado, dejetos, aparas, podas, foram fazer a compostagem, os minhocários, começaram a fazer a adubação orgânica, como também, o plantio direto, a cobertura morta, não plantar na declividade, e sim usando a curva de nível. Esses conhecimentos foram bons para eles*

*terem uma modificação de agricultura e viram que é muito promissor. (FCCM3, 2014).*

Dentro dessa mesma linha de pensamento, uma assentada entrevistada confirma as informações anteriores, recordando a orientação do MST em se trabalhar com outro modelo de agricultura e como ocorreu a entrada da universidade no assentamento.

*Na época de acampamento, quando a gente acampou aqui dentro, o desejo do movimento, eles foram bem claros: quando a gente ganhasse a terra, esse assentamento ia ser modelo, e a gente ia passar a trabalhar com orgânico. A gente não poderia usar veneno, a gente concordou e continuou não usando veneno. Em janeiro de 2009, o professor e a universidade entraram aqui dentro. O professor apresentou um roçado de estudo pra gente trabalhar com orgânico, e a gente concordou. Ele disse: olha, a gente vem pra cá, se vocês concordarem em trabalhar com orgânico, sem usar agrotóxico e veneno. A gente tudinho concordou. Ele disse: a gente traz experiência pra vocês e vocês dão experiência para nós. (ACM3, 2014).*

Embora essa troca de experiências tenha ocorrido durante todas as etapas do projeto de transição agroecológica no assentamento, importa sublinhar que, no caso do Chico Mendes III, a UFRPE exerceu um forte e quase solitário protagonismo inicial, e o quadro de condições e atores preexistentes praticamente não influenciou o desenho da estratégia de desenvolvimento adotada. Fontes-chave identificam no perfil diversificado dos assentados e na precária situação das famílias as principais razões para que os agricultores desempenhassem apenas um papel secundário nessa experiência. O fato é que, ainda que parte dos assentados ali presentes fossem verdadeiros agricultores familiares que se incorporaram ao MST, muitos não tinham nenhuma relação como o meio rural, isto é, não praticavam a agricultura, mesmo já vivendo no assentamento, como fica explícito a seguir:

*O perfil dos agricultores é diversificado. Tem agricultores que vêm da construção civil, do trabalho rural assalariado, como cortadores de cana, tem agricultoras que têm apenas atividades domésticas, que trabalhavam em empresas de ônibus, e outras. E também pessoas que vieram da agricultura familiar, mas, em menor número, como se pode observar. (FCCM1, 2014).*

*São agricultores familiares assentados da reforma agrária. A maior parte deles tem uma ligação com o mundo rural por terem nascido em zonas rurais do interior do estado e por terem trabalhado em engenhos de cana-de-açúcar. A vida era dividida entre as atividades no assentamento e fora dele. Ou seja, uma parte deles possuía uma ocupação fora do assentamento. Provavelmente, era de onde se retirava a maior parte do dinheiro que sustentava as famílias. Alguns nem dormiam no assentamento, outros só apareciam nos fins de semana. (FCCM2, 2014).*

*Já eram agricultores que trabalhavam na região metropolitana, em São Lourenço, Camaragibe, Guadalajara, e alguns eram de outros municípios, mas estavam nas redondezas. Quando eles viram que estava esse movimento pra fazer a ocupação, eles realmente confirmaram a participação e engrossaram a movimentação do acampamento pra fazer o assentamento. Alguns viviam de uma forma bem precária, humilde, oriundos da agricultura, mas, passando por momentos de dificuldade financeira, e por ter esse histórico na família de trabalho no campo, viram essa oportunidade e viram que era promissor. Eles tinham já esse perfil, esse histórico familiar deles. (FCCM3, 2014).*

Com certeza, o diferente perfil dos trabalhadores residentes no assentamento comprometeu o nível de participação e envolvimento no projeto proposto, participação essa assinalada como:

Condição essencial, pois é instrumento de mobilização social que fortalece os laços comunitários e o sentido comum, com a finalidade de desencadear processos de ação social coletiva nos quais as pessoas reconhecem o valor dos recursos e demais elementos constituintes de uma condição local (muitas vezes assinalada como marginal), com fins de estabelecer planos de longo prazo, numa perspectiva de desenvolvimento endógeno. Para a Agroecologia, a incorporação da participação como pressuposto epistemológico permite ganhos em conhecimento e em criatividade, assim como permite estabelecer processos transformadores de longo prazo. (GOMES; BORBA, 2004, p. 10).

Antes, na visão do entrevistado FCCM1 (2014), a situação era bem mais complexa e a passividade dos agricultores já era reflexo do próprio modelo de agricultura convencional adotado no país, pautado na modernização. O entrevistado é da opinião de que a motivação para a transição agroecológica, por parte do MST, partiu desse reconhecimento de que o modelo de agricultura até então adotado não surtia os efeitos esperados. Eis a sua resposta sobre o que motivou a mudança:

*Acredito que a própria falência do modelo de agricultura convencional implantado no Brasil e em vários países do mundo pela Revolução Verde, que vinha sendo utilizado pelo MST em alguns assentamentos, e acredito que sem o sucesso esperado, tanto na produtividade, como da conservação do meio ambiente, como da manutenção e perpetuação das novas populações rurais instaladas em uma área que as pessoas não são autóctones deste ambiente. Pelo que eu conheço, os assentamentos do MST vinham utilizando a tecnologia da Revolução Verde e não tinha esse sucesso esperado. Aí surge a demanda por novos modelos e construção de agriculturas diversificadas e adaptadas à realidade dos agricultores e à realidade ambiental das terras que eram conquistadas pelo movimento. (FCCM1, 2014).*

O fonte-chave FCCM3 concorda com a opinião anterior, relatando que, antes do projeto, com as práticas agrícolas convencionais, *“os produtos eram onerosos, e eles não tinham como estar sempre comprando para o controle de “pragas” e doenças. Então, eles viram a necessidade de abrir mão disso e fazer de uma forma orgânica”* (FCCM3, 2014). Some-se a isso a possibilidade de resistência à agroindústria canavieira, basilar modelo da modernização do campo em Pernambuco, e ao aumento da concentração fundiária, historicamente favorecida por essa atividade agrícola na região.

*Eu acho que esse processo de transição agroecológica veio muito para incentivar os agricultores, os assentados, a enfrentarem a realidade, porque na verdade, o terreno é uma área de ocupação de reforma agrária de uma usina de cana, é uma forma de eles resistirem ao cenário que está ali presente. (FCCM4, 2014).*

Os agricultores entrevistados no assentamento, por outro lado, declaram que as suas motivações particulares surgiram mais por uma preocupação com a saúde da família com os problemas ambientais decorrentes da agricultura convencional, como a degradação dos solos ou a poluição da água, por exemplo. Mesmo com essas apreensões relacionadas às questões ambientais e o apoio do MST, os assentados não escondem que suas motivações perpassam principalmente pelo estímulo e incentivos dados pela UFRPE, como é o caso da entrevistada ACM1 (2014), que alega que *“os venenos estão matando muita gente, é muita gente com câncer por causa dos venenos, e eu quero meus filhos saudáveis. Comecei a produção orgânica porque achei que o professor estava certo e a gente deve mudar”*. Outro assentado, que participa há cinco anos dos trabalhos realizados pela universidade na localidade, pondera que a produção agroecológica, quando comparada à produção convencional, gera menos desgastes físicos, o que, para ele, foi um fator determinante para motivá-lo, devido à sua idade avançada, a realizar algumas práticas agrícolas. A obtenção de uma maior lucratividade também está presente em seu discurso sobre a sua motivação particular:

*No assentamento apareceram os projetos da universidade. Nosso solo está muito degradado, e visei à melhoria do meio ambiente. Já faz cinco anos. Foi o primeiro projeto. Eu criava só animais, gado de grande porte e plantava só feijão, milho e macaxeira. O que me motivou foi porque a idade vai chegando. Poder trabalhar com agroecológico, com as fruteiras, fazer polpa. É um trabalho menos pesado do que pegar na enxada todo o dia. E nas hortaliças, o lucro chega mais rápido. Então, nas nossas reuniões, a gente fala que pode trazer os produtos sem agrotóxicos pra cidade. (ACM7, 2014).*

Também existem aqueles agricultores que, assim como no caso da Adessu, identificam no conhecimento agrícola familiar a razão para o envolvimento em projetos dessa natureza, nos quais visam a uma melhor qualidade de vida, tanto para si mesmos como para aqueles que irão consumir os seus produtos agroecológicos.

*Eu acredito mais por uma questão de histórico familiar. Minha família sempre plantou sem precisar de adubo químico nem de veneno, e sempre se comeu e produziu de tudo. É uma questão de qualidade de vida, não só pra mim, mas também poder ofertar no mercado, né? Eu comecei a participar do processo tem uns três anos aqui no assentamento, mas eu já fazia alguns trabalhos em outros assentamentos. (ACM2, 2014).*

Quando questionados diretamente sobre os tipos de incentivos recebidos pelos atores envolvidos na experiência de transição agroecológica do Chico Mendes III, percebe-se, a partir das respostas dos agricultores, que a atuação da universidade, realmente, foi determinante junto ao grupo. Isso porque todos os informantes ouvidos reconhecem ter recebido algum tipo de material dos projetos universitários, dos quais os mais citados foram sementes, mudas, esterco, roçadeira, enxada, carro de mão, galeias<sup>24</sup> e bomba de água para irrigação. De certo, a UFRPE vem exercendo um importante papel no caso do assentamento; com efeito, já é possível reconhecer que o conhecimento agroecológico, antes ausente entre a maioria dos agricultores, vem sendo paulatinamente construído e socializado entre eles. Tal constatação se ratifica nas palavras da agricultora ACM2, que, ao explicar o seu trabalho e gasto na sua produção, revelou que está ciente das normas referentes à certificação orgânica e que tem procurado divulgar essas informações entre os demais agricultores.

*O gasto que eu tenho é mais humano, e também com algumas sementes orgânicas que eu optei por comprar elas já por uma questão de garantia. Plantar elas pra fazer novas sementes né, porque esse ano saiu uma normativa dizendo que orgânico só vai receber certificação se as sementes forem orgânicas. Eu consegui comprar umas sementes da Bionatur, inclusive distribuí para alguns agricultores, para que a gente possa fazer canteirinhos só com a semente, e com a nota fiscal das embalagens das sementes a gente garante, se vier uma fiscalização. (ACM2, 2014).*

Para o informante FCCM1 (2014), a construção desse conhecimento agroecológico se deu justamente após a chegada da universidade, e isso se traduziu em algumas mudanças, que vão desde a diversificação nos sistemas produtivos dos assentados até um maior engajamento

---

<sup>24</sup> Caixas vazadas, geralmente utilizadas para transportar frutas.

político a favor de suas reivindicações. Apesar de não presenciar a transição desde o seu início, ele disse o seguinte sobre essas mudanças:

*Eu não conheço a fundo esse tempo que vem ocorrendo essa transição, mas o que percebo pelos depoimentos é a questão da diversificação da produção, porque que eles vinham de monoculturas de inhame, mandioca e macaxeira. Hoje, a maioria tem policultivos, também tem a concepção política, a questão de estarem se organizando para reivindicar. Também a formação em Agroecologia, eles têm bastante conhecimento hoje. Eles foram construindo esse conhecimento com a universidade e com outros agricultores através de intercâmbios. Também a questão da alimentação, as mudanças em relação ao passado. Eu não presenciei isso, é só pelo que me falaram. (FCCM1, 2014).*

Outro fonte-chave, que participou de projetos durante a sua formação acadêmica, sugere que, com o incremento da diversidade produtiva, as famílias tornaram-se autossustentáveis, devido à possibilidade de adquirirem os alimentos dos seus próprios sistemas produtivos e comercializarem o excedente. Em seguida, esse mesmo informante expõe alguns entraves presentes naquela realidade, como a precariedade em serviços de saneamento, educação, transporte e estrutura de moradia (Apêndice F). No seu discurso, merecem destaque, ainda, a participação das mulheres agricultoras e a ausência de jovens no assentamento, aspectos que serão discutidos mais adiante. Eis as suas palavras:

*Pela história que eu sei, durante o período que fui estagiário, a gente vê que ainda hoje o assentamento tem pouca estrutura de saneamento e de moradia. Era uma vida ainda pior do que é hoje. Esse projeto trouxe um pouco de segurança e expectativa para esses agricultores, na questão de estarem evoluindo na agricultura. Tem a questão da comercialização, antes eles comercializavam pouco, era uma realidade precária, pior do que é visto hoje. Primeiramente, as produções das famílias se tornaram bastante diversificadas. Elas se tornaram autossustentáveis. Eles tentam reaproveitar tudo que utilizam, e tudo é dialogado com os estudantes e professores. O papel das mulheres deve-se destacar, a maior parte dos participantes são mulheres, mas os jovens são ausentes. Os jovens saem porque as condições são precárias, e na cidade eles mostram que o urbano que é o caminho. Também, no assentamento não tem escola, não tem transporte. Tudo influencia na ausência dos jovens. (FCCM4, 2014).*

Com certeza, o aumento e diversificação da produção é algo que pode ser constatado nas áreas produtivas daqueles agricultores que incorporaram a proposta agroecológica trazida pelos projetos da UFRPE, o que pode ser confirmado a partir das respostas a seguir:

*Não tinha antes abacaxi, não plantava fruteira, só tinha macaxeira, milho, feijão e essas coisas. Quando o professor chegou, ele incentivou a gente a plantar fruteira,*



*abacaxi, maracujá, e outras coisas mais. Hoje em dia eu estou com dois mil pés de frutas. (ACM1, 2014).*

*Acredito mais na diversificação né, comecei a produzir mais hortaliça, algumas culturas que antes a gente não imaginava que era possível, como a cebola, tomate, porque precisa de muito veneno e aqui a gente consegue controlar com defensivos alternativos, óleo de Neem, calda de pimenta, calda de fumo, casca de ovo, urina de vaca. Tem melhorado, tenho aumentado a produção, eu tenho conseguido produzir cada vez mais. (ACM2, 2014).*

*A gente plantava coentro, macaxeira, feijão, milho, fruteira, jerimum. Aí depois o professor chegou e formou um roçado de estudo, na parte de baixo. Ele trouxe berinjela, a gente não conhecia. A universidade trouxe muita coisa que não era do nosso conhecimento, e foi ótimo pra nós. A produção aumentou. Hoje eu posso lhe dizer que nós temos um sítio. (ACM3, 2014).*

Alguns agricultores também consideram que ocorreram outras transformações para além da produção, como a inserção de filhos e netos na agricultura, ou modificações na divisão do trabalho familiar, voltado à atividade produtiva: “*O que mudou foi que minhas filhas aprenderam, tiveram conhecimento, meus netos também. A gente saber que está com saúde na nossa casa, dentro do nosso plantio, tanto pra nossa família quanto pra população.*” (ACM3, 2014). Segundo outro entrevistado, “*aumentou a produção, a gente aprendeu a trabalhar, enriquecendo mais. Mudou as tarefas, cada um da família tem a sua. A gente divide, porque senão fica difícil trabalhar com a horta e com o gado. A gente evoluiu, com certeza*” (ACM7, 2014). A assentada ACM2 corrobora as duas opiniões anteriores e compartilha seu oportuno exemplo para ilustrar essa questão da inserção da família na agricultura:

*Mudou tudo. Depois que a gente veio pra cidade, a vida da gente se tornou urbana né, então, hoje eu tenho meu pai, meus irmãos, meus sobrinhos que já vêm pra cá, já estão crescendo com o hábito da agricultura, e conseguindo recuperar a essência da família. Acho que foi uma coisa que a gente sempre lutou, eu e minha irmã. A gente tem no sangue a história da agricultura. Tem sido mesmo agricultura familiar, meu pai vem pra cá com meu filho. (ACM2, 2014).*

Adicionando a inclusão de parentes na agricultura percebida por alguns entrevistados, sucedeu, ainda, a mudança nos hábitos alimentares e a geração de renda para as famílias agricultoras. Isso veio com a possibilidade de os assentados passarem de consumidores a produtores, o que foi uma mudança significativa para alguns, como se pode perceber na seguinte citação:

*Eu morei bastante tempo sozinha, depois arrumei meu companheiro. O que melhorou pra ele foi que ele não tinha essa visão de Agroecologia. Agora ele tem cuidado. Está trabalhando com as fruteiras. Mudou o hábito de me alimentar. Hoje eu não vou à feira convencional comprar. Eu produzo. Também mudou a renda, que está nos ajudando. A mudança maior é o direito que eu tenho de poder mexer na terra. A gente ser dono de um pedaço de chão. Desde que eu nasci, eu nunca tive terra. Eu nunca comi uma fruta de um pé que eu cultivasse. Agora eu tenho minhas laranjas, eu tenho a liberdade de mexer com a terra. Não tem nada no mundo que recompense um pobre ter um pedaço de chão onde ele possa plantar. Eu era escrava. Quem vive em terra alheia é escravo sem saber. (ACM5, 2014).*

No âmbito das principais dificuldades levantadas na experiência de transição agroecológica do assentamento Chico Mendes III, procurou-se situar as perspectivas tanto dos fontes-chave quanto dos assentados entrevistados. Do lado dos fontes-chave, ouviu-se que muitos agricultores ainda não se envolvem ou não conseguem se adequar à adaptação que é necessária durante a transição, porque boa parte deles trabalhou em usinas de cana-de-açúcar por muito tempo, e isso fez com que o modelo de agricultura convencional servisse de referência em suas realidades produtivas (FCCM4, 2014). Em compensação, o fonte-chave FCCM4 lembra que algumas pessoas “já conseguem se distanciar dessa referência, onde a maioria são mulheres, pessoas que vieram do sertão, fora dos engenhos de cana. Essas pessoas são mais abertas, mais jovens, abertos a novos conhecimentos, novos diálogos e novas formas de interagir com a agricultura”. Outro informante retoma a falta de estrutura básica e de alguns serviços fundamentais no assentamento e como isso interfere na permanência dos jovens na localidade. Mas também chama a atenção, na sua fala, para a ausência dos serviços de Ater para aqueles agricultores e as divergências internas, que se tornam fatores limitantes para o avanço do grupo.

*Eu observo como dificuldade a questão dos assentados não contarem minimamente com a estrutura de moradia, saúde e educação dentro do assentamento. Isso afasta as pessoas, principalmente os jovens e as crianças, pela impossibilidade de viverem dentro dessa realidade e também a infraestrutura de transporte para escoar as mercadorias e se locomoverem para a cidade. A inexistência dos serviços de extensão rural é outra dificuldade bastante significativa. Outra dificuldade, apesar de estarem há 10 anos, 5 de acampados e 5 de assentamento, é a organização dos assentados. A divergência política em qualquer comunidade é comum, mas eles não conseguem muitas coisas entre eles, e acaba criando entraves, que se tivesse uma maior união entre eles poderia ser positivo. A questão das divergências políticas é algo que está atrapalhando um pouco. (FCCM1, 2014).*

O entrevistado FCCM4 segue essa linha de pensamento e é mais incisivo na sua análise. Para ele, o acompanhamento da UFRPE é importante, porém não é suficiente para sanar os problemas das famílias que ali residem. Em sua opinião, inclusive, os agricultores estão em uma situação quase que de abandono, negligenciados pelo Estado:

*A universidade é muito importante, mas não resolve tudo. É uma instituição de educação, ela tem as suas contribuições e responsabilidade, mas ali falta o papel do Estado, do movimento, do Estado para dar continuidade à reforma agrária, à Ater, falta esses agentes. Isso é muito importante, falta esse trabalho. Às vezes a gente quer melhorar a produção, mas o produtor está passando por necessidades básicas. É preocupante a ausência do Estado no assentamento. (FCCM4, 2014).*

Em oposição ao tom bastante positivo com que os entrevistados de Santa Cruz da Baixa Verde se referem ao associativismo agrícola local, em São Lourenço da Mata, os relatos são muito críticos em relação à atuação das ações coletivas no assentamento.<sup>25</sup> O informante FCCM2 (2014) considera que, “*enquanto integrantes de um movimento social, a organização deles é perfeita, mas, no momento de um trabalho em conjunto para a produção, parecia que sempre havia algum tipo de desencontro entre eles mesmos*”. O fonte-chave FCCM3 (2014) argumenta que eles precisam trabalhar o quanto antes essa parte do coletivo, especialmente pela idade avançada de alguns agricultores. Isso porque, diferente do caso da Adessu, até o momento, não é dado nenhum tipo de incentivo para a permanência dos jovens no assentamento, não evitando, assim, o êxodo rural. Ele ainda sente que algumas práticas agrícolas precisam ser consolidadas no cotidiano das famílias, como a compostagem, as formas alternativas de irrigação e a produção de sementes orgânicas. Um elemento que justifica essa não consolidação das práticas, para o entrevistado, é a escassez de maquinário e ferramentas para o trabalho em suas unidades produtivas.

Já do lado dos assentados, alguns consideram que, com a transição agroecológica em curso, ocorreu um aumento em suas tarefas, notadamente pela maior incidência de “pragas” e doenças identificadas em determinadas culturas. No dizer da agricultora ACM1, “*tem muito mais trabalho na produção orgânica. Aumentou o trabalho, porque quando a gente plantou couve, deu lagarta, e tem que arrancar, porque não pode botar remédio. No maracujá, a*

<sup>25</sup> A mobilização coletiva é uma limitação categórica na experiência e precisa ser melhorada, para que as formas de organização dos agricultores e de outros atores socioeconômicos possam participar da reprodução ou da atualização de relações estruturais econômicas e sociais de reciprocidade, como ensina Sabourin (2006). Para esse autor, são “essas relações e estruturas que têm conseguido mesmo se ignoradas ou mascaradas e apesar da dominação do sistema de intercâmbio capitalista, assegurar a sobrevivência material da maioria das populações rurais e, sobretudo, a manter nas nossas sociedades, um mínimo de valores humanos” (SABOURIN, 2006, p. 233).

mesma coisa. *Aí fica difícil, mas pra mim tá tudo bem*” (ACM1, 2014). Na perspectiva de outro entrevistado: *“A ‘praga’ é a primeira a aparecer. Vem lagarta, formiga, fungo. Dá mais fungo na laranja, limão, pinha, graviola. Eu estou combatendo com o fumo e sabão, não tem fungo que aguente.”* (ACM6, 2014). Para a assentada ACM5 (2014), *“isso é normal. Nas hortaliças tem lagarta, ela ataca mais uma planta do que outra. Eu usava um produto feito em casa. Tem fungo também, no pé de laranja, as folhas todas pretas. Acho que vou fazer água de sabão, porque não quero utilizar o fumo”*. Interessa destacar que, no caso do assentamento, muitos desses impasses têm sido minimizados pelas ações dos próprios assentados, quer dizer, aqueles que possuem certo conhecimento no uso de técnicas alternativas, em detrimento do uso dos agrotóxicos, vêm conseguindo conter as ações dos insetos. Entretanto, nem sempre esse conhecimento é suficiente, como fica exposto:

*Sim, a gente tem muito problema com a lagarta, também a vaquinha ou brasileirinho (parece uma joaninha verde e amarela), que é a única que eu tô sentindo problema com ela, que eu ainda não consegui resolver, porque o óleo de Neem não tá fazendo efeito, acho que porque eu não esteja fazendo a aplicação correta porque meu óleo tá acabando, e também por conta das chuvas. Acho que é isso, a lagarta no milho a gente controla jogando terra no olho do milho, isso mata a lagarta. Na couve, eu associei bastante florzinha chamada Benedita, que ela atrai a borboleta. Casquinha de ovo, que acaba distraindo a borboleta, e ela não pousa na cultura, mas pousa na flor, passa direto.* (ACM2, 2014).

Em vez de receber assessoria de agentes de Ater de instituições governamentais ou de ONGs voltadas ao desenvolvimento rural, como acontece com os associados da Adessu, hoje em dia, os assentados do Chico Mendes III contam apenas como a assistência dos bolsistas ligados aos projetos da UFRPE, ou, ainda, com o auxílio informal de estudantes de cursos como Ciências Biológicas, Agronomia, Medicina Veterinária ou Zootecnia, que são levados para realizarem algum tipo de atividade pedagógica prática no assentamento.

A ausência do crédito para investimentos também é sentida na experiência de transição agroecológica do assentamento. Sobre isso, declarou o assentado ACM7 (2014): *“O que a gente tem dificuldade é a questão financeira. O assentamento já está legalizado, está tudo pronto. Queria poder investir mais na plantação, conseguir um crédito pra investimento. A gente poderia avançar mais.”* Outro aspecto negativo apontado pelos agricultores entrevistados é sobre a comercialização dos produtos, mais precisamente pela falta do envolvimento dos assentados na feira agroecológica que foi criada no Recife para a venda de suas produções e na parte do transporte das suas mercadorias. A assentada ACM5 (2014) afirma que o fato de poucas pessoas estarem inseridas na feira tem ocasionado prejuízos para

aqueles que vão com regularidade, pois isso encarece os custos com o transporte, dividido entre eles.

*O difícil é o transporte, porque a gente trabalha tanto, se esforça. Quando leva pra feira, a gente leva e volta muita coisa. Isso pesa muito. Ficou de lucro da plantação só 65 reais. Tem que ter muita força de vontade pra continuar. Por isso muita gente não quer ir pra feira. A gente gostaria que tivesse uma conscientização, porque quanto mais feirante, menos despesa seria pra nós. Isso não vai ser fácil de conduzir, quebrar as barreiras com os companheiros. (ACM5, 2014).*

Esse tipo de situação é considerado por eles mesmos como uma clara representação da falta de associativismo e cooperativismo em prol de um benefício conjunto e em comum para todos. O alcance das redes sociais, que não é percebido no assentamento, poderia influenciar os resultados econômicos, “alterando o fluxo e a qualidade da informação; favorecendo a mobilização de recursos; institucionalizando mecanismos de retribuição ou de punição; possibilitando a estruturação (ou desestruturação) de vínculos de confiança” (SCHIMITT, 2014, p. 98). A assentada ACM2 (2014) reforça essa preocupação alegando que, mesmo que todos os agricultores estivessem incluídos na feira agroecológica, de forma associada, isso não seria suficiente para resolver o problema da comercialização, porque no seu entendimento a produção dos assentados ainda é pequena para gerar uma renda que pudesse garantir o sustento das famílias. Além disso, ela acrescenta que a diversidade produtiva sugerida pelos princípios da Agroecologia gera discordâncias e conflitos sobre quais as melhores estratégias a serem incorporadas nos sistemas de produção dos agricultores, entendendo que a opção pelo policultivo em detrimento da monocultura de base ecológica pode fazer com que as famílias deixem de alcançar um melhor benefício econômico, na medida em que optam por não investir em uma única cultura, mais promissora ou mais fácil de escoar para o mercado local. A seguir, seu argumento:

*Me preocupa, também, que se a gente começar a produzir só um determinado tipo de cultura, a gente foge do contexto, mas também tem a questão de que a gente precisa sobreviver, precisa gerar renda, certo? Então aí eu deixo de ser agroecológico, e vou ser só orgânico, porque eu vou aumentar uma área para produzir tal cultura, e aí é esse conflito que eu tenho tentado entender. Há um conflito entre os agricultores, quando chegam alguns técnicos aqui e dizem que é monocultura. Às vezes falta um pouquinho do entendimento em si. (ACM2, 2014).*

No que diz respeito às vantagens destacadas no caso do Chico Mendes III, referentes ao processo de transição agroecológica, pode-se dizer que o maior ganho para aqueles

agricultores foi mesmo o conhecimento adquirido durante a experiência, visto que “a Agroecologia usa a livre circulação do conhecimento como estratégia para a equidade e a justiça social, defendendo a manutenção da biodiversidade ambiental, natural, social e cultural” (GOMES; BORBA, 2004, p. 12), o que serviu sobretudo para os trabalhadores que somente conheciam as técnicas agrícolas convencionais, principalmente as direcionadas para o plantio ou para a erradicação das “pragas” e doenças. Esse ganho pode ser percebido nos dois depoimentos expressos a seguir:

*Eu plantava do jeito que eu tinha aprendido no interior. Plantava macaxeira no seu lugar, as coisas individuais. Então, o projeto mostrou pra nós que nós podemos fazer o casamento das fruteiras, das plantas, das hortaliças. Só traz benefícios. Eu aprendi muitas coisas. Foi muito satisfatório pra mim. Quando cheguei aqui, era improdutivo. Só tinha capim. Nós não podíamos nem colher porque a terra era fraca. Com esse processo de trabalhar com orgânico, com cobertura morta, não queimar nada. Tudo que a terra produz é alimento pra terra. Dá pra mostrar pra todo mundo como mudou o lugar que eu já venho plantando há três anos. Nos outros anos eu estava do outro lado do assentamento. Eu vejo a transformação. Foi uma coisa natural, fácil. É matéria orgânica pra terra, está muito fértil. O resultado está nas laranjas [...]. As condições que isso trouxe pra nós foi uma coisa muito boa. Nós não tínhamos condições de comprar algumas coisas que o projeto trouxe. Condições financeiras nós não tínhamos. Eu não tinha muito conhecimento sobre Agroecologia e orgânico. Eu não tinha o conhecimento que tenho hoje. (ACM5, 2014).*

*Tem vantagem, porque, assim, a gente aprende a forma de lidar com as “pragas”. Então, a gente conseguiu algumas técnicas. Não é tão fácil, mas a gente acaba conseguindo lidar com essas situações. Então, a Agroecologia traz muito isso, a gente conseguir produzir num ambiente, sem degradar. (ACM2, 2014).*

A esse respeito, como referenda o agricultor ACM7 (2014), as etapas de construção e socialização desse conhecimento agroecológico tiveram importante significado para os assentados. Em sua avaliação particular, “a gente aprendeu e sem sombra de dúvidas foi aprovado. Hoje, a gente já sabe o que pode fazer pra enriquecer o solo. Minha mente hoje é totalmente diferente, o que a gente planta vai servir pros filhos e pros netos. É tudo positivo na Agroecologia” (ACM7, 2014). E, de forma semelhante aos associados da Adessu, os informantes pertencentes ao assentamento Chico Mendes III, de maneira geral, entendem ser vantajosa a produção de base agroecológica, já que, além das questões de saúde situadas anteriormente, os agricultores visualizam, nos canais curtos de comercialização criados, uma boa oportunidade para o acréscimo nos seus lucros, uma vez que seus produtos são mais procurados e vendidos de 20 a 30% mais caros do que os convencionais, de acordo com o assentado ACM6 (2014).

Mais um aspecto apontado como potencialidade, dessa vez pelo entrevistado FCCM1 (2014), é a localização geográfica do assentamento, que está situado em uma região metropolitana, sendo cortado por dois rios perenes com uma vazão significativa, essencial para a produção e a vida no meio rural. Do mesmo modo, ele enfatiza o apoio institucional que é dado pela universidade, exemplificando com uma de suas ações mais recentes no assentamento, que foi o preenchimento dos formulários com os dados cadastrais dos produtores, que seguiria para uma OCS, a fim de incorporar os assentados do Chico Mendes III no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

Em resumo, na experiência de São Lourenço da Mata, a UFRPE é a propulsora das iniciativas, e a concepção de transição agroecológica não envolveu participação significativa nem dos próprios assentados nem de outros atores locais. As ações e estratégias de desenvolvimento rural sustentável foram quase totalmente exógenas, e a falta de sintonia entre os agricultores e seus objetivos traduz o baixo grau de enraizamento socioproductivo daquela realidade. No contraste com a experiência de Santa Cruz da Baixa Verde, esse parece ser um elemento crucial a favor da maior sustentabilidade do caso sertanejo.

Na terceira seção dos resultados e discussão, a seguir, serão tratados os padrões de interação entre os atores, seus vínculos e o caráter específico que eles imprimem nas duas dinâmicas de desenvolvimento rural apreciadas neste trabalho.

## CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

### SEÇÃO 3: CARACTERIZANDO AS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES ENVOLVIDOS E SEU PADRÃO DE INTERAÇÃO

O segundo recorte de temáticas busca evidenciar os vínculos entre os atores envolvidos no processo de transição agroecológica a partir dos tipos de interação entre eles. Esse tema se desdobra em três dimensões específicas, como mostra o quadro 2, e a discussão a seguir se refere aos casos de Santa Cruz da Baixa Verde e de São Lourenço da Mata.

Quadro 2 – Os atores envolvidos e seu padrão de interação

<b>Dimensão</b>	<b>Adessu</b>	<b>Assentamento Chico Mendes III</b>
1) Papel das instituições/ organizações envolvidas	Atuação no processo formativo do grupo; Participação no planejamento das ações; Articulação dos atores, Financiamento de projetos; Socialização de conhecimento agroecológico e apoio nas práticas iniciais.	Elaboração de projetos; Serviços de Ater; Introdução de novas metodologias de trabalho; Organização dos agricultores; Realização de intercâmbio e capacitações.
2) Dificuldades encontradas pelas instituições/ organizações	Ausentes ou não identificadas.	Choque de ideologias; Baixo grau de enraizamento socioproductivo; Fragilidade nas ações coletivas; Falta de autonomia dos agricultores.
3) Vantagens e mudanças identificadas a partir da presença das instituições/ organizações	Divulgação e ampliação da transição agroecológica; Aumento no número de famílias envolvidas; Autonomia para os agricultores; Introdução de novos conhecimentos.	Auxílio aos agricultores na ausência de políticas públicas específicas; Construção do conhecimento agroecológico; Criação de um espaço para reivindicações; Realização de feiras agroecológicas; Divulgação do MST e do assentamento; Troca de conhecimentos.

Fonte: elaborado pelo autor (2015).



## **Redes complementares de conhecimento e relações cooperativas em Santa Cruz da Baixa Verde**

As características dos atores presentes na experiência de Santa Cruz da Baixa Verde e o tipo de relação que se estabelece entre eles se revelaram fundamentais tanto para entender os padrões de interação com os agricultores da Adessu como para avaliar a qualidade dos efeitos de transbordamento dos resultados da transição agroecológica sobre a agricultura familiar local.

No início da experiência da Adessu, os agricultores associados receberam um importante apoio dos sindicatos dos trabalhadores rurais locais e da ONG Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, direcionado principalmente para o processo formativo do grupo. A ideia-chave era que cada agricultor implantasse uma agrofloresta em suas propriedades, para fins produtivos, e, assim, garantisse a sua reprodução socioeconômica. Além disso, foram sendo estabelecidos e discutidos os critérios para o acesso e permanência dos sócios na Adessu, sendo que, em um primeiro momento, as orientações estavam voltadas para a extinção das práticas nocivas ao meio ambiente em suas áreas, como as queimadas e a adubação química (FCAD1, 2014).

Nos pressupostos de Altieri (1987 apud ALMEIDA, 2009), as ONGs que atuam no espaço rural possuem características particulares que as distinguem de outros atores, dentre as quais se destacam: uma preocupação para que a transferência de tecnologias seja (socialmente) apropriada à realidade de cada produtor, o incentivo ao resgate de práticas agrícolas tradicionais, o entendimento da sua lógica e a promoção de atividades de intercâmbio de conhecimento entre agricultores. Ao lado disso, tratam as questões do desenvolvimento rural e agrícola como processos sociais, permitindo que os agricultores envolvidos nesses processos tenham consciência de sua condição e se sintam capazes de enfrentar os desafios. Com efeito, essas ONGs, principalmente nos países em vias de desenvolvimento, onde existe a necessidade de se combater a pobreza no setor rural e de recuperar os recursos básicos das pequenas propriedades, têm buscado novas estratégias de desenvolvimento rural, pautadas em uma abordagem de baixo para cima e utilizando os recursos já disponíveis: população local, suas necessidades e aspirações, seu conhecimento agrícola e recursos naturais existentes (ALTIERI, 2009; ALTIERI; MASERA, 2009).

Analisando programas agroecológicos promovidos por ONGs em diferentes partes do mundo, Altieri (2009) considera que essas organizações em muito podem contribuir para o desenvolvimento dos sistemas produtivos dos agricultores, especialmente aqueles que mais se assemelham ao processo de produção camponês.

Algumas ONGs envolvidas em programas de desenvolvimento rural demonstraram uma capacidade única de compreender a natureza específica e diferenciada da pequena produção, promovendo experiências bem-sucedidas na geração e transferência de tecnologias camponesas. Um elemento-chave tem sido o desenvolvimento de novos métodos agrícolas baseados em princípios agroecológicos, que se assemelham ao processo de produção camponês. Esta abordagem distingue-se daquela da Revolução Verde não apenas tecnicamente, ao reforçar o emprego de tecnologias de baixo uso de insumos, mas também por critérios socioeconômicos, no que tange às culturas afetadas, beneficiários, necessidades de pesquisa e participação local. (ALTIERI, 2009, p. 41).

Ribeiro (2009, p. 153), investigando ONGs a partir dos temas agricultura sustentável e desenvolvimento rural, comenta que o papel fundamental dessas organizações é “o de articular os múltiplos aspectos que vão desde a transdisciplinaridade de enfoques até a articulação de níveis da organização social que não se comunicam facilmente entre si, tanto vertical como horizontalmente”. Para a autora, tal papel é extremamente relevante, na medida em que os efeitos negativos da agricultura dominante intensificaram-se nas últimas décadas, restando às ONGs desempenharem um papel reestruturador para algumas rupturas, tais como: resgatar ou propor tecnologias social e ecologicamente sustentáveis para a agricultura; reconhecer e valorizar o papel da mulher na agricultura; promover intercâmbios entre produtores e técnicos em nível regional; atuar de forma que possam influenciar a criação de políticas para a agricultura, tanto em nível nacional como internacional; mostrar a necessidade de determinar, de forma participativa e através de seus atores fundamentais, quais seriam os indicadores da agricultura sustentável; atuar de forma dinâmica, que permita a expressão e organização dos diferentes atores sociais da agricultura sustentável e sua inter-relação (RIBEIRO, 2009).

Como admitem Bonnal e Maluf (2009, p. 79), “esses atores sociais se diferenciam entre si pelo referencial que mobilizam (Agroecologia, agricultura orgânica, agricultura familiar modernizada, papel do meio ambiente, etc.)”. Dessa forma, Malagodi (2004) assinala que a atuação das ONGs permite, até, que os agricultores compreendam melhor a real dimensão de seus limites, na medida em que veiculam os problemas e soluções alcançadas em outras áreas. O autor ainda acrescenta que essas organizações difundem as experiências

exitosas que vêm dando certo em outras regiões, novas concepções de agricultura, incluindo aí, por exemplo, a Agroecologia, assim como novas alternativas tecnológicas, variedades de plantas diferentes das utilizadas no lugar, novas formas de organização da produção, do trabalho agrícola, do armazenamento e da comercialização.

Novamente, o Centro Sabiá parece ter tido papel fundamental para o processo de transição agroecológica, devido à sua participação junto aos agricultores, nas fases de planejamento e execução das ações. Os outros parceiros citados, mas considerados eventuais, foram o Cecor, sindicatos de trabalhadores rurais, prefeituras, outras associações e os CMDRSs. Na opinião do entrevistado FCAD1 (2014), a articulação entre a Adessu e esses parceiros sempre existiu: *“A gente se articulou entre si o coletivo, claro que uns com maior e outros com menor intensidade, até mesmo com aqueles que apresentam a filosofia de trabalho diferente, como é o caso do sindicato.”*

O informante FCAD 2 (2014) alega que, além do Centro Sabiá e os outros atores citados, merecem destaque, também, as organizações internacionais financiadoras de projetos envolvidas na experiência, cuja principal é a *Kindernothlife* (KNH). O entrevistado afirma que essa parceria, iniciada em 2003, teve um papel essencial na transição agroecológica, sobretudo após o projeto do protagonismo infantojuvenil.

Esse apoio relatado, da parte dos agricultores ouvidos, fica mais a cargo da Adessu, que é quem busca essa articulação com as outras organizações e instituições, além de ser a responsável pela assessoria técnica prestada aos agricultores associados, enviando jovens “difusores” ou monitores mensalmente para o acompanhamento das suas produções. Nessa perspectiva, a entrevistada assim se manifesta:

*A Adessu teve o papel de dá experiência para as famílias, no processo de transição. E hoje ela atua com “difusores” em Agroecologia na comunidade da gente. Se tiver alguma coisa que a gente continua pecando ou errando, os “difusores” estão lá para nos orientar, pra gente fazer melhor. (AAD4, 2014).*

O Cecor, que é outra ONG presente na experiência dos agricultores da Adessu, segundo relatos, tem papel mais relevante na organização da Feira Agroecológica de Serra Talhada (Fast), com reunião mensal para tratar desse espaço para a comercialização dos produtos agroecológicos dos associados. Alguns agricultores, inclusive, citam já ter recebido visita do Cecor em suas propriedades, porém reconhecem que a sua atuação é mesmo

referente à Fast. O Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA), instituição governamental de âmbito estadual que atua na localidade por meio de seu escritório municipal, também teve sua atuação reconhecida, mesmo que de forma pontual, visto que sua atuação não abrange todos os sócios da Adessu. Mesmo assim, alguns agricultores vêm encontrando alguma maneira de se incorporar às ações de Ater rural realizadas por essa instituição, como é o caso da agricultora AAD6 (2014), que, embora não tenha sido contemplada pela visita do técnico do IPA, expõe o seguinte:

*Quem visita minha área é Adessu, o IPA não. Mas tem o técnico. Ele não visita minha área, mas, quando tem reunião lá na comunidade, eu vou também. No outro sítio, as meninas me avisam que ele tá lá, aí eu vou participar, eu gosto de participar dessas coisas. Mas o apoio que eu tenho é mais da Adessu, a menina vai à minha área, conversar comigo. (AAD6, 2014).*

Os resultados das parcerias que foram sendo intensificadas na experiência da Adessu, ao longo dos anos, fizeram com que a associação fosse reconhecida, hoje em dia, em nível estadual, regional, nacional e até internacional, na visão do entrevistado FCAD1 (2014), que acrescenta que a Adessu não chegaria tão longe sem esse trabalho conjunto para divulgar e expandir todo o processo de transição agroecológica. Para o fonte-chave FCAD2 (2014), sem essas parcerias, não seria possível atuar no número de comunidades que hoje são assistidas pela Adessu, com o acompanhamento direto ou indireto de cerca de 1.500 famílias, por conta dos projetos em curso. O mesmo fonte-chave FCAD2 (2014) situa que, depois das parcerias, a Adessu passou a ter mais autonomia nas suas ações, citando como exemplo o trabalho de assistência técnica que ultimamente é oferecido pela própria associação, algo que antes não existia.

Do mesmo modo, o conhecimento adquirido pode ser apontado com um aspecto positivo emergente da existência das parcerias com outras instituições, para os associados. A alegação vem a partir do reconhecimento do trabalho dos jovens “difusores em Agroecologia” da Adessu, que, ao entrarem em contato com outros atores, atualizam-se e, na sequência, socializam as novas informações com os demais agricultores, num fluxo contínuo de introdução e multiplicação de novos conhecimentos.

Atualmente, os entrevistados consideram que as parcerias com outros atores sociais permanecem no caso da Adessu, mesmo que a atuação ocorra de forma indireta, ou, ainda, em maior ou menor grau de envolvimento, a depender de cada instituição específica. Os

agricultores entendem o possível afastamento de algumas instituições parceiras como algo natural e enxergam duas razões principais para esse fato. A primeira é que as demandas das organizações ou instituições tiveram um crescimento significativo nos últimos anos, fazendo com que as suas prioridades passassem a ser aquelas experiências de agricultores familiares em estágio ainda incipiente. A segunda, e mais importante, é que os agricultores da Adessu não se enxergam em uma situação de dependência dessas instituições ou organizações, fato que se deve, segundo a avaliação de muitos associados da Adessu, ao nível de organização atingido pela associação.

Em poucas palavras, importa destacar que a articulação entre a Adessu e outros atores locais é bastante comum e vai desde o compartilhamento informal do conhecimento agroecológico até a elaboração de atividades formais de várias ordens, como o desenvolvimento conjunto de ações que busquem a melhoria socioeconômica e produtiva das famílias envolvidas na transição. Nesse estreitamento de laços, é imprescindível conceber que as redes, além de se constituírem em formas de inserção econômica e de reprodução social, potencializam os vínculos políticos, as associações nas comunidades rurais, as cooperativas e as ações coletivas, expressando a pluralidade de empreender esforços para o desenvolvimento rural (RADOMSKY, 2006). Por fim, no campo da interação entre os distintos atores presentes em Santa Cruz da Baixa Verde, está um ambiente propício para a disseminação de ideias voltadas para a construção de estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis. Elas encorajam não só a adesão de novos agricultores à experiência, como também o desenvolvimento de novos projetos.

### **Agricultores sem autossuficiência e relações de dependência em São Lourenço da Mata**

O processo de transição agroecológica do assentamento Chico Mendes III mediante o incentivo de uma instituição de ensino superior originou uma configuração completamente diferente da configuração da Adessu. A trajetória da experiência teve início com projetos de pesquisa e de extensão universitária, por meio do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC), vinculado ao Departamento de Educação da UFRPE. Desde então, é feito um trabalho de acompanhamento das famílias que vivem no assentamento, por intermédio dos professores e estudantes estagiários vinculados aos diferentes projetos que permanecem em andamento.

Foi através do método de extensão participativa Camponês a Camponês (CAC) que ocorreu o primeiro passo para a auto-organização dos assentados, visto que foi esse método que permitiu a formação dos agricultores multiplicadores para atuarem na realidade local, dialogando entre si e com os demais agricultores. Foram justamente esses multiplicadores que colaboraram para a implantação dos chamados roçados experimentais com policultivo em faixas e que deram suporte técnico ao restante do grupo. Já naquele momento, ficou explícito o desafio que teria a universidade para com aqueles agricultores. O entrevistado FCCM1 (2014) argumenta que, com o vínculo construído, a UFRPE passou a ter um papel que extrapola suas atribuições clássicas, passando a realizar um claro trabalho de extensão rural. Mais ainda, ele lembra que “*não é dever institucional da universidade fazer extensão rural*” e reforça que o método CAC foi a melhor alternativa para minimizar a ausência de ações de extensão rural sentidas ali.

O mesmo entrevistado FCCM 1 (2014) é da opinião de que existiu certa articulação entre a UFRPE, que atuou no serviço de extensão, e o MST, responsável pela mobilização e organização política dos assentados. Esse informante também defende que, indiretamente, houve a participação de outras instituições e organizações, inclusive do IPA e do Centro Sabiá, que são parceiros mais engajados na experiência da Adessu. Porém, a participação dos outros atores não é considerada representativa, pois limitou-se somente ao apoio em alguns cursos, intercâmbios, vacinação de animais, treinamentos ou capacitações técnicas. Tal afirmação pode ser confirmada nos depoimentos a seguir:

*A única instituição que participou efetivamente do processo foi a UFRPE, na condição de autora e executora do projeto financiado pelo CNPq/MEC, o MST também. Outras instituições/organizações, como Centro Sabiá e IPA, tiveram uma pequena participação em algumas ações, principalmente nas visitas técnicas e intercâmbios entre agricultores. (FCCM2, 2014).*

*Além do MST e da universidade, ninguém mais chegou. O MST, ele vem na questão da formação política e produtiva da gente, nessa questão de dizer que o nosso papel aqui é transformar, produzir diferente do que o convencional já produz. Influenciou mesmo foi a vinda da universidade, o apoio da universidade aqui dentro, e também querer levar o projeto pra outras áreas, o processo de transformação para outras áreas, outros assentamentos. A gente recebe apoio, não só financeiro, mas técnico e de insumos pra trabalho a gente recebe [...]. O MST atua na organização dos agricultores. Quando tem algum evento eles levam o pessoal para colocar a banquinha da feira orgânica nesses eventos. Estão tentando trazer a escola de jovens e adultos aqui para o pessoal. Tem um pessoal da formação política que está começando a voltar, trabalhar com a gente. Tem o setor de produção, os técnicos, pra fazer projetos, da habitação. O trabalho é na organização do pessoal. A universidade vem nessa questão da transição, de trazer o novo, de fazer com que a gente tenha uma visão diferenciada da agricultura convencional pra agroecológica. Esse projeto vem trazendo uma mudança para o pessoal. (ACM2, 2014).*

*Tem o IPA, mas só mandam as coisas no final de dezembro. O IPA mandou trator, mandou semente. O trator era do governo, mandado pelo IPA. A semente foi do IPA, mas foi o governo que mandou. Pela minha opinião, eu não quero semente do IPA aqui, porque a gente planta natural. A gente pode muito bem colher e plantar a semente da gente. A universidade atua nas doenças das plantas. (ACM4, 2014).*

*A única que trouxe apoio mesmo, e sempre está presente, é a universidade rural. Vem os professores com algum conhecimento pra gente, nos levam em sítios agroecológicos e têm trazido também estes alunos que estão se formando. Eles já deram algum curso também a nós. A rural é quem se destaca em Chico Mendes III. A UFRPE está constante com nós. Toda semana recebemos visitas. (ACM5, 2014).*

*O IPA participou, mas força não deu. A prefeitura é zero, não ajudou em nada. O MST é o líder do assentamento, mas não faz tanta coisa. Mas também não faz porque não pode. Não tem recurso também. A ajuda maior que existiu aqui foi da universidade. Aqui ninguém nunca recebeu uma semente do governo. Não recebo apoio nenhum de outras instituições. (ACM6, 2014).*

O fonte-chave FCCM 4 (2014) identifica nos agricultores um sentimento de frustração, pela ausência de oportunidades e falta de apoio da coordenação do MST, que só realiza reuniões esporádicas e poucas intervenções em conjunto com a UFRPE. Essa insuficiente presença do MST dificulta o próprio trabalho da universidade no Chico Mendes III, que, na visão de uma agricultora,

*veio mais pra clarear, pra dizer o que é a Agroecologia pra gente, e como trabalhar dentro dela. Então assim, ela atua com o acompanhamento dos alunos que vêm aqui. Tanto eles aprendem como a gente aprende. É muito mais uma troca de experiência, e de informação também. Eu acho que ela tá fazendo um papel importante. Lógico que não é fácil, a diversidade do ser humano, é bem complicada. Então, trabalhar com pessoas broncas, o pessoal aqui, a gente aqui, é muito bronca, porque sempre plantaram assim, os pais plantavam assim. Então, o pessoal da universidade, os técnicos mostram a necessidade de cuidar do solo, recuperar o solo, porque tem que mudar a forma de trabalhar. Até mesmo se falar em calagem, o pessoal aqui não sabe o que é. Todo esse processo a gente tem aprendido com a vinda do pessoal da universidade. (ACM2, 2014).*

O assentado ACM7 (2014) recorda que, mesmo após a formação do assentamento, não existia avanço nenhum na área, em termos produtivos, e foi exclusivamente depois da chegada da universidade que isso pôde ser sentido. De certo, muitos foram os benefícios observados a partir do trabalho realizado pela UFRPE no assentamento Chico Mendes III, e alguns deles merecem ser destacados a partir dos depoimentos dos entrevistados nesta pesquisa. Um deles é que, com a presença de uma instituição governamental na localidade, voltada para o ensino, pesquisa e extensão, conseguiu-se minimizar os danos causados pela lacuna deixada pelas políticas públicas específicas voltadas aos agricultores familiares, que

não chegavam aos assentados do assentamento em análise. Com a atuação do NAC da UFRPE, foi possível auxiliar os assentados em todo o processo produtivo, “*o que teve um significado de interação e construção do conhecimento agroecológico*” (FCCM1, 2014). Para o MST, isso se tornou interessante porque o movimento obteve um importante espaço dentro de uma instituição pública, no sentido de veicular as suas reivindicações e experiências por outros meios.

Outras vantagens elencadas, resultantes da presença da UFRPE, dizem respeito à criação de um espaço para a comercialização dos produtos dos assentados; a sua capacidade de dialogar e se articular internamente, procurando direcionar novas iniciativas para o assentamento; a divulgação da experiência de transição agroecológica do assentamento para toda a sociedade; e a troca de conhecimentos permitida, pela qual se dá a oportunidade de os estudantes conhecerem como é a vida em um assentamento de reforma agrária.

No campo das dificuldades encontradas pelas organizações, o entrevistado FCCM1 (2014) esclarece que, com uma experiência dessa natureza envolvendo um movimento social do porte do MST e uma instituição governamental de ensino superior, criou-se um cenário que necessitou de rupturas de ambas as partes. Isso porque estavam ali dois atores com características historicamente antagônicas em suas práticas, quer dizer, de um lado, uma universidade que, ao longo de sua trajetória histórica, sempre buscou a formação qualificada para o setor do agronegócio e as monoculturas da região, especialmente a cana-de-açúcar e os perímetros irrigados do Vale do São Francisco. De outro lado, um movimento que tem como marca a luta pela terra e o fortalecimento da agricultura familiar camponesa. Esse choque ideológico identificado foi sendo superado por meio do diálogo, sendo que a interação entre o NAC da UFRPE e o MST gerou um debate que ia de encontro ao pensamento hegemônico da universidade, dando um tom interessante à experiência (FCCM1, 2014).

Outro elemento identificado, que limita o trabalho das organizações parceiras, é que muitos agricultores não têm o comprometimento básico para o avanço daquilo que foi estabelecido previamente nos projetos e acordado entre todos. Segundo o informante FCCM3 (2014), falta, em parte dos assentados, um maior enraizamento socioprodutivo, o que vem impedindo que alguns deles adquiram o sentimento de pertencimento à transição agroecológica. É provável que isso venha retardando a construção da identidade do grupo, o que, para Castells (2008), quando ligada a atores sociais, dá-se com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem



sobre outras fontes de significado.<sup>26</sup> No entanto, como adverte o autor, “essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na autorrepresentação quanto na ação social” (CASTELLS, 2008, p. 22). Por conseguinte, as ações coletivas ficam comprometidas, gerando uma situação de dependência por parte dos assentados, na medida em que ganha força a ideia de que somente a universidade deve buscar as soluções necessárias para o assentamento (FCCM3, 2014). A assentada ACM2 (2014) concorda com essa conjuntura, explicando que a principal consequência disso é a falta de autonomia<sup>27</sup> do grupo. Ela assim enfatiza, através das palavras transcritas e registradas a seguir:

*Uma coisa que eu sinto falta nesse processo de transição é um pouco mais de autonomia do agricultor. Não que a universidade não esteja dando a oportunidade dos agricultores serem mais autônomos nas suas decisões, até porque falta o conhecimento de como ter essa autonomia, mas aí eu tenho debatido muito com o pessoal, porque eles se tornaram muito acomodados, esperando que a universidade resolva tudo. Aí quando se discute a extensão rural, a autonomia do agricultor é importante sim, o agricultor tem que andar com suas próprias pernas. Até na questão da comercialização, a gente tem que esperar a universidade para decidir, e acaba perdendo produto. Então é essa questão da autonomia do agricultor, ser independente nas decisões. Se isso não acontecer, essa produção daqui vai continuar sempre do jeito que está: sempre pequena e reduzida. As queixas sempre vão ser as mesmas, que eu planto, planto e não ganho dinheiro. (ACM2, 2014).*

Essa falta de autonomia, aliás, já gerou conflitos entre a universidade e agricultores do assentamento, isso porque alguns discordam da forma como a UFRPE conduz a experiência, às vezes monopolizando o processo de transição agroecológica e os seus resultados alcançados até aqui. O próximo discurso é ilustrativo nesse sentido:

---

<sup>26</sup> Para se chegar a essa conjuntura, Castells (2008, p. 23) define significado como “a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator”. Sua obra estabelece uma interessante distinção entre os termos “identidades” e “papéis”. Para ele, os papéis são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade, e a importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre os indivíduos e essas instituições e organizações. Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. Nesses termos, identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que envolvem. Além disso, identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções. Grande parte dessas identidades que estão emergindo como novos agentes de mudança social são, inicialmente pelo menos, identidades de resistência, em que se incluem as novas comunidades culturais que resistem às formas hegemônicas pelas quais se processam a globalização e a reestruturação do capitalismo, a idolatria da tecnologia e do consumo predador e ao patriarcalismo, como os novos movimentos localistas, ambientalistas e feministas, por exemplo (CASTELLS, 2008).

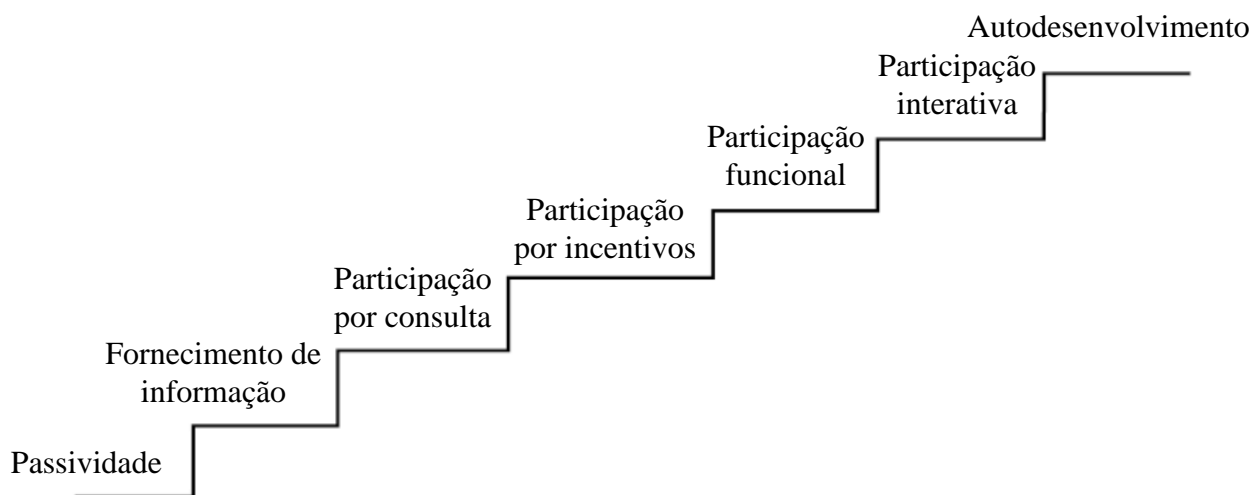
<sup>27</sup> Autonomia essa que conduz diretamente ao problema político e social e que, ao mesmo tempo, não pode ser desejada sem almejá-la para todos, fazendo com que sua realização só possa conceber-se plenamente como empreitada coletiva (CASTORIADIS, 1982).

*Ano passado teve um conflito com a universidade aqui dentro. Foi porque a gente teve uma oportunidade, pelo município de Paudalho, que abriu um galpão de horticultura para a venda de hortaliças, aí convidou os assentamentos e a gente ganhou uma área dentro do galpão para vender a nossa produção, e aí a gente disse para o secretário da agricultura que a nossa produção é toda agroecológica/orgânica, não é interessante a gente vender junto com os outros. A gente pode pelo menos botar uma placa aqui de produtos orgânicos? Ele disse que poderia botar, e que a área da frente seria para produtos orgânicos, que eles estavam organizando. E aí a universidade foi muito feroz no impedimento da gente vender nessa feira. Houve ameaças de sair aqui de dentro, porque se a gente fosse vender lá, ia quebrar o contexto do projeto, então eu achei que isso foi um pouco radical. Aí é onde eu digo que não existe muita autonomia. A gente não pode decidir nossas vidas e acaba se tornando um pouco refém. Mas isso é um processo de construção, que é normal de acontecer. Eu até entendi a colocação da universidade, que dizia que a gente estava produzindo produtos diferenciados do convencional, e que não poderia comercializar no mesmo lugar, porque haveria diferenciação de preço e a gente teria que identificar o produto, mas, mesmo assim, eu acho que foi muito forte esse impedimento. Inclusive alguns agricultores saíram do projeto para poder comercializar onde quiser. (ACM2, 2014).*

Ainda, foram levantadas informações para situar como está, atualmente, a atuação das organizações ou instituições envolvidas no caso do Chico Mendes III. Com as respostas obtidas, averiguou-se que a universidade vem conseguindo renovar aqueles projetos já em andamento ou, até mesmo, aprovar novas iniciativas para o assentamento, sendo que já se tem um importante projeto financiado pelo CNPq para ser executado entre 2014 e 2016. No referido projeto, existem várias atividades a serem executadas dentro do assentamento, no âmbito da transição agroecológica. São atividades que envolvem os mais variados temas, tais como plantas medicinais, produção animal, produção vegetal, e segurança e soberania alimentar.

Um indicador importante das diferenças entre os dois casos analisados é o nível de participação nas estratégias de desenvolvimento rural sustentável ou no processo de transição agroecológica, participação entendida aqui não como um indicador fixo, mas como uma posição na qual as pessoas podem ganhar mais ou menos graus de envolvimento na dinâmica de desenvolvimento (GEILFUS, 2009). Para tecer essa breve discussão, tomou-se como referência o que Geilfus (2009) chama de escada da participação, ilustrada na figura 35, a qual indica como é possível passar, gradualmente, de uma passividade quase completa (ser beneficiário) ao controle da sua própria situação (ser ator do autodesenvolvimento). Na escada, observa-se que o que determina realmente a participação das pessoas é o poder de decisão existente nessa dinâmica. Isso é válido tanto nas relações entre os membros da comunidade e a instituição de desenvolvimento como dentro das organizações comunitárias.

Figura 35 – Escada da participação



Fonte: adaptada de Geilfus (2009).

Os níveis de participação correspondem às seguintes definições do autor: a) passividade: as pessoas participam quando estão informadas, mas não têm nenhuma influência nas decisões e na implementação do projeto; b) fornecimento de informação: as pessoas participam respondendo a entrevistas, mas não têm possibilidade de interferir no uso das informações solicitadas; c) participação por consulta: as pessoas são consultadas por agentes externos que escutam seu ponto de vista, isso sem ter incidência sobre as decisões que serão tomadas a partir das ditas consultas; d) participação por incentivos: as pessoas participam fornecendo principalmente trabalho ou outros recursos (terras para estudos) em troca de certos incentivos (materiais, sociais, capacitação etc.), e o projeto requer sua participação, no entanto não têm incidência direta nas decisões; e) participação funcional: as pessoas participam formando grupos de trabalho para responder a objetivos predeterminados pelo projeto, mas não têm incidência sobre a formulação, embora ocorra o monitoramento e ajuste de atividades; f) participação interativa: os grupos locais organizados participam na formulação, implementação e avaliação do projeto, o que implica processos de ensino-aprendizagem sistemáticos e estruturados, e ocorre a tomada de controle progressiva do projeto; e g) autodesenvolvimento: os grupos locais organizados tomam iniciativas sem esperar intervenções externas, e suas medidas ocorrem em forma de assessoria e com trabalho associativo entre os atores.

Ainda no dizer de Geilfus (2009), a participação efetiva começa ao menos a partir do nível funcional, no qual as pessoas têm capacidade de modificar e ajustar as atividades, mas a

participação buscada é a interativa, para desencadear na autonomia do coletivo, que chegaria a gerar práticas de autodesenvolvimento. Em Santa Cruz da Baixa Verde, pode-se dizer que o envolvimento dos agricultores da Adessu extrapola, há algum tempo, o nível de participação considerado como ideal, e isso tem resultado em projetos coletivos dos agricultores familiares junto aos parceiros presentes na experiência.

Já em São Lourenço da Mata, como a maior parte dos assentados se reconhece como dependente das ações da UFRPE, a participação não ultrapassa o seu nível funcional, pois, quando ela ocorre, fica, na melhor das hipóteses, no quarto degrau da escada, o da participação por incentivos. Isso não significa dizer que os agricultores do assentamento Chico Mendes III estão em avançado estágio de passividade ou não têm condições de alcançar o próximo nível; pelo contrário, o projeto caminha nessa direção, entretanto essa passagem tem obstáculos a serem superados e requer um esforço de todo o coletivo. Certamente, após essa conquista, a participação dos atores deixará de acontecer apenas em atividades marginais e poderá ser utilizada para o aperfeiçoamento da estratégia de desenvolvimento rural sustentável do assentamento.

Além do mais, há de se convir que a forma de participação dependa dos tipos de redes sociais estruturadas em cada experiência, o que pode favorecer ou dificultar a inserção dos agricultores nos processos de transição agroecológica. Não é intenção aqui gerar um *ranking* a partir dos níveis de participação identificados nos dois casos e dizer qual é a mais adequada. Até porque, como se viu, a Adessu e o assentamento Chico Mendes III estão em considerável disparidade em suas relações institucionais, o que faz toda a diferença em experiências como essas.

Vale lembrar que, como previne Schultz (2011), as organizações (cooperativas e associações), ausentes no assentamento, são as principais relações institucionais para os agricultores, por meio da promoção e regulação das suas atividades profissionais exercidas nas propriedades. São elas que atuam na gestão das relações com o mercado e para a viabilização de acesso a determinados recursos financeiros, além de disponibilizarem treinamentos e assistência técnica (SCHULTZ, 2011). Superar a carência dessas relações contribuiria para a valorização da atividade profissional dos assentados, o que estimularia a sua participação, caso se sentissem parte de um grupo que possui uma consciência relacionada às questões ambientais e que produz de forma ambientalmente correta, o que ocorre com mais nitidez entre os associados da Adessu.

Para isso, a organização do grupo deve ser trabalhada como um instrumento da ação coletiva a ser determinado em relação a um conjunto de ações ou funções, mas restaria distinguir, segundo Crozier e Friedberg (1977 apud SABOURIN, 2009, p. 91), os principais motores dessa ação coletiva. Para atender a situações de interdependência entre atores heterogêneos, a ação coletiva é implementada por meio de “instituições”, definidas como um conjunto de regras e normas que são efetivamente aplicadas por um grupo de indivíduos para organizar atividades. As normas correspondem a valores internos do grupo, e as regras são representações compartilhadas com o exterior, e eventualmente sujeitas a sanções (OSTROM, 1998 apud SABOURIN, 2009, p. 91). Acolhendo esses apontamentos do autor, a ação coletiva depende da capacidade de elaboração e adaptação de regras comuns; a institucionalização dessas regras no grupo pode ser um incentivo à cooperação e ao compartilhamento, duas estruturas a serem fortalecidas no assentamento.

Na próxima seção, será feita uma descrição das ações de extensão rural voltadas à agricultura sustentável, desenvolvidas por instituições que apoiam os agricultores de base agroecológica da Adessu e do assentamento Chico Mendes III, como também irá se discutir a possível influência das políticas públicas nas experiências analisadas.

## **CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **SEÇÃO 4: AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA**

Esta quarta seção contém a categorização de duas temáticas unificadas e apresentadas de forma sequencial. A primeira temática se refere às ações de Ater desenvolvidas nas duas experiências, já a segunda trata da influência das políticas públicas no processo de transição em cada caso específico. Com a discussão tecida a seguir, procurou-se, principalmente, descrever as ações de extensão rural voltadas à agricultura sustentável, realizadas por instituições que apoiam os agricultores de base agroecológica da Adessu e do assentamento Chico Mendes III.

#### **Apoio de atores locais e a formação de técnicos para prestar assistência aos associados da Adessu**

Em Santa Cruz da Baixa Verde, os agricultores familiares da Adessu, no início do seu processo de transição agroecológica, realizavam práticas agrícolas mais tradicionais, especialmente visando à recuperação do solo, com curvas de nível e muretas de pedras em suas áreas produtivas. Em um segundo momento, veio a implantação dos sistemas agroflorestais (SAFs) nas propriedades dos agricultores envolvidos na experiência, seguida de um longo trabalho de conscientização sobre a importância da diversificação das culturas.

De acordo com o fonte-chave FCAD1 (2014), os responsáveis por essas iniciativas foram os chamados “difusores em Agroecologia”, que, antigamente, eram os associados mais experientes, que faziam o acompanhamento junto aos demais sócios. O entrevistado destaca essa socialização dos conhecimentos agroecológicos como o ponto-chave de todo o processo, lembrando, ainda, que os 12 agricultores que participaram da criação da Adessu prestavam assessoria uns aos outros, em forma de mutirão. O grupo contou, também, com a contribuição de um técnico do Centro Sabiá, que auxiliou na parte da formação dos “difusores” e com algumas assessorias esporádicas diretamente nas propriedades.

Na medida em que as parcerias entre os atores locais foram sendo consolidadas, novas iniciativas emergiram na experiência, como a construção de cisternas de placas e de caldeirões de pedra, além da distribuição de mudas de palma forrageira para os associados, no intuito de levar às transformações preconizadas pelos projetos pioneiros (FCAD2, 2014). Uma agricultora entrevistada revelou que, para entrar na Adessu, foi necessário participar de três reuniões com todos os associados e receber a visita dos “difusores” em sua horta, para que eles conhecessem a sua produção de base agroecológica. A partir disso, a visita dos “difusores” passou a ocorrer mensalmente, com foco no controle de “pragas” em seu plantio (AAD1, 2014). Outras agricultoras ouvidas citam, além dos encontros mensais que ocorreram com os “difusores” da Adessu, as práticas oferecidas em suas UPAs, nas quais prevaleceram a adubação verde para melhorar as condições do solo, a cobertura morta para a conservação da umidade, as valetas para irrigação e as curvas de nível.

Nos dias atuais (2015), o entrevistado FCAD1 (2014) comenta que existe outra dinâmica em relação aos serviços de Ater, com um maior nível de organização, buscando sempre cumprir o calendário das visitas agendadas junto aos associados e as atividades formativas programadas. Esse trabalho envolve a participação tanto dos técnicos de outras instituições como a dos “difusores” da Adessu (hoje em dia, são jovens filhos de agricultores familiares, geralmente ligados à associação), e a assessoria individual continua acontecendo mensalmente, contemplando todos os associados. As atividades formativas, por sua vez, são feitas em grupo, a cada dois meses.

A única instituição que não consegue incluir todos os associados em seus serviços de Ater prestados, segundo os fontes-chave, é o IPA. Isso porque, como situa o informante FCAD3 (2014), “*nem todos os sócios da Adessu podem ser legitimados enquanto agricultores familiares, para a emissão da sua Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)*”. Somente a partir dessa resolução burocrática é que o IPA presta assessoria junto aos agricultores familiares. Para aqueles que já possuem a DAP<sup>28</sup> e são reconhecidos como agricultores familiares na esfera governamental, o fonte-chave explica como é a assistência do IPA:

---

<sup>28</sup> Existem aqueles agricultores que não conseguem requerer a DAP por não atenderem a alguns requisitos da legislação, como ter a renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento. São casos em que a renda de determinados membros das famílias dos associados (como os/as cônjuges, por exemplo), por ser proveniente de uma ocupação não agrícola e exercida fora do estabelecimento, acarreta na sua descaracterização enquanto agricultor familiar, impedindo o seu acesso às políticas públicas ou aos programas governamentais específicos.

*Para esses agricultores, vêm as orientações na questão da produção, principalmente direcionada à produção da rapadura e ao acesso a algumas políticas públicas mesmo, como o Garantia-Safra, o Pronaf e alguns projetos daqui do governo do estado, que seria a distribuição de sementes de milho e feijão, questão do preparo do solo e o incentivo à própria organização [...]. Diante da demanda, tem a inclusão dentro das tarefas que a gente desenvolve aqui no município. Desde a questão da emissão de uma DAP, até o acesso ao crédito e outras ações, a gente está acompanhando. Agora isso vai muito da demanda da própria associação. (FCAD3, 2014).*

Para o entrevistado FCAD2 (2014), a falta da oferta de serviços de Ater é suprida pelo trabalho dos funcionários da própria Adessu, que atualmente conta com sete “difusores” em seu quadro permanente, prestando assistência técnica mensal às famílias envolvidas no processo de transição agroecológica e nos outros projetos subsequentes. Na equipe, estão “difusores em Agroecologia”, técnicos mobilizadores de campo e dois técnicos cedidos pelo Centro Sabiá. Esses últimos, conforme ressalta a associada AAD4 (2014), estão no primeiro ano de experiência com o grupo de Ater da Adessu, conhecendo aos poucos a localidade e introduzidos paulatinamente no trabalho de campo, o que não permitiu, até o momento, a visita a todas as propriedades dos associados.

Quando se fala nos serviços de Ater em Santa Cruz da Baixa Verde, o fonte-chave FCAD1 (2014) assinala que toda a discussão é feita a partir das práticas agroecológicas, sobretudo aquelas voltadas ao beneficiamento, ao processo formativo ou que envolvam outras questões técnicas na produção. Ele recorda que, no âmbito do sistema agroflorestal, por exemplo, são comuns o manejo de podas e o controle de “pragas” com defensivos naturais. Outro ponto a considerar é que, frequentemente, os “difusores” responsáveis pelo acompanhamento dos associados participam de cursos sobre Agroecologia, para conhecer e estudar novas práticas e estar socializando as informações adquiridas com o grupo maior (FCAD2, 2014).

No campo dos fatores limitantes para os serviços de Ater, o entrevistado FCAD2 (2014) aponta que, mesmo com os “difusores” buscando se atualizar sobre as práticas agroecológicas mais adequadas para cada tipo de situação específica, ainda é difícil encontrar materiais técnicos direcionados para a Agroecologia, quando comparados com a gama de estudos voltados para a agricultura convencional. Outro entrevistado utiliza-se da seguinte argumentação para falar das dificuldades nos serviços de Ater:

*A questão da Agroecologia ainda é um tema polêmico, tanto pela formação dos técnicos como dos agricultores. O que ainda se falta trabalhar é a própria abordagem dessas políticas com o quadro técnico, para que possa direcionar essas*



*atividades, baseada nessas questões. Às vezes o técnico até termina executando, mas ele não tem ciência o que é a orientação dessas políticas, não enxerga o vínculo com a política. Então, a gente está da mesma forma, sem essa preocupação. Só se fortaleceu institucionalmente e por estar se cobrando algumas ações diretas para isso. (FCAD3, 2014).*

Apesar das limitações, de maneira geral, os agricultores da Adessu afirmam terem sido atendidos quando procuraram os serviços de Ater por algum tipo de problema em suas UPAs, seja na parte vegetal, seja animal. Quanto à influência das políticas públicas no processo de transição agroecológica, o informante FCAD3 (2014) esclarece que, a partir do momento em que o associado pode se declarar como verdadeiro agricultor familiar, isto é, enquadrar-se nos critérios da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, ele vai poder acessar alguns programas governamentais específicos, o que favorece cada experiência particular.

De fato, ser reconhecido como agricultor familiar se torna uma vantagem para os sócios da Adessu, especialmente pela possibilidade de acesso ao crédito rural que essa condição permite, visando ao investimento em suas propriedades. Somando, merece destaque a inserção dos associados em programas governamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pelos quais os agricultores familiares comercializam o excedente e contribuem para a segurança alimentar da própria comunidade. Efetivamente, é o PAA que se sobressai na experiência, porque ele abrange toda a cadeia produtiva, desde a produção até a comercialização, tornando-se o diferencial para as famílias agricultoras, pela melhoria na renda que esse programa vem proporcionando. Nesse sentido, com a organização, participação e acesso às políticas públicas, os agricultores passaram a ter mais acesso a informações antes não alcançadas e, com esse conhecimento, tornou-se mais fácil estreitar os laços com os serviços de Ater governamental.

Outro elemento importante, destacado pelo entrevistado FCAD3 (2014), é que, após a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) de 2004, as chamadas públicas de Ater e suas distintas temáticas propiciaram resultados significativos junto ao grupo de associados. A propósito, a Adessu está participando de uma proposta, como executora, pelo fato de ser uma referência no trabalho com agricultura de base agroecológica. Na visão do mesmo entrevistado FCAD3 (2014), com o apoio das políticas públicas, mudou a forma de atuação dos técnicos extensionistas locais, pois o foco maior do trabalho passou a

ser a Agroecologia. Com isso, sentiu-se a necessidade de aprofundar a discussão teórica, com uma maior abrangência para os casos práticos no campo, a fim de exemplificar a transição agroecológica, para um melhor entendimento das dimensões desse processo.

### **Extensão rural universitária e a introdução do método Camponês a Camponês para minimizar a ausência dos serviços de Ater no assentamento Chico Mendes III**

No município de São Lourenço da Mata, as ações de Ater para iniciar a transição agroecológica do assentamento Chico Mendes III ocorreram por meio de reuniões e palestras, para que os assentados tomassem conhecimento sobre os princípios da Agroecologia. Aconteceram, simultaneamente, capacitações com os professores da UFRPE, agricultores de outras localidades e técnicos de algumas ONGs.

Nessa fase inicial, relembra o entrevistado FCCM2 (2014), foram realizados seguidos intercâmbios com outros produtores envolvidos com a agricultura sustentável, na expectativa de que os assentados pudessem se aproximar de estratégias e experiências de desenvolvimento rural sustentável baseadas na Agroecologia. Boa parte dessas ações era planejada em conjunto com os próprios agricultores. A primeira atividade realizada no assentamento foi uma caminhada coletiva que contou com a participação de professores da UFRPE e de agricultores, para conhecerem o espaço físico do assentamento.

A assessoria estava basicamente relacionada a questões teóricas ou práticas ligadas à produção agroecológica e era realizada pelos professores da universidade, pelos estudantes estagiários ou técnicos envolvidos nos projetos de pesquisa e extensão ou, ainda, por outros convidados externos (técnicos de alguma organização ou agricultores de outras experiências com agricultura sustentável). Toda semana ocorria uma reunião com os agricultores que estavam envolvidos diretamente na transição, para que fossem levantados e discutidos os temas que seriam trabalhados nas atividades de produção. Essas atividades eram práticas e realizadas com a presença de um técnico que ficava responsável pela orientação dos trabalhos de campo (FCCM2, 2014).

O assentado ACM7 (2014) relata que, antes da transição, a produção da maioria dos assentados era basicamente de milho e de mandioca e, em alguns casos, não havia nada produzido, estando muitas áreas tomadas pelo mato. Nas reuniões, colocou-se a necessidade

de recuperar os mananciais e as nascentes de água e de extinguir as queimadas; em seguida, a universidade realizou análises do solo e da água. Os técnicos que visitaram o local apresentaram algumas técnicas para os agricultores, como a adubação verde feita com plantas nativas ou adubadeiras para a recuperação do solo, o que não era do conhecimento de muitos.

Para o preparo do solo, a UFRPE conseguiu um trator para gradear a terra, além de disponibilizar esterco, sementes e mudas de fruteiras para incentivar a produção. Depois, para auxiliar de forma mais contundente e dar um maior suporte à transição agroecológica do assentamento, foram criadas as unidades de experimentação agroecológica (UEAs), chamadas também de roçado de estudo, onde os agricultores puderam se apropriar dos novos conhecimentos socializados. A forma encontrada para minimizar a ausência dos serviços de Ater governamentais ou prestados por ONGs foi a introdução do método Camponês a Camponês (CAC), mais precisamente por meio da formação dos agricultores multiplicadores, que desempenharam um papel fundamental em todas as etapas iniciais da transição.

Sobre os serviços de Ater realizados ultimamente (2015) no assentamento Chico Mendes III, o informante FCCM1 (2014) avalia que pouca coisa mudou, haja vista que nenhuma iniciativa vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao governo estadual ou a ONGs está presente na experiência. Isso se confirma nas palavras transcritas e referidas abaixo:

*Trabalhei em 2013 e não vi nenhum papel do estado, nenhum serviço de Ater. Eu vi o carro do IPA lá umas vezes, mas eram coisas pontuais, parceria com a universidade. Foram no máximo duas ou três vezes durante o ano todo. Eu via também a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro) para vacinação, mas era só isso. O que eu posso garantir é que às vezes a gente até tinha dificuldade de visitar todos, mas era só a universidade e os estudantes. Os agricultores também, muitas vezes, o responsável dentro da metodologia Camponês a Camponês, o responsável dava assistência com a gente, com os estagiários. Mas Ater formal do estado ou de ONG, nada. (FCCM4, 2014).*

Como descrito pelos informantes, a UFRPE permanece sendo a única instituição a prestar assessoria às famílias do assentamento, o que, ainda assim, não é suficiente. Entre as ações mais recentes, destaca-se a criação de feiras agroecológicas para que os agricultores possam comercializar os seus produtos em circuitos curtos, promovendo uma interação mais direta com os consumidores e barateando, assim, a logística de transporte. A universidade conseguiu montar as feiras com a aquisição de barracas padronizadas, firmando parceria com

prefeituras locais para a liberação de áreas para as feiras e sua divulgação por programas de rádio.

A realização dos intercâmbios agroecológicos com agricultores de outras localidades continua, agora com menos frequência. Em compensação, constantemente, estão sendo disponibilizadas sementes produzidas em sistemas agrícolas de base ecológica para os assentados e também é feito um trabalho especial para a criação de bancos comunitários de sementes. Nos projetos de extensão mais atuais, vem sendo dada uma maior atenção à formação de farmácias vivas e à manipulação de plantas medicinais. Os estudantes do curso de Economia Doméstica têm focado na questão da alimentação, e o projeto intitulado “Plantar, comer, colher” visa justamente estimular o preparo de alimentos para as famílias a partir do que é produzido dentro do assentamento.

O entrevistado FCCM2 (2014) diz que todos os agricultores que participam da transição são contemplados pelas ações da UFRPE, e aquelas famílias que ainda não estão inseridas nos projetos podem se incluir a qualquer momento, desde que desenvolvam as atividades estabelecidas previamente nas reuniões. Ele evidencia ainda uma participação uniforme entre homens e mulheres, tanto nas reuniões como na execução das tarefas. Nas reuniões, *“tomou-se o cuidado em ouvir as demandas deles, e a partir daí, procuramos trabalhar temas envolvendo a diversidade cultural e produtiva, uso racional dos recursos, diminuição de insumos, extinção do uso de agrotóxicos e outras coisas”* (FCCM2, 2014).

Mesmo admitindo a importância da UFRPE no que diz respeito aos serviços de Ater prestados, alguns entrevistados alegam que, atualmente, as visitas dos técnicos ou estagiários não ocorrem com tanta regularidade, como foi no início da experiência. Do ponto de vista da assentada ACM1 (2014), isso vem acontecendo porque a universidade tem priorizado aqueles agricultores familiares que estão cultivando hortaliças e enviando seus produtos para as feiras. A assentada ACM2 (2014) igualmente vem sentindo esse afastamento da UFRPE no presente momento, revelando, até, que procurou o IPA, quando enfrentou problemas de ataque de “pragas” na sua área:

*Os alunos da UFRPE vêm visitar, mas a assistência é esporádica. Fazem alguns trabalhos com alguns grupos pra controle de “pragas”, mas não chega a todo mundo. Na minha área aqui não chega. Tem visita, eles olham, perguntam e vão embora. Já procurei alguns amigos que trabalham com fruticultura pra tirar dúvidas. Já procurei o pessoal do IPA, fui atendida, queria saber da mosca da fruta, mais pra pegar informações, quais os tipos de controle. O IPA já veio algumas vezes, mas não tem corpo técnico pra atender o município todo. Acho que veio duas vezes esse ano. (ACM2, 2014).*

Buscar esse apoio junto ao IPA não é o mais comum de se acontecer; pelo contrário, quando a maioria dos agricultores sente a necessidade de encontrar alternativas para os problemas evidenciados em seus sistemas produtivos, recorre quase que exclusivamente à UFRPE ou à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que também tem projetos direcionados ao assentamento.

*Eu procurei a professora da UFPE. Ela trouxe duas alunas e pegou na internet receitas. O problema foi nas fruteiras, no pé de pitomba, mamão. Quando o mamão ia amadurecer, ficava com um ferimento, era um fungo. Aí a gente tentou resolver com calcário. A gente comprou cinco sacos. Não ficou bom o mamão, mas melhorou. A professora apresentou pra gente um remédio, que pega o esterco do boi, bota em um balde de água, coloca cinza, leite, sabão, mexe, deixa por três dias, depois coa, coloca na bomba e vai. (ACM3, 2014).*

O fato é que os agricultores do assentamento Chico Mendes III se identificam com o trabalho dessas instituições de ensino que atuam no cotidiano das famílias. Provavelmente, a maneira como a Agroecologia foi trabalhada por esses atores contribuiu para a consolidação dessa relação costurada nos últimos anos. Os conceitos e princípios da Agroecologia estiveram presentes de forma aplicada e prática, sendo trabalhados na base da comunicação horizontal e com a ajuda daqueles agricultores que tinham mais experiência na agricultura, para que eles pudessem incentivar o restante do grupo. Com a criação de circuitos curtos de comercialização, buscou-se uma aproximação entre os agricultores e os consumidores finais, por meio da venda direta dos seus produtos nas feiras agroecológicas criadas. Através do diálogo, os consumidores compreenderam um pouco mais sobre a realidade de um assentamento de reforma agrária, inclusive tendo a oportunidade de visitar o assentamento Chico Mendes III para conhecer a origem dos produtos que estão levando para suas casas, livres de agrotóxicos (FCCM4, 2014).

O entrevistado FCCM3 (2014) observa que o trabalho das instituições é bem aceito pelos agricultores, mas que ainda há muito a se evoluir, com um esforço coletivo diário, por meio de reuniões, continuidade dos projetos etc. A inserção dos técnicos é essencial para fazer com que tais projetos avancem, pois, além de estimularem a participação mais efetiva dos assentados, eles passam a entender a transição agroecológica a partir do contato direto com estratégias e experiências de desenvolvimento rural sustentável, por meio da troca de conhecimentos que iniciativas dessa natureza proporcionam aos envolvidos.

Sobre as dificuldades encontradas para o cumprimento dos serviços de Ater, o principal entrave para os técnicos ou estagiários dos projetos das universidades se refere ao receio, por parte de alguns agricultores, em passar para um modelo de agricultura sustentável, sobretudo para aqueles que *“têm uma cultura mais enraizada na tradição da cana, que tinham resistência às mudanças”* (FCCM4, 2014). *“A dificuldade era convencer os agricultores do benefício que teriam ao trocar práticas que se tornaram mais tradicionais por outras mais sustentáveis”* (FCCM2, 2014). *“Por desconhecimento, algumas pessoas ainda não abraçaram a causa. A universidade tem que ter muita paciência com essas pessoas. Elas têm que entender o que é a Agroecologia. Os assentados têm que ter mais força de vontade.”* (ACM5, 2014).

O fonte-chave FCCM3 (2014) explana que, por a assessoria ser prestada dentro de projetos de pesquisa ou extensão universitária, quer dizer, no campo acadêmico, a extensão rural não tem como ser tão incisiva no caso do assentamento. Ele averiguou, além disso, que as mudanças ocorrem de forma gradual, justamente por não se tratar de um programa de Ater oficial voltado para os agricultores familiares e oferecido pelo Estado. A adesão dos agricultores foi outra preocupação presente em seu discurso:

*A gente busca deles o que pode ser mudado, o que eles entendem que é importante. É uma coisa gradativa, e na prática. Vamos fazendo e vendo o que dá certo ou errado para ajudar. Mas, não é um programa de Ater. Quando os agricultores receberam as informações nas reuniões no assentamento, muitos se mostraram interessados, mas outros não. É aberto a todos, mas só aderiram os que realmente queriam e podiam, já que muitos têm problemas de saúde e não poderiam estar sempre na lida no campo. Os interessados são contemplados com esse projeto.* (FCCM3, 2014).

A agricultora ACM2 (2014) argumenta que, como até agora a área do assentamento não foi parcelada, as casas para as famílias ainda não foram construídas, mesmo com a emissão de posse dada há mais de quatro anos. Essa agricultora também defende que o atraso na divisão das parcelas e na construção das casas gerou outras implicações negativas, como a falta de energia elétrica por um longo período, que só passou a ser fornecida em janeiro de 2014, e a indisponibilidade do crédito para os assentados, que não permite a realização de qualquer tipo de investimento em suas UPAs. Ela detalha a sua situação vivenciada:

*O grande entrave é a questão financeira para investimento. Como ainda não tem a área parcelada, o mapa de parcelamento não existe e as construções das casas não foram feitas. A gente já tem quatro anos de emissão de posse e ainda nem casa foi construída, tanto que a energia chegou somente em janeiro e aí a gente não pode*

*pegar nenhum investimento do Banco do Nordeste. Então, fica muito difícil investir na terra, porque tem hora que a gente precisa de um trator, é 70, 80, 100 reais a hora, e uma hora só não resolve. Pra você ter uma ideia, eu estou há três meses pagando um açude que eu fiz ali embaixo, que me custou dois mil reais. Eu não tenho salário fixo, só recebo 800 reais por mês das consultorias que eu faço. Então, eu estou pagando parcelado. Também tem o sistema de irrigação, é muito cano pra colocar, eu não entendo bem como funciona, e pra pagar uma pessoa pra fazer não dá, porque queriam me cobrar 400 reais e eu não tenho 400 reais. Daí eu saí desenhando, pesquisando, e meu pai disse que essa semana a gente ia cavar e colocar os canos. Tudo é muito caro pra poder produzir, semente, carro pra comercializar, caixa pra botar a mercadoria. (ACM2, 2014).*

Além da falta do crédito rural para investir em suas unidades produtivas, o assentado ACM4 (2014) menciona alguns problemas de cunho mais prático sentidos no campo, como a dificuldade para roçar o mato e para realizar o plantio no sistema de leirões. Ele complementa falando das feiras agroecológicas, que, na sua visão, apesar de estarem ajudando na renda das famílias participantes, precisam de um reforço. A feira realizada em Recife, a qual proporciona um melhor retorno financeiro aos agricultores, com a venda dos seus produtos, antes contava com cinco barracas, mas, com a falta de comprometimento de alguns, passou a ter quatro barracas (ACM4, 2014). Nessa situação específica, fica evidenciada tanto a falta de articulação e associativismo entre os assentados, para a organização e divisão dos custos com o transporte para levar os produtos à feira, como também a dependência dos agricultores no apoio da universidade, já que eles esperam que a instituição ofereça esse transporte, cedendo seus automóveis, o que não pode ser feito de maneira alguma.

Sobre a influência das políticas públicas no caso do assentamento Chico Mendes III, a análise mostra que isso é inexistente. Diferente do que acontece com alguns agricultores de Santa Cruz da Baixa Verde, nenhuma instituição estatal de Ater tem atuação permanente junto aos assentados. O máximo que se pode dizer é que os mesmos programas governamentais para compra de alimentos (PAA e Pnae) que impulsionam a experiência da Adessu, quando divulgados, causaram certo entusiasmo com a possibilidade de os agricultores venderem os seus produtos a um preço mais justo, porém o que houve até aqui foi somente a proposta para inseri-los nesses programas.

Para encerrar, nas considerações finais, serão retomados os principais pontos discutidos e apresentadas algumas conclusões desta tese.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos objetivos delineados nesta tese, constatou-se que os dois casos específicos envolvendo processos de transição agroecológica foram motivados principalmente por questões de saúde e meio ambiente, além dos efeitos negativos provocados pela agricultura convencional. As iniciativas voltadas para formas de produção mais sustentáveis no médio e longo prazos contaram com o incentivo de atores presentes nas duas realidades analisadas. As mudanças ocorridas nas UPAs dos agricultores familiares da Adessu e do assentamento Chico Mendes III estão relacionadas com a melhoria dos hábitos alimentares, aumento e diversificação da produção, valorização e melhor aproveitamento dos recursos naturais e a possibilidade de inserção dos seus produtos em novos canais de comercialização. Na experiência da Adessu, também foram verificados um importante trabalho de inclusão dos jovens na agricultura e o resgate de práticas agrícolas tradicionais, enquanto, no assentamento Chico Mendes III, o conhecimento agroecológico vem sendo construído paulatinamente.

No que diz respeito às dificuldades identificadas nas experiências, os agricultores de Santa Cruz da Baixa Verde elencam como principais pontos críticos as questões burocráticas, a falta de infraestrutura para o beneficiamento de seus produtos agroecológicos, os problemas com estiagem e “pragas” e, ainda, a resistência de alguns agricultores para participar da transição. No caso de São Lourenço da Mata, os agricultores do assentamento situam a falta de estrutura e serviços básicos para as suas famílias, a ausência de serviços de Ater e acesso ao crédito, os conflitos e falta de organização do grupo, a escassez de mão de obra familiar, problemas com “pragas” e doenças e entraves relacionados ao transporte, para o escoamento da produção.

Quanto às vantagens destacadas, pelo envolvimento em um processo de transição agroecológica, observou-se que aquelas situadas pelo grupo ligado à Adessu estão centradas na melhoria da saúde, aumento na procura e uma maior facilidade na comercialização dos produtos, acréscimo da renda, organização social e a possibilidade de acesso às políticas públicas voltadas ao meio rural. No assentamento Chico Mendes III, igualmente, foram apontados, como vantagens, a melhoria na saúde, o aumento na procura dos produtos e a criação de novos canais de comercialização. Os outros pontos levantados no assentamento dizem respeito à importância da socialização do conhecimento agroecológico entre os assentados, a geração de renda para as famílias, a localização geográfica, que pode facilitar o



escoamento da produção, e, principalmente, o apoio institucional da UFRPE, através de projetos.

Na tentativa de identificar os padrões de interação entre os atores e o caráter específico que eles imprimem nas dinâmicas de desenvolvimento rural apreciadas, a pesquisa revelou que, no caso da Adessu, as instituições e organizações envolvidas atuaram de forma efetiva no processo formativo do grupo, participando no planejamento das ações, articulando o vínculo dos associados com outros atores locais, financiando projetos, socializando o conhecimento agroecológico e apoiando as práticas agrícolas iniciais. No assentamento Chico Mendes III, a participação das instituições e organizações presentes visava elaborar projetos, oferecer serviços de Ater, introduzir novas metodologias de trabalho, promover a organização social dos agricultores e realizar intercâmbios e capacitações junto aos assentados.

As dificuldades sentidas por essas organizações ou instituições que apoiaram os agricultores na transição agroecológica tornaram-se mais evidentes na experiência do assentamento Chico Mendes III, devido ao choque de ideologias entre os atores envolvidos, ao baixo grau de enraizamento socioprodutivo na localidade, à fragilidade nas ações coletivas do grupo e à falta de autonomia dos agricultores. No campo dos benefícios gerados pela presença dessas organizações e instituições, em Santa Cruz da Baixa Verde, contemplaram-se a divulgação e ampliação da transição agroecológica, aumentando o número das famílias envolvidas, introduzindo novos conhecimentos e proporcionando uma maior autonomia aos agricultores. Do lado do assentamento Chico Mendes III, averiguou-se que, com a presença dessas organizações e instituições, os assentados passaram a receber um auxílio para suprir a ausência de políticas públicas específicas, criou-se um espaço para reivindicações, foram criadas feiras agroecológicas para os produtos dos assentados, divulgaram-se o assentamento e o MST e intensificaram-se a construção e a troca de conhecimentos sobre a Agroecologia.

Essa abordagem comparativa permitiu observar a participação dos atores na construção de fatores qualitativos que compõem a sustentabilidade das estratégias e experiências de desenvolvimento rural orientadas pela Agroecologia. Com as premissas definidas no início desta tese, é possível afirmar que os alicerces sociais e organizacionais da experiência de Santa Cruz da Baixa Verde são qualitativamente mais robustos e projetam melhores possibilidades de sustentação no tempo, se comparados aos de São Lourenço da Mata.

A análise dos dois casos mostra que Santa Cruz da Baixa Verde possui uma dinâmica de desenvolvimento rural apoiada em múltiplos fatores: presença de organizações

governamentais e não governamentais; redes sociais estruturadas e de variada natureza; agentes financeiros; e atuação simultânea de agricultores familiares locais, associações e sindicatos por uma causa comum. Enquanto isso, São Lourenço da Mata é um bom exemplo de uma experiência desencadeada por um fator quase unilateral: a intervenção de uma instituição de ensino por meio de projetos de pesquisa e extensão universitária, com foco na transição agroecológica.

Redes sociais estruturadas, envolvendo outros atores, e a capacidade da Adessu de atuar como coordenadora dos ativos locais preexistentes influenciaram positivamente o processo de transição agroecológica de Santa Cruz da Baixa Verde. Isso ocorreu porque tanto as redes sociais como a atuação coordenadora da Adessu foram decisivas na construção de condições qualitativamente melhores do que aquelas identificadas no assentamento Chico Mendes III, como contínua formação agroecológica para seus associados, base de conhecimento agroecológico nas instituições integradas à Adessu, acesso a políticas públicas voltadas ao meio rural e menor dependência de agentes externos.

Apesar das taxas de crescimento econômico e da diversificação produtiva alcançadas no assentamento por conta da transição agroecológica, no Chico Medes III se evidenciam problemas nas interações entre atores, que podem limitar as condições para a sustentabilidade do desenvolvimento rural, na medida em que não têm influência positiva na configuração qualitativa dessa dinâmica. O próprio processo de transição agroecológica mediante projetos universitários talvez tenha limitado desde o início o fortalecimento de uma rede social mais local e incentivado a atração de atores externos. Isso se torna ainda mais problemático quando se leva em consideração a dependência dos assentados em relação aos incentivos fornecidos pela UFRPE. Os agricultores do Chico Mendes III, por vezes, não conseguem responder às demandas que acompanham a transição agroecológica em curso. Uma estratégia de desenvolvimento rural baseada em incentivos de atores externos como modo de impulso não é ruim em si mesma, mas, para ser sustentável no tempo, acredita-se que outros atributos qualitativos devam ser criados ao longo da experiência. A falta de mercados consolidados para escoar a produção, a ausência dos serviços de Ater e a própria falta de organização associativa entre os agricultores são fatores que compõem uma frágil estrutura de desenvolvimento rural de longo prazo.

Não se trata aqui de concluir que a Adessu é um caso de sucesso e o Chico Mendes III tem suas limitações, ou de sugerir uma replicação do caso da associação. Não se trata, tampouco, de assumir a posição de que cada caso é um caso e que ambos devem ser

observados apenas em suas especificidades. O curso do processo de transição agroecológica altera-se no tempo, por isso mesmo não é possível se basear em modelos pré-estabelecidos. Por mais que tenha surgido de bases relativamente frágeis no que tange à sua sustentabilidade, a estratégia de desenvolvimento rural do município de São Lourenço da Mata sofreu mudanças significativas ao longo do tempo: hoje há maior participação dos assentados na transição agroecológica, que tentam agir de forma coletiva, demandando mudanças na forma de se produzir, buscando maior resposta dos entes públicos para as demandas de infraestrutura no assentamento, além da criação de feiras agroecológicas, com o objetivo claro de estimular um ambiente mais voltado para o conhecimento agroecológico e a agricultura sustentável.

O fato é que, tanto quanto a escolha de estratégias adequadas para o desenvolvimento rural sustentável, a capacidade de readaptá-las em face das mudanças de cenário e de aprender com as experiências alheias são determinantes, no longo prazo, para o sucesso desse tipo de iniciativa. Entendendo que a transição agroecológica está permanentemente sujeita a reorientações, espera-se ter demonstrado de que maneira atores e redes sociais podem influenciar o desenvolvimento rural; que é possível identificar fatores que qualitativamente produzem diferenças entre casos concretos; e que tais fatores podem levar a dinâmicas mais ou menos sustentáveis no tempo.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos territórios rurais. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ADESSU. Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde. Agricultura familiar, agroflorestação e organização de agricultores e agricultoras. **Agroecologia em rede**. Recife, 2003. Disponível em: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=89>>. Acesso em: 03 jan. 2014.
- ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, v. 24, n. 2, 2003.
- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia e movimentos sociais no sul do Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão popular, AS-PTA, 2012.
- ALTIERI, M.; MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ANDRADE, M. C. de O. (Coord.). **Atlas escolar de Pernambuco**. João Pessoa: Grafset, 2003.
- ANDRADE, M. C. de O. **Classes sociais e agricultura no Nordeste**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1985.
- ANDRADE, M. C. de O. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADE, L. P. de; SILVA, A. dos S.; GRANJA, V. H. G.; ANDRADE, H. M. L. da S. Agroindústria Familiar: Um potencial de desenvolvimento econômico na Serra da Baixa Verde. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2., 2009.
- AROCENA, J. **El desarrollo local: um desafío contemporáneo**. 2 ed. Montevideo: Taurus/Un. Católica, 2002.
- BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C. Agroecologia: Além de uma Ciência, um Modo de Vida e uma Política Pública. **Anais...** V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção

- SBSPP. 2002. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/01.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2013.

BALESTRO, M. V.; SAUER, S. A diversidade do rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. . In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

BELL, J. **Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BELTRÃO, P. C. **Sociologia do desenvolvimento**. Porto Alegre: Globo, 1965.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.). **Agricultura Familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

BRASIL. MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Agroecologia: Base Científica para uma Agricultura Sustentável**. Cartilha do DATER/ SAF / MDA. Brasília, [entre 2003 e 2008].

BRASIL. Lei Nº 11. 326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL. Decreto Nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm)>. Acesso em: 26 jan. 2015.

BRASIL. Lei de Ater Nº 12.188/2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e na Reforma Agrária – PRONATER. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/institucional/naval\\_eideater](http://www.mda.gov.br/portal/institucional/naval_eideater)> Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL. **1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural**. Ater para a agricultura familiar e reforma agrária e o desenvolvimento sustentável do Brasil rural. Documento-base. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2012.

BRASIL. Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2012. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm)>. Acesso em: 26 jan. 2014.

BURG, I. A construção do conhecimento em Agroecologia: uma abordagem a partir da experiência do Sudoeste paranaense. In: LOVATO, P. E.; SCHMIDT, W. (Org.). **Agroecologia e sustentabilidade no meio rural: experiências e reflexos de agentes de desenvolvimento local**. Chapecó: Argos, 2006.

CAPORAL, F. R. Lei de Ater: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.4, n.1, p. 23-33, 2011.

CAPORAL, F. R. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: DF, 2006. Disponível em: <<http://agroecologia.pbworks.com/f/Agroecologia++Novo+Paradigma+EXt+rural+agroeco.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007a.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2007b.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTILLA, E. J. et al. Social networks in Silicon Valley. In: LEE, C-M. et al. (Eds.). **The Silicon Valley edge: a habitat for innovation and entrepreneurship**. San Francisco: Stanford University, 2000.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, E. G. et al. **Os jovens estão indo embora?: Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 3. ed. 2012.

CENTRO DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL (CECOR). **Cecor apostando no Semiárido**. [entre 2003 e 2010]. Disponível em: <<http://www.cecor.org.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. Espaço agroecológico do bairro das Graças/Recife. In: FIGUEIREDO, M. A. B.; TAVARES DE LIMA, J. R. (Orgs.). **Agroecologia: conceitos e experiências**. Recife: Bagaço, 2006.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **O Sabiá**. [entre 2003 e 2010]. Disponível em: <<http://www.centrosabia.org.br>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

CONTERATO, M. A.; FILIPI, E. E. **Teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Tesis (Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia). Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Universidad de Córdoba (España), 1998.

COSTABEBER, J. A. Documentos referenciais dos eventos de Agroecologia realizados no Rio Grande do Sul (1999-2003). In: CANUTO, J. C.; COSTABEBER, J. A. (Org.). **Agroecologia: conquistando a soberania alimentar**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar; Pelotas : Embrapa Clima Temperado, 2004.

COSTABEBER, J. A.; GARRIDO, F.; MOYANO, E. Ação coletiva e transição agroecológica. Uma análise de experiências associativas em agricultura ecológica. **Anais... X World Congress of Rural Sociology**. Rio de Janeiro: IRSA, 2000. p. 1-13.

COSTABEBER, J. A; MOYANO E. E. Transição Agroecológica e Ação Social Coletiva. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. v.1, n.4, p.50-60; out.dez/2000. Disponível em: <[www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/28.pdf](http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/28.pdf)>. Acesso em: 30 fev. 2013.

COSTA GOMES, J. C. Ciência Agroecológica e sua aplicação na conquista da soberania alimentar. In: CANUTO, J. C.; COSTABEBER, J. A. (Org.). **Agroecologia: conquistando a soberania alimentar**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar; Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004.

COSTA NETO, C. Agricultura sustentável, tecnologia e sociedade. In: COSTA, L. F. C.; BRUNO, R.; MOREIRA, R. J. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

COWEN, M. P.; SHENTON, R. W. **Doctrines of development**. London: Routledge, 1996.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUFFY, B. Análise de evidências documentais. In: BELL, J. **Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

- EHLERS, E. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- ESCOBAR, A. **Encountering Development**. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FROEHLICH, J. M. **O 'local' na atribuição de sentido ao desenvolvimento**. Textos CPDA. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 1999.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. **The Sociology of Economic Life**. 3rd edition. Boulder, CO: Westview Press, 2011.
- GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo**. Diagnóstico, Planificación Monitoreo y Evaluación. San José: IICA, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GOMES DE ALMEIDA, S. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- GOMES, J. C. C.; BORBA, M. F. da S. Limites e possibilidades da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, RS, v. 29, n.1. 2004. p. 5-14.
- GROULX, L. H. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 3. ed. 2012.
- GUANZIROLI, C. H. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: uma polêmica. **Anais... Congresso da Sober**. Rio Branco, AC, 2008.
- GUTERREZ, I. **Agroecologia militante: Contribuições de Enio Gutierrez**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- GUZMÁN CASADO, G. I.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Ediciones Mundi-Prensa: Madrid; Barcelona; México. 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar: primeiros resultados. 2006



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados do Censo 2010**. Diário Oficial da União, Pernambuco: 2010. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=26](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=26)>. Acesso em: 20 jan. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades: São Lourenço da Mata, PE**. 2013. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=261370&search=pernambuco|sao-lourenco-da-mata|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades: Santa Cruz da Baixa Verde, PE**. 2013. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=261247&idtema=119&search=pernambuco|santa-cruz-da-baixa-verde|estimativa-da-populacao-2013>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 3. ed. 2012.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 1, 2002.

LEITE, S. et al. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LIMA, F. A. X. **A Agroecologia e a extensão rural para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso do município de Santa Cruz da Baixa Verde - Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

MACHÍN SOSA, B. et al. **Revolução Agroecológica: o movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba**. Tradução Ana Corbisier. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MALAGODI, E. O sindicato rural e seus parceiros: notas sobre um processo de mudanças. In: WANDERLEY, M. N. B. (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de estudos rurais do IFCH – UNICAMP, 2004.

MALUF, R. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n.15. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, Out. 2000.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTOS, J. L. S. et al. Transição Agroecológica no Assentamento Potozi – PE. **Relatório Técnico**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

MATTOS, J. L. S. et al. Camponês a Camponês: uma metodologia para a transição agroecológica no Assentamento Chico Mendes III – PE. **Relatório Técnico**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2011.

MOREY, M. La sustentabilidad desde el punto de vista ecológico. In: RIVAS, D. M. (Coord.). **Sustentabilidad: Desarrollo Económico, Medio Ambiente y Biodiversidad**. Editorial Paterluz, S. L. Madrid (España), 1997.

MORIN, E. **Sociologia**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1984.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**. São Paulo: USP; 15 (43); pp. 83-100. 2001.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 4. Ed. 2012.

PAULUS, G.; SCHLINDWEIN, S. L. Agricultura sustentável ou (re)construção do significado de agricultura?. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2001.

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F. K.; CAPORAL, F. R. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PIETERSEN, J. N. The cultural turn in development: questions of Power. **The European Journal of development research**. London: Frank Cass & Co. v.7, n.1, 1995.

POUPART, J. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 3. ed. 2012.

RADOMSKY, G. F. W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

RIBEIRO, S. Elementos para elaboração sobre o papel das ONGs na agricultura sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RIVAS, D. M. Sustentabilidad y desarrollo sostenible. In: RIVAS, D. M. (Coord.). **Sustentabilidad: Desarrollo Económico, Medio Ambiente y Biodiversidad**. Editorial Paterluz, S. L. Madrid (España), 1997.

ROJAS SORIANO, R. **Manual de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALDANHA, J. C; ANTONGIOVANNI, L.; SCARIM, P. C. Diálogos entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e os projetos coletivos de educação do campo e da agroecologia no Norte do Espírito Santo. In: CAZELLA, A. A., BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org). **Agricultura Familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**. v.9, n.25. São Paulo: Edusp, 1995.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SCHENKEL, M. das G. S. et al. **Entendendo a transição do “convencional” ao “agroecológico” em grupos de agricultores no Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho**. In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistema de Produção. Aracaju, Sergipe: 2004.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011. p. 82-112.

SCHMITT, C. J. . Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

SCHNEIDER. S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e as suas articulações externas. **Anais...** I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza, Ceará, 2003.

SCHNEIDER. S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**. v. 30, n. 3, pp. 511-531, 2010.

SCHNEIDER, M.; GAZOLLA, M. Os atores entram em cena. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SCHULTZ, G. Relações com o mercado e (re) construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. 3 ed. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1981.

SEN, A. The concept of development. In: Chenery, H.; SRINIVASAN, T. **Handbook of Development Economics**. v 1. I. London/N.Y.: Elsevier, 1988.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Assentamientos rurales y agroecología em Andalucía**. ISEC. Universidade de Córdoba: España, 1999.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. 2001.

SEVILLA GUZMÁN, E. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (Eds.) **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

SOUZA, M. L. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Território**. Rio de Janeiro: LAGET-UFRJ. n.1, v.1, Jul-Dez, 1996.

SOUZA, M. L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**. Rio de Janeiro: LAGET-UFRJ/Garamond. n.3, v.1, Jul-Dez, 1997.

STROPASOLAS, V. L. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SUMPSI, J. M. Desarrollo rural com enfoque territorial: diferencias y semejanzas de las experiencias de la Unión Europea y América Latina. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

TAVARES DE LIMA, J. R.; FIGUEIREDO, M. A extensão rural e o desenvolvimento local. In: TAVARES DE LIMA, J. R. et al. (Org.). **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. Recife: Bagaço, 2005.

THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; ROCHA, E. L. Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável. In: THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA, J. N. (Org.). **Agroecologia**: um novo caminho para extensão rural sustentável, Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2012.

TUCKER, V. A cultural perspective on development. In: **The European Journal of development research**. London: Frank Cass & Co. v.8, n.2, 1996.

WIZNIEWSKY, J. G. **Los Asentamientos de Reforma Agraria y la Perspectiva de la Agricultura Sostenible:** los casos de Hulha Negra y Piratini. Rio Grande do Sul. Brasil. 2001. 394 f. Tesis (Doctorado en Agroecología Sociología y Estudios Campesinos) – Universidad de Córdoba, Espanha, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 4. ed. 2010.

YRUELA, M. P.; GUERRERO, M. G. Desarrollo Local y Desarrollo Rural: el contexto Del programa 'Leader'. In: **Papeles de Economía Española**. n. 60-61. p. 219-233, 1994.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA FONTES-CHAVE DA  
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA SERRA DA  
BAIXA VERDE (ADESSU)**

Nome do entrevistado	
Idade	
Nível de escolaridade	
Ocupação	
Data da entrevista	
Local da entrevista	

**a) O processo de transição agroecológica**

- 1- Como surgiu o processo de transição agroecológica dos agricultores da Adessu?
- 2- Quais os fatores que motivaram o início dessa experiência?
- 3- Quem eram os agricultores envolvidos?
- 4- Como era a vida das famílias antes dessa experiência?
- 5- Conte-me como surgiu a Adessu. Como a associação atuou no processo de transição? O que mudou desde a sua criação? Qual a importância da associação para os agricultores?
- 6- Em sua opinião, ao longo dessa experiência, quais as principais dificuldades e potencialidades evidenciadas nas estratégias e experiências dos agricultores?
- 7- Que mudanças podem ser identificadas nas unidades de produção agropecuária (UPAs) das famílias envolvidas? Que outras mudanças você destacaria?

**b) Os atores envolvidos e seus padrões de interação**

- 8- Quais instituições ou organizações participaram do processo de transição? Qual o papel de cada uma delas na experiência?
- 9- Existia algum padrão de interação ou parceria entre essas instituições? De que maneira isso ocorreu?
- 10- Quais as dificuldades encontradas pelas instituições na experiência? De que forma elas foram superadas?
- 11- Quais vantagens você destacaria pela presença dessas organizações no processo de transição?

12- Atualmente, essas instituições permanecem atuando na experiência? Como? Em sua opinião, o que mudou?

**c) Ações e serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) desenvolvidos na experiência**

13- Quais ações foram desenvolvidas junto aos agricultores para iniciar o processo de transição agroecológica? Quem eram os responsáveis por essas ações? Explique como isso ocorreu.

14- Os agricultores recebiam algum tipo de assistência nesse processo? Quem prestava esses serviços? Como isso aconteceu?

15- Atualmente, como estão os serviços de Ater para os agricultores envolvidos na experiência? Quem oferece esses serviços? Com que frequência?

16- Todos os agricultores envolvidos no processo de transição são contemplados pelos serviços de Ater? Como são selecionados os agricultores que recebem os serviços?

17- De que maneira a Agroecologia é trabalhada no âmbito dos serviços de Ater prestados? Como as ações voltadas à agricultura sustentável são desenvolvidas junto aos agricultores? Que práticas são desenvolvidas? Quais são as dificuldades encontradas?

**d) Influência das políticas públicas no processo de transição**

18- Você considera que as políticas públicas de extensão rural influenciaram no processo de transição agroecológica em curso? De que maneira isso ocorreu? Alguma dessas políticas foi mais significativa para a experiência? Qual e de que forma?

19- Desde a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) de 2004 até a Lei de Ater de 2010, o que mudou na experiência ou na forma de atuação das instituições e organizações envolvidas?

20- Com a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), alguma transformação ocorreu na experiência? Quais? Essas políticas são trabalhadas de alguma forma, pelas organizações ou junto aos agricultores? Como isso acontece?



**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA FONTES-CHAVE DO  
ASSENTAMENTO CHICO MENDES III**

Nome do entrevistado	
Idade	
Nível de escolaridade	
Ocupação	
Data da entrevista	
Local da entrevista	

**a) O processo de transição agroecológica**

- 1- Como surgiu o processo de transição agroecológica dos agricultores do Chico Mendes III?
- 2- Quais os fatores que motivaram o início dessa experiência?
- 3- Quem são os agricultores envolvidos?
- 4- Como era a vida das famílias antes dessa experiência?
- 5- Conte-me como a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) atuou no processo de transição? O que mudou desde a implantação do projeto de transição agroecológica no assentamento? Qual a importância da universidade para os agricultores?
- 6- Em sua opinião, ao longo dessa experiência, quais as principais dificuldades e potencialidades evidenciadas nas estratégias e experiências dos agricultores?
- 7- Que mudanças podem ser identificadas nas unidades de produção agropecuária (UPAs) ou nos lotes das famílias envolvidas? Que outras mudanças você destacaria?

**b) Os atores envolvidos e seus padrões de interação**

- 8- Quais instituições ou organizações participaram do processo de transição? Qual o papel de cada uma delas na experiência?
- 9- Existia algum padrão de interação ou parceria entre essas instituições? De que maneira isso ocorreu?
- 10- Quais as dificuldades encontradas pelas instituições na experiência? De que forma elas foram superadas?
- 11- Quais vantagens você destacaria pela presença dessas organizações no processo de transição?

12- Atualmente, essas instituições permanecem atuando na experiência? Como? Em sua opinião, o que mudou?

**c) Ações e serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) desenvolvidos na experiência**

13- Quais ações foram desenvolvidas junto aos agricultores para iniciar o processo de transição agroecológica? Quem eram os responsáveis por essas ações? Explique como isso ocorreu.

14- Os agricultores recebiam algum tipo de assistência nesse processo? Quem prestava esses serviços? Como isso aconteceu?

15- Atualmente, como estão os serviços de Ater para os agricultores envolvidos na experiência? Quem oferece esses serviços? Com que frequência?

16- Todos os agricultores envolvidos no processo de transição são contemplados pelos serviços de Ater? Como são selecionados os agricultores que recebem os serviços?

17- De que maneira a Agroecologia é trabalhada no âmbito dos serviços de Ater prestados? Como as ações voltadas à agricultura sustentável são desenvolvidas junto aos agricultores? Que práticas são desenvolvidas? Quais são as dificuldades encontradas?

**d) Influência das políticas públicas no processo de transição**

18- Você considera que as políticas públicas de extensão rural influenciaram no processo de transição agroecológica em curso? De que maneira isso ocorreu? Alguma dessas políticas foi mais significativa para a experiência? Qual e de que forma?

19- Com essas políticas, o que mudou na experiência ou na forma de atuação das instituições e organizações envolvidas?

20- Com a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), alguma transformação ocorreu na experiência? Quais? Essas políticas são trabalhadas de alguma forma, pelas organizações ou junto aos agricultores? Como isso acontece?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS AGRICULTORES DA  
ADESSU E DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III**

Nome do entrevistado	
Idade	
Nível de escolaridade	
Ocupação	
Data da entrevista	
Local da entrevista	

**a) O processo de transição agroecológica**

- 1- Por que você resolveu participar da transição agroecológica? Quando começou a participar? Conte-me como era sua produção antes dessa experiência.
- 2- Quais os fatores que motivaram a mudança no seu sistema de produção? Que transformações aconteceram? Aumentou ou diminui a produção? Fale sobre isso.
- 3- Foi incentivado para participar da transição? Por quem? Como? Você recebeu material ou recurso financeiro? De quem?
- 4- Como era a vida da sua família antes dessa experiência? O que mudou? Ocorreu alguma mudança na dinâmica familiar? Quais?
- 5- O que mudou desde a implantação do projeto de transição agroecológica na sua Unidade de Produção Agropecuária (UPA)? Fale sobre essas mudanças.
- 6- Como é dividida a sua produção? Todas as suas culturas passaram pelo processo de transição agroecológica?
- 7- Durante o processo de transição, ocorreu algum problema com o seu plantio ou as criações? O que aconteceu?
- 8- Em sua opinião, quais são os pontos positivos e as dificuldades que você enfrenta na produção de base agroecológica?
- 9- Você considera vantajoso produzir dentro dos princípios da Agroecologia? Por quê?

**b) Os atores envolvidos e seus padrões de interação**

- 10- Conte-me como a UFRPE/Adessu atua no processo de transição? Qual a importância da universidade/associação na sua experiência?

11- Que outras instituições ou organizações participam do processo de transição? Qual o papel de cada uma delas? Em sua opinião, qual a importância dessas instituições?

12- Você recebe algum apoio dessas instituições? De que maneira isso ocorre?

13- Quais vantagens você destacaria pela presença dessas organizações no processo de transição?

14- Atualmente, essas instituições permanecem atuando na experiência? Como?

**c) Ações e serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) desenvolvidos na experiência**

15- Quais ações foram desenvolvidas em sua UPA para iniciar o processo de transição agroecológica? Quem eram os responsáveis por essas ações? Explique como isso ocorreu.

16- Você recebeu algum tipo de assistência nesse processo? Quem prestava esses serviços? Como isso aconteceu?

17- Atualmente, como estão os serviços de Ater? Alguma instituição visita a sua propriedade? Quem oferece esses serviços? Com que frequência?

18- Você já procurou os serviços de Ater quando precisou? Por qual motivo? Que instituição procurou? Foi atendido?

19- De que maneira a Agroecologia é trabalhada na sua UPA por essas instituições ou organizações? Que práticas são desenvolvidas? Quais são as dificuldades encontradas?

**APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS DOS  
AGRICULTORES DA ADESSU E DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III**

**A) Identificação da moradia**

1) Nome: \_\_\_\_\_

2) Idade: \_\_\_\_\_ 3) Escolaridade: \_\_\_\_\_

4) Localidade: \_\_\_\_\_

5) Identificação do núcleo familiar

<b>Nome/Grau de Parentesco</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Escol.</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Tempo p/ Ativ. Agric. na UPA</b>	<b>Tempo p/ Ativ. Não Agric.</b>

**Grau de Parentesco:** 1. O próprio; 2. Cônjuge; 3. Filhos; 4. Netos; 5. Pais; 6. Avó; 7. Dependentes; 8. Enteado; 9. Sobrinho.

**Escolaridade:** 1. Analfabeto; 2. 1º Grau Incompleto; 3. 1º Grau Completo; 4. Seg. Grau Incompleto; 5. Seg. Grau Completo; 6. Superior; 7. Não Alfabetizado;

**Ocupação:** 1. Agricultor; 2. Assalariado Agrícola Permanente; 3. Assalariado Agrícola Temporário; 4. Do Lar; 5. Estudante; 6. Aposentado; 7. Emprego Doméstico; 8. Construção Civil; 9. Professor; 10. Funcionário Público; 11. Comerciante; 12.. Comerciante; 12. Outro \_\_\_\_\_

**Tempo dedicado para atividades agrícolas e não agrícolas:** 1. Tempo Integral 2. Metade do tempo 3. Eventual 4. Nenhum

6) Benefício social: ( ) Bolsa família; ( ) Bolsa escola; ( ) Vale gás; ( ) Outros:

7) Participa de Associação ou Sindicato

( ) Cooperativa de produção/comercialização

( ) Cooperativa de Crédito ( ) Cooperativa de Eletrificação Rural

( ) Sind. Dos Trab. Rurais ( ) Sind. Rural/ Associação Rural ( ) Outros \_\_\_\_\_

8) Eletrificação Rural: ( ) Rede Pública; ( ) Gerador; ( ) Sem eletrificação;

( ) Outros \_\_\_\_\_

9) Água consumida na moradia: ( ) Rede pública (Compesa) ( ) Rede Comunitária  
( ) Vertente ( ) Poço Comum ( ) Poço Artesiano ( ) Açude ( ) Outro: \_\_\_\_\_

10) Telefonia Rural: ( ) Linha ( ) Celular ( ) Comunitária ( ) Rádio ( ) Não

11) Tamanho da UPA \_\_\_\_\_

- ( ) 0 a 5 ha; ( ) 06 a 10ha; ( ) 11 a 20ha; ( ) 21 a 30ha;  
 ( ) 31 a 40ha; ( ) 41 a 50ha; ( ) 51 a 60 ha; ( ) 61 a 70ha;  
 ( ) 71 a 80ha; ( ) 81 a 90ha; ( ) 91 a 100ha; ( ) 101 a 150ha;  
 ( ) 151 a 200ha; ( ) 201 a 250ha; ( ) 251 a 300ha; ( ) 301 a 350ha;  
 ( ) 351 a 400ha; ( ) mais de 400ha.

12) Atividade Produtiva Agrícola: ( ) Comercial ( ) Auto-consumo ( ) Ambas

13) Distância da sede do município: \_\_\_\_\_ km 13.1) Meio de locomoção: \_\_\_\_\_

### **B) Identificação da Unidade de Produção**

14) Residência: ( ) no imóvel; ( ) urbana; ( ) ambas

15) Tipo de UPA: ( ) Própria/Individual; ( ) Posse; ( ) Arrendada; ( ) Sociedade/meeiro; ( )  
Parceria Familiar (exploração conjunta); ( ) Outro \_\_\_\_\_

16) Forma de financiamento agrícola adotado: ( ) Crédito agrícola federal ( ) Troca-troca  
( ) Empréstimo bancário ( ) Pessoas físicas ( ) Firmas ( ) Crédito estadual  
( ) Fundo municipal ( ) Não utiliza ( ) Outro: \_\_\_\_\_

17) Assistência Técnica - Instituições Responsáveis: \_\_\_\_\_

Tipo: ( ) Agrônômica ( ) Veterinária ( ) Geral

Frequência: ( ) Anual ( ) Semestral ( ) Mensal ( ) Esporádica ( ) Sem Assistência

18) Benfeitorias: ( ) galpão; ( ) estábulo; ( ) depósito; ( ) outros \_\_\_\_\_

19) Máquinas agrícolas: ( ) arado; ( ) grade; ( ) semeadora; ( ) trator; ( ) outros \_\_\_\_\_

20) Prestação de Serviços Fora da Propriedade (Colheita, Plantio, Transporte, etc.)

Serviço (Colheita/Plantio/Transporte)	Atividade (Cana/milho/feijão)

--	--

## 21) Quadro da Mão de Obra Contratada

Quantidade	Função na Propriedade	Tempo Dedicado*

\* Permanente ou Quantidade de meses dedicados à Propriedade

## 22) Atividade agrícola principal, destino da produção e área ocupada:

Atividade principal	Destino da produção	Área ocupada

## 23) Atividades agrícolas secundárias, destino da produção e área ocupada:

Atividade	Destino da produção	Área ocupada

## 24) Restrições ambientais: ( ) estiagens; ( ) cheias; ( ) vento forte; ( ) enchentes

( ) solo pouco fértil; ( ) solo pedregoso; ( ) outras \_\_\_\_\_

25) Produtos comercializados: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## 26) Destino dos produtos comercializados: ( ) venda direta ao consumidor;

( ) atravessador; ( ) feiras convencionais; ( ) feiras agroecológicas; ( ) programas do governo – PAA/Pnae; ( ) mercados locais; ( ) outros \_\_\_\_\_

## 27) Periodicidade da comercialização: ( ) semanal; ( ) mensal; ( ) anual;

( ) conforme a necessidade; ( ) em períodos de preços altos; ( ) outros \_\_\_\_\_

28) Produtos adquiridos fora da UPA: \_\_\_\_\_

---



---



---



---

29) Produção animal

Animais de Serviço

Espécie	Bois	Equinos	Muares
Quantidade			

Bovino Leite

Rebanho (cab)	Produção Litros/dia	Litros /dia Comercializados	Ordenha Mecânica/Manual

Bovino Corte

Rebanho	Produção Comercializada Cabeças/ano

Suínos

Nº Matrizes ou Nº Cabeças	Produção (kg/ano) Comercializada	Milho Comprado/ano	Concentrado Comprado/ano

Aves

Finalidade Corte/postura/outras	Produção (Kg) Comercializada /ano	Ovos (dz) Comércio/ano

Peixes

Espécies	Finalidade	Produção (Kg) Comercializada/ano

Finalidade: 1- Venda de adultos; 2- Venda de Alevinos; 3- Pesque-pague; 4- Autoconsumo



	Rebanho (cab)	Produção (kg/ano)			Colmeias (cxs)	Kg Mel/ano
		Lã	Carne			
Ovinos				Abelhas		
Caprinos						

\*Ovinos

## 30) Agroindústria Caseira

Produto	Quantidade anual Comercializada	Tipo de Comercialização

Produtos: queijos, aguardente, geléias, mel de engenho, rapadura, doces, etc.

Tipo de Comercialização: 1- Na propriedade; 2- Feiras; 3- Atravessador; 4- Outros

## 31) Atividades não agrícolas na unidade de produção

Indiví- duo	Atividade	Remuneração/Valor

Nome/Grau de parentesco.

Atividade: 1. Artesanato; 2. Turismo; 3. Terceirização a domicílio; 4. Outra: \_\_\_\_\_

Remuneração: 1. Assalariada; 2. Diarista; 3. Por hora; 4. Por peça; 5. Outra: \_\_\_\_\_

Valor: Reais por unidade de forma de remuneração

Tempo Dedicado: Número de horas semanais dedicados à atividade.

32) Renda total do núcleo familiar: R\$ \_\_\_\_\_

33) Renda proveniente das atividades agrícolas: R\$ \_\_\_\_\_

34) Renda proveniente das atividades não agrícolas: R\$ \_\_\_\_\_

**C) Gestão financeira e dados sobre o acesso às políticas públicas**

35) Gestão financeira

Objeto financiado*	Data do financiamento	Período do financiamento	Custo anual do financiamento	Agente financiador

\*Especificar as características do objeto financiado (qualidade e quantidade)

36) Teve acesso ao Pronaf? ( ) Sim ( ) Não (Pular para Q 48)

37) Qual o tipo de crédito que solicitou? ( ) Custeio; ( ) Investimento; ( ) Ambos;

38) Você apresentou projeto para receber recurso do Pronaf para a produção agroecológica?

( ) Sim ( ) Não (Pular para Q 42)

39) Você recebeu recurso do Pronaf para produção agroecológica? ( ) Sim

( ) Não (Pular para Q 43)

40) Caso afirmativo, quem encaminhou o projeto do Pronaf para produção agroecológica?

( ) IPA; ( ) Incra; ( ) Sindicato ou outra organização da agricultura familiar; ( ) ONG;

( ) Outro: \_\_\_\_\_ ( ) Não sabe

41) Qual o valor do crédito do Pronaf solicitado para a produção agroecológica? R\$ \_\_\_\_\_

42) Caso tenha solicitado o projeto do Pronaf para financiar a produção agroecológica e não tenha recebido os recursos, qual foi o motivo alegado? \_\_\_\_\_

(Questão aplicada somente para quem respondeu Sim na Q38 e Não na Q39)

43) Você recebeu recurso do Pronaf para aplicar em outras atividades agropecuárias do estabelecimento? ( ) Sim ( ) Não

44) Qual linha do Pronaf você acessou? (Especificar) \_\_\_\_\_

45) Em que atividade agropecuária você aplicou os recursos dessa linha de custeio do Pronaf?

46) Caso tenha recebido recursos do Pronaf Investimento, em que aplicou esses recursos?

47) Como está sua situação em relação ao pagamento das parcelas advindas do Pronaf?

( ) Está em dia com o pagamento; ( ) Está no prazo de carência; ( ) Está inadimplente;

( ) Renegociou (ou está renegociando) a dívida com o banco;

48) Está inadimplente no pagamento do Pronaf referente a projetos de anos anteriores?

( ) Sim ( ) Não

49) Você recebeu algum incentivo para a transição agroecológica? ( ) Sim; ( ) Não;

50) Caso positivo, qual o tipo de incentivo recebido? ( ) Financeiro; ( ) Máquinas agrícolas

(Especificar); ( ) Equipamentos agrícolas \_\_\_\_\_; ( ) Insumos \_\_\_\_\_

( ) Outro \_\_\_\_\_

51) Caso tenha sido um incentivo financeiro, qual a fonte dos recursos doados? \_\_\_\_\_

52) Qual o valor do incentivo financeiro recebido? R\$ \_\_\_\_\_

**D) Trajetória da UPA e os objetivos do agricultor**

a) Tamanho da UPA (terra)

53) Quanto, de que forma e quando a propriedade alterou sua quantidade de terra (tamanho da UPA)?

---

---

---

---

---

54) Quais são os planos do produtor em relação ao tamanho de sua UPA? (aumentar, diminuir) Por quê?

---

---

---

---

---

**b) Família**

55) Registrar as modificações que ocorreram com a família (como iniciou, filhos que foram embora da propriedade, etc.)

---

---

---

---

---

56) Quais são as perspectivas em relação à família? (Aumentar, diminuir) Os filhos vão continuar na atividade? E a sucessão da UPA?

---

---

---

---

---

57) Que mudanças ocorreram na UPA a partir da transição agroecológica? (Diversificação da produção; valorização do autoconsumo familiar; conservação dos recursos naturais; mudança na divisão do trabalho familiar; inclusão de jovens e mulheres no processo de transição; aumento do lazer familiar).

---

---

---

---

---

**c) Combinação das produções**

58) Quais as produções realizadas na propriedade ao longo de sua história? (salientar os momentos de início e fim das atividades, e os motivos de sua introdução ou abandono)

---

---

---

---

---

59) Quais são os planos futuros do produtor em relação as suas produções (atividades produtivas)?

---

---

---

---

---

60) Se o produtor tivesse condições, que tipo de investimento faria em sua UPA?

---

---

---

## APÊNDICE E – PRODUTOS DE BASE ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA DA ADESSU/COOPCAFA



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

**APÊNDICE F – MORADIAS DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III**



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

### APÊNDICE G – SISTEMAS PRODUTIVOS DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III



Fonte: Pesquisa de campo (2014).



**APÊNDICE H – PESQUISA DE CAMPO NO ASSENTAMENTO CHICO MENDES  
III**



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

### APÊNDICE I – ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

## APÊNDICE J – PROPRIEDADE DE AGRICULTORA DA ADESSU



Fonte: Pesquisa de campo (2014).